

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

**HERBERT SOARES CAÇADOR**

**O “GRUPO DOS ONZE”:  
REPRESSÃO E ANTICOMUNISMO NO MUNICÍPIO DE  
MUNIZ FREIRE - ES**

**Vitória - ES**

**2017**

**HERBERT SOARES CAÇADOR**

**O “GRUPO DOS ONZE”:  
REPRESSÃO E ANTICOMUNISMO NO MUNICÍPIO DE  
MUNIZ FREIRE - ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes.

**Vitória - ES**

**2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

Caçador, Herbert Soares, 1986-  
C118g O “Grupo dos Onze” : repressão e anticomunismo no  
município de Muniz Freire-ES / Herbert Soares Caçador. – 2017.  
189 f. : il.

Orientador: Pedro Ernesto Fagundes.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal  
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Brizola, Leonel, 1922-2004. 2. Comunismo - Muniz Freire  
(ES). 3. Brasil - História - Revolução, 1964. 4. Muniz Freire (ES) -  
História. I. Fagundes, Pedro Ernesto. II. Universidade Federal do  
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.  
Título.

CDU: 93/99

---

**HERBERT SOARES CAÇADOR**

**O “GRUPO DOS ONZE”:  
REPRESSÃO E ANTICOMUNISMO NO MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE - ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes**  
**Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)**  
**Orientador**

---

**Prof. Dr. Ueber José de Oliveira**  
**Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)**

---

**Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco**  
**Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)**

---

**Prof. Dr. Vitor Amorim de Angelo**  
**Universidade de Vila Velha (UVV)**

*Dedico esta dissertação a minha família e ao  
município de Muniz Freire - ES.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecimento especial aos familiares que sempre acreditaram nos meus sonhos.

Também de forma especial, agradeço ao orientador Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes, pela oportunidade, apoio, confiança e respeito ao longo dessa trajetória.

Pelas valiosas contribuições, igualmente agradeço a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angélica Muller, que participou do Seminário de Pesquisa de Mestrado, aos Profs. Drs. Valter Pires Pereira e Ueber José de Oliveira, membros da banca de Exame de Qualificação de Mestrado, além dos Profs. Drs. Sebastião Pimentel Franco, Vitor Amorim de Angelo e Ueber José de Oliveira, membros da Banca Examinadora de dissertação de Mestrado.

À todos os professores que passaram pela minha vida, desde os primeiros ensinamentos de “tia Luzia”, passando pela Escola de 1º Grau Bráulio Franco no município de Muniz Freire até a Universidade Federal do Espírito Santo.

Na pessoa de Michel Caldeira, agradeço ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, órgão importante no prosseguimento da pesquisa.

Agradeço também a Prefeitura Municipal de Muniz Freire que, por meio da diretora da Casa da Cultura, Ercília Pastore, cedeu material importante para o andamento do presente trabalho.

Agradeço ainda a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) pelo apoio e auxílio financeiro, aos colegas de curso e a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-UFES).

Pelo fundamental auxílio quando ainda iniciava a presente pesquisa, agradeço à Jonatas Ribeiro Soares, Mario Ribeiro Soares e Renato Viana Soares.

À minha noiva Andressa Garbelotto Faccim, por todo amor, carinho, paciência e pelos sorrisos que iluminam a minha vida.

*Povo desunido, povo desorganizado é povo submetido, sem condições de defender os seus mais sagrados interesses e de realizar o seu próprio destino.*

**Leonel Brizola**

## RESUMO

O cenário político brasileiro foi marcado pela instabilidade política. Esse ambiente teve como ponto central o golpe de 1964. O presente trabalho analisa o processo de formação do Grupo dos Onze no município de Muniz Freire - ES e as consequências de sua criação, tais como: repressão política e social e a sua ligação ao comunismo. Recorre a uma série de documentos, especialmente ao Inquérito Policial Militar (IPM), que resultou em condenação e prisão para nove dos onze membros do grupo em 1966, além de documentos produzidos pela Delegacia de Ordem e Política Social do Estado do Espírito Santo (DOPS-ES), processos de anistia, jornais diversos e atas da Câmara Municipal de Muniz Freire. Utiliza-se ainda de fontes orais, com entrevistas dos membros do referido grupo e de outros personagens que fizeram parte da conjuntura local na década de 1960. O trabalho traça um panorama da história política do município base da pesquisa, com foco nas suas origens, as características da sociedade, bem como o acirrado contexto político na localidade. Estuda a trajetória política de Leonel Brizola, então deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e criador do Grupo dos Onze num período em que o país atravessava uma grave crise política, econômica e institucional. Trata da formação partidária no Espírito Santo após o Estado Novo e da disputa eleitoral no município de Muniz Freire a partir de 1945, focalizando a ascensão do PTB municipal, partido do qual sairia alguns integrantes do Grupo dos Onze de Muniz Freire. A parte final do trabalho aborda a trajetória dos membros do grupo e procura entender como a criação do Grupo dos Onze potencializou o anticomunismo no município de Muniz Freire e estimulou votos de louvores aos militares que tomaram o poder em 1964. O trabalho aborda ainda a repressão e perseguição que marcou a trajetória de alguns ex-participantes do Grupo dos Onze de Muniz Freire.

**Palavras-chave:** Grupo dos Onze. Muniz Freire – ES. Leonel Brizola. Anticomunismo.

## ABSTRACT

The Brazilian political scene was marked by political instability. This environment was centered in the coup of 1964. The present work analyzes the formation process of the Group of Eleven in the municipality of Muniz Freire - ES and the consequences of its creation, such as: political and social repression and its connection to communism. It relies on a series of documents, especially the Military Police Inquiry (IPM), which resulted in the conviction and prison of nine of the eleven members of the group in 1966, as well as documents produced by the Police station of Order and Social Policy of the State of Espírito Santo (DOPS -ES), amnesty cases, various newspapers and minutes of Town Hall of Muniz Freire. It is also used from oral sources, with interviews of members of the group and other characters that were part of the local conjuncture in the 1960s. The work traces a panorama of the political history of the municipality based on the research, focusing on its origins, the characteristics of society, as well as the fierce political context in the locality. He studies the political trajectory of Leonel Brizola, then federal deputy for the Brazilian Labor Party (PTB) and creator of the Group of Eleven in a period in which the country was going through a serious political, economic and institutional crisis. It deals with party formation in Espírito Santo after the Estado Novo and the electoral contest in the municipality of Muniz Freire from 1945, focusing on the rise of the municipal PTB, a party that would leave some members of the Group of Eleven Muniz Freire. The final part of the paper approaches the trajectory of the members of the group and tries to understand how the creation of the Group of Eleven potentiated anticommunism in the municipality of Muniz Freire and stimulated vows of praise to the military that took power in 1964. The work also addresses the repression and persecution that marked the trajectory of some former participants of the Group of Eleven Muniz Freire.

**Key words:** Group of Eleven. Muniz Freire - ES. Leonel Brizola. Anti-communism.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultado das eleições para senador, governador e vice-governador em Muniz Freire – 03/10/1954.....	45
Tabela 2 – Resultado das eleições para presidente e vice-presidente em Muniz Freire – 03/10/1955.....	46
Tabela 3 – Membros eleitos para o Diretório do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do município de Muniz Freire em 3 de junho de 1956. Período: 1956-1959.....	47
Tabela 4 – Atividades profissionais exercidas pelos membros eleitos do Diretório do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do município de Muniz Freire. Período 1956-1959.....	48
Tabela 5 – Resultado das eleições para prefeito e vereador em Muniz Freire – 03/10/1958.....	50
Tabela 6 – Resultado das eleições para governador, vice-governador e senador em Muniz Freire – 03/10/1958.....	51
Tabela 7 – Resultado das eleições para presidente e vice-presidente em Muniz Freire – 03/10/1960.....	51
Tabela 8 – Resultado das eleições para prefeito e vice-prefeito em Muniz Freire – 07/10/1962.....	53
Tabela 9 – Resultado das eleições para governador, vice-governador e senador em Muniz Freire – 07/10/1962.....	54
Tabela 10 – Número de vereadores, prefeitos e vice-prefeitos eleitos em Muniz Freire por partido. Período 1947-1962.....	55
Tabela 11 – Evolução do eleitorado e da população de Muniz Freire no período 1950-1962.....	56
Tabela 12 – Dados básicos sobre os membros do Grupo dos Onze de Muniz Freire em março de 1964.....	100
Tabela 13 – Membros do Grupo dos Onze de Muniz Freire declarados como anistiados políticos.....	162

## LISTA DE SIGLAS

AIB – Ação Integralista Brasileira  
APEES – Arquivo Público do Estado do Estado do Espírito Santo  
ANL – Aliança Nacional Libertadora  
ARENA - Aliança Renovadora Nacional  
BNM – Brasil Nunca Mais  
CEERG – Companhia de Energia Elétrica Rio-grandense  
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina  
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores  
CNEG – Campanha Nacional de Educandários Gratuitos  
CNV – Comissão Nacional da Verdade  
CRT – Companhia Rio-grandense de Telecomunicações  
DOPS-ES – Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo  
DOPS-SP – Departamento de Ordem Política e Social  
ECEME – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército  
EUA – Estados Unidos da América  
FEB – Força Expedicionária Brasileira  
FMP – Frente de Mobilização Popular  
FPN – Frente Parlamentar Nacionalista  
G11 – Grupo dos Onze  
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
IPM – Inquérito Policial Militar  
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros  
ITT – Internacional Telephone and Telegraph  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MTR – Movimento Trabalhista Renovador  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PDC – Partido Democrático Cristão  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PR – Partido Republicano

PRD – Partido Republicano Democrático  
PRP – Partido de Representação Popular  
PRT – Partido Rural Trabalhista  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSD – Partido Social Democrático  
PSP – Partido Social Progressista  
PST – Partido Social Trabalhista  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PTN – Partido Trabalhista Nacional  
SNI – Serviço Nacional de Informações  
STF – Supremo Tribunal Federal  
STM – Superior Tribunal Militar  
SUPRA – Superintendência da Política Agrária  
TRE-ES – Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
UDN – União Democrática Nacional  
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1. MUNIZ FREIRE - ES: ORIGENS, SOCIEDADE E DISPUTA POLÍTICA</b> .....	18
1.1 A formação partidária no Espírito Santo após o Estado Novo.....	30
1.2 Partidos políticos em Muniz Freire: as disputas eleitorais de 1945, 1947 e 1950 .....	38
1.3 Um novo ator político ganha destaque: o PTB em Muniz Freire .....	42
1.4 Quebra-se uma hegemonia em Muniz Freire: PSD é derrotado em 1962 .....	52
<b>2. TEMPOS DE RADICALIZAÇÃO: OS PRIMEIROS ANOS DA DÉCADA DE 1960 NO BRASIL</b> .....	57
2.1 Democracia em perigo: a disputa política em 1961.....	57
2.2 Da Campanha da Legalidade ao parlamentarismo: João Goulart assume a presidência.....	61
2.3 Entre ódios e paixões: a atuação política de Leonel Brizola .....	71
2.4 Brizola e a radicalização do processo político.....	83
2.5 Entre radicalismos da esquerda e da direita surge o Grupo dos Onze .....	89
2.6 A formação do Grupo dos Onze no município de Muniz Freire – ES .....	97
<b>3. O GOLPE DE 1964 E O GRUPO DOS ONZE</b> .....	104
3.1 A queda de João Goulart: Grupo dos Onze não reage .....	104
3.2 A campanha anticomunista e o apoio ao Golpe de 1964 em Muniz Freire .....	116
3.3 Da denúncia a Ação Penal nº 1581/64: Grupo dos Onze de Muniz Freire é condenado pela Justiça Militar .....	125
3.4 Pós-prisão: a trajetória dos membros do Grupo dos Onze de Muniz Freire.....	147
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	165
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	170
<b>APÊNDICE</b> .....	178
APÊNDICE A – Membros do Grupo dos Onze de Muniz Freire.....	178

<b>ANEXOS</b> .....	179
ANEXO A – Município de Muniz Freire no início do século XX.....	179
ANEXO B – Centro de Muniz Freire – século XXI.....	180
ANEXO C – Muniz Freire, julho de 1960: comemoração do “Dia do Município”. ....	181
ANEXO D – Carteira estudantil de Renato Viana Soares em 1964. ....	182
ANEXO E – Grupo dos Onze de Muniz Freire na imprensa.....	183
ANEXO F – Condenação do Grupo dos Onze de Muniz Freire. ....	184
ANEXO G – Renato Viana Soares em evento partidário. ....	185
ANEXO H – Declaração de anistia “post mortem” de Nelson Bolzan.....	186
ANEXO I – Os membros remanescentes do Grupo dos Onze de Muniz Freire.....	187
ANEXO J – Jonatas Ribeiro Soares, o fundador do Grupo dos Onze de Muniz. ....	188
ANEXO L – Rodovia Jair Ribeiro Soares. ....	189

## INTRODUÇÃO

*“Eles são um bando de comunistas beneficiados”.*

**R.C.S**

Ao referir-se assim a onze pessoas, das quais oito receberam reparação econômica do Estado Brasileiro, um cidadão de Muniz Freire, município localizado na Região do Caparaó, no sul do Estado do Espírito Santo, recusou de forma grosseira um convite para comparecer a uma homenagem promovida pela Prefeitura local em abril de 2012. Outro cidadão, este muito influente na cidade, que também preferimos não identificar, igualmente associou as mesmas onze pessoas a características negativas e ao comunismo, por isso, da mesma forma não via necessidade do poder público realizar tal evento.

A solenidade em questão homenageou o “Grupo dos Onze”, organizado por onze cidadãos do município em 1964, dos quais quatro remanescentes participaram emocionados da cerimônia que lotou as dependências da Casa da Cultura de Muniz Freire, no dia 28 de abril de 2012. O evento, segundo pessoas próximas dos onze homenageados, serviu para “lavar a alma” e “reparar uma injustiça” de quase 50 anos.

Cerca de 30 anos antes da homenagem, o jornalista Renato Viana Soares, um dos homenageados neste evento, foi proibido de lançar um livro na cidade e teve o seu nome vetado para receber uma conhecida honraria entregue no município, o título de “Cidadão Muniz-freirense ausente Nº 1”.<sup>1</sup> Ainda na década de 1980, Jonatas Ribeiro Soares, outro da lista de agraciados de 2012, sofreu com a repulsa da sociedade quando se candidatou a vereador. Voltando mais no tempo, em 1966, nove componentes deste grupo de onze estavam presos no Fórum de Muniz Freire e eram notícia em jornais do Rio de Janeiro. Dois anos antes do cárcere, essas onze pessoas formaram um grupo, exatamente o grupo que os fez, depois de alguns percalços, serem homenageados quase cinco décadas depois.

Afinal, cabe o questionamento: o que um grupo de onze pessoas fez para ser reprimido e posteriormente homenageado na mesma cidade? A pergunta surge a

---

<sup>1</sup> O título de “Cidadão Muniz-Freirense Ausente Nº 1” é concedido anualmente à pessoa que nasceu no município, reside fora, e que se destaca em alguma área da sociedade, divulgando assim a imagem de Muniz Freire. O Executivo indica o nome, e este é levado a Câmara Municipal para ser aprovado. A honraria foi criada em 20 de julho de 1972, por meio da Lei Nº 708.

partir do momento em que se adentra na trajetória do Grupo dos Onze<sup>2</sup> e nas consequências de sua criação no município de Muniz Freire, bem como a sua relação com o contexto político brasileiro na década de 1960.<sup>3</sup>

O município de Muniz Freire tem a maioria da população formada por descendentes de imigrantes italianos, com predominância do catolicismo e uma vida política bastante movimentada desde os primeiros anos de sua povoação no século XIX. A economia local gira em torno do café, com destaque também para a pecuária leiteira. O município, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contava com 18.826 habitantes em 2016.<sup>4</sup> Portanto, é neste município pequeno, rural e majoritariamente católico que surge uma versão do Grupo dos Onze, alvo de inúmeras polêmicas nos últimos meses que antecederam o golpe de 1964.

O Grupo dos Onze foi idealizado em fins de 1963, pelo então deputado federal Leonel Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e naquele momento um dos principais líderes da esquerda no país. Brizola, por meio de discursos transmitidos via rádio, orientava a formação dos grupos em todo o território nacional com o objetivo de lutar pelas reformas de base<sup>5</sup> e contra possíveis tentativas de golpes de Estado. Oriunda da ala mais radical do PTB, a ideia de um grupo com onze pessoas foi inspirada no futebol, uma estratégia de Brizola para aproximá-lo rapidamente das massas populares, que conhecendo profundamente o futebol, se mobilizaria com mais facilidade. A ideia de Brizola, divulgada nacionalmente, alcançou o município de Muniz Freire, que também passou a contar com uma versão do grupo.

A instabilidade foi a tônica dos primeiros anos da década de 1960 na política brasileira, provocada principalmente pela renúncia de Jânio Quadros, seguida da

---

<sup>2</sup> Vários nomes foram usados para se referir ao grupo, tais como: Grupos de 11, G-11 e Grupos dos Onze. No manifesto de fundação do grupo foram empregadas quatro versões diferentes: Grupos de Onze Companheiros, Comandos Nacionalistas, Grupos dos Onze Companheiros e Grupo de Onze. O presente trabalho vai citá-lo sempre como “Grupo dos Onze”, nome pelo qual ficou conhecido no município de Muniz Freire.

<sup>3</sup> O primeiro envolvimento com o tema foi durante a pesquisa para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que resultou no trabalho “Comunistas e Subversivos?": Um estudo sobre a manutenção do preconceito ao Grupo dos Onze em Muniz Freire – ES, produzido no curso de História do Centro Universitário São Camilo – Campus Cachoeiro de Itapemirim - ES. O desejo de ampliar a pesquisa, aliado ao encontro de novas fontes, proporcionou a oportunidade de ingressar no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

<sup>4</sup> IBGE, população estimada 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

<sup>5</sup> Termo usado para se referir a um conjunto de reformas, tais como: agrária, urbana, administrativa, tributária, educacional, entre outras.

polêmica posse do presidente João Goulart e culminando com o golpe civil-militar consumado no dia 1º de abril de 1964. É nesse contexto que surge o Grupo dos Onze, acirrando ainda mais a luta entre esquerda e direita na efervescente política brasileira dos anos 1960.

A propagação do anticomunismo, que no período espalhava-se por todo o Brasil, também chegou a Muniz Freire. Apesar de Leonel Brizola, o criador do grupo, nunca ter sido comunista, a campanha anticomunista alardeada pela imprensa, pela Igreja Católica e pelos partidos de oposição ao PTB acabou associando o Grupo dos Onze ao comunismo. No período, o mundo vivia o auge da “Guerra Fria”, conflito ideológico entre Estados Unidos e União Soviética, que aumentou a onda anticomunista no Brasil e contribuiu para associar ao comunismo todos aqueles que eram identificados como apoiadores do governo de João Goulart, que também era do PTB. Soma-se a isso a disputa política local e o golpe em 1964, que fortaleceram o sentimento anticomunista no município de Muniz Freire, criando um clima repressivo contra os simpatizantes do governo deposto.

Por ter sido um movimento de curta duração num período com variados acontecimentos polêmicos, o Grupo dos Onze ainda é um assunto pouco explorado por pesquisadores. Devido à escassez de trabalhos abordando especificamente o tema no Espírito Santo, há uma lacuna histórica a ser preenchida sobre o tema e sua repercussão política e social. A grande maioria dos trabalhos que envolvem esta temática estão focados em questões de âmbito nacional, como o golpe de 1964 ou a trajetória de Leonel Brizola, e por isso abordam de forma pouco aprofundada o Grupo dos Onze.

Este trabalho vale-se de fontes orais e conta com entrevistas dos quatro membros remanescentes do grupo de Muniz Freire. Serão analisadas ainda, entrevistas produzidas por alunos de duas escolas do município de Muniz Freire na década de 1990.<sup>6</sup> Entrevistas com familiares dos membros e outros personagens que fizeram parte do contexto também serão exploradas como fonte.

Quanto à outras fontes, encontra-se preservado no Arquivo Público do Estado do Estado do Espírito Santo (APEES), um dossiê sobre o Grupo dos Onze contendo

---

<sup>6</sup> Alunos das Escolas “Professora Lia Therezinha Merçon Rocha” e “Bráulio Franco”, ambas localizadas na sede do município, realizaram entrevistas com membros do Grupo dos Onze no final da década de 1990.

fichas e informes policiais diversos,<sup>7</sup> assim como outro informe pessoal de um dos membros do Grupo dos Onze de Muniz Freire.<sup>8</sup> No acervo do APEES, menciona-se a possível existência de outros grupos em Muniz Freire e em outros municípios do Espírito Santo como Colatina, Jerônimo Monteiro e Montanha. A existência de vestígios informando a possibilidade de outros grupos no Espírito Santo é um indicativo de que a pesquisa pode ser ampliada para o Estado.<sup>9</sup>

No site do projeto “Brasil: Nunca Mais – BNM” há uma série de processos judiciais relacionados a crimes políticos ocorridos durante a ditadura militar, incluindo o processo sobre o Grupo dos Onze de Muniz Freire, com fichas policiais, relatórios, intimações, depoimentos dos membros, de testemunhas e a sentença proferida contra o grupo. Sobre este Inquérito Policial Militar (IPM), há que se lamentar o fato de que algumas partes importantes do processo estejam em condições precárias.<sup>10</sup>

Utilizamos ainda, como fonte, os processos de anistia de alguns membros, jornais diversos digitalizados pela Biblioteca Nacional e as atas da Câmara Municipal de Muniz Freire, que revelam a exaltação ao golpe de 1964 pelos políticos locais.

A presente dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, intitulado “Muniz Freire - ES: origens, sociedade e disputa política”, será apresentado o contexto histórico do município base da pesquisa, com foco nas suas origens, as características da sociedade, bem como o acirrado contexto político local, marcado por intensas disputas desde que o município foi emancipado no final do século XIX. A importância de abordar as origens do município e a sua disputa política se dá na medida em que a maioria dos membros do Grupo dos Onze é originária de uma família que sempre esteve presente nas disputas locais. No que se refere a história local, há de se questionar a falta de documentos básicos sobre o município, fato já mencionado pelos escritores Levy Rocha e Carlos Brahim Bazzarella, que citam em suas obras a

---

<sup>7</sup> Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo DOPS, CAIXA 30. Série Investigações Criminais; Subsérie Crimes Políticos; Dossiê Grupo dos Onze.

<sup>8</sup> Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo DOPS. Caixa 40. Série Investigações; Sub-série Dossiês Pessoais; Dossiê Renato Viana Soares, nº 146.

<sup>9</sup> Como veremos adiante, o *Jornal do Brasil*, sediado no Rio de Janeiro, chegou a informar a possível existência de 50 Grupos dos Onze no Espírito Santo.

<sup>10</sup> A Ação Penal nº 1.581/64, referente ao Grupo dos Onze de Muniz Freire, faz parte do acervo do “projeto Brasil: Nunca Mais – BNM”, desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo, na década de 1980, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns. O acervo está disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>.

perda de parte da documentação histórica do município, lamentavelmente destruídos por ordem de autoridades locais.<sup>11</sup>

Ainda no primeiro capítulo, será analisada a formação partidária no Espírito Santo após o Estado Novo (1937-1945), a fim de localizarmos o posicionamento dos partidos políticos criados em âmbito nacional, a instalação dos mesmos no Estado e sua atuação no município de Muniz Freire, já que a trajetória dos partidos se entrelaçam com a do Grupo dos Onze. Nesta primeira parte, analisa-se também a disputa eleitoral no município a partir de 1945, focalizando a ascensão do PTB local, partido do qual sairia alguns integrantes do Grupo dos Onze de Muniz Freire.

O segundo capítulo, “Tempos de radicalização: os primeiros anos da década de 1960 no Brasil”, discute o polêmico início da década 1960, período em que uma grave crise política, institucional e econômica atingiria o Brasil. Neste capítulo, enfatiza-se a atuação política de Leonel Brizola e a formação do Grupo dos Onze nacionalmente e em Muniz Freire.

Por fim, no terceiro capítulo, nomeado de “O Golpe de 1964 e o Grupo dos Onze”, destaca-se as representações que se forjaram acerca do Grupo dos Onze logo após a ruptura institucional ocorrida em 1964, tanto a nível nacional como no município de Muniz Freire, salientando assim a força do anticomunismo no município, o apoio dos políticos locais ao golpe, o Inquérito Policial Militar (IPM) que provocou a condenação de nove dos onze membros do grupo e a trajetória dos mesmos após a saída da prisão.

No que tange ao Espírito Santo, não há nenhuma pesquisa que tenha se dedicado a estudar especificamente a atuação do Grupo dos Onze no Estado, o que confere ao presente trabalho o ineditismo na análise do referido assunto em terras capixabas.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> ROCHA, Levy. **De Vasco Coutinho aos Contemporâneos**. Vitória: [s.n.], 1977, p. 203; BAZZARELLA, Carlos Brahim. **A História de Muniz Freire**. Muniz Freire: [s.n.], 2003, p. 43.

<sup>12</sup> Na dissertação de mestrado intitulada “A guerrilha esquecida: memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a ditadura militar no Brasil”, a historiadora Dinorah Almeida aborda a formação da Guerrilha do Caparaó, outra via de resistência à ditadura militar iniciada sob orientação de Leonel Brizola momentos após o golpe de 1964. Ainda que não se atenha especificamente ao Grupo dos Onze, o referido trabalho especifica outra frente de oposição brizolista. Para mais detalhes, ver: ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. **A guerrilha esquecida: memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a ditadura militar no Brasil**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória, 2014.

## 1. MUNIZ FREIRE - ES: ORIGENS, SOCIEDADE E DISPUTA POLÍTICA

O início da povoação de Muniz Freire remonta o ano de 1846, quando o capitão Machado Santiago Louzada, um veterano da Guerra dos Farrapos, se fixou onde hoje é a comunidade de Santo Amaro, transformando-se num dos seus primeiros desbravadores. Em 1850 chega a família de Domingos Apolinário de Souza, outro importante desbravador das ainda terras virgens do território. A partir da vinda dos primeiros habitantes, a localidade tornar-se-ia uma das rotas das tropas que seguiam em direção aos municípios vizinhos de Castelo e Alegre.<sup>13</sup>

Com o passar dos anos, outras famílias viriam para a localidade, então com o nome de Espírito Santo do Rio Pardo e pertencendo primeiro ao município de Viana, tornando-se posteriormente um distrito do também município de Cachoeiro de Itapemirim.

Desmembrado de Cachoeiro de Itapemirim e estabelecido como município através da Constituição do Estado do Espírito Santo, publicada provisoriamente por meio do decreto nº 53, em 11 de novembro de 1890,<sup>14</sup> o agora município do Espírito Santo do Rio Pardo seria instalado oficialmente em 1º de março de 1891, sendo a sua sede nomeada por meio do decreto nº 57, de “Villa do Espírito Santo do Rio Pardo”.<sup>15</sup>

Em 30 de novembro de 1896, a Lei nº 213 elevou a citada vila a categoria de cidade com a denominação de “Muniz Freire”.<sup>16</sup> No ano seguinte, em 30 de outubro, a cidade-sede com o novo nome foi instalada,<sup>17</sup> permanecendo o município “[...] com o nome de Espírito Santo do Rio Pardo até 23/05/1921, quando passou também a chamar-se Muniz Freire” (FAVORETO FILHO, 2011, p. 18).

Sua denominação é em homenagem a José de Melo Carvalho Muniz Freire, político que ocupou os cargos de vereador, deputado, senador, além de presidente do Espírito Santo em dois mandatos (1892-96 e 1900-04).<sup>18</sup>

Carente de infraestrutura, o município de Muniz Freire:

<sup>13</sup> Syntese historica do Municipio de Muniz Freire, antigamente chamado Espirito Santo do Rio Pardo. **Diário da Manhã**, Vitória, 28 abr. 1935, p. 2.

<sup>14</sup> Disposições transitórias. **O Estado do Espírito Santo**, p. 4, 15 nov. 1890.

<sup>15</sup> Revista Semanal. **O Cachoeirano**, Cachoeiro de Itapemirim, p. 2, 07 dez. 1890.

<sup>16</sup> Parte Oficial. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 1, 25 dez. 1896.

<sup>17</sup> Boletim do Cachoeirano. **O Cachoeirano**, Cachoeiro de Itapemirim, p. 2, 07 nov. 1897.

<sup>18</sup> De 1889 a 1930, o cargo que hoje é conhecido como governador era denominado de Presidente do Estado.

[...] foi considerado, até há pouco tempo, um dos municípios mais isolados do estado devido às suas condições geográficas. O acesso só era possível a pé ou em lombo de burro, pois só existiam trilhas para tropas, um transporte comum na região até o início dos anos 70. [...] O maior impulso de desenvolvimento só se deu a partir da inauguração da rodovia Vitória-Belo Horizonte, BR-262, que atravessa o Norte de seu território, e a consequente ligação desta com a sede, que dista da capital do estado 158 Km. Antes, o acesso até Vitória, era feito por Cachoeiro de Itapemirim, o que determinou, em parte, o seu isolamento (LAZZARO; XIBLE, 1991, p. 19).

Mesmo com o isolamento geográfico, o município alcançaria certo grau de desenvolvimento, principalmente com o trabalho dos tropeiros, que escoavam a produção de café para outras localidades do Estado. Num tempo em que não havia estradas com boas condições de tráfego, eram os tropeiros montados em burros que faziam chegar mercadorias e novas notícias, movimentando a economia local e regional.<sup>19</sup>

A população muniz-freirense é formada por uma mistura de várias etnias.<sup>20</sup> A mão de obra escrava originária da África foi largamente utilizada no município, com destaque para as fazendas “Santa Maria” e “São Jerônimo”. Posteriormente, os negros escravizados, que muito contribuíram para que o então distrito se transformasse em município, passaram a ser substituídos por imigrantes europeus, principalmente os italianos oriundos da região do Vêneto, que vieram em grande contingente para trabalhar nas lavouras de café, produto que ainda hoje é a base da economia de Muniz Freire.<sup>21</sup>

Na Casa da Cultura local consta uma relação de 174 famílias italianas que contribuíram para a colonização do município.<sup>22</sup> Segundo levantamento disponibilizado pelo *Projeto Imigrantes*, do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), foram identificados 181 imigrantes com destino a Muniz Freire entre 1878 e 1952. Em menor número que os italianos, imigrantes portugueses, espanhóis, libaneses, sírios e norte-americanos também se destacaram na colonização do município.

---

<sup>19</sup> Sobre os tropeiros no Espírito Santo, ver: MORAES, Ormando. **Por serras e vales do Espírito Santo**: a epopéia das tropas e dos tropeiros. Vitória: [s.n.], 1989; GARBELOTTO, Armando. **Tropas & Tropeiros**: o transporte a lombo de burros em Conceição do Castelo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013.

<sup>20</sup> Muniz-freirense: gentílico referente aos nascidos ou que residem no município de Muniz Freire.

<sup>21</sup> Para mais informações sobre a imigração italiana em Muniz Freire, ver: LAZZARO, Agostino, XIBLE, Bella Melotti. **Nella Terra Dei Padroni**: Os Italianos em Muniz Freire, 1889-1930. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

<sup>22</sup> Famílias italianas que colonizaram Muniz Freire - Sobrenomes de linhagem paterna e materna. Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Muniz Freire (sede) e Vieira Machado; Passaportes, Certidões Italianas e dados do Projeto Imigrantes / Arquivo Público Estadual. Organizador: Agostino Lazzaro.

No que se refere a religião, o catolicismo predomina no município e exerce considerável influência nas relações sociais desde o século XIX. Em 22 de abril de 1890 foi criada a freguesia do Espírito Santo do Rio Pardo, desmembrada da freguesia de São Pedro Apóstolo, do município de Cachoeiro de Itapemirim. Já em 31 de janeiro de 1912, a freguesia de Muniz Freire foi elevada a paróquia, com o nome de Paróquia do Divino Espírito Santo. Dessa forma, a Igreja Católica tornou-se a primeira instituição religiosa a se instalar oficialmente em Muniz Freire, com importante atuação tanto na área urbana como na zona rural do município.

Assim, até o princípio da década de 1920, quando é iniciado o trabalho da Igreja Batista, somente a Igreja Católica esteve presente no município. Depois da Congregação Batista de Muniz Freire, organizada em 23 de maio de 1924 e primeira instituição protestante a se instalar no município, outras denominações não católicas também oficializaram sua atuação em Muniz Freire, como as Igrejas Presbiteriana e Assembléia de Deus. Mesmo com a chegada de outros segmentos religiosos, o catolicismo continua predominando no município. Segundo o censo demográfico realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Muniz Freire contava com 13.470 católicos, ou seja, aproximadamente 73% da população se declarou católica no último censo do IBGE.<sup>23</sup>

Outro aspecto comum do município de Muniz Freire, principalmente depois da sua emancipação em 1891, é a acirrada disputa política local. A esse respeito, antes mesmo da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, já havia na localidade conflitos entre os defensores da monarquia e os republicanos. Assim, a exemplo de outras localidades, no município também foi formado um clube republicano.<sup>24</sup> Esses clubes, como o nome sugere, tinham a função de espalhar os ideais republicanos e se opunham à monarquia então vigente.

De fato, é com a emancipação do então distrito que a briga pelo poder político local se intensifica. Dois acontecimentos ocorridos na última década do século XIX revelam parte dessa característica da divisão política, que se acentuou ao longo do século XX.

O primeiro fato ocorreu na madrugada do dia 15 de maio de 1894 e foi amplamente divulgado nos jornais *O Cachoeirano* e *Commercio do Espirito Santo*.

---

<sup>23</sup> IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

<sup>24</sup> O Ministro Brasileiro. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, p. 1, 13 jan. 1890.

Trata-se de um atentado a tiros contra o juiz de direito, o promotor de justiça, o escrivão e um advogado, todos atuantes na Comarca do município. O atentado feriu de morte o cidadão Fernando José da Silva e deixou um gravemente ferido, o major João Alves de Araújo que, oriundo do estado de Minas Gerais, tornou-se o primeiro mandatário do recém-criado município do Espírito Santo do Rio Pardo ao se eleger Governador Municipal em 1º de março de 1891.

Acusando o delegado local de não cumprir com suas obrigações em relação ao caso, o advogado que escapou do atentado publicou sua versão no jornal *O Cachoeirano*, afirmando que a vila estava deserta após o acontecido:

A autoridade a quem competia cruzou os braços, eu e mais companheiros atacados e quase toda a população da vila do Espírito Santo, sem garantias como nos achávamos resolvemos retirarmo-nos para esta vila do Rio Pardo. A vila do Espírito Santo está deserta, fúnebre e triste e, no entanto não nos custa terem sido tomadas as providencias que o caso pede.<sup>25</sup>

O atentado contra o judiciário do município provocou a transferência da Comarca para a vizinha vila de Rio Pardo (Lúna) em 1894. Ainda segundo informações da imprensa, a origem do conflito estaria ligada a medição de terras e com o envolvimento de “[...] vários cidadãos pertencentes a política dominante”.<sup>26</sup>

O município passaria grande parte dos seus primeiros anos de existência sem comarca, visto que no ano de 1909 “[...] devido à precariedade de estradas e dificuldade de júri na região, o município passou a pertencer novamente à comarca de Cachoeiro de Itapemirim” (BAZZARELLA, 2003, p. 37). Somente em 22 de agosto de 1931, através do decreto nº 1.573, o município teria uma nova comarca, esta instalada em 6 de outubro do mesmo ano.

Outra contenda política do município noticiada em âmbito estadual aconteceu após a então vila do Espírito Santo do Rio Pardo, sede do município de mesmo nome, ser oficialmente elevada à categoria de cidade com o nome de Muniz Freire. Parte da comissão constituída para organizar os festejos pela nova denominação se recusou a fazê-lo por não concordar com o nome escolhido. Segundo o jornal *O Cachoeirano*, os cidadãos Candido Alves de Araújo, Lino Ribeiro de Assis, José Joaquim Gonçalves Guimarães e Manoel Rodrigues de Oliveira e os governadores municipais (equivalente a vereador) João Olinto Lopes Pimenta, Luiz Gonçalves Bastos e Joaquim Ribeiro

---

<sup>25</sup> Espírito Santo do Rio Pardo. *O Cachoeirano*, Cachoeiro de Itapemirim, p. 2-3, 3 jun. 1894.

<sup>26</sup> Expediente. *Commercio do Espirito Santo*, Vitória, p. 1, 26 mai. 1894.

Soares deixaram de contribuir com a organização do evento e não participaram do mesmo por serem contra o nome de Muniz Freire. Ainda segundo o jornal, os insatisfeitos defendiam a denominação de “Alves de Araújo” para a cidade.<sup>27</sup> A defesa do nome “Alves de Araújo” é uma referência ao citado major João Alves de Araújo. A morte do major, a quem os referidos cidadãos queriam homenagear, ocorrera em julho de 1896, quatro meses antes da escolha do nome de Muniz Freire.<sup>28</sup>

Iniciado o novo século, com raras exceções, o poder político local ficaria monopolizado nas mãos de poucas famílias, que juntas formariam uma poderosa oligarquia para comandar os destinos do município. Essa elite de Muniz Freire, formada desde os seus primórdios por fazendeiros com grande poderio econômico, jamais abriu mão de comandar a política do município.

Esses poderosos fazendeiros utilizavam a mão de obra escrava, tendo posteriormente, com o fim da escravidão, contratado famílias italianas. O tratamento recebido pelos italianos era similar ao praticado com os escravos, uma vez que são muitos os relatos de abusos cometidos contra os novos imigrantes que vieram trabalhar nas lavouras de café.

Sobre esse contexto nos valem novamente do trabalho de Lazzaro e Xible que, utilizando-se da metodologia da história oral, registraram características importantes do período em que os italianos chegaram ao município. Os autores entrevistaram diversos membros de famílias italianas entre 1988 e 1989, realizando um trabalho pioneiro sobre a história de Muniz Freire. Sem entrar nos pormenores de cada uma das 16 entrevistas apresentadas no livro, sendo 14 da primeira geração de imigrantes e dois da segunda, vale citar uma pertinente observação geral dos autores acerca do que foi dito pelos entrevistados:

Durante as entrevistas, pudemos constatar uma revolta tácita, porém contida, em relação aos antigos patrões dos informantes, já que todos eles – excluindo-se o informante do primeiro relato – foram colonos, assim como seus pais ou avós. Não obstante, quando as perguntas do questionário se referiam às relações de trabalho nas fazendas, alguns dos entrevistados sentiam-se melindrados em relatar fatos que ainda hoje pudessem comprometê-los, o que se justifica se considerarmos a forte pressão psicológica exercida pelos patrões através do uso da força, chantagem e ameaças de morte, pilhagem dos poucos pertences dos colonos e execuções por intermédio de matadores profissionais. Nesse contexto de uma prática do medo articulada pela classe dominante, entranhada no inconsciente dos ex-colonos, é compreensível que algumas testemunhas tenham se referido ao passado como algo proibido, utilizando-se de respostas evasivas mesmo nos

---

<sup>27</sup> Nova Cidade. **O Cachoeirano**, Cachoeiro de Itapemirim, p. 1, 7 nov. 1897.

<sup>28</sup> Factos e Boatos. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 1, 9 jul. 1896.

casos em que as evidências provassem o contrário. O que também aconteceu, sintomaticamente, com o único entrevistado representante do patronato local, o proprietário da fazenda Santa Maria, que omitiu dados importantes que pudessem esclarecer as relações de trabalho naquela fazenda, procurando enaltecer o passado de sua família e “as boas relações com os colonos”, além de não permitir o acesso aos livros antigos de contabilidade da fazenda (LAZZARO; XIBLE, 1991, p. 48-49).

A citação apresentada nos remete a uma elite poderosa que tem nas famílias Vivacqua, Vieira Machado e De Biase os seus principais representantes pelo menos até a Revolução de 30. A família Vivacqua se estabeleceu por iniciativa particular no município, após a vinda do imigrante italiano Giuseppe Vivacqua, em 1878. A família logo prosperou no comércio de compra e venda de café, tornando-se uma das mais poderosas oligarquias do Estado e se expandindo para outros municípios capixabas como Castelo e Cachoeiro de Itapemirim. Como estratégia para ampliar sua influência, se entrelaçou através de casamento com a família Vieira Machado, proprietária da fazenda Santa Maria, grande núcleo de atração de imigrantes italianos em Muniz Freire. Já a família De Biase instalou-se primeiramente no município de Lúna. Em Muniz Freire, o principal representante da família foi o italiano Carmo De Biase, um dos principais comerciantes do município e que adquiriu muitos bens da família Vivacqua, quando esta deixou o município no início dos anos 1920.<sup>29</sup>

Há de se ressaltar que as famílias Vivacqua e De Biase, que tinham estreitas relações com os Vieira Machado, pertenciam:

[...] a um grupo distinto de imigrantes, tanto em nível regional como sócio-econômico, além de ser uma iniciativa particular e isolada do contexto geral da imigração em massa subvencionada pelo Estado. Eram todos de Castelluccio Superiore, região da Basilicata, Sul da Itália. Não pertenciam à grande massa de camponeses provenientes da Itália do Norte, nem enfrentariam as mesmas dificuldades que estes, já que faziam parte da pequena burguesia local (LAZZARO; XIBLE, 1991, p. 39).

Outra família importante era a Rocha, da qual fazia parte o coronel Francisco José da Rocha, importante fazendeiro e um dos políticos mais longevos da história de Muniz Freire ao ocupar o cargo de vereador em oito legislaturas e de deputado estadual por 12 anos, entre 1910 a 1922. De 1906 a 1908 e por alguns meses em

---

<sup>29</sup> Os membros das famílias Vivacqua, Vieira Machado e De Biase dominaram a política local por décadas. Entre 1900 e 1930, além de vereadores e presidentes da Câmara Municipal, foram cinco chefes do executivo (prefeitos) oriundos dessas famílias: Braz Vivacqua (1900-05), José Vivacqua Júnior (1908-10), Honório Vieira Machado (1910-12), Manoel Vivacqua (1912-15) e Carmo De Biase (1924-28). Outros políticos do período, com exceção do coronel Lino Ribeiro de Assis, eram próximos a essas famílias como o caso do também prefeito Augusto Emílio Estellita Lins (1920-22), casado com Bráulia Vivacqua Vieira, filha do coronel Manoel Machado Vieira e Philomena Vivacqua.

1924, Francisco Rocha ocuparia a presidência da Câmara de Muniz Freire, quando este cargo também congregava as funções prefeito.

Nos anos 1920, a política de Muniz Freire voltaria a produzir graves turbulências, principalmente após a vitória eleitoral do coronel Lino Ribeiro de Assis,<sup>30</sup> que se elegeu prefeito para o biênio 23/05/1922 a 23/05/1924, derrotando a oligarquia local formada pelos poderosos coronéis Carmo De Biase, o sírio naturalizado brasileiro Miguel Depes,<sup>31</sup> Francisco José da Rocha e membros da família Vivacqua.

Neste período, Lino enfrentaria uma dura campanha dos seus opositores, num momento em que o município travava batalhas jurídicas para manter o seu território contra o município vizinho de Alegre, que pretendia apoderar-se das localidades de “Amorim” e “São Simão”. A preocupação era tanta, que até a hipótese do desaparecimento de Muniz Freire foi levantada.<sup>32</sup> Na luta contra o vizinho, o município contou com os serviços do jovem advogado Attilio Vivacqua, natural de Muniz Freire, e que posteriormente se tornaria um dos políticos mais importantes do Espírito Santo.

O prefeito Lino, apesar da vitória temporária contra Alegre, não se fortaleceu politicamente e no último ano do seu mandato a crise política atingiu o ápice no município. Alegando que o prefeito ainda não havia prestado contas da sua administração, a Câmara Municipal publicou uma lei em 26 de fevereiro de 1924, na qual suspendia a arrecadação municipal até 30 de junho do corrente ano.<sup>33</sup>

Sobre este período da história muniz-freirense, é necessário esclarecer que, ao contrário do que afirmou o escritor Carlos Brahim Bazzarella, no livro *A História de Muniz Freire*, o prefeito Lino Ribeiro de Assis não foi deposto pela Câmara em fevereiro de 1924. Mesmo com a arrecadação aparentemente suspensa, Lino exerceu o seu mandato até o fim, visto que na ata da sessão solene de posse da nova Câmara Municipal em 23 de maio de 1924, ficou registrada a ausência do então prefeito Lino e com os vereadores informando que o seu mandato se encerrava naquele dia.<sup>34</sup>

---

<sup>30</sup> O fazendeiro e comerciante Lino Ribeiro de Assis, antes de se tornar prefeito, ocupou no município os cargos de vereador, Juiz Federal Substituto, Procurador da Prefeitura, Coletor Federal e Delegado de Polícia.

<sup>31</sup> Miguel Depes nasceu na Síria, tendo imigrado para Muniz Freire no fim do século XIX, onde prosperou no comércio e ocupou os cargos de vice-presidente da Câmara Municipal e prefeito nomeado.

<sup>32</sup> Câmara Municipal de Muniz Freire. Ata da 2ª Sessão Extraordinária realizada em 23 de outubro de 1922.

<sup>33</sup> Idem. Lei Nº 75, de 26 de fevereiro de 1924.

<sup>34</sup> Câmara Municipal de Muniz Freire. Ata da Sessão Solene e Extraordinária da posse da nova Câmara Municipal, dos Juízes Districtais e suplentes de Juiz Districtal do Município de Muniz Freire, em 23 de maio de 1924.

Outra evidência de que o prefeito continuou no cargo está no livro de decretos da Prefeitura Municipal. No último ano de seu mandato Lino assinou ao menos três decretos: o de nº 64, no dia 2 de janeiro, em que prorrogou para o exercício de 1924 o orçamento de 1923; nº 65, de 15 de abril, concedendo isenção de impostos para construção de prédios no centro da cidade e o de nº 66, publicado no dia 22 de maio de 1924, pelo qual exonerou a pedido, um dia antes do término do seu mandato, o Procurador Tesoureiro e o Fiscal Geral do município.<sup>35</sup>

Com a posse dos novos vereadores e a não eleição de um novo prefeito, a Prefeitura Municipal de Muniz Freire acabaria extinta a partir de 7 de junho de 1924, por meio da Lei nº 77, que justificava essa medida extrema pelo fato da renda do município não atingir o exigido pela Constituição do Estado. O Art. 2º da referida lei transferiu todas as atribuições do prefeito ao Presidente da Câmara até que houvesse uma reforma na Lei orgânica do município.<sup>36</sup>

De 23 de maio até dezembro de 1924, o executivo foi comandado pelo já citado Francisco José da Rocha, então presidente da Câmara. Tendo renunciado à presidência em 17 de dezembro, Rocha foi substituído pelo vice-presidente Carmo De Biase, que permaneceu como presidente da Câmara e chefe do executivo municipal até 1º de janeiro de 1929, quando Sebastião Cândido de Oliveira, prefeito eleito no ano anterior, tomou posse.

A proximidade da eleição presidencial de 1930 acarretou novas divisões entre os coronéis de Muniz Freire. Carmo De Biase, no período a principal liderança política local, apoiou a candidatura do então presidente de São Paulo, Júlio Prestes, candidato situacionista lançado pelo presidente da República Washington Luís<sup>37</sup> e também apoiado pelo presidente do Espírito Santo, Aristeu Borges de Aguiar. Presidido por Carmo, foi fundado no município um comitê em defesa da candidatura de Júlio Prestes, que contou também com a liderança do prefeito Sebastião, do médico João Barcellos Martins e do farmacêutico Américo Mignone.<sup>38</sup> Outros dois coronéis, o ex-

---

<sup>35</sup> Prefeitura Municipal de Muniz Freire. Livro de decretos: 1914 a 1924.

<sup>36</sup> Câmara Municipal de Muniz Freire. Lei Nº 77, de 7 de junho de 1924.

<sup>37</sup> Washington Luís, apesar de ter nascido em Macaé (RJ), construiu sua carreira política no estado de São Paulo, onde exerceu os cargos de deputado, prefeito de São Paulo e presidente do Estado, antes de chegar à presidência da República em 1926. A sua escolha por Júlio Prestes para sucedê-lo não foi aceita por políticos de Minas Gerais, dado que estes defendiam a alternância entre paulistas e mineiros na presidência, num acordo consagrado pela "política do café com leite". Diante do impasse, os políticos de Minas Gerais aliaram-se aos do Rio Grande do Sul formando a Aliança Liberal, que lançou Getúlio Vargas e o paraibano João Pessoa para disputarem a presidência e a vice-presidência.

<sup>38</sup> Notas Officiaes. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 1, 26 set. 1929.

vereador Miguel Depes, “[...] opositor de Aristeu Borges de Aguiar e adversário, em Muniz Freire, de Carmo De Biase” (TALLON, 1999, p. 37) e o ex-prefeito Lino Ribeiro de Assis apoiaram Getúlio Vargas, candidato da Aliança Liberal.

O clima político se acirrou no país após a vitória de Júlio Prestes contra Getúlio Vargas, numa eleição considerada fraudulenta pelos derrotados.<sup>39</sup> Não aceitando a derrota, a Aliança Liberal, liderada por Vargas, iniciou uma série de protestos que culminou com o movimento revolucionário que depôs, em 24 de outubro de 1930, com apoio militar, o então presidente Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes, conflagrando assim o episódio conhecido como Revolução de 1930, que colocou fim na chamada Primeira República.

Já com o movimento revolucionário em estágio avançado, o jornal *Diário da Manhã* publicaria no dia 14 de outubro, um telegrama que Carmo De Biase enviara em solidariedade ao presidente do Estado dizendo que o município estava em “completa calma”.<sup>40</sup> A afirmação logo se mostraria frágil, assim como o governo de Aristeu Borges de Aguiar, que abandonou o Estado com a família no dia 16 de outubro de 1930, deixando vago o executivo estadual.

A suposta “calma” em Muniz Freire seria interrompida no dia 18 de outubro com a chegada da Coluna Revolucionária no município, vinda de Minas Gerais. O escritor nascido na cidade, José Waldir Merçon, à época uma criança, ajudava a avó Umbelina no hotel da família, quando a chegada dos revolucionários trouxe pânico para os moradores da cidade:

Deu-se então a Revolução de 30 e as notícias eram apavorantes. Minha mãe, que ajudava no hotel, resolveu mandar as crianças para fora da cidade já que a coluna da revolução se aproximava, vinda de Minas. Levaram-nos para o sítio da tia Neném, bem afastado, e para chegar lá tivemos que atravessar duas matas. [...] Passados alguns dias, minha mãe mandou-nos buscar, pois já havia passado o perigo. Quando estávamos chegando na cidade, vinha dos lados do Estreito, caminho para Rio Pardo, uma multidão de homens, muitos com lenços vermelhos no pescoço, portando armas. Eles ocuparam a cidade. Eram cerca de 400 pessoas. Minha avó e todos do hotel, até nós, as crianças, tivemos que nos desdobrar para preparar comida para quase todos. Ficaram ali um dia e se foram para Castelo e Cachoeiro, deixando um grande prejuízo para o hotel. Minha avó, através dos anos seguintes tentou receber as despesas do Governo do Estado. Fez várias viagens a Vitória sem resultado e morreu sem conseguir receber sequer um tostão da despesa deixada pela coluna da revolução (MERÇON, 1992, p. 76-77).

---

<sup>39</sup> A eleição foi realizada em 1º de março de 1930.

<sup>40</sup> Notas Officiaes. **Diário da Manhã**, p. 2, 14 out. 1930.

Segundo anotações do diário de José Valentim Merçon, tabelião e escrivão judiciário local, e avô do último escritor citado, “[...] no dia 18 á uma hora começou a chegar a Caravana Liberal, tomando a prefeitura às duas horas da tarde [...]”.<sup>41</sup> Inicialmente, o movimento revolucionário também traria mudanças significativas para a política local, a começar pela deposição do prefeito Sebastião Cândido de Oliveira e pela perseguição sofrida pelo presidente da Câmara.<sup>42</sup> No dia 20 de outubro, as Forças Revolucionárias nomearam o coronel Miguel Depes, adversário do grupo deposto, como primeiro prefeito pós-revolução.

Depes ficaria pouco tempo no poder, já que foi substituído em 28 de novembro de 1930 pelo médico João Barcellos Martins, curiosamente um ex-membro do comitê municipal que defendeu a candidatura de Júlio Prestes contra Getúlio Vargas.<sup>43</sup> A nomeação de João Barcellos Martins significou também a volta ao poder do grupo político do coronel e ex-prefeito Lino Ribeiro de Assis que, junto a outros companheiros, saudou a sua nomeação para o cargo em telegrama enviado ao Interventor Federal no Estado, João Punaro Bley.<sup>44</sup> A volta, porém, foi breve, já que o segundo prefeito nomeado pelo novo regime também duraria pouco no cargo, pois a seu pedido, seria exonerado no dia 15 de dezembro, ficando apenas 17 dias como chefe do executivo.<sup>45</sup> Esse episódio significaria a retirada definitiva do coronel Lino da política local e o início do declínio dos antigos coronéis do município.<sup>46</sup>

O coronel Carmo De Biase seria o próximo a ver sua influência política sendo minada pela revolução. Por se manter fiel a Aristeu Borges de Aguiar, ex-presidente do Estado, Carmo sofreu retaliações do novo regime, “[...] tendo ficado em desconfortável situação” (TALLON, 1999, p. 36). O ano de 1931 foi de preocupações para o até então poderoso político. Carmo foi investigado pela Junta de Sanções,

---

<sup>41</sup> Diário de José Valentim Merçon. Disponível em: Casa da Cultura de Muniz Freire. Acesso em: 17 jul. 2012.

<sup>42</sup> Chegando ao poder, Getúlio Vargas assinou decreto dissolvendo o Congresso Nacional, as Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais. Vargas nomeou ainda interventores federais para substituir todos os presidentes de Estado, com exceção do presidente de Minas Gerais, que foi mantido por ter feito parte do movimento.

<sup>43</sup> Atos do Governo Provisório. **Diário da Manhã**, p. 1, 29 nov. 1930.

<sup>44</sup> Pela Interventoria do Estado. **Diário da Manhã**, p. 4, 3 dez. 1930.

<sup>45</sup> Atos do Governo Provisório. **Diário da Manhã**, p. 1, 16 dez. 1930.

<sup>46</sup> Lino Ribeiro de Assis faleceu em 23 de setembro de 1931, sem deixar um herdeiro direto na política local. Seu único filho homem, Gumercindo Ribeiro de Assis, tesoureiro da prefeitura no mandato do pai, morreu aos 34 anos, em 1934. Um herdeiro indireto foi o seu genro, Demerval Ribeiro Soares, que também era sobrinho da sua esposa. Demerval se engajou na política local nas décadas de 40 e 50, período em que se tornou o principal líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), influenciando ainda a formação do Grupo dos Onze, como veremos adiante.

órgão da Justiça Revolucionária criada pelo governo provisório de Vargas, que também investigou os atos praticados pelo prefeito deposto de Muniz Freire.

No dia 17 de abril de 1931, a Junta abriu inquérito administrativo contra Carmo De Biase e contra o já ex-prefeito Sebastião Cândido de Oliveira.<sup>47</sup> Em 19 de julho era julgado o cidadão Manoel de Luccas que, no comando da tropa revolucionária, depôs o prefeito no dia 18 de outubro de 1930 e assumiu a prefeitura até o dia 20. Segundo o jornal *Diário da Manhã*, Manoel de Luccas declarou não haver nenhuma quantia em dinheiro no cofre municipal, mas o mesmo não estava presente no exato momento em que o cofre fora aberto. Ainda segundo o jornal, a Comissão de Sindicância apurou que existia uma considerável soma no cofre e apontou elementos para a continuidade da investigação. O fato é que, “[...] provando não ter ele encontrado nenhuma soma no cofre, a Junta, unanimemente, absolveu o referido senhor Manoel de Luccas da imputação criminal que contra si fora articulada na denúncia”.<sup>48</sup> Ainda no mês de julho, o julgamento do prefeito Sebastião Cândido de Oliveira seria transformado em diligência “[...] por se tornar necessária a remessa dos livros e documentos que se encontram na Prefeitura de Muniz Freire, relativos aos anos de 1927 a 1930”.<sup>49</sup>

Outra denúncia contra Carmo seria aceita pela Junta de Sanções em 30 de agosto de 1931.<sup>50</sup> No início de outubro, o jornal *Diário da Manhã* informaria a sentença de Carmo De Biase, citando-o de forma equivocada como sendo prefeito do município de São Mateus. A Junta o condenou a restituir os valores referentes às despesas eleitorais de 1927 e 1928 e outras várias despesas consideradas ilegais.<sup>51</sup>

No dia 6 de outubro de 1931 o município de Muniz Freire voltaria a ter a sua própria comarca, fato comemorado com grande festa. O evento contou com a presença do interventor João Punaro Bley, de sua esposa Alzira Bley e de secretários do seu governo.<sup>52</sup> Nos festejos, vale ressaltar, até as lideranças que anteriormente se posicionaram ao lado de Júlio Prestes estiveram presentes, incluindo Carmo De Biase, fiel aliado do regime deposto e que dias antes da solenidade estava sofrendo retaliações do novo governo. Mesmo participando do evento, Carmo não voltaria a ter a mesma influência política que possuía no período anterior a 1930.

---

<sup>47</sup> Junta de Sanções. **Diário da Manhã**, p. 1, 17 abr. 1931.

<sup>48</sup> Idem, p. 2, 19 jul. 1931.

<sup>49</sup> Idem, p. 2, 22 jul. 1931.

<sup>50</sup> Idem, p. 2, 30 ago. 1931.

<sup>51</sup> Idem, p. 1, 4 out. 1931.

<sup>52</sup> Muniz Freire - Inauguração da Comarca. **Diário da Manhã**, p. 2, 30 out. 1931.

Os coronéis Miguel Depes e Francisco Rocha também compareceram à festa, mas ambos também perderam influência nos anos 1930.<sup>53</sup> De fato, o movimento revolucionário de 1930 reduziu drasticamente o poder político dos coronéis do município, mesmo daqueles que apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas.

Derrubado o governo de Washington Luís, nos 15 anos seguintes Getúlio Vargas comandaria o Brasil como chefe do governo provisório, entre 03/11/1930 a 20/07/1934; presidente da República eleito pela Assembleia Nacional Constituinte, a partir de 20/07/1934; e em 10/11/1937, o presidente, com apoio das Forças Armadas, numa espécie de autogolpe de Estado, dissolveu o Congresso e iniciou um regime ditatorial que seria chamado de Estado Novo. O regime vigorou até a sua deposição, em 29 de outubro de 1945.

Nestes longos 15 anos da conhecida Era Vargas, apenas uma eleição para a escolha de prefeito e vereadores seria realizada em Muniz Freire. Não é possível precisar o tempo exato de funcionamento da Câmara Municipal no período, mas só há livros de atas entre os anos de 1936 a 1937, sendo que o Legislativo local só voltaria a funcionar normalmente a partir de 1947, no momento em que as eleições também retornariam.

Todos os prefeitos de Muniz Freire no período 1930-45 foram nomeados por decreto do Interventor Federal no Estado,<sup>54</sup> com exceção de Américo Mignone, vencedor do único pleito do período, em 15 de dezembro de 1935, e que tinha feito parte do comitê municipal em defesa da candidatura de Júlio Prestes no final dos anos 1920.<sup>55</sup> Esta eleição contou com a votação de 1.129 eleitores, num clima de liberdade e ordem, segundo informações do prefeito interino, do delegado e do juiz eleitoral ao jornal *Diário da Manhã*.<sup>56</sup> Os eleitos teriam pouco tempo de atuação, já que todos

---

<sup>53</sup> Dentre os poderosos coronéis de Muniz Freire, o coronel Francisco Rocha seria o único a deixar um importante herdeiro político. Seu filho Francisco Rocha Júnior, já no período democrático pós-1945, seria eleito vereador e prefeito de Muniz Freire.

<sup>54</sup> Prefeitos nomeados no período: Miguel Depes (1930), João Barcellos Martins (1930), Everaldo Silva (1930-32), Alfredo Cabral (1932), Aguilar Freitas (1932-35), Américo Mignone (1935-38), Antônio Hermínio Magalhães (1938-40), Anibal Vieira Machado (1940-41 e 1944-47), Evandro Pires Domingues (1941-43), Graciliano Rogério Vanderlei (1943-44) e Aristovo Alberto Soares (1947). Os cinco primeiros prefeitos pós-1930 não nasceram no município.

<sup>55</sup> O caso de Américo Mignone difere dos demais. Antes de vencer as eleições de dezembro de 1935, ele já exercia o cargo de prefeito por ter sido nomeado pelo interventor Bley em maio do mesmo ano.

<sup>56</sup> Palácio do Governo - Secretarias do Estado. *Diário da Manhã*, p. 2, 17 dez. 1935.

seriam destituídos de seus cargos em 1937, após o fechamento da Câmara Municipal e o início da ditadura do Estado Novo.<sup>57</sup>

A disputa política que tanto movimentou o município em suas primeiras décadas de existência acabou sendo enfraquecida com o advento da Revolução de 30, uma vez que, com o passar dos anos, todas as principais lideranças do município se posicionariam ao lado do governo do interventor João Punaro Bley, ao passo que a extinção da Câmara Municipal e a ausência de eleições também contribuiriam para que os conflitos políticos locais fossem amenizados por um tempo.<sup>58</sup>

Há de se ressaltar que, de 1891, ano em que foi emancipado, até 1945, data em que Getúlio Vargas deixaria o poder, o município de Muniz Freire viu as suas divisas territoriais serem questionadas em diversos períodos, também acompanhou a Prefeitura, a Comarca e a Câmara deixando de existir por vários anos, além de poderosos coronéis perdendo influência política e até adversários históricos apoiando o mesmo governo.

Com a quase inexistência de disputas eleitorais entre 1930 a 1945, só a partir do final da década de 1940, após a formação de novos partidos e o retorno das eleições, é que a luta política em Muniz Freire voltaria a se intensificar.

### 1.1 A formação partidária no Espírito Santo após o Estado Novo

Desde 1930 no comando do país, o presidente Getúlio Vargas enfrentaria grande desgaste político a partir da década de 1940, ao passo em que as pressões contra o seu governo ditatorial e pela democratização do país se intensificavam. Nesse sentido, dois fatores que contribuíram para aumentar as pressões contra Vargas merecem destaque. Primeiro: em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil declarou guerra à Alemanha, Itália e Japão, após o ataque de submarinos alemães contra navios brasileiros, e dois anos depois, por meio da Força Expedicionária Brasileira (FEB), o país enviou soldados a Europa para lutar na guerra

---

<sup>57</sup> Vereadores eleitos em 1935: Demerval Ribeiro Soares, Pedro Duarte, Argemiro José da Silva, João Faria Bicalho e Mileto Deps.

<sup>58</sup> Dois partidos foram organizados para disputar as eleições locais de 1935: o Partido Social Democrático do Espírito Santo (PSD), que era o partido do interventor Bley e defendia os interesses da Revolução de 30; e o Partido Governista local, sendo este o vencedor da eleição para prefeito, além de eleger três dos cinco vereadores. Este partido, apesar de rivalizar com o PSD neste pleito, também apoiava o governo do interventor Bley. Ambos os partidos foram extintos pelo Decreto nº 37, de 2 de dezembro de 1937.

contra a tirania nazifascista. Outro ponto: paralelo à decisão do Brasil de participar da guerra, a circulação clandestina de um manifesto em 24 de outubro de 1943 também contribuiu para aumentar a pressão no já cambaleante Estado Novo. Trata-se do “Manifesto dos mineiros”, também conhecido como manifesto “Ao povo mineiro” que “[...] vinha referendado por 92 assinaturas, incluindo figuras solares da política, da sociedade e da cultura de Minas” (LIRA NETO, 2013, p. 435).

O manifesto, além de atacar as restrições à liberdade individual e reivindicar a instalação de um regime democrático, também apontou a contradição entre o Brasil ditatorial, leia-se Estado Novo, lutando contra o fascismo ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Em virtude da censura vigente no Estado Novo, os jornais não divulgaram o manifesto no período de seu lançamento, mas dois anos depois, em 1945, o carioca *Jornal do Brasil* afirmaria que o Manifesto dos mineiros “[...] marcou nova etapa na luta pela democratização do País”.<sup>59</sup> O *Diário Carioca*, outro periódico editado no Rio de Janeiro, chamaria o manifesto de “histórico”<sup>60</sup> e “corajoso”<sup>61</sup>, dentre outros adjetivos.

Com a Segunda Guerra Mundial chegando ao fim e derrubando os regimes fascistas, as pressões, inclusive das Forças Armadas, foram minando a ditadura varguista e colocaram na ordem do dia a realização de eleições livres e democráticas. O ditador-presidente teve que ceder. Em 18 de abril de 1945 concedeu anistia “[...] a todos quantos tenham cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934 [...]”<sup>62</sup> e no dia 28 de maio foi promulgado o Decreto-Lei nº 7.586 que, entre outras medidas, definiu um código eleitoral provisório para regulamentar o alistamento eleitoral e as próximas eleições. O referido decreto viabilizaria, após 15 anos, a realização de eleições diretas para presidente da República e para o Parlamento em 2 de dezembro de 1945.

Assim, o ano de 1945, além de marcar o fim da ditadura do Estado Novo e a saída do ex-presidente Getúlio Vargas do poder, também viu surgir novos partidos políticos, agora, autorizados a participarem do processo eleitoral. Em termos nacionais, três partidos se sobressaíram no conhecido período democrático (1945 a

---

<sup>59</sup> União Nacional. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 5, 4 abr. 1945.

<sup>60</sup> A Ditadura que se beneficia da miséria da população. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 2, 19 jul. 1945.

<sup>61</sup> A nossa opinião. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 6 set. 1945.

<sup>62</sup> Decreto-lei nº 7.474, de 18 de abril de 1945. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7474-18-abril-1945-452115-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 6 abr. 2016.

1964): Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e União Democrática Nacional (UDN).

O PSD fora fundado nacionalmente em 17 de julho de 1945 sob a liderança dos interventores nomeados por Vargas durante o Estado Novo; a UDN, em 7 de abril de 1945 e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que apesar de algumas contradições sobre a data correta de sua fundação, “[...] segundo os registros legais existentes, é 26 de março de 1945” (D’ ARAUJO, 1996, p. 27). Ideologicamente, de forma concisa “[...] significou um centro político, ocupado pelo PSD; uma direita, capitaneada pela UDN, especialmente por seu grupo mais aguerrido, a ‘Banda de Música’; e uma esquerda, mobilizada pelo PTB, especialmente após a cassação do registro do Partido Comunista, em 1947-8” (GOMES, 2007, p. 55). Outros partidos também se destacariam no período, mas com menor intensidade, se comparado aos três citados. Nesse sentido, os três principais partidos eram liderados por setores distintos da sociedade:

Eleições nacionais foram marcadas para dezembro de 1945, para as quais Getúlio Vargas estimulou a criação de dois partidos, o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, baseado na máquina sindical de Marcondes Filho, e o Partido Social Democrático - PSD, que não possuía coisa alguma em comum com seus homônimos europeus e se baseava nos interventores estaduais, nos industriais de São Paulo e nos chefes políticos oligárquicos, os conhecidos coronéis. A oposição de centro-direita criou a União Democrática Nacional - UDN, um conjunto amplo de posições anticomunistas, antinacionalistas e anti-Vargas (mais tarde antipopulistas), cuja base eleitoral encontrava-se principalmente nas classes médias e que era liderada por profissionais liberais, empresários e políticos (DREIFUSS, 1981, p. 27).

Apesar das pressões internas, não houve luta no país que causasse profundas mudanças em relação às forças políticas. A redemocratização, baseada no Decreto-Lei nº 7.586 e na Constituição Federal promulgada em 18 de setembro de 1946, manteve as bases do Estado Novo:

Dada a forma como o aludido processo de redemocratização se efetivou, isto é, sem rupturas significativas, caracterizando-se mais por continuidade do que por descontinuidade, resultou que a configuração da instância do político e das relações sócio-políticas subsequentes estiveram altamente determinadas pela estrutura montada no período anterior (SILVA, 1995, p. 159).

Observa-se também que o novo sistema político-partidário ressurgiu distante da maioria da população, já que, entre outros fatores, a formação de partidos locais e o voto dos analfabetos foram vetados por essa legislação.

Com a criação dos partidos, no que tange ao Espírito Santo, as mesmas agremiações formadas nacionalmente foram, aos poucos, estabelecendo diretórios no Estado. O primeiro a fincar posição no Espírito Santo foi o Partido Social Democrático (PSD),<sup>63</sup> capitaneado por Jones dos Santos Neves, político que governou o Espírito Santo como interventor nomeado por Getúlio Vargas entre 1943-1945 e como governador eleito, de 1951-1955.<sup>64</sup> Jones não poupou esforços para criar um grande partido e inseriu em torno da agremiação “[...] o maior número possível de lideranças políticas e suas respectivas correntes ou facções. Não se importou, para tanto, com a natureza de suas tendências ideológicas nem com suas posições, se situacionistas ou oposicionistas” (SILVA, 1995, p. 166).

As primeiras articulações que objetivavam a constituição dos partidos no Espírito Santo em 1945 chamam a atenção, segundo aponta o trabalho de Marta Zorzal e Silva,<sup>65</sup> pelo fato de lideranças que eram próximas no campo pessoal e político se filiarem em partidos diferentes. Silva (1995) cita Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves, ambos filiados ao PSD e seus respectivos irmãos Fernando Lindenberg e Guilherme Santos Neves, um filiado na UDN e o outro no PTB. A situação dos irmãos Lindenberg chegou a ser notícia no jornal *Diário Carioca*, que chamou a política capixaba do período de “Saco de Gatos”. O jornal, dizendo que os irmãos Lindenberg sempre militaram juntos, expressou estranhamento em relação à atitude de agora ingressarem em partidos distintos. Na mesma notícia, levantava-se a suspeita de que os políticos governistas capixabas estariam pouco preocupados com as eleições presidenciais de 1945 por apoiar o movimento queremista, que defendia a candidatura de Getúlio Vargas a presidência em 1945.<sup>66</sup>

Um segundo aspecto levantado pela citada autora é o caso de políticos historicamente rivais se filiarem no mesmo partido, o que fatalmente causaria divisões dentro dessas agremiações. A autora cita o exemplo de Attilio Vivacqua<sup>67</sup> e Asdrubal

---

<sup>63</sup> Não confundir com o antigo Partido Social Democrático (PSD) do Espírito Santo, fundado em 1933.

<sup>64</sup> Jones dos Santos Neves exerceu ainda o cargo de senador, para o qual foi eleito em 1947.

<sup>65</sup> Para compreender de forma mais detalhada e aprofundada a história política do Espírito Santo, ver, entre outros: SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995; ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na Era Vargas: elites políticas e reformismo autoritário (1930-1937)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

<sup>66</sup> O Angu Capixaba. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 04, 20 jul. 1945.

<sup>67</sup> Attilio Vivacqua nasceu no município de Muniz Freire em 11 de outubro de 1894. Como afirmado anteriormente, em 1878, o imigrante Giuseppe Vivacqua, que era avô de Attilio, por iniciativa particular, foi um dos primeiros italianos a se instalar no então território do Espírito Santo do Rio Pardo (Muniz Freire), para onde trouxe posteriormente a sua família. Advogado formado no Rio de Janeiro, Attilio ocuparia vários cargos públicos como o de prefeito e vereador de Cachoeiro de Itapemirim e de

Soares, que entraram no PSD junto com Fernando de Abreu, Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves, seus principais adversários políticos. Esse duplo comportamento a que a autora se refere “[...] revela muito mais uma tendência mais ou menos indiferenciada, de ocupar espaços tanto no PSD como na UDN e posteriormente no PTB, para garantir, quer de um lado quer de outro, a permanência ou o acesso ao Aparelho de Estado” (SILVA, 1995, p. 165).

O lançamento do diretório do PSD do Espírito Santo foi realizado no dia 23 de maio de 1945, momento que foi registrado pelo jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro. O referido jornal adjetivou o evento de “espetáculo da maior expressão cívica”, destacando o “clima de absoluta unidade” dos capixabas e defendeu a existência dos partidos nacionais exigida pela legislação em detrimento dos locais.<sup>68</sup>

Os periódicos do Rio de Janeiro repercutiram amplamente a fundação do PSD capixaba, sempre dando ênfase a suposta unidade política do Estado e caracterizando o partido como a entidade que aglutinou praticamente todas as forças políticas locais, além de exaltar a figura do interventor Jones dos Santos Neves e sua capacidade “[...] de reunir em torno do seu nome os elementos mais representativos da opinião espírito-santense, há muitos anos dividida em facções divergentes [...]”.<sup>69</sup>

Percebe-se que, ao se constituir como partido no Estado, o PSD agregou as principais lideranças políticas locais, nascendo ao mesmo tempo grande em termos de lideranças capazes de vencer eleições e também dividido internamente em diversas alas:

Verifica-se, portanto, que na conformação inicial do PSD capixaba residiam as raízes de suas dissidências, posto que o embrião das alas que surgiram no partido nasceram com ele. Assim, da tentativa de conciliação das diversas facções divergentes, existentes no Estado, visando a formar um partido forte, nacionalmente, resultou, na prática, a formação de duas alas distintas no PSD: a liderada por Jones dos Santos Neves e a liderada por Attilio Vivacqua. À medida que essas alas agregavam interesses distintos a tendência seria de ampliar cada vez mais a distância que as separava (SILVA, 1995, p. 172).

Após o PSD foi a vez da União Democrática Nacional (UDN) fundar o seu diretório no Estado, “[...] vinte dias após a instalação solene do PSD, no dia 12 de junho de 1945 [...]” (SILVA, 1995, p. 167). A notícia da organização do partido também chegou aos jornais do Rio de Janeiro. Os representantes nacionais do partido que

---

deputado estadual, além de exercer com destaque a função de Secretário de Instrução Pública do Estado do Espírito Santo, entre 1928 a 1930. Seria ainda, eleito senador em duas oportunidades.

<sup>68</sup> O Momento Político. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 26 maio. 1945.

<sup>69</sup> Confraternização política no Espírito Santo. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, p. 35, 16 jun. 1945.

participaram da instalação da UDN local, divulgaram um telegrama afirmando que o partido foi organizado “[...] sob a orientação do dr. Mileto Rizzo, delegado neste Estado da UDN, e com a presença de lídimos representantes de todas as classes sociais desta Capital [...]”.<sup>70</sup>

A UDN capixaba, como a nível nacional, procurou incluir em seus quadros as forças políticas de oposição a Getúlio Vargas e favoráveis a candidatura presidencial do Brigadeiro Eduardo Gomes.<sup>71</sup> Inicialmente formada na capital Vitória, a UDN espalharia o seu discurso oposicionista pelo Estado formando outros diretórios municipais no ano de 1945, procurando agregar, de preferência “[...] médicos e advogados que atuavam nos núcleos urbanos do interior, assim como coronéis que não se solidarizavam com Jones dos Santos Neves, Fernando de Abreu e Carlos Lindenberg, principais articuladores do PSD no Espírito Santo” (SILVA, 1995, p. 168).

Os defensores da permanência do presidente Getúlio Vargas no poder também se articularam no Espírito Santo. Em Vitória, no mês de agosto de 1945, dois movimentos pró-Getúlio foram iniciados. O jornal *A Manhã* noticiou as primeiras movimentações a respeito da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Espírito Santo. Membros do PTB do Rio de Janeiro vieram a Vitória para iniciar a fundação do Diretório Estadual do partido. O jornal informou ainda que, líderes trabalhistas de Cachoeiro de Itapemirim e de outras cidades do Estado, estavam na capital para contribuir com a instalação do partido.<sup>72</sup> Dias depois, em 21 de agosto, foi instalado um comitê em defesa da candidatura de Getúlio Vargas a presidente, momento em que “[...] foi lançado um manifesto, analisando a obra política do candidato e afirmando que os trabalhadores brasileiros querem a continuação do Presidente Vargas no poder”.<sup>73</sup>

Com a deposição de Vargas em 29 de outubro de 1945, o movimento que defendia a sua continuidade no governo foi esvaziado, mas seria importante no processo de formação do PTB capixaba, então organizado por “[...] empresários industriais, proprietários urbanos, exportadores, comerciantes e lideranças sindicais [...]” (SILVA, 1995, p. 169).

---

<sup>70</sup> Congregação das correntes políticas da oposição no Espírito Santo. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 03, 21 jun. 1945.

<sup>71</sup> A UDN no Espírito Santo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 16, 21 jun. 1945.

<sup>72</sup> Fundado o Diretório do Espírito Santo. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 14 ago. 1945.

<sup>73</sup> Coisas da Política. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, 23 ago. 1945.

O Partido Republicano Democrático (PRD) e o Partido Comunista do Brasil (PCB) também seriam formados no Estado nesse primeiro momento. O PRD foi fundado nacionalmente no Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1945, pelo pastor e ex-presidente da Convenção Batista Brasileira, José de Sousa Marques. O diretório do partido no Espírito Santo também seria instituído por um líder da Igreja Batista, o então presidente da Convenção Batista Capixaba, Alberto Stange Júnior. Devido ao inexpressivo desempenho eleitoral nas eleições de 1945 e 1947, seguido de uma reformulação em seus quadros, o partido acabou sendo extinto em 27 de janeiro de 1948, após seus membros optarem por mudar o nome da legenda para Partido Republicano Trabalhista.

Fundado em 1922, o PCB ressurgiria em 1945, mas também teria vida curta, já que em 7 de maio de 1947 o registro do partido foi cassado na justiça. No Espírito Santo o partido encontrou dificuldades para atuar “[...] na medida que 80% da população era rural e, ainda, estava fortemente dominada pelos coronéis. E, no meio rural, os partidos que comandavam eram sempre os mais conservadores [...]” (SILVA, 1995, p. 170).

Os cinco partidos citados foram os primeiros a se instalarem oficialmente no Espírito Santo após o início da redemocratização em 1945. No mesmo ano essas agremiações disputaram a eleição para presidente, senador e deputado federal, na qual o PSD saiu com uma vitória esmagadora.

A eleição de 2 de dezembro de 1945 comprovou a força quase unânime do PSD no Espírito Santo. Para presidente da República, o seu candidato, o general Eurico Gaspar Dutra venceu com folga ao atingir pouco mais de 70% dos votos.<sup>74</sup> No Senado e na Câmara Federal, outra vitória categórica do partido, ao conquistar as duas vagas de senador com Attilio Vivacqua (o mais votado) e Henrique de Novaes, e 6 das 7 vagas disponíveis para a Câmara, tendo a UDN ficado com a vaga restante.<sup>75</sup>

A grande vitória do PSD em 1945 não foi capaz de unir o partido. Já no ano seguinte a imprensa destacaria suas crises internas. Em fevereiro de 1946 as disputas eram sobre o nome do novo interventor do Estado.<sup>76</sup> Em junho, o confronto entre Attilio

---

<sup>74</sup> A política do Espírito Santo. **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 2, 3 jan. 1946.

<sup>75</sup> Política do Espírito Santo. **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 2, 8 jan. 1946.

<sup>76</sup> A Interventoria do Espírito Santo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 5, 19 fev. 1946.

Vivacqua e Jones dos Santos Neves se dava pela escolha do nome do partido para disputar a eleição de governador, que seria realizada em 1947.<sup>77</sup>

Segundo a imprensa, em agosto de 1946, o confronto interno no partido atingiria níveis preocupantes. O motivo foi a reunião dos diretórios municipais, a qual se opunha Jones dos Santos Neves. Segundo informações do jornal *Diário de Notícias*, que republicou uma nota divulgada no jornal capixaba *A Gazeta*, o local da convenção, que seria na sede do partido, teve que ser mudado em virtude da ameaça de que homens armados contratados por Jones dos Santos Neves estariam a postos para impedir a reunião.<sup>78</sup>

As brigas entre os pessedistas capixabas também foram parar na justiça e ecoaram no jornal *Correio da Manhã*. Segundo o jornal, alguns representantes do partido recorreram ao Tribunal Superior Eleitoral contra a constituição do diretório, pois segundo os mesmos, teriam sido cometidas irregularidades na sua formação.<sup>79</sup>

Constata-se, portanto, que não havia unidade dentro do PSD, como sugeriu a imprensa quando o partido foi constituído no Espírito Santo. Foram várias crises internas que, por fim, culminaram na saída da ala ligada ao senador Attilio Vivacqua. A divisão final ocorre no processo de escolha do candidato a governador para disputar as eleições de 1947. Ao não conseguir se viabilizar, Attilio Vivacqua deixa o PSD e se candidata a governador pelo recém-fundado Partido Republicano (PR), sendo derrotado por Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, do PSD.

Para disputar os pleitos seguintes, outras agremiações partidárias foram formadas no Estado como o caso do PR, porém, de forma geral, durante o período 1945-1964, as principais forças políticas do Espírito Santo seriam na ordem o PSD, a UDN e o PTB, sendo que este último, devido a divisões internas, foi perdendo espaço para o Partido Social Progressista (PSP), que teve o seu diretório fundado no Espírito Santo em fins de 1949,<sup>80</sup> tendo crescido eleitoralmente em todo o período aludido.

O PSD venceria outras duas eleições para governador, uma em 1950 com Jones dos Santos Neves e outra em 1958, novamente com Carlos Lindenberg. Em 1954, o vencedor seria Francisco Lacerda de Aguiar, líder popular oriundo do município de Guaçuí, considerado um fenômeno eleitoral na época. “Chiquinho”, como

<sup>77</sup> Agitada a política do Espírito Santo. **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 20 jun. 1946.

<sup>78</sup> Rebelam-se os pessedistas contra a direção queremista do partido. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 2, 9 ago. 1946.

<sup>79</sup> Multiplicam-se as dissidências no PSD. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 32, 22 dez. 1946.

<sup>80</sup> Novo Diretório do PSP no Espírito Santo. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 5, 6 dez. 1949.

era conhecido, também seria eleito em 1962, na última eleição antes do golpe de 1964. Ambas as candidaturas vitoriosas de Chiquinho foram sustentadas pela chamada *Coligação Democrática*, que reunia praticamente todos os partidos existentes contra o candidato do PSD.

Em síntese, no Espírito Santo, os principais partidos representavam setores da sociedade da seguinte maneira:

Nesse sentido, tanto na UDN como no PTB e PSP se poderiam identificar lideranças formadas no seio das classes mercantis, da reduzida classe industrial, das classes agrofundiárias – que representavam clivagens territoriais entre interesses das regiões sul, central e norte – assim como lideranças formadas no seio das classes médias e populares urbanas. Enfim, um espectro bem mais abrangente e distinto daquele encontrado no PSD, que agregava, principalmente, as forças políticas formadas no seio das classes agrofundiárias e forças políticas que se identificavam com o processo de industrialização que se encaminhava a nível nacional (SILVA, 1995, p. 187).

Como veremos adiante, o município de Muniz Freire, em termos partidários, se distingue um pouco do Estado no mesmo período. Na política local, entre 1945 a 1964, predominaram o PSD e o PTB, sendo que o PTB local chegou a superar o PSD que, assim como em âmbito estadual, também sofreu sua principal derrota eleitoral no município nas eleições de 1962. A terceira e quarta força, seriam, respectivamente, o Partido Democrata Cristão (PDC) e a UDN. Apesar do destaque na conjuntura política estadual, no município, o PSP não teve relevância.

Por fim, é válido ressaltar que, “Em relação às divisões partidárias internas, do mesmo modo que na realidade nacional, ao término do período democrático, em 1964, praticamente todas as agremiações partidárias de peso, no Espírito Santo, possuíam sérias cisões internas” (OLIVEIRA, 2013, p. 82).

## 1.2 Partidos políticos em Muniz Freire: as disputas eleitorais de 1945, 1947 e 1950

A oligarquia muniz-freirense teve o seu poder minimizado na Era Vargas, sendo, aos poucos, substituída por outra, também formada por um pequeno grupo poderoso economicamente. Com o fim do Estado Novo, essa nova elite local passaria a dominar quase todos os espaços de poder no período subsequente.

Em Muniz Freire, a partir de 1945, prevaleceram as forças políticas ligadas ao PSD, o primeiro partido fundado no município após a queda de Vargas e que agregava

em seus quadros essa nova oligarquia local, constituída em sua maioria por ricos fazendeiros e alguns dos principais comerciantes da cidade, como Pedro Faria Deps, que presidiu o PSD local por muitos anos.<sup>81</sup>

O grupo que liderava o PSD tinha estreita relação com o padre José Bazzarella, prestigiado vigário do município, que constantemente se envolvia na política local com o objetivo de beneficiar a Igreja Católica e os candidatos pessedistas. Padre Bazzarella, como era conhecido, nasceu na Itália em 19 de abril de 1887 e veio para o Brasil para assumir a Paróquia Divino Espírito Santo, em Muniz Freire, para a qual foi nomeado pároco em 10 de março de 1927. Bazzarella foi naturalizado brasileiro em 24 de abril de 1959<sup>82</sup> e liderou os católicos muniz-freirenses até o dia da sua morte, ocorrida em 26 de novembro de 1963, quando visitava a capela de Nossa Senhora da Conceição, localizada em Piaçu, distrito de Muniz Freire. O citado padre também era grande possuidor de terras, ao ser dono de uma propriedade de 100 hectares na localidade rural de Amorim, próximo à Sede do município, com cerca de 70 ha de área cultivada, entre cereais e gado.<sup>83</sup>

Ter o apoio do padre, numa sociedade praticamente toda católica era uma grande vantagem eleitoral que os setores agrupados no PSD de Muniz Freire possuíam em relação aos seus adversários.<sup>84</sup> Nas primeiras disputas eleitorais, além do PSD, as eleições em Muniz Freire também contaram com a efetiva participação do Partido Democrata Cristão (PDC) que, apesar do pouco sucesso em termos estaduais e nacionais, se destacou nas eleições realizadas no município até 1950.<sup>85</sup>

Realizadas as eleições em 2 de dezembro de 1945, para presidente, o candidato eleito, general Eurico Gaspar Dutra (PSD), também venceu com larga vantagem em Muniz Freire ao obter 1.689 votos, contra 397 do brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) e apenas 4 votos de Iedo Fiúza, do Partido Comunista do Brasil (PCB). Nos votos destinados aos candidatos a deputado federal em Muniz Freire, destaque

---

<sup>81</sup> Pedro Faria Deps nasceu na Síria em 5 de dezembro de 1896. Transferiu-se junto com o pai Antônio Raymundo Deps para Muniz Freire, onde a família prosperou no comércio e tornou-se uma das mais influentes na política local. Em 07/05/1942, Pedro Deps foi naturalizado brasileiro.

<sup>82</sup> Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Certificado de Naturalização. Rio de Janeiro: 18 maio 1959. Disponível em: Casa da Cultura de Muniz Freire. Acesso em: 13 mar. 2016.

<sup>83</sup> Secretaria da Fazenda do Espírito Santo. Certificado de Registro de Produtor. Muniz Freire: sem data. Disponível em: Casa da Cultura de Muniz Freire. Acesso em: 13 mar. 2016.

<sup>84</sup> Segundo o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 1950, aproximadamente 85% da população de Muniz Freire era católica. Cerca de 7% eram espíritas e 6,5% protestantes.

<sup>85</sup> O PDC foi fundado em São Paulo, em 9 de julho de 1945. No Espírito Santo teve o seu diretório organizado pelo ex-interventor João Punaro Bley, no fim do ano de 1946.

novamente para o PSD com 1.690 votos, contra 210 da UDN e do Partido Republicano Democrático (PRD), ficando em último o PTB e o PCB com apenas 3 votos cada.<sup>86</sup>

Passados dois anos, candidatos a suplente de senador, vice-governador, prefeito e vereadores foram testados nas eleições de 30 de novembro de 1947.<sup>87</sup> O município de Muniz Freire, até dezembro de 1949, contava com 2.563 eleitores<sup>88</sup> e uma população estimada em 19.087 habitantes em 1950, dos quais 17.574 (aproximadamente 92%) residiam na zona rural.<sup>89</sup>

Ainda em novembro de 1947 foi fundado o diretório municipal da UDN,<sup>90</sup> partido que não conseguiu eleger nenhum candidato nas eleições locais de 1947. A eleição foi dominada pelo PSD: das nove vagas em disputa para o cargo de vereador, sete ficaram com candidatos pessedistas e duas foram para membros do PDC. O vereador mais votado foi o já mencionado Pedro Faria Deps, do PSD, eleito também para exercer a presidência da Câmara, mas, devido ao cancelamento do registro da sua candidatura pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES), Deps acabou perdendo o mandato em fevereiro de 1948.<sup>91</sup>

A eleição para prefeito foi disputada por dois ex-vereadores do período varguista. Argemiro José da Silva, candidato do PSD, obteve 1.377 votos e venceu a disputa contra Pedro Duarte, do PDC, que alcançou 790 votos e tinha sido o vereador mais votado na eleição de 1935, além de presidente da Câmara no mesmo ano.<sup>92</sup> Detalhe curioso da eleição: Luiz Mação Neto (PDC) e Achilles De Biase (PDC) empataram na disputa para vereador, cada um com 85 votos, sendo o primeiro diplomado por ser o mais idoso.<sup>93</sup>

Um indicativo de que esta eleição tenha sido tumultuada, está numa notícia publicada no jornal carioca *Correio da Manhã*, quase oito meses após a realização da

---

<sup>86</sup> Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES). Relatório da Comissão Apuradora: Realizada em 2 de dezembro de 1945 - Para: Presidente da República, Senado Federal e Câmara Federal. Disponível em: <<http://www.tre-es.jus.br>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

<sup>87</sup> O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) e o Cartório Eleitoral de Muniz Freire não possuem mais os resultados dos pleitos de 1947 e 1950 no município.

<sup>88</sup> Brasil. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

<sup>89</sup> População residente – rural. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

<sup>90</sup> Diretório da UDN em Muniz Freire, no Espírito Santo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, 28 nov. 1947.

<sup>91</sup> Câmara Municipal de Muniz Freire. Ata da 7ª Sessão Ordinária realizada em 20 de março de 1948.

<sup>92</sup> Posse do Prefeito e dos Vereadores de Muniz Freire. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 12, 29 fev. 1936.

<sup>93</sup> O pleito de 30 de novembro. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 12 dez. 1947.

eleição, em que o Tribunal Superior Eleitoral negou um recurso do derrotado PDC contra uma decisão do TRE-ES “[...] que mandou computar os votos dados em separado ao PSD, na 19ª zona, no município de Muniz Freire.”<sup>94</sup>

O mesmo Pedro Duarte, segundo colocado na eleição para prefeito, já havia ficado na suplência do PDC para o cargo de deputado estadual no pleito realizado em 19 de janeiro de 1947, ou seja, meses antes da eleição para prefeito. Mesmo com o reduzido número de eleitores de Muniz Freire (2.563 em 1949), Pedro Duarte obteve um expressivo resultado ao alcançar 724 votos, sendo o terceiro mais votado do seu partido no Estado e ficando na primeira suplência.<sup>95</sup> Ainda que não se possa mensurar a quantidade exata de votos de Pedro Duarte em cada zona eleitoral, é inegável que grande parte de sua votação tenha vindo do município em que residia. Sobre o período, segundo Bazzarella (2003, p. 42) “[...] Pedro Duarte ocupou por 3 meses a Assembléia Legislativa (11/06/48 – 31/08/48 e 09/05/49 – 22/06/49).”

Na eleição municipal seguinte, realizada em 3 de outubro de 1950, houve troca de partido no comando na prefeitura. Após ser derrotado em 1947, dessa vez, Pedro Duarte, do PDC, venceu Francisco Rocha Junior, do PSD, por apenas 147 votos,<sup>96</sup> num universo de 3.193 eleitores inscritos.<sup>97</sup> Para o legislativo local, PDC e PSD permaneceram dominantes, com cinco representantes eleitos pelo PSD e três pelo PDC. A outra vaga ficou com Elmo Mignone, da UDN, que meses antes, junto com outros companheiros de partido, enviara um telegrama aos jornais *Correio da Manhã*<sup>98</sup> e *Diário de Notícias*<sup>99</sup> apoiando o lançamento da candidatura presidencial do brigadeiro Eduardo Gomes, que seria derrotado por Getúlio Vargas, também em 1950.<sup>100</sup>

Passaram-se mais quatro anos e o protagonismo do PSD continuaria firme em Muniz Freire nas eleições de 1954, diferentemente do PDC, que desaparece das disputas locais e não elege nenhum candidato nos pleitos seguintes. A perda de popularidade do PDC se dá na medida em que muitos dos seus simpatizantes saíram

---

<sup>94</sup> No Tribunal Superior Eleitoral. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, 21 jul. 1948.

<sup>95</sup> Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo. Relatório das eleições realizadas em 1947. Disponível em: <<http://www.tre-es.jus.br>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

<sup>96</sup> BAZZARELLA, Carlos Brahim. **A História de Muniz Freire**. Muniz Freire: [s.n], 2003, p. 51.

<sup>97</sup> Brasil. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dados estatísticos: eleições federais e estaduais, realizadas no Brasil em 1950, v.2. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

<sup>98</sup> Manifestam-se os Diretórios municipais. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 8, 22 abril. 1950.

<sup>99</sup> Repercutem em todo o país o lançamento. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 6, 23 abril. 1950.

<sup>100</sup> Além de Elmo Mignone, assinaram o telegrama os cidadãos Antônio Ovídio Soares, Adamastor Cassa e João Martins.

do partido para fazer parte dos quadros do PTB. Os dados das eleições de 1954, pleito em que o PDC não obtém nenhum voto, comprova a perda de significado do partido no município.

Não se sabe ao certo o motivo da queda do PDC, mas a renúncia de Pedro Duarte, prefeito eleito pelo partido, que saiu do cargo para assumir a função de Coletor Estadual no município, pode ter contribuído para o desaparecimento do partido em Muniz Freire. Após a renúncia, ocorrida em 1º de abril de 1954, assumiu o cargo de prefeito, no dia 6 de abril, o então presidente da Câmara, José Antônio Oliveira, do PSD.

### 1.3 Um novo ator político ganha destaque: o PTB em Muniz Freire

A partir da eleição municipal realizada em 1954 um novo partido dividiria a preferência do eleitor muniz-freireense junto com o PSD: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Conseqüentemente, o PTB ocuparia o papel que foi do PDC nas eleições de 1947 e 1950, ou seja, ser oposição ao PSD local.

O surgimento do PTB no município se dá a partir da liderança de Demerval Ribeiro Soares, que anteriormente pertencera ao Partido Republicano Democrático (PRD) e ao Partido Democrata Cristão (PDC).<sup>101</sup> Demerval era agricultor, membro da maçonaria e um dos fundadores, junto com outros familiares, da Congregação Batista de Muniz Freire, em 23 de maio de 1924.<sup>102</sup> Seu pai, Joaquim Ribeiro Soares, presidiu o Governo Municipal de Muniz Freire (equivalente a prefeito) em abril de 1897, e de 1899 até 23 de maio de 1900.<sup>103</sup> O primeiro cargo público exercido por Demerval foi o de vereador, para o qual foi eleito em 15 de dezembro de 1935, pelo Partido Governista, no início do curto período do governo constitucional de Getúlio Vargas (1934-1937). Na década de 1930, Demerval ocuparia ainda o cargo de secretário do Consórcio de Lavradores de Muniz Freire.<sup>104</sup>

Junto a outras lideranças políticas do município, Demerval Ribeiro Soares esteve em Vitória, no dia 23 de maio de 1945, participando da convenção que instalou

---

<sup>101</sup> Como citado no início do presente trabalho, Demerval era genro do coronel Lino Ribeiro de Assis, político de destaque no município até 1930.

<sup>102</sup> Noticiário. **O Jornal Baptista**, Rio de Janeiro, p. 12, 5 jun. 1924.

<sup>103</sup> Governadores Municipais e vereadores que fizeram parte da Câmara Municipal de Muniz Freire/ES. Disponível em: <[www.camaramunizfreire.es.gov.br](http://www.camaramunizfreire.es.gov.br)>. Acesso em: 29 fev. 2016.

<sup>104</sup> Reeleita a directoria do Consorcio de Lavradores de Muniz Freire. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 11, 2 mar. 1937.

o Partido Social Democrático (PSD) no Espírito Santo.<sup>105</sup> Mesmo presente na convenção, a atuação de Demerval no PSD duraria poucos meses, já que ainda em 1945 iria para as fileiras do Partido Republicano Democrático (PRD).

Pelo PRD, Demerval se candidatou a deputado federal nas eleições de 2 de dezembro de 1945, obtendo 46 votos e ficando em 32º lugar, entre os 35 candidatos votados.<sup>106</sup> Ainda no partido, ficou na suplência para o cargo de vereador no pleito municipal de 1947. Com a extinção do PRD em 1948, migra para o PDC e se elege vereador em 1950.

Apesar de ter sido eleito vereador pelo PDC, com menos de quatro meses de mandato, Demerval Ribeiro Soares mudaria novamente sua filiação partidária, agora para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tornando-se a sua principal liderança e impulsionando o crescimento do partido em Muniz Freire a partir de 1951.<sup>107</sup> Pelo PTB passou a fazer oposição ao prefeito Pedro Duarte, também eleito pelo PDC. Além das inúmeras cobranças ao prefeito, Demerval solicitou, sem sucesso, a cassação do vereador Antônio Cyro Deps, um dos líderes do PSD.<sup>108</sup> Em contrapartida, em dezembro de 1951, o prefeito pediu a Câmara a cassação do mandato de Demerval Ribeiro Soares. O pedido foi lido na sessão de abril do ano seguinte, mas também não foi aceito pelos demais vereadores.<sup>109</sup>

No momento em que o PTB crescia, surgiam no município pequenos e médios comerciantes, ao mesmo tempo em que as poderosas famílias que dominavam a política começavam a perder influência e o domínio das eleições.

É imprecisa a data exata de fundação do PTB local, mas as primeiras vitórias eleitorais do partido em Muniz Freire aconteceram na eleição de 3 de outubro de 1954, quando conquistou quatro das nove vagas na Câmara Municipal. As outras cinco foram ocupadas pelo PSD. Somados os votos para o legislativo, o PSD obteve 1.553

---

<sup>105</sup> Em memorável convenção instalou-se o Partido Social Democrático do Espírito Santo. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 2, 24 jun. 1946.

<sup>106</sup> Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Apuração para Presidente da República, Senador e Deputado Federal. Resultado Final: 02/12/1945. Disponível em: <<http://www.tre-es.jus.br>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

<sup>107</sup> Na sessão da Câmara Municipal de Muniz Freire realizada em 20 de maio de 1951, o vereador Demerval comunicou aos seus pares que no dia 18 de maio do corrente ano havia se transferido para o PTB.

<sup>108</sup> Câmara Municipal de Muniz Freire. Ata da Sessão Ordinária realizada em 20 de março de 1951.

<sup>109</sup> Idem. Ata da Sessão Ordinária realizada em 22 de abril de 1952.

votos e o PTB 1.064. Os dados disponíveis sobre este pleito não informam se a UDN obteve algum voto.<sup>110</sup>

Além de participar da eleição legislativa, o PTB lançaria o nome da sua principal liderança para concorrer à prefeitura. Demerval Ribeiro Soares disputou a eleição contra um membro da oligarquia muniz-freirense: Francisco Rocha Júnior, do PSD, filho do falecido e importante fazendeiro local, ex-vereador e ex-deputado estadual, Francisco José da Rocha. Rocha Júnior já havia sido derrotado na eleição para prefeito quatro anos antes e o candidato do PTB estava em seu segundo mandato de vereador.

Nesta eleição, Demerval Ribeiro Soares enfrentaria a oposição do padre Bazzarella por ser maçom, protestante e do PTB, sendo o padre defensor do PSD. Apesar de não ter iniciado a discriminação religiosa no município, padre Bazzarella potencializou, com seus discursos, o clima de hostilidade entre católicos e protestantes, em especial os batistas, denominação religiosa de Demerval. De fato, a intolerância contra os fiéis de outros segmentos religiosos foi agravada por suas palavras, que dado o seu prestígio entre os católicos, tinha grande alcance e aceitabilidade.

Padre Bazzarella ligava os “crentes” a expressões pejorativas, tendo uma delas ficado famosa na cidade de Muniz Freire, que é a frase “[...] capete, crescem como rabo de cavalo; são como que gatos pingados” (SOARES, 1996, p. 52). Além de desmerecer moças que se batizavam na Congregação Batista, Bazzarella “[...] procurava impedir que protestantes ocupassem cargos públicos, compreendendo assim evitar o crescimento de evangélicos no Município” (SOARES, 1996, p. 52).

Diante desse clima e com a acusação de que o padre estava benzendo as cédulas dos fiéis para obrigá-los a votar no candidato do PSD, Demerval Ribeiro Soares foi derrotado pelo pessedista Francisco Rocha Júnior por 414 votos (1.454 a 1.040).<sup>111</sup> Com a derrota, Demerval não voltaria a disputar eleições, optando por atuar apenas nos bastidores da política local e de certa forma cedendo espaço para o seu irmão Walfredo Ribeiro Soares, que seria eleito vereador pelo PTB em 1958 e 1962.<sup>112</sup>

---

<sup>110</sup> Tribunal Superior Eleitoral (TSE-ES). Dados Estatísticos: eleições federais, estaduais e municipais, realizadas no Brasil em 1952, 1954 e 1955, e em confronto com anteriores, v. 3 (parte 1). Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

<sup>111</sup> BAZZARELLA, op. cit., p. 51.

<sup>112</sup> O município de Muniz Freire prestou duas homenagens “pós morte” a Demerval Ribeiro Soares: a sala de atas da Câmara Municipal e uma rua da sede do município levam o seu nome.

Portanto, em 1954 há o crescimento do PTB, que conquista quatro cadeiras na Câmara Municipal, o PSD perde votos, mas continua dominante e a UDN não elege nenhum candidato. Em 1955, na eleição interna para a mesa diretora da Câmara, o PTB consegue eleger pela primeira vez o vice-presidente com a vitória do vereador Heraldo Thomaz dos Santos. Para presidente foi eleito Antônio Cyro Deps, do PSD, e filho do já citado Pedro Faria Deps, presidente municipal do partido.

Neste pleito de 1954, os eleitores também votaram para senador (duas vagas), governador, vice-governador, deputado estadual e deputado federal. Numa eleição acirrada, principalmente a de governador e vice-governador, os candidatos eleitos também venceram em Muniz Freire. Diferente da eleição local, na qual o PSD continuou com a maioria na Câmara e elegeu o prefeito, nas disputas estaduais o partido não colheu vitórias no município.

Das quatro vagas majoritárias em disputa, três foram vencidas pela *Coligação Democrática*, que era formada por PTB, PR, PRP, PSP. O PSD elegeu Ary Viana para o senado, mas o mesmo ficou em último lugar no pleito local, conforme apresentado na tabela abaixo.

**Tabela 1** - Resultado das eleições para senador, governador e vice-governador em Muniz Freire – 03/10/1954:

<b>Senador</b>	<b>Votação</b>
Attilio Vivacqua (PR) *	1.677
Asdrubal Soares (PSP)	1.081
Dulcino Monteiro de Castro (UDN)	1.057
Ary Viana (PSD) *	735
<b>Governador</b>	<b>Votação</b>
Francisco Lacerda de Aguiar (PTB, PR, PRP, PSP) *	1.365
Eurico de Aguiar Salles (PSD)	1.264
<b>Vice-governador</b>	<b>Votação</b>
Adwalter Ribeiro Soares (PTB, PR, PRP, PSP) *	1.307
Argeo Lorenzoni (UDN)	1.255

**Fonte:** tabela criada a partir de informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

\* Eleitos.

Em 1955, o município de Muniz Freire contava com 3.493 eleitores.<sup>113</sup> Neste ano, no dia 3 de outubro, os eleitores voltaram às urnas para eleger presidente e vice-presidente da República, já que as eleições para ambos não era vinculada. Ainda que Juscelino Kubistchek, candidato da aliança PSD-PTB, tenha vencido com ampla

<sup>113</sup> Brasil. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dados Estatísticos: eleições federais e estaduais realizadas em 1954 e 1955, v. 3 (parte 2). Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

vantagem em Muniz Freire, chama a atenção a votação superior a 16% obtida no município pelo candidato Plínio Salgado, do Partido de Representação Popular (PRP) e ex-líder da Ação Integralista Brasileira (AIB) na década de 1930.<sup>114</sup> Vale destacar que, se no pleito geral, Plínio Salgado conquistou 8% dos votos, em Muniz Freire ele obteve o dobro da média nacional. Outra vitória importante foi a de João Goulart (PTB), vice-presidente eleito e vitorioso também em Muniz Freire.

**Tabela 2** - Resultado das eleições para presidente e vice-presidente em Muniz Freire – 03/10/1955:

<b>Presidente</b>	<b>Votação</b>
Juscelino Kubitschek (PSD) *	1.377
Plínio Salgado (PRP)	418
Ademar de Barros (PSP)	336
Juarez Távora (UDN)	275
Branco e nulos	103
<b>Vice-presidente</b>	<b>Votação</b>
João Goulart (PTB) *	1.543
Milton Campos (UDN)	405
Branco	350
Danton Coelho (PSP)	193
Nulos	18

**Fonte:** tabela criada a partir de informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

\* Eleitos.

Em 3 de junho de 1956, o PTB de Muniz Freire, sob a presidência de Demerval Ribeiro Soares realizou no edifício da Prefeitura a sua convenção para eleger os membros do diretório e do conselho fiscal do partido para o triênio 1956-1959. Além dos petebistas muniz-freirenses, a reunião contou com a presença do deputado federal Rubens Rangel e dos deputados estaduais Argilano Dario, Luiz Batista e Ely Junqueira.

Interessante observar que, diferentemente da formação do PTB nas grandes cidades do país e do Estado, o partido em Muniz Freire, um município agrário e sem indústrias, foi formado majoritariamente por pequenos e médios agricultores. Na tabela abaixo, consta o nome dos 75 membros eleitos para o Diretório do PTB local em 1956, sendo 72 homens e três mulheres. Vale destacar que quatro membros

<sup>114</sup> A Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político de extrema-direita inspirado no fascismo italiano, foi fundada em 7 de outubro de 1932, pelo jornalista Plínio Salgado. Mesmo sendo um município com grande presença de imigrantes italianos que, em outros locais impulsionaram o integralismo, em Muniz Freire, a atividade integralista não foi tão forte se comparado com alguns municípios vizinhos, como Castelo. Com o retorno da atividade partidária, o citado jornalista também fundou o PRP, partido pelo qual disputou a presidência.

eleitos para o diretório do partido também participariam da formação do Grupo dos Onze de Muniz Freire em fins de 1963.

**Tabela 3** - Membros eleitos para o Diretório do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do município de Muniz Freire em 3 de junho de 1956. Período: 1956-1959:

1. Demerval Ribeiro Soares	39. Izaura Brioschi Araújo
2. Romulo de Araujo *	40. Norma Barroso
3. Alcenor Antunes Itaboray****	41. José Vieira Bicalho
4. Rui de Biase	42. Lenyr Santos
5. Aelce Golçalves da Rocha	43. Cristiano Ignácio Coelho****
6. Mario Ribeiro Soares *	44. Juvenato Ferreira
7. Antônio Guizzardi	45. Jovalim Jerônimo Souza
8. Augusto Bandeira Pinheiro	46. José Fontes
9. Pedro Ivo Machado	47. Osmar Vieira
10. Manoel Fernandes da Rocha **	48. Joaquim Antônio de Oliveira
11. Manoel Gomes Vieira ****	49. Joaquim Damacena
12. Jair Ribeiro Soares *	50. Sebastião Farias
13. João Alves da Silva	51. João Rodrigues
14. Sebastião Machado****	52. Waldivino Francisco do Nascimento
15. João Florêncio de Oliveira	53. Sebastião Luiz do Nascimento
16. Adroaldo Ribeiro Soares	54. João Moura Torres
17. Manoel Lucio de Moraes	55. José Lourenço da Silva
18. Lourenço Pope	56. Afonso Moura Torres
19. Isides Vieira ****	57. Agrimaldo Pereira Chaves
20. Pedro Francisco da Motta **	58. Gumercino Leite
21. Manoel Carlos Figueiredo	59. Valentim José do Carmo
22. Mauro Rodrigues *	60. Manoel Bastos
23. João Ribeiro	61. Genário Lopes da Silva
24. Nilo Fernandes da Rocha	62. Alfredo Ringuier
25. José Tiago de Souza	63. Emenegildo Soares
26. Walkir Barroso	64. João Sartore
27. José Barroso ****	65. Antônio Paulúcio
28. Colmar Cassa	66. Alberto Paulúcio
29. Manoel Ribeiro da Fonseca	67. Luiz Antunes
30. Aristides Alves da Luz	68. João Paulúcio
31. Alcides Luiz de Souza ****	69. Juvenor Antunes
32. Anael Ribeiro Soares	70. Ilto Vieira *
33. João Batista de Assis ****	71. Washington Barros
34. Antônio Bergamini	72. José Maurício de Almeida ***
35. Altino Estevam de Oliveira **	73. Maria Aurea Barroso
36. Pedro Alves	74. Abel Brioschi
37. Joel Ribeiro Soares	75. Rozindo Serafim
38. José Batista de Araújo****	

**Fonte:** Ata do Diretório do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Muniz Freire (ES). Muniz Freire: 3 jun. 1956.

\* Membros do “Grupo dos Onze” de Muniz Freire em 1963.

\*\* Também eleito para o Conselho Fiscal.

\*\*\* Migrou para o PSD e foi eleito prefeito pelo partido em 1958.

\*\*\*\* Sem profissão identificada.

A próxima tabela elenca as atividades profissionais exercidas pela maioria dos membros do PTB local no período 1956-1959. Verifica-se que a grande maioria do

partido (pouco mais de 60%), era formada por pequenos e médios agricultores. A relação abaixo é fruto de entrevista com Mario Ribeiro Soares, servidor aposentado da Justiça Estadual e membro do PTB no período, além de ex-integrante do “Grupo dos Onze” do município.<sup>115</sup> Na oportunidade, não foi possível identificar a profissão de nove filiados.<sup>116</sup>

**Tabela 4 – Atividades profissionais exercidas pelos membros eleitos do Diretório do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do município de Muniz Freire. Período 1956-1959:**

<b>Atividade profissional – Membros do PTB de Muniz Freire</b>	<b>Total</b>
Pequenos e médios agricultores	46
Sem profissão identificada	9
Funcionários públicos	5
Comerciantes	4
Motorista/Caminhoneiro	3
Marceneiro/Carpinteiro	2
Professores	2
Serviço do lar	2
Médico	1
Barbeiro	1

**Fonte:** SOARES, Mario Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Muniz Freire, 31 mar. 2016.

No que se refere aos trabalhos da Câmara Municipal no período 1955-1959, é interessante assinalar novamente a interferência do padre Bazzarella nos assuntos do legislativo local, então formado por cinco vereadores do PSD e quatro do PTB. Na sessão do dia 20 de outubro de 1956, o prefeito apresentou um projeto em que a despesa de 1% calculada sobre a receita bruta dos anos de 1957, 58, 59 e 60 do orçamento seria destinada como ajuda na formação do patrimônio do novo Bispado do sul do Espírito Santo, com sede no município de Cachoeiro de Itapemirim. O vereador Romulo de Araujo (PTB) requereu que fosse dispensada a urgência do projeto para melhores estudos, uma vez que o mesmo onerava o orçamento dos próximos quatro anos, no que foi apoiado pela maioria. José Lúcio, vereador do PSD que defendia as propostas de interesse da Igreja Católica tentou manter a urgência, mas sua proposição não foi aceita pela mesa diretora.<sup>117</sup>

<sup>115</sup> Mario foi convidado a entrar no PTB a convite de Demerval Ribeiro Soares, presidente do partido e seu tio por parte de pai.

<sup>116</sup> Outro ponto a se destacar é a origem familiar desses membros. Mesmo sendo um município em que a maioria da população descende de italianos, apenas 11 membros da lista (aproximadamente 15%), eram originários das tradicionais famílias italianas que ajudaram a colonizar o município.

<sup>117</sup> Câmara Municipal de Muniz Freire. Ata da 6ª Sessão Ordinária realizada em 20 de outubro de 1956.

O cancelamento da urgência provocou reação do padre Bazzarella e uma rara contestação pública ao padre local foi feita pelo vereador José Rocha (PSD):

O abaixo assinado vereador pelo PSD, componente da Comissão de Finanças desta Câmara, vem, muito respeitosamente, levar ao conhecimento de V. Excia, e dignos colegas, que devido às expressões do Cônego Dr. José Bazzarella contra a Câmara deste município, quando em visita a capela de São Simão, isto dia 27 de outubro passado, considero-me impedido de discutir e votar sobre o projeto nº 29/56 que diz respeito à cota de 1% nos orçamentos do município, a partir de 57 a 60, diante da atitude tomada pelo Exmo. Snr. Cônego. Na qualidade de católico, apostólico, romano, sempre auxiliei dentro de minhas possibilidades monetárias, a igreja, entretanto, vejo-me obrigado a tomar esta deliberação. O Exmo. Sr. Cônego, podia ter me perguntado particularmente, porque não aprovamos no mesmo dia, o referido projeto, e não dizer em público, que nós, os vereadores, lançamos uma nódoa no Município de Muniz Freire, e que o povo olhasse bem para os representantes que tem, que todos os Municípios do sul já aprovaram, somente Muniz Freire, que quando devia votar, remeteu à Comissão de Justiça, que isto agora levaria tempo, passaria o 20 de novembro, o 20 de dezembro, quando seria resolvido? Disse ainda que as responsabilidades dele, levando isto em público, ficariam salvas, e recairiam sobre as costas dos vereadores, somente por quê? Porque nós tomamos uma decisão de acordo com o artigo 35 e 39, respeitando o Regimento da Casa. Como podíamos votar uma verba a ser enquadrada no orçamento, sem primeiro ter estudado o mesmo para ver qual a verba que poderíamos cortar? Esta atitude que tomei é pessoal, porque durante a prática do Exmo. Snr. Cônego em São Simão, o único vereador presente era eu, e notei que todas as alusões eram dirigidas a mim. Assim Sr. Presidente, deixo a cargo dos meus distintos colegas tomarem as atitudes que lhes aprouver. Ass: José Rocha. Vereador pelo PSD.<sup>118</sup>

A discordância em relação ao padre não teria repercussão na prática, já que na mesma sessão o projeto foi aprovado por maioria de votos e sancionado pelo prefeito no dia 30 de novembro de 1956.<sup>119</sup> Outras contribuições financeiras seriam concedidas a Igreja Católica no período, como a verba para ajudar na recepção da imagem de Nossa Senhora da Penha, que esteve na cidade no dia 30 de maio de 1957.<sup>120</sup>

Ainda nessa legislatura, o PTB daria um importante passo na eleição interna da Câmara, pois mesmo com uma bancada menor que a do PSD, conseguiu pela primeira chegar à presidência da mesa com a vitória de Romulo de Araujo em 1957. O mandato do presidente era de um ano e nos nove anos anteriores o cargo fora ocupado apenas por vereadores do PSD.

<sup>118</sup> Câmara Municipal de Muniz Freire. Ata da 7ª Sessão Ordinária realizada no dia 20 de novembro de 1956.

<sup>119</sup> Lei nº 118/56. Concede auxílio de 1% sobre a renda tributária.

<sup>120</sup> Câmara Municipal de Muniz Freire. Ata da 4ª Sessão Ordinária realizada no dia 21 de junho de 1957.

Um ano depois, viria outra eleição municipal, realizada em 3 de outubro de 1958, na qual, pela primeira vez três candidatos disputaram o cargo de prefeito do município. A disputa polarizada entre PSD e PTB ganhou a companhia da UDN, que também lançou candidato visando o executivo municipal.

Nesta eleição, o PSD concorreu com José Maurício de Almeida, que chegou a pertencer ao PTB em 1956, mas que logo migrou para o PSD. Por sua vez, o PTB levou para a disputa o vereador Romulo de Araujo, sobrinho de Demerval Ribeiro Soares, o candidato derrotado do partido no pleito de 1954. A UDN, estreante em disputas majoritárias no município, competiu com Aristóteles Aguiar, que ficou em terceiro lugar, bem próximo do PTB, o segundo colocado. Já vitorioso em 1947 e 1954, novamente o PSD contaria com a preferência dos eleitores muniz-freirenses. Na eleição para o legislativo municipal, o PSD também sairia vencedor ao ocupar cinco cadeiras, contra três do PTB e uma da UDN.

**Tabela 5** - Resultado das eleições para prefeito e vereador em Muniz Freire – 03/10/1958:

<b>Prefeito</b>	<b>Votação</b>
José Maurício de Almeida (PSD)	1.226
Romulo de Araujo (PTB)	965
Aristóteles Aguiar (UDN)	830
Branco e nulos	289
<b>Vereador</b>	<b>Votação</b>
PSD	1.570
PTB	1.042
UDN	516
Branco e nulos	182

**Fonte:** tabela criada a partir de informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No mesmo pleito, disputou-se ainda, os cargos de governador, vice-governador, senador, suplente de senador, deputado federal e deputado estadual. O jornal *A Gazeta*, na edição de 13 de novembro de 1958, publicou os resultados da eleição em Muniz Freire. Os vitoriosos no município, todos do PSD ou em aliança com o PSP, foram eleitos neste pleito. Portanto, nas eleições realizadas em Muniz Freire e no Estado em 1958, coube novamente ao PSD o papel de vitorioso, tanto para os cargos de vereador e prefeito, assim como todos os outros em disputa. Parte dos dados divulgados pelo jornal está na tabela abaixo.

**Tabela 6** - Resultado das eleições para governador, vice-governador e senador em Muniz Freire – 03/10/1958:

<b>Governador</b>	<b>Votação</b>
Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (PSD-PSP) *	1.437
Florian Rubim (PTB)	939
Eurico Rezende (UDN-PRP)	580
<b>Vice-governador</b>	<b>Votação</b>
Raul Giuberti (PSD-PSP) *	1.264
Archilau Vivacqua (UDN-PRP)	482
Arnaldo Pinto de Andrade (PTB)	171
<b>Senador</b>	<b>Votação</b>
Jefferson de Aguiar (PSD) *	1.214
José Antonio do Amaral (PTB)	805
Padre Ponciano Stenzel (UDN-PRP)	593
Wilson Neves da Cunha (PSB)	61

**Fonte:** Resultado final das eleições do dia 3 de outubro de 1958 no município de Muniz Freire. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 13 nov. 1958.

\* Eleitos.

\*\* Suplentes.

Nas eleições presidenciais de outubro de 1960, o fenômeno eleitoral Jânio Quadros, assim como na eleição geral e no Estado do Espírito Santo, também venceu em Muniz Freire. Jânio se elegeu presidente pelo nanico Partido Trabalhista Nacional (PTN), tendo o apoio da poderosa UDN. Em Muniz Freire, os principais líderes políticos locais defenderam a candidatura do Marechal Henrique Teixeira Lott, da aliança PSD-PTB. Mesmo com a união em torno de Lott no município, Jânio saiu vencedor junto com João Goulart, que venceu o pleito para vice-presidente, ganhando também em Muniz Freire.

**Tabela 7** - Resultado das eleições para presidente e vice-presidente em Muniz Freire – 03/10/1960:

<b>Presidente</b>	<b>Votação</b>
Jânio Quadros (PTN) *	1.482
Henrique Teixeira Lott (PSD)	1.164
Adhemar de Barros (PSP)	101
Branco e nulos	328
<b>Vice-presidente</b>	<b>Votação</b>
João Goulart (PTB)	1.312
Milton Campos (UDN)	913
Fernando Ferrari (MTR)	356
Branco e nulos	494

**Fonte:** tabela criada a partir de informações do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES).

\* Eleito.

#### 1.4 Quebra-se uma hegemonia em Muniz Freire: PSD é derrotado em 1962

O ano de 1962 ficaria marcado pela maior derrota eleitoral sofrida pelo PSD de Muniz Freire. O PTB, seu principal rival nas eleições locais desde 1954, consegue, pela primeira vez, eleger o prefeito e o vice-prefeito no pleito de 7 de outubro de 1962, impondo uma significativa derrota à oligarquia local, majoritariamente ligada ao PSD.

A vertiginosa queda do PSD do município é uma reprodução do que também aconteceu com o partido no plano estadual. De principal agremiação a partir de 1945, o PSD do Espírito Santo sofreria, ao ser derrotado na disputa pelos principais cargos em 1962, “[...] a maior das derrotas que ele obteve em toda a sua história” (SILVA, 1995, p. 401).

Para disputar o pleito de 1962 em Muniz Freire, o PSD reuniu em convenção os principais membros do partido para referendar a candidatura a prefeito de José Ávila e Silva e de vice-prefeito de Alyrio Ribeiro Soares. As candidaturas a vice-prefeito e da chapa de vereadores foram homologadas em reunião no dia 12 de maio, com a participação do deputado estadual Arsílio Caiado Ferreira, representando o então governador Carlos Lindenberg.<sup>121</sup>

Do ponto de vista da diferença de votos entre o primeiro e segundo colocado, a eleição de 1962 é a mais disputada na história de Muniz Freire e demonstra a profunda divisão da sociedade naquele período. PTB, PSD e UDN mediram forças na disputa para prefeito e vice-prefeito, já que neste ano aconteceram eleições independentes para ambos os cargos. O candidato a prefeito pelo PTB, Antônio Ferreira Sobrinho, venceu José Ávila e Silva, do PSD, por apenas 48 votos. Em terceiro lugar, distante da dupla PSD-PTB, ficou o postulante da UDN, Aristóteles Aguiar, concorrente que já havia sido derrotado na eleição municipal de 1958.

A disputa política estava acirrada no município e no Estado em 1962. Segundo notícia veiculada no jornal *A Gazeta*, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES) solicitara ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o envio de tropas federais para garantir o pleito em vários municípios capixabas, entre eles Muniz Freire.<sup>122</sup>

A vitória do PTB local em 1962 foi a primeira na história do partido para o executivo municipal, quebrando uma sequência de dois mandatos seguidos dos

---

<sup>121</sup> Notícias de Muniz Freire. **O Espírito Santo**, Guaçuí, n.p., 20 maio. 1962.

<sup>122</sup> Tribunal Eleitoral requisitou tropas federais para diversos municípios: garantia do pleito. **A Gazeta**, Vitória, p. 6, 27 set. 1962.

políticos do PSD. Além de perder a eleição para prefeito, a oligarquia local, até então quase imbatível, sofreu outra derrota na eleição para vice-prefeito. Na única eleição direta para vice-prefeito do período, o candidato Romulo de Araujo, do PTB, venceu Alyrio Ribeiro Soares, do PSD, e João Batista Frignani, concorrente da UDN. Na eleição para a Câmara Municipal, outro triunfo do PTB, que pela primeira vez faria a maioria no Legislativo ao eleger cinco vereadores, contra três do PSD e um da UDN, vitória que esquentou a rivalidade política no município. A próxima tabela apresenta o resultado eleitoral para prefeito, vice-prefeito e vereadores em 1962.

**Tabela 8** - Resultado das eleições para prefeito e vice-prefeito em Muniz Freire – 07/10/1962:

<b>Prefeito</b>	<b>Votação</b>
Antônio Ferreira Sobrinho (PTB)	1.365
José Ávila e Silva (PSD)	1.317
Aristóteles Aguiar (UDN)	789
Branços e nulos	554
Total apurado	4.025
<b>Vice-prefeito</b>	<b>Votação</b>
Romulo de Araujo (PTB)	1.365
Alyrio Ribeiro Soares (PSD)	1.166
João Batista Frignani (UDN)	681
Branços e nulos	420
Total apurado	3.362
<b>Vereadores</b>	<b>Votação</b>
PTB	1.593
PSD	1.473
UDN	721
Branços e nulos	248
Total apurado	4.035

**Fonte:** tabela criada a partir de informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e BAZZARELLA, Carlos Brahim. **A História de Muniz Freire.** Muniz Freire: [s.n.], 2003, p. 51.

Nas eleições estaduais realizadas no mesmo ano, a UDN coligou-se com o PTB para disputar contra o PSD. Para o governo, Jones dos Santos Neves, da coligação PSD-PTN venceu em Muniz Freire, mas foi derrotado na eleição geral por Francisco Lacerda de Aguiar, que era apoiado por PDC, UDN, PTB, PSP e PRP. A eleição geral para vice-governador foi vencida por Rubens Rangel e para o senado triunfaram Eurico Rezende e Raul Giuberti, ambos da mesma coligação de Francisco Lacerda de Aguiar. Rubens Rangel e Eurico Rezende venceram também em Muniz Freire e o segundo colocado para o senado no município foi Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (PSD), derrotado no pleito geral por Raul Giuberti.

Apesar da UDN estar na coligação de Francisco Lacerda de Aguiar, no plano municipal, segundo o jornal *A Gazeta*, periódico que defendia os candidatos do PSD, os udenistas locais não seguiram o partido e ficaram ao lado de Jones dos Santos Neves (PSD),<sup>123</sup> o que talvez explique a vitória do mesmo em Muniz Freire, uma vez que PSD e UDN, duas importantes forças políticas do município se juntaram contra “Chiquinho”, candidato que era apoiado pelo PTB local. Os números da eleição em Muniz Freire no ano de 1962 estão na tabela seguinte.

**Tabela 9** - Resultado das eleições para governador, vice-governador e senador em Muniz Freire – 07/10/1962:

<b>Governador</b>	<b>Votação</b>
Jones dos Santos Neves (PSD, PTN)	1.743
Francisco Lacerda de Aguiar (PDC, UDN, PTB, PSP, PRP) *	1.517
<b>Vice-governador</b>	<b>Votação</b>
Rubens Rangel (UDN, PTB, PSP, PRP) *	1.106
Moacyr Brotas (PSD, PTN, PRT)	933
Ademar Martins (PDC)	472
<b>Senador</b>	<b>Votação</b>
Eurico Rezende (PDC, UDN, PTB, PSP, PRP) *	1.581
Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (PSD, PTN, PRT)	1.205
Raul Giuberti (UDN, PTB, PSP, PRP) *	1.058
Olympio José de Abreu (PSD, PST, PRT)	775

**Fonte:** dados extraídos do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES).

\* Eleitos.

Outro fator que demonstra a força crescente do PTB em Muniz Freire foi a eleição de Mário Vieira Bicalho para o cargo de deputado estadual. Nascido no município e eleito em 1962, Bicalho teve mais de 83% dos seus 1.954 votos oriundos de Muniz Freire, numa incomum unidade em prol de apenas um candidato no município.

Diante dos dados apresentados, conclui-se que em 1962, o PTB alcança sua principal vitória eleitoral no município ao desbancar o PSD, partido que dominava a política local desde a sua fundação em 1945. A próxima tabela apresenta a totalidade de vitórias eleitorais dos partidos políticos em Muniz Freire.

<sup>123</sup> UDN de Muniz Freire. **A Gazeta**, Vitória, p. 8, 3 out. 1962.

**Tabela 10** - Número de vereadores, prefeitos e vice-prefeitos eleitos em Muniz Freire por partido. Período 1947-1962:

<b>Vereadores</b>	<b>PSD</b>	<b>PDC</b>	<b>UDN</b>	<b>PTB</b>
1947	7	2	-	-
1950	5	3	1	-
1954	5	-	-	4
1958	5	-	1	3
1962	3	-	1	5
Total	24	5	3	12
<b>Prefeitos</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>Vice-prefeito</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>

**Fonte:** tabela criada a partir de dados do Tribunal Regional Eleitoral (TSE), jornal *A Gazeta* e BAZZARELLA, Carlos Brahim. *A História de Muniz Freire*. Muniz Freire: [s.n], 2003, p. 51.

Temos, portanto, num intervalo de 15 anos, cinco eleições municipais com disputas para o cargo de vereador e prefeito e apenas uma eleição direta para vice-prefeito, esta realizada em 1962. O PSD foi o único a disputar todos os pleitos municipais realizados entre 1947 e 1962. Das 45 vagas de vereador em disputa, 24 foram ocupadas por membros do PSD. Dos cinco prefeitos eleitos no período, três eram pessedistas. O PSD também leva vantagem no número de presidentes da Câmara. Até 1964, segundo dados da Câmara Municipal, conta-se 16 presidentes, dos quais 14 pertenceram ao PSD. PTB e UDN fizeram apenas um presidente cada no período.<sup>124</sup>

O número total de eleitos pode levar ao engano sobre a correlação de forças políticas do município. Se considerarmos o desempenho do PSD somente a partir da entrada do PTB nas disputas, ou seja, de 1954 a 1962, veremos uma significativa perda de espaço político do PSD frente ao crescimento do PTB. Nas três eleições que concorreram, o PTB elegeu 12 vereadores, contra 13 eleitos pelo PSD. Na disputa para prefeito, dois eleitos pelo PSD e um do PTB. Na única disputa direta para vice-prefeito, a vitória foi do PTB. No mesmo período, a UDN elegeu apenas dois vereadores e nenhum prefeito ou vice-prefeito nas três eleições que competiu com PSD e PTB.

O eleitorado de Muniz Freire no período, se comparado com a população do município, permaneceu pequeno. O baixo número de eleitores em relação ao tamanho da população é em virtude dos analfabetos não terem direito a voto. A título de comparação, segundo o Censo do IBGE realizado em 1950, o município contava com

<sup>124</sup> Governadores Municipais e vereadores que fizeram parte da Câmara Municipal de Muniz Freire/ES. Disponível em: <[www.camaramunizfreire.es.gov.br](http://www.camaramunizfreire.es.gov.br)>. Acesso em: 18 mar. 2016.

15.472 pessoas acima dos cinco anos, dos quais apenas 4.519 (29,21%) sabiam ler e escrever.<sup>125</sup> A tabela abaixo compara o eleitorado com a população medida pelo IBGE nos censos de 1950 e 1960.

**Tabela 11** - Evolução do eleitorado e da população de Muniz Freire no período 1950-1962:

Ano	Eleitorado	População
1950	3.193	19.087
1955	3.493	-
1958	3.388	-
1960	3.408	21.669
1962	4.524	-

**Fonte:** tabela criada a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral e do censo do IBGE.

Como já descrito, em 1962, na última eleição municipal antes do golpe de 1964, o PTB de Muniz Freire conseguiu derrotar pela primeira vez o PSD ao eleger o prefeito, vice-prefeito e fazer a maioria da Câmara Municipal com cinco vereadores eleitos, de um total de nove vagas. A façanha eleitoral do PTB provocaria efeitos duradouros na política local, uma vez que a acirrada disputa travada pelo partido contra o PSD e a UDN traria consequências para a política do município mesmo após o golpe de Estado que derrubou o presidente João Goulart (PTB)

A partir de 1963, acompanhando a conjuntura nacional, críticas contra o comunismo e contra o governo de Jango surgiriam com mais força na sociedade local, em parte estimulada pelos políticos eleitos no ano anterior, inclusive dos vereadores do PTB. As turbulências do mandato do presidente João Goulart também influenciariam a política em Muniz Freire e no fim de 1963, em meio a grande radicalização política que havia no país, surgiria a ideia do deputado federal Leonel Brizola, também do PTB, de formar os “Grupos dos Onze” em todo Brasil, ideia que encontrou adeptos no município de Muniz Freire, movimentando ainda mais a política local, já que alguns membros do citado grupo tinham estreita relação com o agora dominante PTB local.

<sup>125</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estado do Espírito Santo – Recenseamento Geral de 1950. Disponível em:<[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 15 mar. 2016.

## 2. TEMPOS DE RADICALIZAÇÃO: OS PRIMEIROS ANOS DA DÉCADA DE 1960 NO BRASIL

Antes de adentrar nos pormenores do surgimento do “Grupo dos Onze”, é necessária uma discussão sobre os polêmicos primeiros anos da década 1960, período em que uma grave crise política, institucional e econômica atingiria o Brasil. Perante o conturbado momento, diversas estratégias surgiram com o intuito de estancar a crise que, por fim, culminaria no golpe em 1964. O “Grupo dos Onze”, criado a partir das pregações do deputado federal Leonel Brizola (PTB), foi uma das ideias surgidas, mas que acabou contribuindo para o acirramento dos ânimos e o posterior agravamento da crise política.

A formação do grupo idealizado por Brizola está inserido no contexto da agitada situação política brasileira que, nos primeiros anos da década de 1960, viu um presidente consagrado nas urnas renunciar abruptamente ao seu mandato, o vice-presidente ser quase impedido de tomar posse e uma nova ruptura democrática tornar-se real.

### 2.1 Democracia em perigo: a disputa política em 1961

A instabilidade política, como já referido, foi a tônica dos primeiros anos da década de 1960 no campo político brasileiro, provocada principalmente pela renúncia do presidente Jânio Quadros, seguida da conturbada posse e governo do presidente João Goulart e, por fim, o advento do golpe civil-militar, consumado no dia 1º de abril de 1964. É nesse contexto agitado que surgem os Grupos de Onze Companheiros, acirrando ainda mais a luta entre esquerda e direita em meio às polêmicas geradas pela Guerra Fria.<sup>126</sup>

Eleito vice-presidente pela segunda vez consecutiva, agora, nas eleições de 3 de outubro de 1960, João Goulart, também conhecido pelo apelido de Jango,

---

<sup>126</sup> Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a disputa pela hegemonia militar e econômica se concentrou em dois blocos: o capitalista, liderado pelos Estados Unidos da América e o comunista, sob a liderança da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A polarização entre EUA e URSS não chegou ao conflito militar direto entre os dois países, sendo a disputa baseada em aspectos ideológicos e na demonstração de poder ao adversário, com o objetivo de frear o avanço da influência inimiga nas diversas regiões do planeta. A Guerra Fria, portanto, é o nome dado a esse conflito ideológico travado entre as duas principais potências, que dividiu o mundo entre os adeptos do capitalismo e comunismo, logo após a Segunda Guerra Mundial.

imaginava cumprir normalmente o mandato que já havia exercido no governo de Juscelino Kubitscheck. Para surpresa do vice-presidente e da população, com menos de sete meses no cargo, o presidente Jânio Quadros renunciaria ao mandato, deflagrando uma grave crise institucional no país, uma vez que Jango estava em viagem oficial no exterior e imediatamente após a renúncia a sua posse começou a ser questionada.

A renúncia de Jânio Quadros e a não aceitação da posse do vice-presidente remonta as eleições presidenciais de 1960. Naquele pleito, PSD e PTB repetiram a aliança que elegera JK e Jango em 1955, agora lançando o Marechal Henrique Teixeira Lott como candidato a presidente e novamente João Goulart para vice-presidente. A opositora UDN apostou na candidatura de Jânio Quadros, que concorreu pelo PTN, e de Milton Campos, candidato udenista a vice.<sup>127</sup> Uma terceira chapa seria formada pelo PSP e pelo Movimento Trabalhista Renovador (MTR), que concorreu com Adhemar de Barros e Fernando Ferrari.<sup>128</sup> É importante ressaltar que naquele momento a legislação eleitoral permitia o voto em candidatos de coligações opostas e por esse motivo, Jânio Quadros, então candidato da oposição foi eleito presidente e João Goulart, da aliança situacionista, foi reeleito vice-presidente.

A vitória de Jânio foi expressiva. Assim como em Muniz Freire, Quadros venceu no Espírito Santo ao atingir 88.900 votos (49,5%), contra 59.805 (32,9%) de Lott e 31.705 (17,6%) de Adhemar. Por sua vez, Jango também saiu vencedor no citado município e no Estado, sendo que em nível estadual, a sua vitória foi por apenas 4.806 votos de diferença em relação ao segundo colocado, num universo de 194.509 votantes.<sup>129</sup>

O governo de Jânio Quadros se mostraria bastante controvertido, assustando até mesmo os partidos que o apoiaram na eleição. No campo econômico, ainda que com pouca eficiência, o presidente procurou combater a inflação e a crise econômica que se avolumava desde o final do mandato de Juscelino Kubitscheck. A dívida externa era um entrave ao desenvolvimento do país: “O crescimento não foi tão

---

<sup>127</sup> Antes de disputar a presidência, Jânio Quadros exercera, de forma meteórica, os cargos de vereador e prefeito da cidade de São Paulo e governador do mesmo Estado, além de ter sido eleito deputado federal pelo estado do Paraná em 1958. Quadros construiu sua carreira política defendendo a moralização do serviço público e a eficiência administrativa, tendo usado a vassoura como símbolo da sua vitoriosa campanha eleitoral em 1960.

<sup>128</sup> O MTR foi criado a partir de uma dissidência do PTB.

<sup>129</sup> Brasil. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dados Estatísticos: eleições federais, estaduais realizadas no Brasil em 1960 e em confronto com anteriores v.5. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

grande, mas o ‘perfil da dívida’ era um problema: a maior parte era de curto prazo, devendo ser paga em até três anos. O sucessor de JK receberia a conta” (FICO, 2015, p. 35).

No plano internacional, Jânio Quadros ousou ao tentar implantar uma política externa independente e de não alinhamento automático com os Estados Unidos, isso em plena Guerra Fria, período em que a neutralidade era algo praticamente inimaginável. O vice-presidente João Goulart, em viagem à China, chegou a afirmar que a política externa era conduzida com patriotismo pelo presidente e que se baseava na defesa da “[...] autodeterminação dos povos, reconhecendo-lhes o direito de escolher sua forma de governo e não permitindo a ingerência de qualquer potência na política interna dos outros países.”<sup>130</sup>

A política externa do governo provocou inúmeras polêmicas. Muitos setores que haviam apoiado Quadros criticaram a tentativa de estabelecer relações independentes com todos os países, inclusive com as nações pertencentes ao bloco socialista, este liderado pela União Soviética. O principal ato simbólico dessa política aconteceria dias antes da sua renúncia, ao condecorar, em 19 de agosto de 1961, o revolucionário argentino e então ministro da Indústria e Comércio de Cuba, Ernesto Che Guevara, que recebeu do presidente a comenda Grã-Cruz, da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, a mais alta condecoração brasileira destinada a cidadãos estrangeiros. A homenagem a um dos ícones da Revolução Cubana provocou contestação dos seus aliados na UDN e de setores das Forças Armadas, ecoando também nos Estados Unidos, quando o deputado republicano August E. Johansen classificou a política externa do governo Jânio de “hipócrita e traiçoeira”.<sup>131</sup>

As críticas ao posicionamento do presidente eram constantes, como no caso do padre e senador da UDN, Benedito Mário Calazans, um dos que se opuseram ao presidente por condecorar o ministro do regime cubano. O padre-senador rompeu com o presidente e atacou duramente o seu governo, chegando a questionar na tribuna do Senado: “Qual o presidente da República que seria eleito, caso anunciasse que iria condecorar um ‘Che’ Guevara?”<sup>132</sup>

---

<sup>130</sup> Jânio conduz a política externa com patriotismo, disse Goulart em Pequim. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 4, 19 ago. 1961.

<sup>131</sup> Deputado dos EUA acusa política de Jânio de hipócrita e traiçoeira. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 4, 22 ago. 1961.

<sup>132</sup> Padre Calazans rompe com JQ e ataca-o no Senado. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 25 ago. 1961.

Outro crítico contumaz, o udenista Carlos Lacerda, então governador da Guanabara,<sup>133</sup> e um dos mais fervorosos anticomunistas do país, passou de aliado a um dos principais opositores do presidente, principalmente pelas decisões tomadas pelo governo em relação à política externa, que segundo ele só agradava aos comunistas.<sup>134</sup> Na noite do dia 24 de agosto, Lacerda teceu críticas ao presidente na televisão, provocando enorme constrangimento e pressão contra Jânio ao insinuar que fora convidado a participar de uma ampla reforma institucional que daria mais poder ao executivo.<sup>135</sup>

De fato, as atitudes tomadas por Quadros desagradaram seus aliados, mas também causaram incômodo aos seus já tradicionais adversários dentro do PSD e do PTB, já que, depois da posse, membros desses partidos, incluindo o vice-presidente João Goulart, que presidia o PTB, tornaram-se alvos de inquéritos administrativos estimulados pelo próprio presidente com o objetivo de realizar “[...] investigações sobre os escândalos financeiros que envolviam os cofres públicos” (SKIDMORE, 1982, p. 244).

Enfrentando pressões de todos os lados e sem apoio no Congresso, o presidente Jânio Quadros renunciaria na sexta-feira, dia 25 de agosto de 1961, afirmando sentir-se esmagado por “forças terríveis” que haviam se levantado contra ele.<sup>136</sup> Sua renúncia seria o marco inicial de uma grave crise pelo fato do vice João Goulart estar em viagem oficial na China e pela posição dos atuais ministros militares Silvio Heck, da Marinha, Odílio Denys, do Exército, e Grün Moss, da Aeronáutica, de não aceitar a posse do vice-presidente.

Jânio Quadros nunca deixou realmente claro os reais motivos da sua renúncia, mas desde os primeiros momentos após a sua decisão surgiram suspeitas de que tal atitude era uma tentativa de aplicar um autogolpe com o objetivo de retornar ao poder nos braços do povo e com plenos poderes. Na prática, ao analisar a própria força Jânio se equivocou, uma vez que não houve qualquer mobilização significativa exigindo a sua volta e o Congresso Nacional aceitou prontamente a sua renúncia. Ao

---

<sup>133</sup> A partir do dia 21 de abril de 1960, após a transferência da capital do país para Brasília, a cidade do Rio de Janeiro, que deixava de ser a capital federal, passou ser designada de estado da Guanabara.

<sup>134</sup> Lacerda diz que a política externa do Brasil só tem mesmo apoio dos comunistas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 24 ago. 1961.

<sup>135</sup> Lacerda denuncia plano de Pedrosa para reformar o país. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 25 ago. 1961.

<sup>136</sup> Jânio explica renúncia. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 26 ago. 1961.

abandonar a presidência, Jânio saiu em viagem com a família rumo a Europa, deixando o país numa grave crise institucional e a beira de uma guerra civil.

Os desdobramentos pós-renúncia nos levam a atuação do então governador do Rio Grande do Sul, o petebista Leonel de Moura Brizola que, por meio de uma cadeia de rádio, organizou a resistência popular visando garantir a posse do vice-presidente João Goulart.

## 2.2 Da Campanha da Legalidade ao parlamentarismo: João Goulart assume a presidência

*“Substitui o Presidente, em caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Vice-Presidente da República.”*

### **Art. 79, Constituição Brasileira de 1946**

Com a renúncia consolidada, a Constituição de 1946, em pleno vigor à época, estabelecia claramente: no caso de vacância da presidência, o vice-presidente deveria assumir o cargo. Mesmo assim, a posse do vice João Goulart passou a ser questionada pelos ministros militares, que se posicionaram contra a investidura de Jango no cargo de presidente, dando início a uma grave crise política.

Jango estava em viagem oficial na China. Como a Constituição de 1946 também estipulava que em caso de ausência do vice, o presidente da Câmara assumiria a presidência, o deputado paulista Ranieri Mazzilli, do PSD, tomou posse provisoriamente no cargo, com os três ministros militares se mostrando irredutíveis quanto à possibilidade de João Goulart retornar ao país e assumir o cargo que lhe era de direito, segundo a Constituição.

Habilmente, o vice retardou ao máximo a sua volta na esperança de que as negociações esfriassem os ânimos e tivessem resultado favorável a sua posse. Durante o impasse político, o Congresso se recusou, por 300 votos a 12, o impedimento de João Goulart como fora sugerido pelos ministros militares em mensagem enviada pelo interino Ranieri Mazzilli.<sup>137</sup>

No dia 30 de agosto, os ministros divulgaram um manifesto a nação reafirmando não aceitar o regresso do vice-presidente e dizendo que dar posse a João

---

<sup>137</sup> Negado o impedimento. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 1, 29 ago. 1961.

Goulart “[...] constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil.”<sup>138</sup>

A atitude dos ministros foi considerada golpista, afinal, a legitimidade do vice-presidente era inquestionável tendo em vista a Constituição em vigor. Soma-se a isso o fato de João Goulart ter sido eleito vice-presidente em duas eleições e de forma separada, tanto de Juscelino Kubitschek em 1955, como de Jânio Quadros cinco anos depois. De fato, o vice-presidente era popular e o seu nome tinha sido referendado pelo eleitorado separadamente da figura do presidente eleito.<sup>139</sup>

Toda essa instabilidade política e a rejeição ao nome de João Goulart tinham raízes na figura de Getúlio Vargas. No manifesto dirigido à nação, os ministros militares expuseram suas razões para rejeitar Jango, associando-o ao comunismo e baderna nos meios sindicais, além de criticar a sua atuação como Ministro do Trabalho no segundo governo de Getúlio Vargas, período em que teria, segundo os ministros, infiltrado nos sindicatos “[...] ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas.”<sup>140</sup>

A força eleitoral de João Goulart assustava setores das Forças Armadas e parte do eleitorado conservador, uma vez que “Jango era o líder de um grande partido, o que mais rapidamente crescia - o PTB. Na verdade, representava a única personalidade de estatura nacional que aquele partido podia apresentar” (SKIDMORE, 1982, p. 262).

João Goulart, apesar da exitosa carreira política e de nunca ter sido comunista, tinha uma imagem controversa:

Jango estava longe de ser comunista. Era um fazendeiro, dono de boa quantidade de terras no Rio Grande do Sul. Mas também era um político popular, sobretudo desde que aumentara em 100% o salário mínimo, em 1954, enquanto estivera no Ministério do Trabalho, aspecto que os ministros militares não mencionaram diretamente, mas que se pode antever em seu manifesto. Era um homem simples, acostumado ao convívio com o povo, com os trabalhadores, inclusive por sua atuação no Ministério do Trabalho, quando estreitou laços com os sindicatos. Era estimado pela população até mesmo por ter sido adotado como afilhado político do mítico presidente Getúlio Vargas – e boa parcela dos militares era antigetulista. Considerava, de maneira genuína, que o povo pobre do Brasil precisava receber um tratamento mais justo do ponto de vista social. Mas, se Jango não era comunista, o que seria? Ele padecia de certa indefinição, titubeava não

---

<sup>138</sup> Ministros militares dizem por que não querem João Goulart. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 31 ago. 1961.

<sup>139</sup> Em termos comparativos, na eleição presidencial realizada em 1955, João Goulart, então candidato a vice-presidente recebeu votação superior ao próprio presidente eleito, Juscelino Kubitschek.

<sup>140</sup> Para ministros militares J. Goulart é o caos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 31 ago. 1961.

apenas em discursos e transparecia, algumas vezes, uma imagem vacilante, embora também fosse reconhecido como um habilidoso negociador. É uma das personalidades mais controversas da história do Brasil (FICO, 2014, p. 18).

Em meio a grave disputa, importantes veículos de imprensa como os jornais *O Globo* e *O Estado de São Paulo* se posicionaram contra a posse do vice-presidente. O “Estadão” chegou a sugerir que a única solução “moral” para a crise seria a desistência espontânea de João Goulart em assumir a presidência, evitando-se assim uma ditadura militar.<sup>141</sup>

A partir dos questionamentos sobre o retorno de Jango, um movimento popular em defesa da Constituição e da posse do vice-presidente começou a ser articulado no Rio Grande do Sul por Leonel Brizola, então governador do Estado e cunhado de João Goulart.<sup>142</sup> No dia seguinte a renúncia de Jânio Quadros, Brizola lançou manifesto comunicando a população gaúcha que o Governo do Estado se posicionava em defesa da legalidade constitucional e que não compactuaria “com golpes ou violências contra a ordem constitucional e contra as liberdades públicas.”<sup>143</sup>

O movimento iniciado por Brizola, que ficaria conhecido como “Campanha da Legalidade” ou “Rede da Legalidade”, teria efeitos importantes e duradouros para a trajetória política do então jovem governador gaúcho, uma vez que o projetou nacionalmente, tornando-o um dos principais líderes das esquerdas brasileiras do período.

No governo do Estado, Brizola já chamava a atenção pelo maciço investimento na educação e, principalmente, pela batalha contra as empresas multinacionais, quando chegou a desapropriar as filiais de duas empresas norte-americanas, a empresa de telefonia Internacional *Telephone and Telegraph (ITT)* e a de energia elétrica *Bond & Share*.

No episódio da Campanha da Legalidade o governador gaúcho surge definitivamente como um importante ator político em âmbito nacional. Durante o grave impasse político, Brizola transformaria o palácio do governo estadual numa espécie de trincheira de guerra na luta pelo direito constitucional de João Goulart assumir a presidência. Para ampliar o alcance da luta pela legalidade, Brizola apostou no poder do principal veículo de comunicação da época, o rádio.

---

<sup>141</sup> Notas e informações - O dever do Congresso. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 3, 29 ago. 1961.

<sup>142</sup> Brizola era casado com Neusa Goulart, irmã de João Goulart.

<sup>143</sup> Ao Rio Grande e ao Brasil. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 1, 26 ago. 1961.

Três dias após Jânio Quadros abandonar a presidência, o movimento já contava com 30 emissoras de rádio compondo a “Cadeia da Legalidade”, que era usada por Brizola para discursar fervorosamente contra o possível golpe.<sup>144</sup> Aproveitando a sua popularidade, Brizola conclamou o povo a ir às ruas em defesa da Constituição e contra a tentativa golpista dos Ministros Militares, então liderados pelo marechal Odílio Denys, ministro da Guerra. O movimento cresceu rapidamente e contagiou grande parte da população de Porto Alegre, onde cerca de 40 mil pessoas se aglomeraram no dia 30 de agosto, em frente ao Palácio Piratini, sede do governo do Estado, para ouvir Brizola discursar.<sup>145</sup> No mesmo local, soldados da Brigada Militar gaúcha montaram barricadas com sacos de areia nos arredores e nas janelas do palácio.<sup>146</sup> No dia 31, mais de 100 emissoras já estavam transmitindo os discursos do governador para todo Brasil.<sup>147</sup>

Com o clima cada vez mais tenso, Brizola passou a distribuir armas para a população:

Naquele mesmo dia, ele já requisitara todos os estoques de armas disponíveis em Porto Alegre, tendo mobilizado a Taurus, indústria de revólveres, para trabalhar, ininterruptamente, inclusive na produção de metralhadoras leves. E antes de iniciar o pronunciamento, que faria pela Rádio Guaíba, ordenou à Brigada Militar que distribuísse as armas à população. Foram distribuídos cerca de 2.000 revólveres calibre 38, cada um com uma caixa de balas, mediante a assinatura de um recibo (BANDEIRA, 1979, p. 80).

A tensão estava alta e a reação da cúpula militar de interromper imediatamente a ação de Brizola quase causou uma tragédia. Primeiro, tentou-se cortar todos os canais de comunicação do Estado, bloqueio que fora vencido pela Rádio Guaíba, esta requisitada por Brizola e instalada no Palácio Piratini como emissora oficial do governo. Não conseguindo calar a voz da “rede da legalidade”, o Ministério da Guerra autorizou um possível bombardeio ao Palácio do Governo, caso fosse necessário. A iniciativa foi revelada por Brizola, em discurso no dia 28 de agosto, quando leu para a multidão que o ouvia, trechos de ligações interceptadas entre o ministro da Guerra Odílio Denys e o comando do III Exército:

---

<sup>144</sup> 30 emissoras na Cadeia da Legalidade. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 1, 29 ago. 1961.

<sup>145</sup> 40 mil pessoas atenderam à convocação do governador Brizola. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 1, 31 ago. 1961.

<sup>146</sup> Povo nas ruas aguarda o desfecho da crise. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 14, 31 ago. 1961.

<sup>147</sup> LB: Usurpação pretender-se impor “impeachment” a Jango. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 4, 31 ago. 1961.

Foi realmente dramática a manhã de ontem, não só para aqueles que se encontravam no interior do Palácio Piratini como, também, para a população de Porto Alegre e o povo do Rio Grande do Sul. Essa tensão atingiu o “clímax” gerando-se mesmo, um começo de pânico [...], quando o sr. Leonel Brizola, falando do Piratini, revelou mensagens secretas enviadas pelo Ministro da Guerra ao comando do 3º Exército ordenando que o general José Machado Lopes tomasse uma medida mais firme com relação a crise no RGS, tendo inclusive solicitado que o chefe do 3º Exército fizesse convergir tropas sobre o Palácio do Governo “para deslocar o inimigo”. Essas mensagens secretas (captadas pelo serviço de rádio do Piratini) davam conta de que o Ministro da Guerra ordenava ao 3º Exército, que, se necessário, bombardeasse o Palácio.<sup>148</sup>

No mesmo dia em que foi revelado o plano de ataque ao palácio, em reunião com o governador, o general José Machado Lopes, comandante do III Exército, este sediado no Rio Grande do Sul e do qual também fazia parte as tropas dos estados de Santa Catarina e Paraná, anunciou que iria apoiar a causa pela posse do vice-presidente, ao contrário da posição tomada pelos Ministros Militares, que eram seus superiores.

A definição de Machado Lopes, que no dia 30 de agosto, se desvinculou das ordens do Ministro da Guerra, seria o momento chave para enfraquecer as aspirações dos militares golpistas, que aos poucos foram sendo isolados na proposição de não permitir a posse de João Goulart. Soma-se as pressões pela posse, as milhares de manifestações na imprensa em defesa da Constituição, momento em que partidos, personalidades, políticos e diversas organizações passaram a divulgar manifestos em apoio à causa liderada por Brizola no sul do país.

Com o Exército dividido, a posse de João Goulart tornou-se viável. O vice-presidente só chegaria ao país no dia 31 de agosto, após fazer uma longa viagem de volta, passando pela Europa, Estados Unidos e Uruguai, até desembarcar em Porto Alegre. Finalmente, após muitas negociações, João Goulart assumiria a presidência, mas com poderes reduzidos, já que o Congresso Nacional, com a concordância de Jango, aprovara uma medida emergencial no dia 2 de setembro instituindo o sistema parlamentarista, regime no qual o poder de governar é exercido por um primeiro ministro indicado pelo presidente e aprovado pelo Congresso. O presidente, neste caso, torna-se apenas chefe de Estado.<sup>149</sup>

---

<sup>148</sup> Protocolo verbal entre o governador Brizola e o general Machado Lopes. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 12, 29 ago. 1961.

<sup>149</sup> A emenda constitucional nº 4, que instituiu o parlamentarismo, também fixou prazo para que a decisão sobre a continuidade ou não do novo regime fosse confirmado em plebiscito, a ser realizado nove meses antes do término do mandato de João Goulart, que iria até 1965.

A posse do novo presidente ocorreu no dia 7 de setembro, Dia da Independência. Segundo a interpretação de Thomas Skidmore, as forças de esquerda estavam enganadas ao evocar somente para si os louros da vitória que pôs Jango na presidência. Afirma Skidmore que “Jango tornou-se presidente, não em virtude da pressão da esquerda, mas, sim, graças à divisão entre os militares, combinada com uma ampla base da opinião do centro, ansiosa por garantir a obediência ao processo constitucional” (SKIDMORE, 1982, p. 262).

Outras interpretações atribuem a Brizola o papel de grande protagonista do período. De fato, com discursos inflamados em defesa da Constituição, Brizola conseguiu ampliar nacionalmente os protestos em favor da posse do vice-presidente. Na interpretação do historiador Jorge Ferreira, o governador gaúcho foi o principal personagem a impedir a intenção golpista dos militares:

Para romper a censura imposta pela Junta Militar, Brizola conseguiu organizar a Cadeira Radiofônica da Legalidade, com 150 emissoras de rádio interligadas no Brasil e no exterior. A resistência democrática se espalhou pelo país, e dividiu os próprios militares. E foi assim que João Goulart tomou posse na Presidência da República em 7 de setembro de 1961 e Leonel Brizola tornou-se o primeiro civil brasileiro a enfrentar e derrotar um movimento militar golpista (FERREIRA, 2016, p. 25).

Mesmo diante das ameaças de Guerra Civil e até de bombardeio, a estratégia da rede radiofônica de Brizola, uma ideia relativamente simples, deu certo. Se não fora a principal causa, como afirma Skidmore, a mobilização popular que se formou em Porto Alegre a partir das pregações de Brizola teve papel importante para dividir a opinião no seio das Forças Armadas, o que acabou garantindo a posse do vice-presidente, mesmo que com poderes limitados.

Terminado o conflito de forma pacífica, a posse de Jango entraria para o conjunto de conciliações políticas ocorridas no Brasil desde o período do Império, essa que é uma das características marcantes da cultura política brasileira. A conciliação, que reúne as elites políticas e militares, procura montar uma estrutura que visa “[...] evitar conflitos graves e encontrar saídas políticas aceitáveis para os grupos envolvidos” (MOTTA, 2013, p. 18). No caso de João Goulart, mesmo sem plenos poderes, a solução parlamentarista o permitiu tomar posse, ao mesmo tempo em que atendeu parcialmente os setores da oficialidade e da direita que eram contra a sua ascensão a presidência, evitando-se assim uma possível guerra civil.

Nos seus quase 17 meses de funcionamento, o regime parlamentarista não lograria êxito em estancar a crise política e econômica do país. Diante disso, o plebiscito para decidir sobre a forma de governo acabaria antecipado para o dia 6 de janeiro de 1963. Os três gabinetes ministeriais formados no período não conseguiram promover soluções para os graves problemas do país e nem consolidar o apoio da população ao regime. Nem o próprio João Goulart deu forças ao parlamentarismo. Desde a sua posse, o presidente agiu nos bastidores para recuperar o quanto antes os poderes presidenciais. Neste período, na busca por apoio político, Jango procurou melhorar a sua relação com os militares contrários a sua posse, bem como estreitar relações com os Estados Unidos.

Bombardeado por quase todas as correntes políticas, o parlamentarismo brasileiro duraria pouco. Em 6 de janeiro 1963 foi realizado o plebiscito sobre a manutenção ou não do regime parlamentarista e a maioria esmagadora da população votou pela volta do presidencialismo, que venceu com 9.457.448 votos, contra 2.073.582 para o parlamentarismo, dando indiretamente uma importante vitória ao presidente João Goulart, que finalmente teria plenos poderes para governar. Em Muniz Freire o presidencialismo também venceu com grande maioria, com um total de 2.498 votos contra o parlamentarismo e apenas 549 a favor.<sup>150</sup>

Derrotado o regime parlamentarista, cabia agora ao presidente o comando direto do país como chefe de governo e chefe de Estado. A partir daí, o Brasil, que já vivia grande radicalização política, veria a crise se acentuar ainda mais, uma vez que o governo de João Goulart sofreria intensa campanha de desestabilização, principalmente através de duas conhecidas organizações: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). Poderosos empresários brasileiros, juntamente com o governo do Estados Unidos aplicaram vultuosos recursos para financiar a oposição ao presidente, além de promover cursos, filmes e propagandas contra João Goulart e o campo das esquerdas:

Essa campanha era conduzida por duas associações de empresários, o Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais). O Ibad fazia o papel de financiador repassando recursos obtidos em diversas fontes. Chegou a alugar um jornal, *A Noite*, que apoiava o PTB e que passou subitamente a fazer propaganda contra o governo. A atuação do Ibad levantou muitas suspeitas e deu margem à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Acabaria sendo fechado. O Ipes existia

---

<sup>150</sup> Plebiscitos e Referendos. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Disponível em:< <http://www.tre-es.jus.br>>. Acesso em 18 jul. 2016.

desde 1961 e centrava suas atividades em palestras, cursos, publicações e coisas do gênero. Apoiava a atuação de outros grupos contrários a Goulart, como a Campanha da Mulher pela Democracia e a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos. Vários de seus membros integravam a Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (FICO, 2015, p. 45).

Em abril de 1963 foi instalada na Câmara dos Deputados, a CPI do Ibad, que acabaria provocando o seu fechamento. A união Ipes/Ibad, por meio de recursos oriundos dos Estados Unidos, financiou campanhas políticas e outras atividades de opositores da esquerda e do governo de João Goulart, principalmente nas eleições de 1962.<sup>151</sup>

Havia no Brasil, portanto, um governo instável, mergulhado numa imensa radicalização política e com diversos setores conspirando pela sua derrubada. Tentando se equilibrar entre as pressões políticas que vinham de todo os lados, João Goulart e sua equipe ainda tinham que lidar com a grave crise econômica que crescia desde o fim do governo JK. Com a crise na economia, aliada ao significativo aumento do movimento sindical, observa-se que do período de governo de Juscelino até João Goulart houve uma explosão nas greves de trabalhadores, o que atrapalhava a governabilidade do presidente. No período JK, “[...] de 1958 a 1960, houve 177 greves; nos três anos seguintes, 435” (MORAES, 2011, p. 37).

A inflação era outro entrave ao desenvolvimento do país. Em janeiro de 1960, JK afirmara em sua mensagem de ano novo, que o último ano do seu mandato seria “[...] dedicado a recuperar o valor da moeda, a deter a inflação e a equilibrar as despesas públicas [...]”.<sup>152</sup> O drama da inflação foi herdado por Jânio e depois por Goulart. Em dezembro 1961, o então primeiro-ministro Tancredo Neves também alertava em cadeia de rádio “[...] que o grande adversário a enfrentar, na luta que se iniciará em 1962, é a elevação do custo de vida [...]”.<sup>153</sup> Passado um ano e a luta continuava a mesma: o combate à inflação e o alto custo de vida. Na tradicional mensagem de fim de ano lida em cadeia de rádio e divulgada nos principais veículos

---

<sup>151</sup> A Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara, criada pela Lei 14.688, de 1º de junho de 2012, publicou toda a documentação da CPI do Ibad que, entre outros objetivos, procurou investigar o financiamento, com recursos estrangeiros, das campanhas de políticos de oposição à esquerda e ao governo de Jango. O acervo da CPI, bem como outros documentos do período, estão disponíveis em: <<http://www.acervocepe.com.br/comissao-verdade.html>>.

<sup>152</sup> Mensagem de Juscelino: 1960 marcará luta contra inflação. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 04, 1 jan. 1960.

<sup>153</sup> Tancredo convoca a Nação para uma tríplice batalha. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 1, 31 dez 1961 e 1º jan. 1962.

de comunicação, o presidente João Goulart focou na questão inflacionária, assim como Juscelino fizera três anos antes.<sup>154</sup>

As palavras de Jango eram corroboradas pela imprensa, que divulgava diariamente os dados negativos da economia e do aumento do custo de vida. Ainda no dia 1º de janeiro de 1963, o jornal *Correio da Manhã* estampava em sua edição a reportagem intitulada “Dramáticas as perspectivas de alta do custo de vida em 1963”, na qual discorria sobre o aumento dos preços do pão, leite, carne, arroz e remédios, todos previstos para o início do ano. Ainda segundo o jornal, a culpa do aumento nos preços era da “[...] inépcia do governo no campo financeiro, determinando o agravamento da espiral inflacionária, e sua desarticulação e passividade no setor de abastecimento de gêneros [...]”.<sup>155</sup>

Além da crise econômica, a radicalização política atingiria níveis críticos no país. Com Goulart no poder, a esquerda se sentiu fortalecida. Era chegada a hora das tão esperadas reformas de base, defendidas com entusiasmo pela esquerda como fator fundamental para que o país se libertasse da exploração estrangeira e alcançasse o pleno desenvolvimento. As reformas tinham caráter nacionalista, com foco principal na questão agrária, além de metas reformistas nos setores administrativo, bancário, tributário, eleitoral, educacional, fiscal, entre outros. Outra importante reivindicação no seio das reformas era a concessão do voto aos analfabetos, bem como as patentes subalternas das Forças Armadas, como marinheiros e os sargentos, que no período não tinham direito de votar.

A amplitude do termo “reformas de base”, tão difundido pela esquerda brasileira “[...] não se consolidavam em projetos concretos, servindo mais como discurso político que acabava por assustar as elites políticas conservadoras, os empresários e parte da classe média” (FICO, 2015, p. 46). A discussão em torno das reformas de base provocaria intensos conflitos políticos. A esquerda criticava o tom conciliatório do presidente João Goulart, que defendia as reformas, mas por meio de negociação com o Congresso Nacional. Por sua vez, setores conservadores, como mencionado por Fico, estavam assustados com o teor reformista, o qual associavam ao comunismo e a luta revolucionária.

---

<sup>154</sup> Meta do Governo em 63 é luta antiinflação. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 1, 1º jan. 1963.

<sup>155</sup> Dramáticas as perspectivas de alta do custo de vida em 1963. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, 1º jan. 1963.

Um exemplo de tal associação está nos discursos de opositoristas do governo federal, a exemplo do deputado capixaba João de Medeiros Calmon (PSD), quando diplomado após a eleição de 1962. Ao receber o diploma de deputado federal na solenidade realizada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES), Calmon discursou sobre a crise econômica, além de atacar o governo e as reformas de base:

No plano nacional uma inflação avassaladora, estimulada pelo grupo que sonha com a implantação de uma República em moldes fidelistas, representa grave ameaça à sobrevivência do regime democrático e da civilização cristã. Há uma vasta conspiração em marcha, que utiliza sedutores slogans de reformas de base, quase todas de origem suspeita. Nós devemos antecipar-nos nesta batalha, desfaldando a bandeira das reformas cristãs e democráticas.<sup>156</sup>

O tema causava tanta polêmica que, em comício realizado em João Pessoa (PB), segundo divulgou o periódico *Jornal do Brasil*, havia a informação de que Jango poderia ser vítima de um atentado. Presente na capital paraibana para participar do Congresso das Ligas Camponesas, o presidente encontrou um ambiente hostil.<sup>157</sup> Ainda segundo o JB, o clima na cidade só acalmou após o presidente discursar afirmando não pretender fazer uma reforma agrária que transformasse “os trabalhadores em proprietários e os proprietários em trabalhadores”.<sup>158</sup> De fato, como veremos adiante, a própria esquerda estava dividida sobre a forma de luta em prol das reformas. O PTB, partido de Jango, também se dividiu em dois grupos, um mais moderado, e outro, liderado por Brizola, bastante radical e que exigia a qualquer preço a realização das reformas.

No plano internacional, a situação também era complexa. No clima da Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética continuavam a estimular a divisão do mundo entre capitalistas e comunistas. O mundo, portanto, andava agitado: Revolução Cubana opondo Estados Unidos e Cuba, muro de Berlim dividindo a Alemanha em duas áreas de influência, o quase confronto entre EUA e URSS com a crise dos mísseis soviéticos em Cuba e a libertação colonial na África e na Ásia. Na América Latina, a tônica eram os golpes militares:

---

<sup>156</sup> Calmon: A democracia precisa ser defendida. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, p. 34, 15 dez. 1962.

<sup>157</sup> Lideradas pelo advogado e deputado Francisco Julião, as Ligas Camponesas foram a principal organização de trabalhadores do campo até 1964. Oriunda em Pernambuco e com grande repercussão social e política, se expandiu fortemente pelo nordeste e em outras regiões do país.

<sup>158</sup> Fala de Goulart deixa fazendeiros e camponeses calmos em João Pessoa. **Jornal do Brasil**, p. 3, 31 jul. 1962.

Mas, se a nossa câmera focalizasse as Américas do Sul e Central, os espectadores logo perceberiam que os retrocessos também modelavam a geopolítica. Entre o início de 1961 e o fim de 1963, nada menos que sete golpes militares haviam derrubado governos constitucionais em El Salvador, Argentina, Peru, Equador, Guatemala, República Dominicana e Honduras. Como se não bastasse, os Estados Unidos investiam no programa “Aliança para o Progresso”, para ajudar os países da América Latina a se livrarem da “ameaça comunista” (MORAES, 2011, p. 65).

Neste contexto de ataque ao governo Jango, das inúmeras greves, crise econômica e agitações políticas, surgiriam os “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”, estimulados pela atuação radical do cunhado do presidente e agora deputado federal pelo estado da Guanabara.

### 2.3 Entre ódios e paixões: a atuação política de Leonel Brizola

*“Ele era muito poderoso, já não apenas no Rio Grande do Sul, onde ganhara grande prestígio em razão dos bons governos que fizera, mas em todo o Brasil, graças à campanha de 1961 e a todos os seus pronunciamentos radicais pelo rádio, bem como à criação dos “grupos dos onze”, que juntaram militantes brizolistas em todas as cidades brasileiras. Seu nome crescera em força política e em energia combativa.”*

**Darcy Ribeiro**

A iniciativa da Campanha da Legalidade renderia importante projeção nacional para a carreira política de Leonel Brizola, tornando-o um ator importante na acirrada disputa política brasileira, ao mesmo tempo em que “[...] o transformaria em uma espécie de inimigo número 1 dos militares” (FICO, 2014, p. 20).

Após o episódio da luta pela legalidade, Brizola radicalizaria ainda mais as suas posições. A citada frase de Darcy Ribeiro, então ministro-chefe da Casa Civil do governo de João Goulart, nos apresenta um político forte não apenas no Estado em que iniciou na política, mas “poderoso” em âmbito nacional. A atuação político-partidária de Brizola provocaria paixão e ódio, tornando-o um personagem singular na conjuntura política brasileira.

Brizola nasceu em 22 de janeiro de 1922 em Carazinho, interior do Rio Grande do Sul. Filho de José de Oliveira Brizola e de Onívia de Moura Brizola. De origem pobre e órfão de pai ainda bebê, passou por inúmeras dificuldades na infância e na

adolescência.<sup>159</sup> Aos 10 anos, depois de viver um tempo na casa da irmã, foi levado por um amigo do pai de volta a Carazinho, local onde conheceu o reverendo metodista Isidoro Pereira e sua esposa Elvira. A criança pobre, que nunca tivera acesso as mínimas condições de conforto, foi acolhida pelo casal em sua residência e matriculada no Colégio Metodista. A partir daí, o jovem Brizola prosseguiria nos estudos. Coursou o ginásio, o colegial e formou-se técnico rural. Em Porto Alegre, onde ingressa em 1942 na Faculdade de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, Brizola começou a definir a sua posição política, exatamente no período em que os partidos começavam a se organizar após o fim do Estado Novo. Não se enquadrando no pensamento dos comunistas e nem dos alunos engajados na UDN e no Partido Libertador, Brizola acabou atraído pelo movimento queremista:

A eclosão do movimento queremista foi que o sensibilizou, bem como a seu círculo de colegas. Ele se impressionou com a massa na rua, o operariado carregando retratos de Vargas, a gritar: - Getúlio, Queremos Getúlio, Constituinte com Getúlio. Compreendeu que devia tomar posição, participar. Não podia, obviamente, ser contra Vargas, contra a massa dos deserdados, da qual emergia. Afinal Brizola era também trabalhador, sofria ele próprio o problema das classes oprimidas e a necessidade de justiça social. O golpe que derrubou Vargas, em 1945, consolidou a sua opção (BANDEIRA, 1979, p. 47-48).

Os primeiros passos efetivos na política acontecem ao participar da fundação da seção gaúcha do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1945, momento em que ajuda a organizar os diretórios do partido em vários municípios do Estado. Dois anos depois, na eleição de 19 de janeiro de 1947, Brizola é eleito deputado estadual aos 25 anos e inicia uma carreira política de rápida ascensão. Na Assembleia conhece João Goulart, também eleito deputado pelo PTB. Três anos depois, já engenheiro formado, se casaria com Neusa Goulart, irmã de Jango, tendo Getúlio Vargas como padrinho de casamento.

Ainda em 1950 reelege-se deputado como o mais votado e no ano seguinte conhece sua primeira derrota eleitoral na disputa pela Prefeitura de Porto Alegre, quando foi vencido por Ildo Meneghetti por pequena margem de votos. Em 1952 é nomeado secretário estadual de Obras Públicas, na gestão do governador Ernesto Dorneles, primo de Getúlio Vargas. Nos anos seguintes, coleciona vitórias eleitorais no Rio Grande do Sul: deputado federal em 1954, aos 32 anos, obtendo mais de 100

---

<sup>159</sup> O pai de Brizola foi assassinado após participar da “Revolução de 1923”, movimento armado ocorrido no Rio Grande do Sul contra a reeleição de Borges de Medeiros para o governo do Estado.

mil votos; prefeito de Porto Alegre em 1955 com votação superior à soma dos adversários, e governador do Estado, eleito em 3 de outubro de 1958, vencendo com 169.059 votos de diferença para o seu adversário (670.003 a 500.944).<sup>160</sup>

Como já mencionado, seu período como governador ficaria marcado pela Campanha da Legalidade, além do investimento em educação e também pela batalha contra duas empresas multinacionais, a de telefonia *ITT* e a de energia elétrica *Bond & Share*, ambas norte-americanas. Foi no governo gaúcho, aos 37 anos de idade, que Brizola passaria a usar o rádio para se comunicar com a sociedade e divulgar as ações da sua administração. O então governador desenvolveu grande poder de mobilização popular através do rádio, como já visto no episódio da Campanha da Legalidade e também na formação do Grupo dos Onze Companheiros, como veremos no prosseguimento deste trabalho.

Na educação, apostou nos mutirões e parcerias com as Prefeituras. O Estado fornecia recursos financeiros e materiais de construção e as comunidades contribuíam com a mão de obra, tornando mais ágil a construção de inúmeras escolas:

No campo da educação, Brizola projetou, em escala estadual, o que fizera em Porto Alegre, multiplicando as salas de aulas e aumentando enormemente os índices de escolaridade. Entendia que “sem educação não há desenvolvimento”. E dotou o Rio Grande do Sul de uma rede de ensino primário e médio que atingiu os mais longínquos e desassistidos municípios. Em apenas 4 anos de mandato, ou seja, entre 1959 e 1962, o Governo de Brizola construiu 5.902 escolas primárias, 278 escolas técnicas e 131 ginásios, colégios e escolas normais, totalizando 6.302 novos estabelecimentos de ensino, abriu 688.209 novas matrículas e admitiu 42.153 novos professores (BANDEIRA, 1979, p. 59).

Investimentos em infraestrutura e no setor de energia também marcaram a gestão de Brizola como governador, mas sua principal luta seria mesmo contra as citadas duas empresas multinacionais norte-americanas. No dia 13 de maio de 1959 Brizola tomou uma atitude ousada para controlar a entrada do capital estrangeiro no Brasil: assinou decreto de encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio-grandense (CEERG), filiada no Estado, da norte-americana *Bond & Share*, concessionária que atuava desde 1929 no serviço de distribuição de energia elétrica

---

<sup>160</sup> Brasil. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais. Quadros comparativos dos pleitos entre 1945 e 1963, v. 7. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

em Porto Alegre e a partir de 1935 também na cidade de Canoas,<sup>161</sup> na região metropolitana:

Antes de assinar o decreto de expropriação, o governador Brizola presidiu exaustivas e demoradas negociações com os dirigentes da CEERG. Embora a concessão já estivesse vencida e a empresa não fizesse nenhum novo investimento no Rio Grande do Sul para atender ao que pleiteava o governo estadual, seus diretores exigiam novo contrato por um período de 35 anos e revisão tarifária. Considerando as exigências absurdas, com autorização do presidente Juscelino Kubitscheck o governador Brizola assinou decreto encampando a Companhia, expropriando seus bens pelo valor simbólico de um cruzeiro (BRAGA, 2014, p. 54).

Imediatamente após a publicação do decreto e do simbólico depósito, Brizola solicitou ao Judiciário a imissão de posse, sendo que “[...] O Juiz Borges Fortes, da Fazenda Pública, concedeu-a, tão logo recebeu o pedido, argumentando que se limitava à estrita aplicação da lei” (BANDEIRA, 1979, p. 62).

Três anos depois, agora com Jango na presidência, outra polêmica. Brizola decidira modificar o serviço de telefonia, tornando o Estado um dos controladores do serviço. Como as negociações com a Companhia Telefônica Rio-grandense, subsidiária da poderosa multinacional *ITT* não caminharam nesta direção, o governador desapropriou os bens da empresa no dia 15 de fevereiro de 1962 e incorporou a mesma na recém-criada Companhia Rio-grandense de Telecomunicações (CRT). A decisão de encampar se deu após três anos de negociações entre o governo e representantes da empresa.<sup>162</sup>

A reação contra Brizola foi forte, indo desde a Embaixada dos Estados Unidos, passando por jornais brasileiros, até chegar ao famoso jornal norte-americano *Washington Post*:

Em 22 de fevereiro de 1962, o *Washington Post* concentra o fogo sobre Brizola: “Os norte-americanos estão finalmente se dando conta de quem é o brasileiro considerado o candidato mais provável para fazer o papel de Fidel Castro, num país muito mais importante para a segurança do Hemisfério do que a pequena ilha de Cuba”. Depois de anunciar que o seu nome é Leonel de Moura Brizola e é atualmente Governador do Rio Grande do Sul – “um demagogo perigoso, hábil e infinitamente ambicioso” -, o jornal reclama: “O Sr. Brizola sabe que os países estrangeiros são alvos fáceis no Brasil. Pouco se importa pelo efeito que as expropriações possam ter sobre a opinião pública norte-americana, e conta com a confusa situação no Brasil para dar-se oportunidade de exercer um papel destacado no mais populoso país da América Latina” (LEITE FILHO, 2008, p. 69-70).

---

<sup>161</sup> Brizola encampa Companhia Elétrica Rio-grandense. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 16, 13 maio. 1959.

<sup>162</sup> O Telegrama. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 11, 22 fev. 1962.

Em pronunciamento oficial, o governo dos EUA taxou a decisão de Brizola de “economicamente errônea”, além de afirmar que o pagamento oferecido como compensação a *ITT* era inferior ao valor da propriedade da empresa.<sup>163</sup> O Secretário do Tesouro Americano, Douglas Dillon, “[...] considerou o fato mau exemplo para os demais países latino-americanos, pois, àquela época, nem mesmo Cuba, já sob o governo de Fidel Castro, havia adotado atitude semelhante” (BANDEIRA, 1979, p. 62).

Mesmo com as pressões dos Estados Unidos, país sede das empresas atingidas, Brizola manteve a decisão do governo, tornando as empresas patrimônio do Estado. As encampações também trouxeram problemas para o presidente da República, já que o governo norte-americano passou a pressioná-lo devido a ação de Brizola, conforme declaração de Darcy Ribeiro, então ministro do gabinete civil de João Goulart:

Batalha não menor foi enfrentar os interesses econômicos norte-americanos, alçados contra a desapropriação de bens da *ITT*, que Brizola havia promovido no Rio Grande do Sul; bem como a encampação, que ele também promovera, de uma empresa elétrica da Bond & Share. O Departamento de Estado norte-americano fez todas as chantagens possíveis e impossíveis, jogando com a dívida externa do Brasil e buscando desmoralizar o governo, na tentativa de nos levar à bancarrota (RIBEIRO, 1997, p. 327).

Nesse sentido, segundo Darcy, as encampações promovidas por Brizola dificultaram as relações entre Brasil e EUA, e por consequência o governo de João Goulart:

Jango teve contatos pessoais com Kennedy. O primeiro em Washington, assessorado por San Tiago Dantas e por Roberto Campos, em que foi fortemente pressionado para desfazer as encampações promovidas por Brizola como governador do Rio Grande do Sul e em que foram feitas promessas de cooperação do governo norte-americano jamais cumpridas (RIBEIRO, 1997, p. 334).

Brizola e Jango eram, no período, as principais figuras do PTB. Lideranças de um mesmo partido, mas com pensamentos bastante distintos. João Goulart, além de presidir o país, era o presidente do partido. Por sua vez, Brizola liderava a facção mais radical do PTB que, em muitas situações, se opunha as atitudes tomadas pelo presidente.

Para situar a diferença entre os dois, é necessário retornar a três conferências proferidas por Leonel Brizola em 1961, nas quais o então governador expôs o seu

---

<sup>163</sup> Reação dos EUA contra a encampação de Brizola. **Diário de Notícias**, p. 6, 18 e 19 fev. 1962.

pensamento político e seus projetos, além de analisar os problemas brasileiros e a inserção do país no contexto internacional. Convidado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), Brizola proferiu, em 16 de junho de 1961, no Rio de Janeiro, uma palestra intitulada “O Brasil, a América Latina, os Estados Unidos e o ‘Caso Cubano’”. No segundo semestre de 1961, faria outras duas: “Subdesenvolvimento e Processo Espoliativo – Atraso, Pobreza, Marginalismo”, no Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, em 20 de outubro de 1961; e “Palavras à Mocidade do Meu País”, na cidade de Presidente Prudente (SP), em 25 de novembro de 1961.<sup>164</sup>

A primeira diferença clara entre Brizola e Jango era na forma de se expressar. O presidente, pelo menos na maior parte de sua carreira política, era mais ponderado com as palavras, bem diferente do estilo explosivo do cunhado que, na definição de Moniz Bandeira, “[...] “utilizava uma linguagem dura, frequentemente agressiva e bastante apaixonada [...]” (BANDEIRA, 1979, p. 110). Sua atuação, aliada a palavras fortes e polêmicas, provocava paixão nos seus seguidores, ao mesmo tempo em que assustava grande parte da sociedade, que via por trás de suas ações, um projeto de poder que levaria o país ao comunismo.

A atuação política de Brizola vai de encontro ao personalismo, outra característica comum à cultura política brasileira, em que “[...] os cidadãos privilegiariam a fidelidade a laços de parentesco, amizade, compadrio ou patronagem, à revelia de normas universais, com baixa adesão a projetos políticos impessoais” (MOTTA, 2013, p. 15-16).

Seu estilo polêmico, duro e por vezes com um humor peculiar o aproximava de ampla camada da sociedade brasileira, que via em suas ações e palavras, a solução para o país. Seus admiradores consideravam-no como um “amigo” que os ajudaria a enfrentar a pobreza e as injustiças sociais, e, por isso engajavam-se em suas proposições, como veremos na formação do Grupo dos Onze. O brizolismo, portanto, “[...] confundiu-se com a pregação nacionalista e anti-imperialista de Leonel Brizola. Não se estruturou em moldes organizacionais definidos. Prevalencia uma relação direta do líder com as massas, nos moldes clássicos do populismo” (MORAES, 2011, p. 79-80).

Na conferência promovida pela UNE, Brizola se define como um homem livre de preconceitos e contra qualquer forma de fanatismo. Considera-se livre,

---

<sup>164</sup> As três conferências estão disponíveis em: BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

emancipado e independente. Num contexto marcado pelo auge da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética, o político gaúcho defendia o direito de não ter que escolher obrigatoriamente um lado. Nesse sentido, afirmava categoricamente: “Se nada temos com a Rússia, devemos ter a coragem de dizer que nada temos com os Estados Unidos”.<sup>165</sup>

A educação, para Brizola, era a verdadeira revolução. O desenvolvimento só seria real após o povo ser libertado do analfabetismo e da ignorância:

A educação é o único caminho para emancipar o homem. Desenvolvimento sem educação é criação de riqueza apenas para alguns privilegiados. É fazer os ricos mais ricos e poderosos, e os pobres mais dependentes. Desenvolvimento sem educação, meus jovens patrícios, é escravizar a criatura humana em vez de libertá-la. Os benefícios materiais e espirituais do desenvolvimento não podem ficar apenas nas mãos de alguns. Precisam ser amplamente levados a todos. É necessário que o povo participe dos lucros sociais do desenvolvimento.<sup>166</sup>

A reforma agrária, inserida nas reformas de base, também era um foco de luta. Brizola questiona o porquê de 200 projetos de reforma agrária propostos ao Congresso Nacional não se tornarem realidade. Condena, ainda, a forma de desenvolvimento capitalista na América Latina e o apoio dos dirigentes dos Estados Unidos a um capitalismo “[...] que está esmagando, destruindo, desvitalizando as populações da América Latina”.<sup>167</sup>

Para Brizola, dois fatores eram primordiais para o Brasil alcançar o pleno desenvolvimento: a efetivação das reformas estruturais e a revisão das relação do país com os Estados Unidos. Suas críticas ao governo norte-americano eram contundentes. As reformas internas, tão sonhadas pela esquerda brasileira, só seriam efetivadas a partir do momento em que o Brasil mudasse os termos de sua relação com os EUA:

Não estou aqui preconizando que se deva enfraquecer, ou que se deva romper as relações entre os dois países. Isto seria um absurdo. Preconizo, sim, que estas relações se desenvolvam em outros termos. E o que me preocupa, é que o dia em que o Brasil e os brasileiros resolverem reformar, como precisamos, o sistema de relações, iremos assistir os porta-vozes americanos nos acusarem de inovadores comunistas, intrigando-nos com a opinião pública mundial, além de se empenharem, aqui dentro, em soez campanha destinada a inutilizar os nossos esforços.<sup>168</sup>

<sup>165</sup> “O Brasil, a América Latina, os Estados Unidos e o ‘Caso Cubano’”, p. 115-116.

<sup>166</sup> Idem, p. 119.

<sup>167</sup> Idem, p. 123.

<sup>168</sup> “O Brasil, a América Latina, os Estados Unidos e o ‘Caso Cubano’”, p. 125.

A situação de Cuba após a revolução foi um dos focos da sua palestra na UNE.<sup>169</sup> Para Brizola, se as relações com os Estados Unidos não mudassem e se os dirigentes norte-americanos continuassem intransigentes, o “caso cubano” poderia ser um espelho, não só para o Brasil, mas para toda América Latina. Por isso era necessário “estudar e acompanhar atentamente ‘o caso cubano’”.<sup>170</sup>

Se já não bastassem as encampações promovidas no Rio Grande do Sul contra empresas norte-americanas, o governo dos Estados Unidos também passaria a se preocupar com a posição de Brizola em relação a Cuba e o seu crescente prestígio entre as massas populares. Leite Filho (2008), em pesquisa realizada no *US National Archives* e em bibliotecas de ex-presidentes dos Estados Unidos, encontrou uma série de documentos enviados da Embaixada norte-americana no Brasil e de outras entidades governamentais para suas matrizes, nos EUA. Em muitos desses despachos, há relatos de conversas confidenciais de representantes do governo norte-americano com João Goulart e outros líderes políticos, além de militares e membros da igreja, assim como conversas com destacados próceres da imprensa brasileira. Nesses informes:

Brizola era, invariavelmente, o tema central daquelas conversas, conduzidas de forma quase sorrateira e extremamente reservada, na maioria das vezes na calada da noite, ou nas primeiras horas da manhã, de preferência na calma dos fins de semana. [...] Os informes sobre Brizola, na maior parte em inglês, começam ainda na campanha para governador do Rio Grande do Sul, em 1958, quando ele promete realizar um governo independente e livre da interferência estrangeira e dos grandes grupos econômicos (LEITE FILHO, 2008, p. 195).

Vigiado pelos Estados Unidos, Brizola seguiu realizando palestras acerca dos problemas do país. Sua preocupação com a pobreza, a manipulação da imprensa e os termos da relação do Brasil com as duas superpotências foram abordadas na

---

<sup>169</sup> A Revolução Cubana, inserida no contexto da Guerra Fria, foi um dos episódios mais marcantes ocorridos na América Latina no século XX. Em janeiro de 1959, um grupo de guerrilheiros derrubou o governo do ditador Fulgêncio Batista e tomou o poder. O ato liderado por Fidel Castro, seu irmão Raul e o argentino Ernesto Che Guevara repercutiu no mundo todo, principalmente após as reformas econômicas e sociais realizadas pelo governo revolucionário. Essas reformas contrariaram os interesses econômicos norte-americanos na ilha, causando a deterioração das relações do governo cubano com os Estados Unidos. Com a aproximação de Cuba e União Soviética, as relações entre os dois países se agravaram, afinal, um país próximo à costa dos EUA passou a firmar acordos de ajuda mútua com o principal inimigo político e ideológico dos norte-americanos. O auge da rivalidade entre EUA e Cuba se daria com a tentativa mal sucedida de invasão da ilha, em abril de 1961, quando exilados cubanos, com apoio do governo dos EUA desembarcaram nas praias da Baía dos Porcos com o objetivo de derrubar o governo de Fidel Castro. Outros dois momentos de grande tensão seriam o decreto de embargo econômico contra a ilha em 1962 (ainda vigente) e a Crise dos Mísseis, em outubro de 1962, que quase provocou um conflito nuclear entre EUA e URSS.

<sup>170</sup> “O Brasil, a América Latina, os Estados Unidos e o ‘Caso Cubano’”, p. 130.

conferência “Subdesenvolvimento e Processo Espoliativo – Atraso, Pobreza, Marginalismo”, realizada em Porto Alegre, em 1961.

Na capital gaúcha voltou a defender o não alinhamento automático aos Estados Unidos e nem a União Soviética. Para Brizola, o diálogo aberto com os “dois mundos” era essencial, mas a solução para os graves problemas brasileiros deveria ser “nativa”, ou seja, preservando as características nacionais. Suas críticas eram contundentes em relação aos EUA, reconhecendo nesse país um grande obstáculo ao desenvolvimento do Brasil, mas ao mesmo tempo era contra o alinhamento com a URSS. O Brasil deveria trilhar o próprio caminho, se relacionando com todas as nações, inclusive as socialistas e buscando a sua emancipação econômica, sem que houvesse necessidade de romper com nenhum país. Sua visão do contexto da Guerra Fria era clara: “Nem em Nova Iorque nem em Moscou – mas no Brasil, no estudo dos problemas brasileiros, na luta contra a miséria brasileira, na fidelidade a um destino próprio para o povo brasileiro.”<sup>171</sup>

Brizola possuía uma espécie de dicionário particular, composto de expressões peculiares, que eram repetidas à exaustão pelo político gaúcho, como “processo espoliativo”, “comprometidos e não-comprometidos”, dentre outras. O processo espoliativo, afirmava Brizola, impedia o desenvolvimento econômico e social do Brasil e da América Latina.<sup>172</sup> Para explicá-lo didaticamente, fez uso de uma metáfora comparando o Brasil a uma grande represa. Nesse sentido, a água represada era a riqueza produzida no país, mas, ao mesmo tempo, junto à barragem, “um sistema de bombas funciona sem parar” sugando e diminuindo o nível da água.<sup>173</sup> Portanto, mesmo que o brasileiro, com o seu trabalho, produzisse mais riqueza para o país, as bombas iriam sugar a água para fora da represa, ou seja, para o exterior. O que agravava esse processo, insistia Brizola, era a estrutura interna do país, que “foi sendo criada insensivelmente para servir ao processo espoliativo internacional”.<sup>174</sup>

Em outra conferência, realizada em Presidente Prudente (SP), Brizola voltaria ao tema, dando novas explicações. Segundo Ferreira (2016, p. 30), “Brizola trabalhava com categorias das ciências sociais latino-americanas de seu tempo, em

---

<sup>171</sup> “Subdesenvolvimento e Processo Espoliativo – Atraso, Pobreza, Marginalismo”, p. 139.

<sup>172</sup> A espoliação remonta ao período de Getúlio Vargas na presidência. Em sua carta-testamento, a palavra espoliação é citada três vezes, assim como a atuação de grupos internacionais é mencionada em duas ocasiões.

<sup>173</sup> “Subdesenvolvimento e Processo Espoliativo – Atraso, Pobreza, Marginalismo”, p. 140.

<sup>174</sup> Idem, p. 142.

particular as ideias elaboradas pelos economistas da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).” Nessa perspectiva, o Brasil, assim como outros países subdesenvolvidos, possuía uma estrutura interna dualista, isto é, dois tipos de economia coexistiam dentro do país: “[...] uma moderna, em contato com o exterior” e outra, “semifeudal que aprofunda suas raízes aos capilares do organismo nacional.”<sup>175</sup> Segundo a interpretação de Brizola, o processo espoliativo estaria travando a economia do Brasil e contribuindo com a manutenção do latifúndio, afinal, o capital estrangeiro adquiria o controle da parte econômica mais desenvolvida do país em associação com os grandes empresários locais, que também eram latifundiários, e por isso tornava-se também “[...] fator decisivo na manutenção do latifúndio.”<sup>176</sup>

Nesse processo, os países ricos compravam matéria-prima a baixo preço dos países de economia monocultora e latifundiária e em contrapartida esses mesmos países desenvolvidos vendiam “[...] a alto preço os seus produtos manufaturados ao país do qual compra os produtos primários.”<sup>177</sup> Essa diferença de preços no comércio entre capital estrangeiro desenvolvido e países de economia monocultora e latifundiária beneficiava apenas um lado da balança, sendo, portanto, “parte do processo espoliativo” e mantendo os países subdesenvolvidos “[...] à condição de colônias, isto é, de fornecedora de matéria-prima e de importadores de bens manufaturados.”<sup>178</sup> Complementando, Brizola apresentou dados do relatório geral da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, informando que o lucro de investidores estrangeiros no Brasil “[...] ultrapassavam, em muitos casos, a ordem de 3.000%.”<sup>179</sup>

Em entrevista a famosa revista *O Cruzeiro* em outubro de 1962, Brizola também descreveu o processo, sustentando que, para o país enfrentar as injustiças da estrutura interna e o processo espoliativo, era necessário “[...] eliminar as bombas de sucção que carregam para as nações dominantes as nossas poupanças, os frutos do nosso trabalho.”<sup>180</sup> Para eliminar as “bombas” era necessário implantar as reformas de base, rever os termos do comércio internacional e, principalmente, revisar as relações econômicas com os Estados Unidos que, com seus grupos econômicos, operavam o processo espoliativo:

---

<sup>175</sup> “Palavras à Mocidade do Meu País”, p. 161.

<sup>176</sup> Idem, p. 161.

<sup>177</sup> Idem, p. 161.

<sup>178</sup> Idem, p. 162.

<sup>179</sup> “Palavras à Mocidade do Meu País”, p. 168.

<sup>180</sup> Para onde vai o Brasil? **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, p. 104, 6 out. 1962.

Somos, sim, contra um sistema econômico internacional que tem sua sede nos Estados Unidos e que é a fonte, a causa dos sofrimentos, das frustrações e de toda a sorte de deformações na vida dos povos cuja economia dominam, como é o nosso caso e o de toda a América Latina. E temos razões de sobra para odiar esse sistema de espoliação que nos vem tornando a vida insuportável. A causa profunda do encarecimento do custo de vida, da inflação, das angústias crescentes desde ciclo de nossa história não é outra senão o processo espoliativo.<sup>181</sup>

Brizola também alertava sobre a dificuldade em realizar as reformas internas e atacar o processo espoliativo, já que reformar era ir contra os interesses de poderosos grupos econômicos, sediados em sua maioria nos Estados Unidos. As mesmas represálias contra Cuba, segundo Brizola, incidiriam contra qualquer país que se decidisse iniciar um “[...] programa real de reformas de base e de liquidação do processo espoliativo [...]”.<sup>182</sup> Ainda na conferência de novembro de 1961, numa espécie de previsão do que viria acontecer com a crescente radicalização política, Brizola deu o tom das pressões pela qual João Goulart passaria durante o seu governo:

Dentro em pouco, com o agravamento das tensões internas e por todos os motivos que aqui longamente debatemos, estaremos colocados diante do dilema: ou o poder de decidir para reformar será exercido por homens públicos autênticos e representativos, através do processo democrático ou, mesmo independente de nós, o povo brasileiro irromperá pelo caminho da insurreição, caminho que também é um direito quando o povo não tem outra alternativa de libertar-se, para se realizar a si mesmo e viver com dignidade.<sup>183</sup>

O foco no processo espoliativo estaria presente nos discursos proferidos por Brizola em todo o período de Jango na presidência, inclusive no manifesto de organização do Grupo dos Onze em fins de 1963, quando o país vivia num momento de grande radicalização política.

Em outra parte do “dicionário brizolista” os brasileiros foram divididos entre “comprometidos e não-comprometidos”. A parcela mais rica da sociedade formava o grupo dos comprometidos, definidos como “casta de privilegiados”, egoístas, desprovidos de solidariedade, ambiciosos economicamente, defensores do latifúndio, do liberalismo econômico, enfim, “São os sócios diretos ou indiretos do processo espoliativo”, declarava Brizola.<sup>184</sup> Por sua vez, os brasileiros não-comprometidos eram aqueles inconformados com o processo de espoliação, com a má distribuição da

---

<sup>181</sup> “Palavras à Mocidade do Meu País”, p. 165.

<sup>182</sup> Idem, p. 171.

<sup>183</sup> Idem, p. 173.

<sup>184</sup> “Palavras à Mocidade do Meu País”, p. 158.

riqueza, com a pobreza, desigualdade, analfabetismo e com “todas as formas de atraso”.<sup>185</sup>

Passada as conferências, em 1962, ao decidir não se desincompatibilizar do governo para concorrer a outro cargo público no Rio Grande do Sul, Brizola acabaria sendo lançado pelo PTB como candidato a deputado federal pelo antigo Estado da Guanabara (atual território do município do Rio de Janeiro). Sua candidatura em outro estado foi alvo de protestos na justiça. O TRE da Guanabara chegou a rejeitar um pedido de impugnação da sua candidatura, feita sob a argumentação de que seria comunista e cunhado do presidente, o que o tornaria inelegível. O tribunal entendeu que Brizola só seria inelegível, por ser cunhado do presidente, para cargos que ainda não havia ocupado, o que não era o caso, já que o mesmo havia sido deputado federal pelo Rio Grande do Sul.<sup>186</sup>

As eleições de 7 de outubro de 1962 deram novo impulso a sua carreira política: Brizola, sozinho, obteve mais de 22% dos votos do Estado, tornando-se o deputado federal mais votado do país até então com a marca de 269.384 votos, num universo de 1.198.588 eleitores.<sup>187</sup> Com a força eleitoral adquirida no Rio Grande do Sul e na Guanabara, Brizola radicalizaria as suas opiniões ao assumir o novo mandato em janeiro de 1963.

Nacionalmente, o PTB também sairia fortalecido das eleições de 1962, apesar de seus adversários na UDN e no PSD, com o apoio do Ipes e do Ibad, terem conquistado estados estratégicos, além da maioria no Congresso. O jogo político, porém, estava equilibrado:

Mas, nas eleições de 1962, mesmo com o financiamento do Ipes e do Ibad aos candidatos de oposição ao governo, o PTB aumentou sua bancada no Congresso, passando de 66 para 104 deputados. Com isso tornava-se o segundo partido na Câmara Federal, embora a UDN e o PSD, juntos, alcançassem 54% das cadeiras, portanto a maioria absoluta. O resultado das eleições foi avaliado, portanto com otimismo. Leonel Brizola, por exemplo, candidato a deputado federal pelo PTB do estado da Guanabara, obteve uma votação considerada extraordinária. No entanto, com exceção de Pernambuco, que elegeu Miguel Arraes, os opositores de Jango venceram em importantes estados: Ademar de Barros em São Paulo e Ildo Meneghetti no Rio Grande do Sul. A eles se somavam os governadores Magalhães Pinto,

---

<sup>185</sup> “Palavras à Mocidade do Meu País”, p. 159.

<sup>186</sup> TRE rejeita as impugnações e registra candidatura de Brizola e de outros do PTB. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 4, 18 set. 1962.

<sup>187</sup> Brasil. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dados estatísticos: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1962 e em confronto com anteriores. v. 6. Disponível em:<<http://bd.camara.leg.br>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

em Minas Gerais, e Carlos Lacerda, na Guanabara (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 141).

O crescimento do PTB em 1962 deveu-se também a uma iniciativa de Brizola e do governador de Goiás, Mauro Borges, na formação da Frente de Libertação Nacional, que tinha o objetivo de lutar por pautas nacionalistas e crescer eleitoralmente. Com a meta cumprida, “[...] a de eleger uma bancada significativa de parlamentares nacionalistas, a Frente de Libertação Nacional foi extinta logo após as eleições, sobretudo quando o PTB quase dobrou o número de parlamentares na Câmara dos Deputados” (FERREIRA, 2007, p. 546-547).

A partir de 1963, o presidente João Goulart, após a vitória no plebiscito, seria cada vez mais pressionado no sentido da realização das reformas de base. Brizola e outros líderes da esquerda radicalizariam suas posições.

#### 2.4 Brizola e a radicalização do processo político

A força crescente do PTB não escondia a divisão interna do partido. A divergência se acentuou ainda mais a partir de 1963, quando a ala liderada por Leonel Brizola, autointitulada “nacional-revolucionários” passa a pressionar o presidente pelas reformas de base.

Brizola e seus aliados organizaram, no princípio de 1963, a Frente de Mobilização Popular (FMP), uma organização criada para congregar diversos setores das esquerdas e exigir do presidente a implantação imediata das reformas. Segundo Ferreira (2004, p. 189) a “Frente liderada por Brizola procurava convencer Goulart a implementar as reformas de base unicamente com o seu apoio político, desconhecendo outras organizações do leque partidário brasileiro, inclusive os de centro.”

As reivindicações radicais da FMP, contrária a negociação das reformas com o Congresso, situavam-se no mesmo tom do discurso de seu principal líder, que em 1961 previra uma possível “insurreição” em prol das reformas, caso os políticos não a fizessem dentro do processo democrático:

Tendo o apoio do povo, dos trabalhadores e das esquerdas, todos pressionando nas ruas o Congresso Nacional, Jango poderia aprovar as reformas de base. Ao recusar a estratégia do presidente de aliar-se ao PSD qualificada pejorativamente de “política de conciliação”, as esquerdas agrupadas na FMP apostavam na “política do confronto” (FERREIRA, 2011, p. 325-326).

O possível “confronto” assustou setores da direita, que passou a conspirar abertamente a deposição de João Goulart. Ao mesmo tempo, Brizola, então deputado federal mais votado do país ganhava ainda mais força com a organização da FMP, que agregava inúmeras correntes de esquerda, além de setores das Forças Armadas:

Na FMP estavam representados os estudantes, com a UNE; os operários urbanos, com o CGT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, o Pacto de Unidade e Ação e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais por meio de suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos de esquerda revolucionária como a AP, a POLOP, o POR-T e segmentos de extrema-esquerda do PCB, bem como políticos do Grupo Compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista. A penetração da FMP entre os subalternos das Forças Armadas era algo sem precedentes. Cálculos sugerem que, dos 40 mil sargentos na ativa, 22 mil eram brizolistas. Leonel Brizola, ao falar na televisão, muitas vezes aparecia com dois fuzileiros navais, empunhando seus fuzis, um de cada lado do líder (FERREIRA, 2004, p. 189)

O PTB, como já mencionado, inicia o ano de 1963 bastante dividido. Os nacional-revolucionários, liderados por Leonel Brizola, radicalizam sua posição contra a política de conciliação do presidente e exigem a aprovação das reformas. As duras críticas recebidas não mudavam o estilo de João Goulart, “[...] que não era um homem de decisões prontas e imediatas. Atormentava-o a necessidade de tomar atitudes drásticas. Preferia o diálogo, a conciliação. Avaliava todas as opções e suas consequências, consultando a uns e a outros” (BANDEIRA, 1983, p. 104). Por sua vez, com discursos radicais, inclusive contra o Congresso Nacional, Brizola era, no período, “[...] o que de mais à esquerda havia no trabalhismo brasileiro, expressando e unificando idéias e crenças de grupos esquerdistas heterogêneos e muitas vezes divergentes” (FERREIRA, 2004, p. 189).

Ao mesmo tempo em que era prestigiado no campo das esquerdas, a oposição ao seu nome também ganhava força, visto que sua pregação radical provocava fúria nos grandes veículos de imprensa. De 1962 a 1964, o nome de Brizola geralmente vinha acompanhado de adjetivos negativos nas publicações dos principais jornais brasileiros. Era comum ver o seu nome ao lado de palavras como “falso”,<sup>188</sup>

---

<sup>188</sup> Jovens: Brizola é falso. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 12, 10 maio. 1963.

“agitador”,<sup>189</sup> “subversivo”,<sup>190</sup> “demagogo”,<sup>191</sup> e até de “reformador da língua portuguesa”, certamente uma ironia ao seu linguajar típico.<sup>192</sup>

Uma das reportagens do jornalista de extrema-direita David Nasser, colunista da famosa revista *O Cruzeiro*, foi respondida com socos no Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. Nasser era um dos principais críticos de Brizola desde o início dos anos 1960 e em artigo publicado no dia 20 de julho de 1963, o chamou de “covarde”, “bonitinho, mas ordinário”, “crápula”, “cafajeste inibido”, “ladrão”, entre outras expressões similares.<sup>193</sup> O artigo, segundo Nasser, era uma resposta aos insultos proferidos por Brizola na Câmara. Brizola acionou seu algoz na justiça, mas a resposta real ao texto viria, de forma desproporcional, em 26 de dezembro de 1963, quando o político gaúcho avistou Nasser no balcão do aeroporto. O episódio foi narrado por Leite Filho: “- Prepara-te para apanhar - disse, desferindo-lhe um soco no ouvido e outro no queixo até nocauteá-lo. Ainda zonz, Nasser ouviu: ‘Da próxima vez, terás que engolir o artigo inteiro!’” (LEITE FILHO, 2008, p. 22).

O jornal *Folha de São Paulo* repercutiu o caso afirmando que Brizola, “sem perda de tempo, vibrou alguns socos no rosto de David Nasser que foi ao chão dada a rapidez da cena”.<sup>194</sup> A ignorância de Brizola não diminuiria as críticas, nem com David Nasser que, assim como outros jornalistas, continuou a fazer forte oposição ao seu nome até a eclosão do golpe em 1964.

Outra polêmica chocou parte significativa das Forças Armadas em maio de 1963. Em comício realizado em Natal (RN), Brizola sacudiu o país ao chamar de “gorila e golpista”, em praça pública, o general Antônio Carlos Muricy, comandante da Infantaria Divisionária da 7ª Região Militar, sediada na capital potiguar. No decorrer do discurso, segundo o *Correio da Manhã*, Brizola pregou “abertamente a revolução”, fez “apelos aos soldados do Exército, Marinha e Aeronáutica para pegar em armas na defesa das reformas de base, declarando que era necessário ‘colocar mais fogo na fogueira e aumentar a pressão contra o Congresso para conseguir a aprovação das reformas indispensáveis à vida brasileira’.” Por fim, ainda conclamou o povo a lutar contra o possível golpe da direita e “se unir em células de cinco pessoas, cada uma

---

<sup>189</sup> Política nos Estados. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 2, 6 set. 1962.

<sup>190</sup> Juarez diz que Brizola é subversivo. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 1, 6 set. 1962.

<sup>191</sup> PSD gaúcho: Brizola é um demagogo. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 5, 2 fev. 1962.

<sup>192</sup> Voz de além túmulo. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 2, 4 jan. 1963.

<sup>193</sup> Resposta a um pulha. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, p. 6-7, 20 jul. 1963.

<sup>194</sup> Leonel Brizola agrade Davi Nasser a socos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 5, 27 dez. 1963.

e, desta forma, resistir de todas as maneiras contra as insolências e abusos dos ‘gorilas’ que estão em toda parte, tramando o golpe.” A reação foi imediata e militares à paisana chegaram a cercar o hotel em que Brizola estava hospedado, mas foram proibidos de reagir pelo general Muricy.<sup>195</sup>

Ser chamado de “gorila” era uma ofensa grave. Segundo Ferreira (2007, p. 552) “[...] a definição mais imediata para a palavra ‘gorila’ era ‘inimigo do povo’. Na época, em tom provocativo, “[...] os estudantes elegiam o ‘gorila do ano’. O último foi o general Amaury Kruehl” (MORAES, 2011, p. 273). De fato, o episódio de Natal resultaria em outra crise militar, deixando ainda mais instável o presidente João Goulart, que fora pressionado pelo general Castelo Branco, então comandante do IV Exército, a conter o ímpeto do cunhado.

Críticas a Brizola também eram comuns na mídia norte-americana. O *jornal Washington Post* chegou a chamá-lo de o “novo Fidel Castro sul-americano”, afirmação que foi veemente contestada pelo *Jornal do Brasil*, que classificou o político gaúcho como “energúmeno” e de “agitador comprometido até os olhos e os ouvidos com aquilo que pretende agitar.”<sup>196</sup> Outro veículo de comunicação dos EUA, a revista *US News and World Report*, publicaria um artigo do correspondente David B. Richardson que, além de referir-se ao perigo de João Goulart implantar uma “ditadura sindicalista” no país, também se referiu a Brizola, chamando-o de “o demagogo número um do Brasil.”<sup>197</sup>

Para Skidmore, que classifica Brizola como “arrogante e grosseiro” devido as brigas, inclusive corporais, com seus adversários políticos, o político gaúcho possuía um “lado rudemente viril”, o que “[...] aumentou as simpatias das classes mais baixas por ele e ao mesmo tempo afastou a classe média e a ‘respeitável’ elite política” (SKIDMORE, 1982, p. 340). Por certo, Brizola era bastante popular no campo das esquerdas:

Sua popularidade entre os sargentos das três Forças Armadas e das Polícias Militares e entre marinheiros e fuzileiros da Marinha de Guerra era algo sem precedentes. Durante o governo de João Goulart, o prestígio político de Leonel Brizola no campo popular, nacionalista e de esquerda era imenso e sua atuação foi, sobretudo, no sentido de pressionar o presidente para agilizar as reformas prometidas, sobretudo a agrária, que, se não fosse realizada “na lei”, seria implementada “na marra” (FERREIRA, 2007, p. 547).

<sup>195</sup> Brizola chama general de gorila e golpista e oficiais quase o lincham no hotel. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 16, 7 maio. 1963.

<sup>196</sup> Um símile impróprio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 24 fev. 1962.

<sup>197</sup> Revista ianque vê perigo em Goulart. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, 6 ago. 1963.

Assim era Brizola, um político popular, combativo, radical com as palavras, um crítico voraz contra os adversários, defensor intransigente das reformas de base e por isso muito combatido pela imprensa e por seus adversários. Na visão de Leite Filho, que trabalhou com o líder gaúcho, “[...] o temperamento impulsivo poder ter sido seu ponto mais vulnerável” (LEITE FILHO, 2008, p. 23). Seus críticos, até mesmo dentro do seu partido, não perdoavam sua intempestividade. Muitos atribuem a radicalização de Brizola ao fato dele não poder disputar a eleição presidencial por causa do parentesco com Jango. Para Marcello Cerqueira, vice-presidente da UNE em 1964, Brizola tinha obsessão em chegar à presidência, mas como estava impedido pela legislação de disputar as eleições, “[...] interessava a ruptura do quadro constitucional. Ele, aliado aos setores militares que o apoiavam, especialmente os sargentos, empolgaria o poder através de um golpe de Estado, que é muito a ideia que esses populistas têm” (MORAES, 2011, p. 278). Almino Afonso, que ocupara o Ministério do Trabalho no governo de Jango, também acredita que a inelegibilidade de Brizola [...] aguçou muito, porque tornou o espaço próximo dele limitado” (MORAES, 2011, p. 317).

O PTB, portanto, ficava cada vez mais dividido entre as duas principais lideranças do partido. O próprio presidente João Goulart, ciente dos obstáculos de governar com Brizola ao seu encaixe, entendia a situação do cunhado:

Jango parecia compreender Brizola, mas o inverso não ocorria. Ao seu ministro da Justiça, o presidente confidenciou que, no fundo, entendia o drama do cunhado: tratava-se de um proscrito. Sendo Goulart presidente da República, Brizola não poderia aspirar a sucedê-lo ou a concorrer a qualquer outro cargo no Executivo ou no Legislativo. Por dispositivo da Constituição de 1946, os parentes consanguíneos ou afins de quem exercia cargos executivos estavam impedidos de se candidatar à presidência da República, aos governos estaduais, às prefeituras e ao Legislativo federal. Por seu parentesco com Jango, Brizola não tinha alternativas políticas. As relações entre eles eram de grande tensão. No Rio Grande do Sul, por exemplo, Brizola expurgou da cúpula do PTB gaúcho todos os homens que seguiam a liderança de Jango. O presidente não retaliou e ainda dizia-se agradecido a ele por sua intervenção corajosa na crise da renúncia de Jânio. Para Jango, governar o país com Brizola era muito trabalhoso, mas, pela proximidade política e pessoal que mantinham, era difícil se libertar dele (FERREIRA, 2011, p. 350-351).

A radicalização continuaria crescente nos meses seguintes. Em setembro de 1963, nova agitação tomaria conta do país. No dia 12, ocorre uma rebelião de sargentos em Brasília, após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de negar o direito de elegibilidade aos sargentos. A negativa do STF ao recurso que visava

garantir a posse de Almoré Zoch Cavaleiro (PTB), eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul no ano anterior, acabou impossibilitando a categoria de disputar eleições e impedindo os já eleitos de assumirem os seus cargos. Insatisfeitos com a decisão, sargentos da Marinha e da Aeronáutica se revoltaram tomando vários prédios públicos da capital e cortando toda comunicação da cidade com o resto do país. Horas depois, o Exército pôs fim ao movimento, que teve o saldo de dois mortos e vários feridos. Porém, o resultado maior da insurreição foi o susto que trouxe ao país, afinal, cerca de 650 sargentos conseguiram tomar a capital, além de prender o presidente da Câmara e o ministro do Supremo Tribunal, Vitor Nunes Leal.<sup>198</sup> O levante, como salienta Ferreira (2011, p. 362) também teve o envolvimento de alguns “[...] líderes nacional-revolucionários de Brizola [...]”. Para agravar a situação, com a neutralidade de Jango em relação a punição dos sargentos, os “[...] oficiais das Forças Armadas acusaram-no de fomentar a quebra da hierarquia e da disciplina – princípios básicos dos militares” (FICO, 2015, p. 48). Como resultado, a conspiração pela queda de João Goulart aumentou consideravelmente e trouxe ainda mais instabilidade ao seu governo.

No fim de setembro, o país estava praticamente ingovernável e o clima se agravaria com uma entrevista concedida pelo governador Carlos Lacerda ao jornal norte-americano *Los Angeles Times*, denunciando uma possível infiltração comunista no governo, chegando a afirmar que o presidente Jango “poderia cair antes que termine o ano” e que os militares ainda discutiam “se é melhor tutelá-lo, patrociná-lo, colocá-lo sob o controle até o término do seu mandato ou destruí-lo agora mesmo”.<sup>199</sup>

A repercussão foi bastante negativa para o governo e após a pressão de seus ministros militares, João Goulart decidiu enviar ao Congresso, no dia 4 de outubro, um pedido para decretar o estado de sítio por 30 dias. O pedido não agradou e conseguiu unir esquerda e direita já que ambas foram contrárias a solicitação e criticaram duramente a iniciativa por temer retaliações do governo ou mesmo um golpe de Estado. Três dias depois, o presidente retirou o pedido e o governo ficou em situação crítica. Ainda neste contexto, Brizola teria aconselhado João Goulart a dar um golpe de Estado, afirmando: “Se não dermos o golpe, eles o darão contra nós” (BANDEIRA, 1983, p. 131).

---

<sup>198</sup> Revolta esmagada: Ministros militares exigem do Presidente punição rigorosa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 1, 13 set. 1963.

<sup>199</sup> CL declarou na entrevista que JG cairá. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 12, 1º out. 1963.

Após o episódio do estado de sítio e com o agravamento da crise econômica, “Em fins de 1963, o clima de radicalismo avançava e, para isolar Goulart ainda mais, as esquerdas romperam com ele” (FERREIRA, 2011, p. 374). Criticado por todos os lados e vacilante em muitas situações, João Goulart veria mais uma ação dos nacional-revolucionários liderados por seu cunhado Brizola: a criação dos Grupos de Onze Companheiros.

## 2.5 Entre radicalismos da esquerda e da direita surge o Grupo dos Onze

*“Em seu discurso de posse na Chefia do Estado-Maior do Exército, o General Humberto de Alencar Castelo Branco condenou ontem os ‘reformadores oportunistas’, que pretendem instituir ‘o Exército Popular, um arremedo de milícia, com uma ideologia ambígua, destinado a agitar o País e a perturbar a vida do povo com motins e subversões brancas’”.*

**Jornal do Brasil, 14 de setembro de 1963**

No dia 14 setembro de 1963, após os conflitos que marcaram a insurreição dos sargentos em Brasília, o general Humberto de Alencar Castelo Branco tomou posse na Chefia do Estado-Maior do Exército. Segundo Bandeira (1983, p. 123), sua declaração na posse “Era uma alusão a Brizola e aos grupos dos onze”. Partindo da interpretação de Moniz Bandeira, esta seria uma das primeiras referências ao Grupo dos Onze, que ainda estava sendo desenvolvido por Brizola em conjunto com a Frente de Mobilização Popular (FPM) e que seria anunciado oficialmente apenas em fins de novembro de 1963. Antes disso, em maio, como já mencionado, Brizola já havia orientado a população a se organizar em células de cinco pessoas para lutar contra possíveis golpes de Estado.

Nos últimos meses de 1963, por meio da Rádio *Mayrink Veiga*, Brizola pregava para todo o país sobre a importância da organização popular para que as massas se libertassem da pobreza e exigissem a realização das reformas. A citada rádio, sediada no centro do Rio de Janeiro, foi adquirida pela Frente de Mobilização Popular (FMP), e era a principal arma para divulgação das estratégias de luta pela implantação das reformas de base.

Brizola entrava no ar toda sexta-feira, às 21h30, e falava até a madrugada pela *Rede do Esclarecimento*, momento em que fazia a defesa das reformas e passava

orientações aos seus seguidores. A opção pelo rádio vinha desde os tempos em que era governador. Seu estilo, segundo Leite Filho (2008, p. 252) “Era incendiário nas suas proclamações, que muitas vezes rendiam manchetes de jornal no outro dia. Mas Brizola também conversava informalmente com os ouvintes.”

O alcance e a popularidade dos discursos de Brizola mobilizou seus adversários. A resposta veio em 25 de outubro de 1963, com a criação da *Rede da Democracia*, formada pelas rádios *Jornal do Brasil*, *Globo* e *Tupi*, ambas críticas as mensagens brizolistas e ao governo de João Goulart. Proprietário da Rádio *Globo*, Roberto Marinho justificou a criação “pelo fato de muitos brasileiros estarem ‘sendo vítimas de uma deformação, intencional e altamente perigosa, da parte de uma minoria de demagogos e de comunistas, ostensivos ou disfarçados’”. João Calmon, deputado federal capixaba e diretor da Rádio *Tupi*, afirmou que a rede da democracia, transmitida diariamente, iria impedir “o monólogo liberticida e subversivo”, numa clara referência as pregações de Brizola.<sup>200</sup>

Naquele momento, a política de conciliação de Jango era intensamente combatida e o clima político no país era de grande radicalização:

Em fins de 1963 e início de 1964, a radicalização alcançou níveis muito preocupantes para a estabilidade política do país. As esquerdas, agrupadas na FMP e lideradas por Leonel Brizola, atacavam duramente João Goulart. As direitas, por sua vez, avançavam no processo conspiratório. A intransigência do governo dos Estados Unidos de não renegociar a dívida externa levava o país à falência. O objetivo era estrangular financeiramente o Brasil, desgastando o governo. No contexto da guerra fria, o avanço das esquerdas assustava os setores conservadores e direitistas. (FERREIRA, 2009, p. 100).

Segundo Ferreira e Gomes (2014, p. 205), quando Brizola percebe que não tinha a mesma força que Jango dentro do PTB, ele passa a defender a “[...] formação do chamado ‘grupo de 11 companheiros’ ou ‘comandos nacionalistas’”. Tratava-se de dar materialidade à sua estratégia de luta extraparlamentar, por meio de um tipo de organização sob seu comando direto.”

Novembro de 1963 foi o mês chave para deflagrar as primeiras atividades do Grupo dos Onze. Aproveitando a grande projeção que a Rádio *Mayrink Veiga* lhe dava, Brizola lança a ideia de formar os grupos em todo o país. Em manifesto divulgado em 29 de novembro de 1963, o deputado explicava em dez tópicos as

---

<sup>200</sup> Rede da Democracia iniciou vigília diária em defesa da ordem e da lei. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 9, 26 out. 1963.

principais atividades que deveriam ser realizadas pelos grupos, destacando a importância da organização do povo:

A organização de nosso povo, eis a tarefa urgente e imprescindível, neste momento. Povo desunido, povo desorganizado é povo submetido, sem condições de defender os seus mais sagrados interesses e de realizar o seu próprio destino. O povo brasileiro precisa urgentemente organizar-se. Onde quer que se encontre, mesmo nos lugares mais longínquos da Pátria. Se, em curto espaço de tempo, conseguirmos estruturar uma organização razoável, estarão criadas as condições para o nosso povo, na hora do desfecho que se aproxima, nos momentos em que pretendam garrotar as nossas conquistas democráticas, venha assumir uma posição, não apenas de defesa de suas liberdades mas, também, para caminhar por si mesmo em busca de sua própria libertação. O que cabe fazer, portanto, neste momento, a todos nós é, exatamente: organização, organização e organização.<sup>201</sup>

Brizola argumentava que, mesmo conscientes, a grande maioria do povo brasileiro estava desorganizada, tornando-se “presa fácil da exploração de minorias dominantes e privilegiadas.” O imenso território brasileiro impedia a sua presença em cada cidade, portanto, para que o grupo alcançasse êxito era necessário o empenho individual de cada cidadão, assim como ocorreu na Campanha da Legalidade em 1961, “[...] quando o povo organizou-se por toda a parte de modo espontâneo, por sua própria iniciativa, após o apelo feito à resistência popular contra o golpe que se pretendia desfechar contra os nossos direitos e liberdades.”<sup>202</sup>

Era tamanha a fixação em organizar as massas populares, que no pequeno manifesto a palavra “organização” é repetida mais de vinte vezes. A título de comparação, as palavras “grupo” ou “grupos” repetem-se por apenas onze vezes. O processo espoliativo, termo usado por Brizola para chamar a atenção sobre a exploração de grupos econômicos estrangeiros foi citado em oito oportunidades.

O início do manifesto aponta para o momento decisivo que se aproximava e apresenta o ex-presidente Getúlio Vargas como um mártir que deu a sua vida para despertar o povo brasileiro a fim de lutar contra a pobreza que assolava o país. De fato, a carta-testamento de Getúlio Vargas moldou o pensamento político Brizola:

A carta de Vargas era documento fundador da tradição política conhecida como trabalhismo. O trabalhismo, em sua origem, é de 1942, mas foi a carta de Vargas, de 1954, que deixou a marca mais profunda na geração trabalhista dos anos 1950. A carta-testamento era o ponto de partida para o conjunto de ideias que Brizola defendia. Evidentemente que ele fazia uma

---

<sup>201</sup> Manifesto do Grupo de Onze Companheiros. In: Panfleto. O jornal do homem da rua. Rio de Janeiro, n. 1, 17 de fevereiro de 1964, p. 14-15.

<sup>202</sup> Ibid.

leitura muito particular do texto, interpretando-o a partir do processo de radicalização política que vivia nos anos 1960 (FERREIRA, 2016, p. 40).

A carta estava presente no manifesto do Grupo dos Onze, na medida em que Brizola a coloca como uma mensagem de alerta aos “[...] brasileiros e patriotas para a luta contra a espoliação internacional de nossa Pátria, por ser esta causa e origem profundas deste quadro de injustiças, de sofrimentos, de angústias, e de pobreza que vêm tornando a vida humana insuportável em nosso País.”<sup>203</sup>

Desde o fim do governo de Juscelino Kubitschek que a crise econômica no Brasil tomava proporções cada vez maiores, e, para Brizola, as péssimas condições de vida da maioria da população eram um sinal de que o país se encaminhava para um “desfecho”:

Era comum no linguajar das esquerdas da época, sobretudo de Leonel Brizola, a palavra “desfecho”. Tratava-se do conflito final entre o “povo” (trabalhadores, camponeses, estudantes, militares nacionalistas, intelectuais de esquerdas entre outros) e o “antipovo” (políticos reacionários, latifundiários e empresários nacionais associados a empresas estrangeiras) aliado aos “gorilas” (militares e civis golpistas). O “desfecho” entre povo e o antipovo-gorilas era considerado pelas esquerdas como inevitável, o que era positivo, porque resultaria na vitória das “forças populares”, ou seja, das esquerdas, do povo (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 206).

No clima de um possível conflito, era urgente que o povo se organizasse para o “desfecho”, e a criação do Grupo dos Onze se inseria neste contexto, sendo uma resposta de Brizola e seus aliados a radicalização do processo político. Os grupos, organizados em todo o país, “Seriam as forças do ‘povo’ articuladas e atuando em conjunto contra o ‘antipovo’” (FERREIRA, 2016, p. 44).

No manifesto de criação do grupo, Brizola apresentou seus principais objetivos:

FINS E OBJETIVOS: Atuação organizada em defesa das conquistas democráticas de nosso povo (luta e resistência contra qualquer tentativa de golpe, venha donde vier), pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas em especial das reformas agrária e urbana, e, sagrada determinação da luta pela libertação de nossa Pátria da espoliação internacional.<sup>204</sup>

A ideia de formá-lo com onze pessoas foi inspirada no esporte mais popular do país, o futebol. Entre os onze, um seria escolhido o capitão, exatamente como no futebol. Brizola imaginava que um golpe liderado pela direita estava próximo de

---

<sup>203</sup> Manifesto do Grupo de Onze Companheiros. In: Panfleto. O jornal do homem da rua. Rio de Janeiro, n. 1, 17 de fevereiro de 1964, p. 14-15.

<sup>204</sup> Ibid.

acontecer. Por isso, ligar o grupo ao esporte foi a maneira utilizada para aproximá-lo das massas, que conhecendo profundamente o futebol, se mobilizaria com mais facilidade, dado que o tempo era curto, afinal, o “desfecho” estava próximo. A proposta era reunir pessoas de todo país numa “[...] organização simples, ao alcance de todos, mesmo nas áreas ou localidades mais isoladas e distantes.” Com as pessoas organizadas, seria mais fácil promover grandes mobilizações populares ao lado de outras organizações, como a FMP (Frente de Mobilização Popular), CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), UNE (União Nacional dos Estudantes), FPN (Frente Parlamentar Nacionalista), organização dos Sem Terra, Ligas Camponesas e outras organizações.<sup>205</sup>

Inicialmente, dois ou três integrantes partilhando as mesmas ideias deveriam procurar outros possíveis componentes para atingir o número de onze integrantes. Após realizar a reunião que fundaria o grupo, era necessário registrar em ata o nome de todos, além de escolher um comandante ou capitão para liderar e um substituto para ele. Terminada a etapa inicial, era necessário informar ao deputado Brizola a criação do grupo. Os membros tinham a opção de enviar a ata de fundação por meio de carta ou entregá-la pessoalmente na sede da Rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro. Também era necessário a inclusão do endereço para posterior correspondência.

A sede do movimento poderia ser a própria residência dos membros. Para dar prosseguimento a organização, era de vital importância acompanhar as transmissões da Rádio Mayrink Veiga, onde Brizola entrava no ar toda sexta-feira e encaminhava as diretrizes a serem seguidas pelos adeptos do grupo, além de ler, após a meia-noite, as correspondências que chegavam de todo Brasil. Era necessário ainda, “[...] estabelecer, entre si, um sistema de avisos de tal modo que o Grupo possa se reunir ou se mobilizar em minutos, para o caso, por exemplo, de ameaça ou iminência de um golpe contra os nossos direitos ou liberdades.”<sup>206</sup>

O modelo de ata que os membros deveriam usar para se organizarem e fundar o grupo também estava no manifesto:

---

<sup>205</sup> Manifesto do Grupo de Onze Companheiros. In: Panfleto. O jornal do homem da rua. Rio de Janeiro, n. 1, 17 de fevereiro de 1964, p. 14-15.

<sup>206</sup> Ibid.

Nós, abaixo assinados, nesta data, resolvemos nos constituir em comando nacionalista, em número de onze patriotas, e escolhemos para Comandante o companheiro \_\_\_\_\_ e para Sub-Comandante o companheiro \_\_\_\_\_. O comando nacionalista que fundamos tem por objetivo a atuação organizada em defesa das conquistas democráticas de nosso povo, pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas, em especial das reformas agrária e urbana, e, sagrada determinação de luta pela libertação de nossa Pátria da espoliação internacional. A sede do comando será residência de qualquer um de seus membros. Nesta data, resolvemos, ainda, comunicar ao deputado Leonel Brizola, a cargo da Rádio Mayrink Veiga, à Rua Mayrink Veiga, 15 – Rio de Janeiro – estado da Guanabara, a fundação do comando nacionalista com os nomes e endereços de seus membros.

No final da cartilha de dez páginas, havia o espaço de onze linhas para as assinaturas. Um dado chama a atenção, pois mesmo lançando o manifesto, o grupo permanecia sem um nome oficial. Na proposta, dois nomes foram indicados: “Grupos de Onze Companheiros” e “Comandos Nacionalistas”. A ideia de Leonel Brizola era a de que os próprios membros enviassem sugestões sobre o nome a ser escolhido, o que fez com que os grupos fossem chamados de inúmeras formas, como citado no início do presente trabalho.

O discurso transmitido via rádio, meio de comunicação mais popular da época, fez com que a ideia do Grupo dos Onze alcançasse lugares totalmente isolados dos grandes centros. O discurso direcionado as camadas mais populares teve grande aceitação, dando força para que o grupo brizolista conquistasse adeptos em muitas regiões do país.

O número total de participantes é incerto, mas cálculos do professor Cibillis Viana, um dos organizadores do grupo em âmbito nacional, informam “[...] que até às vésperas do golpe, já haviam se formado cerca de 100 mil Grupos dos 11, em todo o Brasil [...]” (LEITE FILHO, 2008, p. 255). Dados do ex-deputado Neiva Moreira, outro importante aliado de Brizola, conta que “[...] cerca de 60 a 70 mil militantes se organizaram em ‘grupos de onze companheiros’” (FERREIRA, 2007, p. 559). Em 1981, o próprio Brizola garantiu que chegaram “[...] a se formar 24 mil em todo o país” (MORAES, 2011, p. 149). Paulo Schilling, que fazia parte do comando nacional do grupo, afirma que “[...] em somente três meses foram criados entre 30/40 mil grupos. Num ritmo violentamente ascendente que chegaria - se não fosse o golpe - a seguramente 200 mil antes do fim do ano” (SCHILLING, 1979, p. 243).

A força de Brizola entre os sargentos se reproduziu na formação do Grupo dos Onze. Segundo o líder comunista Luiz Carlos Prestes “[...] a maioria ia para o Brizola,

para os ‘grupos dos onze’” (MORAES, 2011, p. 264). Já nas universidades, garante Marcello Cerqueira, então vice-presidente da UNE, “[...] não havia ‘grupos dos onze’” (MORAES, 2011, p. 278). A informação ora citada foi contradita por Neiva Moreira: “Uma vez o Marcello Cerqueira me encontrou e disse: ‘Olha, na universidade, vocês não farão isso’. Quando viu, fizemos três mil ‘grupos dos onze’ na universidade” (MORAES, 2011, p. 279).

Na prática, segundo reportagem do *Jornal do Brasil*, cerca de 100 mil manifestos do Grupo dos Onze foram impressos pela Frente de Mobilização Popular para serem distribuídos em todo o país, O jornal ainda traz a informação de que a equipe de Brizola calculava que até o fim de 1964 mais de 300 mil pessoas estariam integradas nos grupos.<sup>207</sup> O sociólogo Herbert de Souza, que ajudou a coordenar o Grupo dos Onze nacionalmente, dimensiona o movimento:

E era uma coisa que crescia espontaneamente. O Brizola pegava o rádio, a Rádio Mayrink Veiga, que todo mundo escutava, e dizia assim: “Companheiros: nós temos uma luta pela frente, temos que nos organizar. Reúnam onze companheiros, peguem os nomes desses companheiros e nos enviem cópia.” Foi feito inclusive um formulário com 11 linhas. Bom, começaram a chover comitês. Tinha um jornal semanário que era dirigido pelo padre Alípio, pelo Neiva. Bom, então começou a chover grupo, se formou grupo de 11 por todo lugar (SOUZA, 1996, p. 50).

Quanto maior a adesão ao grupo, mais força Brizola mostraria aos seus adversários, e isso provocou intensa reação de seus opositores. Os jornais brasileiros atacavam sistematicamente os grupos, sempre tentando associá-los ao comunismo e a guerra revolucionária, apesar de seu líder nunca ter sido comunista, e sim um entusiasta do trabalhismo inspirado na figura do presidente Getúlio Vargas.

A criação do grupo provocou grande divergência, não conseguindo unanimidade entre as esquerdas, nem mesmo dentro do próprio PTB:

A proposta de Leonel Brizola foi recebida de maneira positiva pela AP, Polop, tendências trotskistas, deputados do Grupo Compacto e pelo movimento dos sargentos. Os comunistas do PCB, no entanto, criticaram duramente a iniciativa. O “grupo de onze companheiros” era uma resposta de Leonel Brizola ao crescimento de suas bases de apoio cada vez mais à esquerda, o que incomodava o próprio PTB (FERREIRA, 2007, p. 559).

Para Emílio Neme, coronel da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e assessor de Brizola, a principal intenção do grupo era formar rapidamente um partido nacionalista:

---

<sup>207</sup> Grupo dos Onze. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 23 jan. 1964.

Achavam que os Grupos dos Onze era um plano de golpe do Brizola e não era nada disso. Se tratava de um plano para reunir pessoas nacionalistas em grupos de onze, em todas as ruas, bairros, não necessariamente ligadas ao PTB, para que fosse possível montar um partido em questão de 30 dias, diante da hipótese de o presidente Jango aderir aos conservadores. Então, o Brizola reuniu muita gente, milhares de pessoas de vários partidos e estados se inscreveram. Brizola era o herói da Legalidade, todo mundo queria participar de sua iniciativa. Sua lealdade não era com o Jango mas com o povo brasileiro. Então, o Brizola montaria um partido nacionalista, não esquerdista. O slogan era: “Nem Rússia, nem Estados Unidos, Brasil”. Essa era a finalidade dos Grupos dos Onze, organizar o Brasil nacionalista (BRAGA, 2004, p. 229).

Neiva Moreira vai na mesma direção do coronel Neme:

Não tínhamos, como ainda não temos, partidos que fossem instrumentos ideais de mobilização. Então, nós chegamos à conclusão de que, ou se fazia uma organização popular, ou então não tínhamos como responder aos perigos que estavam cercando a nascente democracia brasileira. Daí passou-se aos “grupos dos onze”, que eram também uma resposta aos milhares e milhares de telegramas e telefonemas de pessoas que nos procuravam. [...] Queríamos lançar as bases de um partido que, hoje, seria o grande partido dominante, capaz de fazer as transformações que o país ainda está requerendo (MORAES, 2011, p. 324-325)

Brizola também contribuía para aumentar o temor dos seus adversários. Seus discursos carregados de polêmicas e acusações davam força as teorias conspiratórias de que estava tramando um golpe de Estado. Em 10 de janeiro de 1964, num discurso no Rio de Janeiro, pediu ao povo para lutar pelas reformas de base e se preparar para a “campanha crucial que marcará a revolução brasileira.” No mesmo discurso, também afirmou que “a onça vai beber muita água.”<sup>208</sup>

Ainda em janeiro, pouco mais de um mês após o lançamento do Grupo dos Onze, a *Tribuna da Imprensa*, jornal de oposição ao governo Jango divulgava que os grupos estavam se armando e já tinha atraído 200 mil adeptos, o que estava causando preocupação nos políticos da UDN, que os considerava “grupos de combate”.<sup>209</sup>

A partir de 17 de fevereiro de 1964, a organização do grupo ganharia o reforço do semanário *Panfleto*, criado pela Frente de Mobilização Popular e segundo Leite Filho (2008, p. 255), “[...] detentor de uma tiragem média de 400 mil exemplares. O jornal, distribuído nos locais de grande aglomeração, inclusive pelos próprios militantes dos Grupos, trazia artigos e conclamações de Brizola e dos outros membros da FMP.”

<sup>208</sup> Brizola diz que onça vai beber água, toma chuva e prega reformas de base. **Jornal do Brasil**, p. 3, 10 jan. 1964.

<sup>209</sup> Comandos de Brizola já são duzentos mil. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 8, 24 jan. 1964.

## 2.6 A formação do Grupo dos Onze no município de Muniz Freire – ES

*“Meu tio, Jonatas Ribeiro Soares, ouvia sempre o Brizola, através da Rádio Mayrink Veiga. Tornou-se um propagandista de suas propostas. Ajudei o Jonatas a organizar o Grupo de Onze para reforçar esse lado trabalhista (das reformas e do nacionalismo) e combater o atraso e os conservadores da oligarquia de Muniz Freire.”*

**Renato Viana Soares – 23 de setembro de 2013<sup>210</sup>**

O pequeno município de Muniz Freire também faz parte da estatística dos milhares de Grupos dos Onze que se espalharam pelo Brasil. O grupo local foi formado em fins de 1963, pelos seguintes membros: Jonatas Ribeiro Soares, Ângelo Cizotto, Carlinho José de Arêas, Ilto Vieira, Jair Ribeiro Soares, Lino Ribeiro Soares, Mario Ribeiro Soares, Mauro Rodrigues de Oliveira, Nelson Bolzan, Renato Viana Soares e Romulo de Araujo. Os membros do grupo, com idade entre 19 até 65 anos, ocupavam funções que variavam desde agricultor, autônomo, comerciante, passando pelo funcionalismo público local, até a posição de vice-prefeito.

Antes de prosseguir no tema, é necessário retomar alguns pontos abordados na primeira parte da presente dissertação. Dos 11 membros do Grupo dos Onze de Muniz Freire, sete eram descendentes diretos do coronel Lino Ribeiro de Assis, importante personagem da política local até o advento da “Revolução de 1930”. O coronel Lino, como mencionado, se elegeu prefeito derrotando os poderosos membros da oligarquia local, além de ter apoiado Getúlio Vargas nas eleições presidenciais de 1930. Dos sete descendentes, seis eram netos e um era bisneto do citado coronel.

Lino não deixou herdeiro direto na política e por isso, coube ao seu genro Demerval Ribeiro Soares assumir a função de político na família. Demerval, como também já referido, além de vereador nos anos 30, foi um dos principais nomes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em Muniz Freire até 1964. A ligação de Demerval Ribeiro Soares ao Grupo dos Onze também era familiar: dois filhos, três sobrinhos, um neto e um genro faziam parte do grupo. Diante do exposto, observa-se que a maior parte dos integrantes do Grupo dos Onze de Muniz Freire era oriunda de um outro segmento de elite da política local, que participava das disputas no município desde o final do século XIX.

---

<sup>210</sup> SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador. Via e-mail: 23 set. 2013.

Entre os integrantes do grupo, o membro de maior destaque na sociedade de Muniz Freire era Romulo de Araujo, comerciante e então vice-prefeito do município, eleito pelo PTB em 1962, e neto mais velho do coronel Lino. Da formação de onze, cinco membros, Romulo, Mario, Ilto, Jair e Mauro já pertenciam aos quadros do PTB desde 1956.<sup>211</sup> Anos depois, em 29 de abril de 1962, os membros Romulo e Mario, ao lado de outros correligionários do PTB local, participaram da caravana que acompanhou a visita do presidente João Goulart a Cachoeiro de Itapemirim - ES.

Do grupo, apenas Jonatas, Mauro e Renato ainda eram solteiros e um era italiano com idade já avançada, o ferreiro Ângelo Cizotto, então com 65 anos, nascido em Veneza e que teria chegado ao estado do Espírito Santo em dezembro de 1923.<sup>212</sup>

A criação do grupo em Muniz Freire, assim como a nível nacional, se deu a partir das mensagens que eram transmitidas por Leonel Brizola por meio da Rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro. A ideia de fundá-lo partiu de Jonatas Ribeiro Soares, filho do ex-vereador Demerval Ribeiro Soares e grande admirador de Brizola. Jonatas explica que chegou a convidar o pai para entrar no grupo, mas “ele dizia que estava velho e cansado da política por causa das perseguições que sofreu.”<sup>213</sup>

As orientações de Brizola foram seguidas à risca por Jonatas, que primeiro procurou pessoas mais próximas até chegar ao número de onze integrantes. Segundo o líder, o primeiro a ser contatado por ele foi o primo Lino Ribeiro Soares, funcionário do Posto de Saúde local e que rapidamente aceitou a ideia afirmando “já estar pensando em criar um grupo.”<sup>214</sup> Depois de Lino e Jonatas, que se tornou naturalmente o “capitão” do grupo, os dois primeiros a assinarem a ata de formação foram o irmão mais velho e o sobrinho de Jonatas, Jair Ribeiro Soares, de 45 anos e motorista da Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim e seu filho Renato Viana Soares, à época com 19 anos e membro mais jovem do grupo. O “capitão” assim detalha a formação:

O Mario, Lino, Romulo, Jair e o Renato eu convidei tudo num dia só. O Nelson, Ilto, Ângelo, Carlinhos e Mauro vieram depois. O Renato tinha mais competência porque ele estudou e por isso ele ficou sendo o secretário do

---

<sup>211</sup> Ata do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Muniz Freire: 3 jun. 1956.

<sup>212</sup> Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo DOPS, CAIXA 30. Série Investigações Criminais; Subsérie Crimes Políticos; Dossiê Grupo dos Onze, p. 1.

<sup>213</sup> SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador. Muniz Freire: 19 jan. 2016.

<sup>214</sup> Ibid.

grupo. De um dia para o outro eu criei o grupo. Para participar tinha que gostar do Brizola, esse foi o meu critério na hora de escolher os membros.<sup>215</sup>

A adesão ao grupo, de forma geral, se deu principalmente pelo apoio as reformas de base, inconformismo com as injustiças sociais e o combate à poderosa oligarquia local, que já era rotina na vida de parte dos membros, como afirma Renato Viana Soares, destacando a disputa intra-elites ocorrida no município, uma vez que a “[...] formação de uma corrente de oposição a essa oligarquia vinha desde o meu bisavô, Lino Ribeiro de Assis, que chegou a presidente da Câmara, quando o cargo reunia poderes de prefeito. Os Vivacqua, De Biase e Deps tornaram-se dominantes na cidade.”<sup>216</sup>

Em entrevistas concedidas em períodos distintos, alguns membros apontaram um fator de motivação para participar do grupo.<sup>217</sup> Para Carlinho José de Arêas, de 28 anos, casado com a irmã do líder Jonatas e comerciante na cidade, o Grupo dos Onze “tinha o objetivo de fazer uma República melhor, fazer as reformas de base, como a agrária, urbana, estudantil e monetária.”<sup>218</sup> Já Mario Ribeiro Soares, na época com 37 anos e servidor da Justiça Estadual, acreditava que a principal missão do grupo era “acabar com o latifúndio no Brasil”, já que “na época algumas pessoas possuíam propriedades muito grandes, que estavam paradas e não produziam” (SOARES, 2016, p. 32). Por sua vez, o agricultor Mauro Rodrigues de Oliveira, de 44 anos, via o Grupo dos Onze como um instrumento “para combater a grande inflação e para eleger um presidente melhor para o Brasil.” O Grupo dos Onze, afirma Mauro, “queria um presidente que governasse como Getúlio Vargas.”<sup>219</sup>

Renato Viana Soares foi motivado pelo “[...] inconformismo com as injustiças sociais. Eu ia além do nacionalismo, defendia o socialismo.”<sup>220</sup> Na época, o mais jovem do grupo estava iniciando na política e havia liderado greves de estudantes em Castelo (ES), onde estudava, para a construção do novo Colégio João Bley, além de já conhecer as ações dos Centros Populares de Cultura (CPC) da UNE e acompanhar

<sup>215</sup> SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador. Muniz Freire: 19 jan. 2016.

<sup>216</sup> SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador. Via e-mail: 23 set. 2013.

<sup>217</sup> Os seguintes membros foram entrevistados: Mario (três entrevistas), Mauro (duas entrevistas), Carlinho, Jonatas (três entrevistas), Renato e Nelson (duas entrevistas).

<sup>218</sup> ARÊAS, Carlinho José de. Entrevista concedida a alunos da Escola de 1º Grau Bráulio Franco. Muniz Freire: 1998. Disponível em: acervo da Casa da Cultura de Muniz Freire.

<sup>219</sup> OLIVEIRA, Mauro Rodrigues. Entrevista concedida a alunos da Escola de 1º Grau Bráulio Franco. Muniz Freire: 1998. Disponível em: acervo da Casa da Cultura de Muniz Freire.

<sup>220</sup> SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador. Via e-mail: 23 set. 2013.

a política nacional. Segundo Renato, mesmo tendo ajudado o tio a formar o Grupo dos Onze, nessa época, ele já conhecia um pouco dos ideários socialistas e, por isso, “[...] considerava ultrapassado o nacionalismo de Brizola.”<sup>221</sup> Jonatas, o mentor e líder do grupo, que trabalhava como vendedor ambulante, gostava da luta que Brizola desenvolvia a favor das reformas: “Para Muniz Freire era importante ver alguém falar em reforma agrária, tributária, bancária, universitária. O país não podia continuar do jeito que estava”, afirma.<sup>222</sup>

Formado o grupo, o segundo passo era registrar o nome de todos em ata para que a mesma fosse enviada para o deputado Leonel Brizola. A organização dos papéis ficava a cargo de Renato, que formalizou tudo e enviou a lista para o Rio de Janeiro. Na tabela abaixo, são apresentadas informações sobre os onze integrantes do grupo de Muniz Freire.

**Tabela 12** – Dados básicos sobre os membros do Grupo dos Onze de Muniz Freire em março de 1964:

Grupo dos Onze de Muniz Freire	Idade	Estado Civil	Profissão
Jonatas Ribeiro Soares (líder) – (★16/10/1930)	33	Solteiro	Vendedor ambulante
Ângelo Cizotto (★05/03/1899 - †03/02/1974)	65	Casado	Ferreiro
Carlinho José de Arêas (★17/01/1936)	28	Casado	Comerciante
Ilto Vieira (★29/08/1929 – †02/12/1995)	35	Casado	Lavrador
Jair Ribeiro Soares (★13/11/1918 – †19/01/1996)	45	Casado	Motorista
Lino Ribeiro Soares (★09/09/1933 - †17/05/1967)	31	Casado	Funcionário Público
Mario Ribeiro Soares (★16/08/1926)	37	Casado	Funcionário Público
Mauro Rodrigues de Oliveira (★12/12/1919 – †24/07/2007)	44	Solteiro	Lavrador
Nelson Bolzan (★21/06/1923 - †28/03/2003)	40	Casado	Autônomo (lenhador)
Renato Viana Soares (★14/08/1944)	19	Solteiro	Estudante universitário
Romulo de Araujo (★15/12/1917 - †16/02/1981)	46	Casado	Comerciante e vice-prefeito

**Fonte:** tabela criada a partir de informações do Inquérito Policial Militar (IPM) e fichas policiais referentes ao Grupo dos Onze de Muniz Freire.

Em suas transmissões na Rádio Mayrink Veiga, Brizola lia as correspondências enviadas pelos membros. Teria então lido a carta enviada de Muniz Freire? Renato

<sup>221</sup> SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador. Via e-mail: 23 set. 2013.

<sup>222</sup> SOARES, Jonatas Ribeiro. Jonathas, o preso político que Camata levou à posse. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 16 mar. 1983.

afirma não ter ouvido porque trabalhava no período da noite, mas diz que “Jonatas ficou entusiasmado e o fato repercutiu em Muniz Freire.”<sup>223</sup> Jonatas confirma: “Brizola leu o nosso nome na rádio. Ele falou: ‘o líder muniz-freirense Jonatas Ribeiro Soares mandou o seu grupo formado’. Aí depois ele leu o nome de todos.”<sup>224</sup>

A admiração por Brizola é evidente nas palavras de alguns membros, em especial no líder do grupo, Jonatas Ribeiro Soares: “O Brizola era amigo de verdade. Eu defendia o Brizola porque até hoje eu nunca encontrei uma pessoa que passasse por tantos cargos sem nenhuma mancha. Nunca mais vai aparecer um político igual o Leonel Brizola. Ele era um homem muito correto.”<sup>225</sup>

Renato via Brizola como “uma liderança que apresentava uma nova política, com mais energia. Polarizava a discussão com os conservadores do Congresso Nacional.”<sup>226</sup> Mario diz que o político gaúcho “era um homem sério e respeitador das leis do país” (SOARES, 2016, p. 36).

Como os grupos foram criados no período democrático, as suas atividades eram abertas e os membros cumpriam o papel de propagar as ideias de Brizola nas ruas de Muniz Freire. O jornal *Panfleto*, semanário que veiculava as ações da Frente de Mobilização Popular (FMP) também chegou a ser encaminhado pelo grupo à população, mas a principal fonte de informação continuava sendo a Rádio Mayrink Veiga, assistida atentamente, como assegura o membro Mario Ribeiro Soares:

A minha esposa Eny e os meus filhos iam dormir, e eu ficava ouvindo o Brizola discursar. Gostava de ouvir o discurso dele. Eu achava que o plano dele era real, que ia trazer benefícios para o Brasil. [...] Era deputado federal, tinha uns discursos empolgantes, e ele conseguia adeptos de todo Brasil para o seu partido, embora tenha sido governador lá no Rio Grande do Sul (SOARES, 2016, p. 32-33).

A casa do líder serviu como sede de algumas reuniões do grupo. Outros lugares usados para divulgar os ideais brizolistas no município eram a ferraria de Ângelo Cizotto, o membro mais velho do grupo, e a loja de Romulo de Araujo, então vice-prefeito. O maior propagandista, no entanto, era o líder Jonatas, que mesmo possuindo um grave problema na visão, circulava diariamente pela cidade a fim de

---

<sup>223</sup> SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador. Via e-mail: 23 set. 2013.

<sup>224</sup> SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador. Muniz Freire: 16 set. 2016.

<sup>225</sup> Ibid.

<sup>226</sup> SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador. Via e-mail: 23 set. 2013.

expandir a mensagem de Brizola. Num debate realizado no cinema de Muniz Freire, recorda Renato, “agitamos um bocado, e rebatemos argumentos conservadores.”<sup>227</sup>

Os integrantes do grupo também foram alvo de críticas. A oligarquia local ligada ao PSD era o principal canal de oposição. A disputa política em Muniz Freire contribuiria para a repressão contra o grupo, uma vez que a crescente força do PTB muniz-freirense, no qual militavam alguns dos membros do Grupo dos Onze, incomodava a setores do PSD e até alguns membros conservadores do próprio PTB, como se verá adiante.

A Igreja Católica era outra fonte de oposição as ideias brizolistas. Segundo o líder Jonatas, que era católico praticante, o padre Bazzarella, titular da paróquia local desde 1927, também era contra todas as iniciativas de Brizola, apesar de ter falecido um mês antes da formação do Grupo dos Onze na cidade. O líder do grupo afirma que o padre “[...] era a favor de Juscelino e preferia Carlos Lacerda do que Brizola. Ele achava que o Brizola ia entregar o Brasil pra Rússia, e ainda se envolvia na política de Muniz Freire para ajudar o PSD.”<sup>228</sup>

Em Muniz Freire, a mensagem de Brizola não estimulou a criação de apenas um Grupo dos Onze. Algumas pessoas estavam sendo preparadas pelos membros do primeiro grupo para formarem outros no município. Segundo Jonatas, teriam sido formados mais três grupos. Já Renato se refere a dois e Mauro informa a existência de apenas mais um. O membro Mauro diz se lembrar apenas de Manoel Batista, como sendo membro do outro grupo local.<sup>229</sup> De fato, um pedido de busca do Centro de Informações da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Espírito Santo, datado de 1º de fevereiro de 1974, solicita a confirmação de possível envolvimento de dois irmãos, Getúlio Areias e Argemiro Areias, no Grupo dos Onze em Muniz Freire.<sup>230</sup> Os dois citados são irmãos de Carlinho José de Arêas, membro oficial do primeiro grupo. Caso tenham sido realmente formados outros grupos, eles ainda estão no anonimato, uma vez que, com o golpe de 1964, os membros do primeiro grupo optaram por não informar aos militares os nomes de possíveis outros componentes.

---

<sup>227</sup> SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador. Via e-mail: 23 set. 2013.

<sup>228</sup> SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador. Muniz Freire: 16 set. 2016.

<sup>229</sup> OLIVEIRA, Mauro Rodrigues. Entrevista concedida a alunos do curso de Magistério da Escola de 1º e 2º Graus Profª Lia Therezinha Merçon Rocha. Muniz Freire: 1998. Disponível em: acervo da Casa da Cultura de Muniz Freire.

<sup>230</sup> Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo DOPS, CAIXA 30. Série Investigações Criminais; Subsérie Crimes Políticos; Dossiê Grupo dos Onze, p. 9.

No Espírito Santo, segundo Jonatas, havia grupos em Jerônimo Monteiro, Alegre e Castelo, municípios próximos a Muniz Freire.<sup>231</sup> Renato afirma que era intenção do grupo de Muniz Freire entrar em contato com outros grupos.<sup>232</sup> Por sua vez, o membro Mario diz que “não sabia de Grupos dos Onze por perto” (SOARES, 2016, p. 33). Há fontes que indicam a existência de outros grupos capixabas, como o dossiê encontrado no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, produzido pela DOPS-ES, que levanta a suposta existência de Grupos dos Onze nos municípios de Jerônimo Monteiro, Colatina e Montanha.<sup>233</sup>

Ainda em relação ao Espírito Santo, o *Jornal do Brasil*, na edição de 25 de abril de 1965, baseado em dados do Serviço Nacional de Informações, informa que no Estado foram criados 50 Grupos dos Onze. Na mesma notícia, há o registro de grupos em outros 22 estados brasileiros. De acordo com o SNI, prossegue o jornal, estava sendo preparada uma “revolução comunista para eclodir em todo o País em 1º de maio de 1964”, sendo que, “a principal arma da subversão estava condicionada ao chamado Grupo dos Onze, fundado por Brizola, que já tinha mais de 3 mil focos em todo o País.”<sup>234</sup> Em outra edição, o mesmo jornal comunica “a qualificação do ex-deputado Leonel Brizola e de Enis Ricas, acusados de constituírem os chamados Grupos dos Onze na localidade de Irupi, no Estado do Espírito Santo, e enquadrados na Lei de Segurança Nacional.”<sup>235</sup>

As informações do *Jornal do Brasil* podem ser fantasiosas, afinal, com a eclosão do golpe, o Grupo dos Onze foi usado como um dos pretextos para justificar a tomada do poder pelos militares. Novas pesquisas poderão decifrar se houve realmente a formação de 50 grupos no Estado, já que, até o momento, no que se refere ao Espírito Santo, só há registro de Inquérito Policial Militar contra o grupo formado em Muniz Freire.

---

<sup>231</sup> SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador. Muniz Freire: 19 jan. 2016.

<sup>232</sup> SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador. Via e-mail: 23 set. 2013.

<sup>233</sup> Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo DOPS, CAIXA 30. Série Investigações Criminais; Subsérie Crimes Políticos; Dossiê Grupo dos Onze, p. 14, 21, 23 e 26.

<sup>234</sup> Total de implicados em IPMs foi surpresa para o Governo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 22, 25 abr. 1965.

<sup>235</sup> Auditoria qualificará Brizola a 14 de julho. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 24, 5 jun. 1966.

### 3. O GOLPE DE 1964 E O GRUPO DOS ONZE

#### 3.1 A queda de João Goulart: Grupo dos Onze não reage

*“Agora, se pretenderem cortar nossas liberdades, as nossas conquistas democráticas, não tenham dúvida que a luta vai sair, vai haver luta. E nós estamos nos preparando, porque caminhamos para um desfecho dessa crise, e na hora do desfecho, esses grupos dominantes, essas minorias dominantes, vão querer continuar dominando, e vão pretender nos dominar pela força. [...] Nós, o povo brasileiro, ao lado da maioria esmagadora dos nossos irmãos militares, nós iremos defender os nossos direitos.”*

**Leonel Brizola – fevereiro de 1964**

A frase citada foi proferida por Leonel Brizola em meados de fevereiro de 1964, na Rádio Mayrink Veiga, quando a crise política se acentuava e rumores sobre golpes de Estado rondavam todo o campo político, seja a esquerda ou a direita. Nessa mesma mensagem radiofônica, Brizola alertou sobre a possibilidade do país ser alvo de um golpe, o que acabaria ocorrendo no mês seguinte.<sup>236</sup> Ainda na gravação, Brizola conclamou o povo a se organizar em “Grupos dos Onze” para lutar, entre outras coisas, contra tentativas de golpes.

Na mesma mensagem, o político gaúcho ainda ironizou quem criticava a organização ao frisar que o grupo era público e transparente:

Que organização misteriosa é essa que vai ao rádio, que fala para todos ouvirem, que cita os números, os endereços, que organização misteriosa? Não tem nada de mistério, é uma organização popular. Agora, é verdade, é uma organização popular, para atuar, para agir, para lutar, não para tomar chá.

A ideia do Grupo dos Onze era oriunda de uma esquerda que se preparava para o confronto final, ou como dizia Brizola, para o “desfecho”. Para alcançar a vitória final era necessário organizar o povo, o que o tempo acabou não permitindo. De fato, o início promissor da ideia de Brizola esbarrou na falta de tempo para mobilizar todo o contingente de grupos num país de proporções continentais. A organização apenas

<sup>236</sup> A citada transmissão radiofônica, arquivada à época pelo Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara (Dops), pertence ao acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e foi divulgada na internet pelo jornalista Mário Magalhães. In: Blog do Mário Magalhães: “Do arquivo secreto do Dops: por rádio, Brizola alertou sobre o golpe em 64”. Disponível em: <<http://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2015/03/30/do-arquivo-secreto-do-dops-por-radio-brizola-alertou-sobre-o-golpe-em-64/>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

pelo rádio logo se mostrou frágil e a propagada ideia de que o Grupo dos Onze faria o Brasil entrar numa guerra civil não se concretizou.

A trajetória do grupo foi interrompida abruptamente com o golpe. Numa futura segunda etapa do movimento, segundo Schilling (1979, p. 243), o objetivo era organizar um partido revolucionário, “[...] que teria inclusive seu ‘braço armado’, constituído pela oficialidade nacionalista, pelos sargentos e marinheiros”. Schilling, que integrava o comando nacional do grupo, complementa que, “[...] por haver surgido muito tarde, a organização foi alcançada pelo golpe em sua fase embrionária. Somente no Rio de Janeiro havíamos começado a estabelecer os contatos entre os ‘G11’, para vinculá-los verticalmente”.

Na própria mensagem de rádio citada anteriormente, Brizola ainda pedia sugestões sobre o nome definitivo do grupo, dizendo inclusive, que um grupo de companheiros de São Paulo resolveu nomeá-lo de “Esquadrão Nacionalista da Praça da Sé”. Fica evidente, portanto, que a organização estava numa fase tão embrionária que nem nome definitivo possuía. Nesse sentido, a maior consequência do grupo, num contexto já turbulento, foi a de contribuir para o acirramento dos ânimos, prejudicando o governo de João Goulart e fornecendo argumentos para sua deposição, como aponta Darcy Ribeiro:

A seu pesar, a esquerda também contribuiu para enfraquecer o governo, seja através de reivindicações abusivas, seja através do clima de dissenção, que dispunha suas lideranças umas contra as outras. O Partidão de Prestes, o brizolismo articulado nos grupos de onze, parecendo aflitos para assumir o poder, os arraesistas, querendo passar Brizola para trás. Todos eles lutando mais entre si do que contra os adversários (RIBEIRO, 1997, p. 314).

Não só pelo Grupo dos Onze, mas as pressões sobre o governo de João Goulart se avolumaram a partir de 1964. A crise econômica, potencializada por inflação alta e elevado custo de vida, contribuía para as acusações de ineficiência do governo, agitando ainda mais o clima político. Posteriormente, quando não alcança o objetivo de assumir o Ministério da Fazenda em fins de 1963, Brizola e grande parte da esquerda passam a pressionar cada vez mais o governo pelas reformas de base. O líder gaúcho chegaria a dizer, em janeiro de 1964, que a situação econômica poderia inviabilizar as eleições programadas para 1965.<sup>237</sup> Em meio aos conflitos internos da esquerda, a direita civil-militar se unia e conspirava quase que abertamente a queda

---

<sup>237</sup> Brizola diz a Elói Dutra que não haverá eleição se a inflação continuar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 14 jan. 1964.

do presidente. A conspiração, que sempre fora alertada por Brizola desde antes da formação do Grupo dos Onze, acabaria ganhando força a partir de março de 1964, uma vez que a democracia, tanto por setores da esquerda, como da direita, não era a principal prioridade do momento:

De fato, os grupos esquerdistas e pró-reformas buscavam essas reformas ainda que ao custo da democracia. Para obter as reformas, propunham e estavam dispostos a apoiar soluções não democráticas. Aceitavam o jogo democrático somente enquanto fosse compatível com a reforma radical. A direita, por outro lado, sempre esteve pronta a quebrar as regras democráticas, recorrendo a essas regras apenas quando lhes eram úteis para defender interesses entrincheirados. Aceitavam a democracia apenas como meio que lhes possibilitava a manutenção de privilégios. Ambos os grupos subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse às suas conveniências. Nenhum deles aceitava a incerteza inerente às regras democráticas (FIGUEIREDO, 1993, p. 202).

A política de conciliação do presidente Jango não lograva resultados e o país afundava na crise política e econômica. Em meados de março, a estratégia do “confronto”, tão preconizada por Brizola, parecia ser a única alternativa para implantar as reformas de base. Finalmente, Jango decide-se pela estratégia das esquerdas e apoia a realização de um grande comício para pressionar o Congresso a aprovar as reformas. O comício, realizado no dia 13 de março, em frente à estação ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro, reuniu mais de 130 mil pessoas, segundo o *Jornal do Brasil*,<sup>238</sup> e, entre 150 a 200 mil de acordo com o *Última Hora*.<sup>239</sup>

O discurso mais enérgico do evento foi proferido por Leonel Brizola, que atacou a política de conciliação e a inoperância do governo Jango, além de sugerir a derrubada do Congresso Nacional, ao propor a realização de um plebiscito para substituí-lo por uma Assembleia Nacional Constituinte, “[...] visando à formação de um Congresso popular, ‘onde se encontrem trabalhadores, camponeses, sargentos e oficiais nacionalistas e homens públicos autênticos’.”<sup>240</sup> Num tom de ameaça, Brizola ainda alertou o presidente: “O nosso caminho é pacífico, mas saberemos responder à violência com a violência. O nosso presidente que se decida a caminhar conosco e terá o povo ao seu lado. Quem tem o povo ao seu lado nada tem a temer”.<sup>241</sup>

<sup>238</sup> Goulart decreta a desapropriação de terras, encampa refinarias e pede nova Constituição. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 1, 14 mar. 1964.

<sup>239</sup> O povo com Jango começa a reforma. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 1, 14 mar. 1964.

<sup>240</sup> Idem.

<sup>241</sup> Discurso de Leonel Brizola no comício da Central do Brasil (13 de março de 1964). In: Panfleto. O jornal do homem da rua. Rio de Janeiro, 16 de março de 1964, n. 5, p. 2-3. Disponível em: <<http://brasilrepublicano.com.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

Por sua vez, o presidente Jango discursou incisivamente em defesa das reformas de base.<sup>242</sup> Solicitou, inclusive, a revisão da Constituição, “[...] que não atende mais aos anseios do povo e aos anseios do desenvolvimento desta Nação”. Apelou ainda ao Congresso Nacional “[...] para que venha ao encontro das reivindicações populares, para que, em seu patriotismo, sinta os anseios da Nação, que quer abrir caminho, pacífica e democraticamente para melhores dias.<sup>243</sup> O presidente ainda anunciou a assinatura de dois decretos: o da Superintendência da Política Agrária (SUPRA), que desapropriava as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União; e o decreto de encampação de todas as refinarias particulares em favor da Petrobras.

Segundo Mário Gurgel, líder do PTB na Assembleia Legislativa do Espírito Santo e que esteve no comício, João Goulart não queria a presença de Brizola “[...] por causa do perigo de suas palavras, da sua eloquência carbonária flamejante e muitas vezes arrojada demais para um governo que não podia ter definição ideológica” (GURGEL, 1998, p. 149). Frustrada a tentativa, o presidente “[...] chegou à Praça da República a tempo de ouvir o seu cunhado eletrizar a multidão reclamando uma Assembleia Constituinte a ocupar o lugar do Congresso” (SKIDMORE, 1982, p. 348). Porém, segundo Ferreira (2011, p. 422), “[...] o encontro de Goulart com o ex-governador do Rio Grande do Sul foi, para curiosidade de muitos, de extrema afetividade”.

Todavia, a maior consequência do comício foi a de acelerar as conspirações para a derrubada do governo, uma vez que o principal significado do dia 13 estava claro: Jango optara pela estratégia defendida por seu cunhado e por amplos setores da esquerda, ou seja, a “estratégia do confronto”.

A resposta da direita ao comício e ao governo de João Goulart veio no dia 19 com a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, realizada em São Paulo e organizada por setores do clero e entidades femininas. A marcha reuniu cerca de 500 mil pessoas e, segundo o *Jornal do Brasil*, foi realizada em “[...] defesa da Constituição e das instituições democráticas brasileiras e de repúdio ao comunismo”.<sup>244</sup>

---

<sup>242</sup> Discurso completo do presidente João Goulart no comício da Central do Brasil está disponível em: FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 283-291.

<sup>243</sup> Jango: A hora é das reformas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, 14 mar. 1964.

<sup>244</sup> Passeata de 500 mil em São Paulo defende o regime. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 1, 20 mar. 1964.

No Espírito Santo, o jornal *A Gazeta* reagiu com tranquilidade a realização do comício das esquerdas. No editorial, o noticioso destacou que a calma encontrada em todo o país no dia do comício era um sinal positivo de que “[...] já possuímos um grau de evolução democrática bastante apreciável”. Registrou ainda que os prognósticos pessimistas sobre o comício fracassaram e que a maior surpresa do ato foi a encampação das refinarias particulares de petróleo.<sup>245</sup> De fato, no que se refere ao Estado, diferente das convulsões políticas que ocorriam nas grandes metrópoles, o clima era mais tranquilo:

Curiosamente, até as vésperas do Golpe de 64, a política capixaba ainda não havia sido contaminada pelas agitações que ocorriam no plano nacional. Os principais jornais capixabas da época mostravam um Estado que, pouco antes do golpe de 1º de abril, acompanhava à distância os embates que acabaram conduzindo o Brasil ao golpe e ao regime militar. Isso não quer dizer que o Estado estivesse imune a tais conflitos. Havia quem se posicionasse de forma mais veemente de um dos lados da disputa, tal como o jornal *A Tribuna*, propriedade do PSP de Adhemar de Barros, dirigido na época pelo jornalista Djalma Magalhães, que se declarou a favor do golpe. Além desses, havia também posicionamentos erráticos ou indecisos, como o do jornal *A Gazeta*, que passou a legitimar o movimento somente nas vésperas do Golpe (OLIVEIRA, 2013, p. 95-96).

Com o agravamento da crise, a conspiração e os conchavos converteram-se em ação. Erros de cálculo da própria esquerda também facilitaram a ação golpista. O próprio comando nacional do Grupo dos Onze interpretou equivocadamente que haveria mais chance de um golpe vindo de João Goulart do que da direita:

No dia 24 de março, segundo revelação ainda de Paulo Schilling, o Comando Nacional dos Grupos dos Onze, reunido sob a presidência de Brizola, com a presença de líderes dos sargentos e marinheiros nacionalistas, avaliou as possibilidades de enfrentamento de um golpe e considerou que tinha maior probabilidade o golpe vindo da parte de Jango do que da parte da direita. No caso da iniciativa janguista, decidiu-se que as forças de esquerda deveriam aproveitá-la para transformar o golpe em começo da revolução (GORENDER, 1987, p. 62).

Diferente do que esperavam os principais aliados de Brizola, no dia 31 de março, tropas do general Olímpio Mourão Filho saíram de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro com o objetivo de derrubar o presidente e tomar o poder. Já na tarde do dia 1º de abril, com o objetivo de minar qualquer tipo de resistência de Brizola, tropas do Exército ocuparam a Rádio Nacional e também tiraram do ar a Rádio Mayrink

---

<sup>245</sup> Panorama Nacional. *A Gazeta*, Vitória, p. 3, 14 mar. 1964.

Veiga, no momento em que, segundo o *Jornal do Brasil*, “[...] ainda eram transmitidas notícias e apelos de resistência ao que chamavam de ‘golpe contra a legalidade’.”<sup>246</sup>

A partir do dia 1º de abril o golpe é consumado. O presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declara vaga a presidência da República, e o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, assume a presidência interinamente no dia 2. No dia 11, é eleito de forma indireta, pelo Congresso Nacional, o primeiro presidente do novo regime, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, tendo tomado posse no dia 15 de abril.

Em Porto Alegre, Brizola ainda tentou organizar a resistência, com apoio de oficiais legalistas, mas as tentativas fracassaram, pois temendo um grave conflito, o presidente Jango desistiu de um confronto militar com os golpistas e partiu para o exílio no Uruguai.

Com Brizola isolado no Rio Grande do Sul, a falta de mobilização do Grupo dos Onze ficou nítida. Em todo o país não se viu nenhum tipo de resistência militar dos membros do grupo em relação ao golpe, aliás, para surpresa até dos adversários de Brizola, dado a força que imaginavam que o grupo teria. De fato, não houve reação significativa por parte do Grupo dos Onze, nem no Espírito Santo e muito menos no pacato município de Muniz Freire. Ficaria claro que os discursos de luta proferidos por Brizola não se amparavam na realidade, uma vez que o golpe se concretizou com relativa facilidade. O que realmente tornou-se real foi o aludido “desfecho”, a qual Brizola se referia costumeiramente, mas com um fim melancólico para as forças de esquerda. A ideia de que o Grupo dos Onze poderia iniciar uma nova campanha pela legalidade como em 1961 caiu por terra com o exílio de Brizola no Uruguai em maio de 1964.

A partir daí, nem a evidente desorganização e falta de ação do Grupo dos Onze o impediu de ser tachado como subversivo e perigoso pelo novo regime, além de ser usado como justificativa para a derrubada do governo. Em entrevista, ainda em maio de 1964, o general Arthur da Costa e Silva, ministro da Guerra, desferiu críticas a Brizola ao classificá-lo como “criminoso, agitador nacional e rico que se fingia de pobre”. Ainda segundo o ministro, o Grupo dos Onze era “um grupo de combate militar”, que “[...] obedece a uma organização eminentemente militar e bem

---

<sup>246</sup> Exército ocupa a Nacional que sofreu vários danos e tira a Mayrink Veiga do ar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 2, 2 abr. 1964.

distribuída”.<sup>247</sup> O organização do grupo, portanto, seria amplamente usada pelos membros do novo regime como um dos motivos para o golpe, já que, paralelo a tantas polêmicas sobre a sua real motivação, o fato é que a ideia de Brizola deixou a direita civil-militar receosa, em parte pelos exageros da imprensa:

A criação dos “comandos” gerou medo-pânico entre os conservadores e a direita civil-militar. Mesmo que o projeto de Brizola não tivesse tido tempo de prosperar, a imprensa supervalorizou o movimento, publicando notícias assustadoras sobre supostas ações, na maioria das vezes imaginadas pelos donos dos jornais, dos “comandos nacionalistas”. Comunismo e guerra revolucionária eram as imagens mais disseminadas (FERREIRA, 2011, p. 391).

O argumento de que o Grupo dos Onze contribuiu para a eclosão do golpe também é citado por outros militares. Em entrevista, o general Octávio Costa, à época tenente-coronel da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), menciona o Grupo dos Onze e as Ligas Camponesas como uma grande ameaça. Segundo o general, “[...] Goulart e Brizola eram os grandes inimigos a combater” (D’ARAUJO; SOARES; CASTRO, 2014, p. 87). Em outros depoimentos, militares que ajudaram a articular o golpe em 1964 apontam o nome de Leonel Brizola como o principal “vilão” do período.<sup>248</sup>

O membro do Grupo dos Onze de Muniz Freire, Renato Viana Soares, também aluno do curso de pedagogia na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), estava em Vitória no fatídico 1º de abril de 1964, onde participou de uma manifestação de estudantes contra o golpe. Segundo Renato, não havia nenhuma possibilidade de resistência:

Na verdade, não havia resistência nenhuma preparada. Todas as lideranças fugiram, ou foram presas. O movimento sindical era predominantemente de funcionários públicos, evaporou-se. Os incipientes Grupos de Onze ficaram atônitos. As Ligas Camponesas perderam sua liderança. O movimento estudantil foi o último a ceder, assim mesmo batendo cabeça. Assim, objetivamente, não havia condições de resistência – principalmente se houvesse a intervenção militar dos Estados Unidos, com a frota naval que se deslocava para o Brasil.<sup>249</sup>

<sup>247</sup> Íntegra da entrevista do gen. Costa e Silva. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 7, 28 maio. 1964 apud MORAES, Dênis de. **A esquerda e o Golpe de 64**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 152.

<sup>248</sup> Para saber mais sobre o pensamento de oficiais que articularam o golpe de 1964, ver: D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org.). **Visões do golpe**: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

<sup>249</sup> SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador. Via e-mail: 23 set. 2013.

Efetivamente, como afirma Renato, as tentativas de resistência ao golpe não tiveram grande impacto no Estado.<sup>250</sup> Segundo Oliveira (2014, p. 52), no Espírito Santo, as raras tentativas de resistir ficaram por conta do “[...] movimento estudantil, que tentou organizar algumas manifestações, e de parte do movimento sindical que, ao fim e ao cabo, não saiu da retórica e de algumas poucas passeatas”.

Como mencionado, a reação contra o golpe não veio. A limitada tentativa de resistência no Estado foi reprimida rapidamente:

Apesar das tentativas de reação, os primeiros momentos pós-golpe de 1964 foram marcados por uma onda repressiva que gerou centenas de detenções e prisões de sindicalistas, estudantes e funcionários públicos ligados ao presidente João Goulart (1961-1964). Entre os detidos estavam membros da Frente de Mobilização Popular, do Conselho Sindical, integrantes da União Estadual de Estudantes (UEE), dirigentes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pessoas identificadas como militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (FAGUNDES, 2014, p. 11-12).

Outro episódio bastante peculiar sobre uma suposta resistência ao golpe no Espírito Santo envolve o nome de Leonel Brizola que, logo após o início da sublevação militar, tentou organizar a resistência da mesma forma com que fez no episódio da Campanha da Legalidade em 1961. De Porto Alegre, Brizola convocava, por meio das rádios gaúchas, os possíveis aliados espalhados pelo país para reagir ao golpe. A tentativa de Brizola respingou no Espírito Santo, já que numa transmissão, o político gaúcho conclamou o general José Parente Frota, que também era deputado estadual pelo PSD a assumir a resistência no Estado. O caso, que foi narrado por Antonio de Padua Gurgel na biografia sobre a vida do seu pai, o ex-deputado Mário Gurgel, comprometeu a imagem do citado general. Segundo Gurgel (1998, p. 151), a atitude de Brizola pode ter sido estimulada pelo fato do general Frota ocasionalmente se alinhar a bancada do PTB, mas nem por isso o mesmo poderia ser considerado “janguista e muito menos brizolista”. Como resposta, com o objetivo de “[...] deixar clara a sua posição favorável à nova ordem, o deputado-general propôs um voto de louvor às Forças Armadas ‘por terem livrado o Brasil da corrupção e da subversão comunista’”.

---

<sup>250</sup> Sobre o Golpe Civil-Militar no Espírito Santo, ver, entre outros: FAGUNDES, Pedro Ernesto et. Al. (Org.). **O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964 – 1985)**. Vitória: GM Editora, 2014; PEREIRA, Valter Pires; MARVILLA, Miguel (Org.). **Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 1964, no Espírito Santo**. Vitória: Flor&Cultura: Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2005; OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2013.

Posteriormente, na sessão em que seria aprovada a homenagem, toda a oficialidade capixaba compareceu à Assembleia Legislativa em uniforme de gala. Quando o projeto foi colocado em votação, o líder do PTB e da maioria governista, deputado Mário Gurgel, um dos raros políticos locais a permanecer ao lado de João Goulart, fez um duro discurso citando casos em que os militares teriam incorrido em traição:

Traíram a oligarquia rural no episódio da Abolição. Traíram a Princesa na Proclamação da República. Traíram Deodoro ao apoiar Floriano. Traíram também Floriano. Mais tarde, traíram Washington Luís na Revolução de 30. Depois, traíram Getúlio em 1945. Cinco anos depois, traíram Dutra. Em 1954, traíram Getúlio de novo. Tentaram trair Juscelino no episódio de Jacareacanga. Traíram Jânio por ocasião da renúncia. E agora estão traíndo Jango. Mas este humilde parlamentar de província, que o presidente constitucional deste País honrou com sua amizade e sua confiança, não permitirá mais esta ofensa a um homem que já não pode se defender. A Maioria não aprova este voto de louvor (GURGEL, 1998, p. 152).

Em seguida, após o espanto geral com o teor do discurso, ocorreu um acalorado debate entre os deputados Mário Gurgel e José Parente Frota. Por fim, o requerimento foi rejeitado e o líder do PTB foi levado ao quartel do 3º Batalhão de Caçadores, hoje 38º Batalhão de Infantaria, sem maiores consequências.<sup>251</sup>

A brusca mudança de regime teria ampla cobertura no jornal *A Gazeta*. No dia 1º de abril, o jornal destacou com uma grande matéria na primeira página as primeiras movimentações do Exército em Minas Gerais, bem como declarações do ministro da Guerra Jair Dantas Ribeiro e do próprio presidente Jango que, tentando demonstrar tranquilidade afirmou “[...] ser uma insensatez pretender pela força reprimir a aspirações populares”. Em especial, uma frase do presidente chama atenção pelo fato de ter se voltado contra o seu próprio governo. João Goulart disse que as Forças Armadas estavam coesas na manutenção da ordem “[...] e que o povo está vigilante e consciente de seu papel”.<sup>252</sup>

No dia 3, *A Gazeta* já anunciava que as Forças Armadas assumiram o comando do país e entregaram o governo ao presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli. As primeiras ações repressivas da nova ordem também foram noticiadas. Segundo o jornal, na “[...] noite do 1º para dois de abril foram realizadas prisões em todo o País”.

---

<sup>251</sup> Para outras informações sobre o caso citado e a trajetória de Mário Gurgel, ver: GURGEL, Antonio de Padua. **O menino da ilha**: história de um líder popular. Vitória: Contexto Jornalis & Assessoria Ltda, 1998.

<sup>252</sup> Sumamente grave a situação em todo o país: rebeladas guarnições do Exército em Minas. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 1º abr. 1964.

O foco das punições, porém, estava no meio sindical, sendo que “[...] em quase todos os sindicatos houve intervenção federal”. Na mesma matéria, o jornal noticiou ainda, o exílio de João Goulart e o último comunicado de Brizola, que “[...] agradeceu pela cadeia gaúcha de emissoras a colaboração do povo e dava por encerrada a sua resistência”.<sup>253</sup> O noticiário confirma, de forma impressionante, o rápido desfecho do golpe.

A partir de então, fica nítido que o novo regime, comandado pelo Marechal Castelo Branco, pelo menos em sua fase inicial, viveria uma espécie de “lua de mel” com significativa parcela da população. Dessa forma, assim como ocorreu em outras partes do país, os capixabas também foram as ruas e as páginas de jornais celebrar a vitória do golpe que derrubou o presidente constitucional do país.

No dia 15 de abril, dia da posse do presidente Castelo Branco, o jornal *A Gazeta* registrou o clima de festa que marcaria a posse com a manchete: “Povo brasileiro receberá o novo Presidente em manifestação de aplauso nunca vistas”.<sup>254</sup> Na mesma edição, notas oficiais dos presidentes de duas importantes entidades, a Federação da Indústria e a do Comércio corroboram o clima festivo desse setor com os novos rumos do país.<sup>255</sup> No dia seguinte, o mesmo jornal ressaltou as festividades em Vitória por ocasião da posse ocorrida em Brasília:

A capital do Espírito Santo viveu momentos de intenso entusiasmo com a posse do novo Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. Todas as igrejas e capelas tocaram festivamente os seus sinos: os automóveis pelas ruas tocavam suas buzinas minutos seguidos, no momento em que o novo Presidente assinava o termo de posse no Congresso Nacional, o mesmo fazendo todos os navios de bandeiras nacional e estrangeiras que se encontravam no Porto. Foguetes espoucaram no ar a tarde toda, anunciando os novos rumos democráticos implantados com o advento da eleição que levou ao poder máximo o Marechal Castello Branco.<sup>256</sup>

No dia 19, o empresariado capixaba e a Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo regozijaram-se com o início do governo militar. Como aponta Fagundes (2014, p. 15-16), foram muitas as homenagens de apoio publicadas num Caderno

---

<sup>253</sup> Forças Armadas assumiram o comando do País e logo entregaram o governo ao Poder Civil. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 3 abr. 1964.

<sup>254</sup> Povo brasileiro receberá o novo Presidente em manifestação de aplauso nunca vistas. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 15 abr. 1964.

<sup>255</sup> Ao comércio e à indústria. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 15 abr. 1964.

<sup>256</sup> População capixaba saudou festivamente a posse do novo Presidente da República. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 16 abr. 1964.

Especial de *A Gazeta*,<sup>257</sup> em que, no geral “[...] as mensagens eram de felicitações à posse do Marechal Humberto Castelo Branco, nas quais os termos como ‘liberdade’ e ‘democracia’ foram os mais empregados.”

No fim de abril de 1964, os capixabas também promoveram versões locais das famosas “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que fora iniciada em São Paulo no dia 19 de março e reproduzida em diversas cidades brasileiras após o golpe. Ainda segundo o jornal *A Gazeta*, a primeira marcha foi realizada com sucesso em Cachoeiro de Itapemirim no dia 21 de abril.<sup>258</sup> Já no dia 25 foi a vez da população da capital comemorar o sucesso do golpe. Entre muitos outros efusivos elogios, *A Gazeta* adjetivou a marcha como a “[...] maior concentração que se tem notícia no Espírito Santo”.<sup>259</sup> Constata-se, portanto, que o primeiro mês do novo regime no Espírito Santo foi marcado por muita comemoração por parte daqueles que se consideravam vencedores com a derrubada de João Goulart.

No que se refere a Muniz Freire, o contexto nacional se repetiu, ou seja, não houve tentativa de resistência ao golpe por parte dos seguidores de Brizola. O líder do Grupo dos Onze local, Jonatas Ribeiro Soares, afirma que nos dias seguintes ao golpe ficou “ouvindo rádio baixinho” e já na expectativa de sofrer punições. Seus adversários, porém, comemoraram: “Eles falavam comigo: ‘vai Jonatas, vai buscar o Brizola, quem sabe ele salva vocês’”.<sup>260</sup>

A rapidez do movimento golpista o impediu de produzir qualquer ação, tanto a nível local, como nacional. A desorganização também foi um fator preponderante, como afirma o jornalista Fernando Gabeira, que trabalhava no jornal brizolista *Panfleto* e também fez parte do Grupo dos Onze: “Dizia-se às células que procurassem resistir ao golpe. Mas como? Com quê? Os grupos haviam sido organizados às pressas; não tinham treino nem equipamento” (LANGGUTH, 1979, p. 91). Outro a apontar o despreparo do grupo é o jornalista e historiador Moniz Bandeira,<sup>261</sup> que dialogara na época com Neiva Moreira, aliado de Brizola, sobre o funcionamento do Grupo dos Onze:

<sup>257</sup> Edição comemorativa homenageia Revolução: mensagem de esperança. **A Gazeta**, p. 1, 19 abr. 1964.

<sup>258</sup> Marcha da família com Deus pela Liberdade será sábado em Vitória (sucesso em CI). **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 23 abr. 1964.

<sup>259</sup> Milhares de pessoas na Marcha da Família. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 26 e 27 de abr. 1964.

<sup>260</sup> SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador. Muniz Freire: 19 jan. 2016.

<sup>261</sup> Na época, Moniz Bandeira era dirigente de outra organização de esquerda, a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (Polop).

Ninguém sabia o que fazer com aquilo. Um dia, o Neiva Moreira, caminhando comigo na Rua São José, me perguntou: “O que nós vamos fazer com o Grupo dos 11, Moniz? Me diga o que nós podemos fazer”. Ele não sabia o que ia fazer. Foi uma tirada dele para se criar grupos de resistência etc., mas não tinha nem estrutura nem nada para dar.<sup>262</sup>

Com o golpe consolidado, restou a Cibilis Viana, um dos principais aliados de Brizola, agir rapidamente para que os militares não encontrassem os registros do grupo:

[...] o professor Cibilis Viana, juntamente com um companheiro do comitê executivo, teve de destruir a documentação, pois, do contrário, teria exposto os integrantes dos comandos a perseguições políticas e pessoais de toda ordem: “Conseguimos a tempo esvaziar todos os arquivos, colocar o material numa Kombi para um lugar ermo, onde o incineramos”, disse Cibilis, que, em seguida, teve de se esconder no interior de São Paulo, para não ser preso pelos agentes da nova ordem (LEITE FILHO, 2008, p. 255-256).

A partir de abril de 1964, mesmo com a destruição do arquivo, muitos integrantes do Grupo dos Onze espalhados pelo país não escapariam das perseguições do novo regime. Iniciada a “nova ordem”, sobrou espaço até para piada, já que o Grupo dos Onze tornou-se tema de uma comédia encenada no teatro. A peça “O Cunhado do Ex-presidente”, de Aurimar Rocha, era estrelada por 11 atores e protagonizada pelo deputado “Frajola”.<sup>263</sup>

Na década de 1970, em entrevista a Moniz Bandeira, ainda no período militar, Leonel Brizola refletiu sobre a criação do Grupo dos Onze e fez uma autocrítica:

Quanto aos “grupos de onze”, meu erro foi não chamá-los de “clubes de defesa da democracia”, ou algo parecido. Eles não poderiam constituir o embrião de milícias populares. Não tinham esse conteúdo. Não tinham armas como depois se comprovou. Na verdade, tentei formá-los, a fim de arregimentar a sociedade civil contra o golpe de Estado, que a direita com o apoio externo articulava, preparando-se até mesmo para desencadear a guerra civil, para lutar contra as Forças Armadas, através de guerrilhas se elas sustentassem o Governo. (BANDEIRA, 1979, p. 199).

Em Muniz Freire, como veremos adiante, potencializado pela propaganda anticomunista, também prevaleceu o apoio ao movimento que derrubou João Goulart. O golpe e o início do governo militar seria efusivamente saudado pelos políticos do município, sem que houvesse qualquer atividade de resistência promovida pelo Grupo dos Onze local.

<sup>262</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira (depoimento, 2003). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010, 93p.

<sup>263</sup> Show. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 2, 22 maio. 1964.

### 3.2 A campanha anticomunista e o apoio ao Golpe de 1964 em Muniz Freire

O acirramento da Guerra Fria fortaleceu a propagação do anticomunismo, atingindo também o município de Muniz Freire, que em 1960 tinha população estimada em 21.669 habitantes, até hoje o número máximo registrado no município pelos IBGE.<sup>264</sup> Movimento de nível internacional, o anticomunismo também afetou os cidadãos muniz-freirenses e o clima tenso na política local ajudou a consolidar a oposição a já demonizada ideologia comunista. Efetivamente, a influência do discurso anticomunista disseminado pelo país também teve acolhida na sociedade de Muniz Freire.

De antemão, registra-se que conceitualmente, de forma sintetizada, o comunismo pode ser definido em dois sentidos: “como um movimento político da classe operária atuante na sociedade capitalista e como uma forma de sociedade que a classe trabalhadora criaria com sua luta” (BOTTOMORE, 1988, p. 122). Ambos os significados, propostos por Karl Marx, estão interligados, sendo assim o comunismo é o “[...] movimento político e a sociedade que dele emerge. Podemos entendê-lo ainda como uma ideologia, um conjunto articulado de princípios teóricos que fundamentam um tipo de sociedade e uma ação política” (SILVA; SILVA, 2009, p. 71). Nesse sentido, o anticomunismo, seria, portanto, a oposição a doutrina de inspiração marxista:

O fenômeno do anticomunismo diz respeito a uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou àquilo que é a ele identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas. O anticomunismo é o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista (RODEGHERO, 2002, p. 464).

No Brasil, as primeiras manifestações anticomunistas ocorrem logo após a Revolução Russa de 1917. Num período abalado pelos horrores da Primeira Guerra Mundial, as potências capitalistas, preocupadas em impedir que as ideias comunistas provocassem ações revolucionárias mundo afora, utilizaram-se de poderosa propaganda anticomunista como contra-ataque, na qual “[...] complementando a ação estatal, grupos da sociedade civil (empresários, intelectuais, religiosos) também se

---

<sup>264</sup> Dados regionais do IBGE. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 30 set. 2015.

lançaram ao campo de batalha, dedicando-se principalmente à esfera propagandística” (MOTTA, 2002, p. 01).

Assim que os bolcheviques tomaram o poder, a imprensa brasileira, apoiada por outros setores da sociedade, iniciou o processo de ataque ao comunismo. Ainda no período inicial da revolução, a retirada da Rússia da 1ª Guerra Mundial foi considerada pela imprensa um ato de traição com os países da “Entente”, e como o Brasil “[...] também participava da guerra contra os alemães, ainda que a título simbólico, a imprensa nacional encampou a indignação contra o ato de Lênin, que passou a ser acusado de espião alemão” (MOTTA, 2002, p. 05).

No Espírito Santo não foi diferente, já que pouco depois do movimento liderado por Lenin ser vitorioso na Rússia, os jornais do Estado passaram a divulgar notícias a respeito da revolução que daria origem a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O periódico *O Cachoeirano*, nas edições de 15 e 22 de junho de 1919, reproduziu em sua primeira página uma entrevista com o delegado especial de Lenin em Berlim. Na matéria, intitulada “O bolshevismo e a sua propagação pelo mundo”, o delegado M. Makowski disse que “só as nações anglo-saxônicas poderão resistir ao movimento bolshevikista nos próximos vinte anos”. O representante russo garantiu ainda que não era intenção do governo russo invadir qualquer país.<sup>265</sup> No ano seguinte, o jornal *Diário da Manhã* informava sobre a desmantelamento de uma suposta conspiração para estabelecer o regime “soviets” na França. Na mesma edição, o jornal cita que, dirigido por “agitadores russos”, havia se instalado um governo bolshevista na cidade turca de Trebizonda.<sup>266</sup> O cinema também foi usado como estratégia de propaganda anticomunista e chegou até os capixabas. Em junho de 1921, o Cine Teatro Central, localizado no centro de Vitória, exibia um filme com a temática anticomunista, intitulado “Vulcão Social”, uma obra produzida pela FOX que “[...] demonstra os horrores do Bolshevismo da tragica Russia”.<sup>267</sup>

No Brasil, soma-se ao medo da expansão do comunismo, a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em março de 1922. Nas décadas seguintes, a imprensa brasileira reservaria grande parte do seu noticiário para o anticomunismo, alcançando mais força em dois períodos distintos, notadamente entre os anos de

---

<sup>265</sup> O bolshevismo e a sua propagação pelo mundo. **O Cachoeirano**, Cachoeiro de Itapemirim, p. 1, 15 jun. 1919.

<sup>266</sup> Exterior. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 3, 20 maio. 1920.

<sup>267</sup> Cine Teatro Central. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 16, 15 jun. 1921.

1935-1937 e 1961-1964, dois momentos que desembocaram em graves rupturas institucionais. A suposta ameaça comunista foi usada como argumento para eclosão de inúmeros movimentos que culminariam em ditaduras militares na América Latina, sendo em duas oportunidades no Brasil, com o Estado Novo em 1937 e a Ditadura Militar em 1964.

Além da imprensa, na tarefa de instruir a população contra o comunismo e apresentá-lo como a síntese do que havia de mais perverso e maldoso, a Igreja Católica também teve atuação destacada:

A Igreja Católica se constituiu, provavelmente, na instituição não-estatal (desconsiderando, é claro, o Vaticano como Estado efetivo) mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX. Para as lideranças católicas o comunismo era um inimigo irreconciliável da Igreja, um desafio à sobrevivência da religião ao qual só podiam responder com luta (MOTTA, 2002, p. 18).

A partir da década de 1930, a oposição católica seria intensificada e inúmeras estratégias seriam formuladas para dar ao comunismo um status totalmente negativo. O início da Guerra Civil Espanhola em 1936 levou a Igreja a um combate mais agressivo contra o comunismo. No ano seguinte, a encíclica “Divinis Redemptoris”, editada pelo Papa Pio XI, não deixou margem para dúvida ao afirmar que o comunismo “[...] é intrinsecamente perverso e não se pode admitir em campo nenhuma colaboração com ele, da parte de quem quer que deseje salvar a civilização cristã.”<sup>268</sup> De fato, o comunismo seria encarado como um perigoso inimigo que ameaçava a existência do cristianismo e por isso precisava ser combatido.

A atitude de enfrentamento da Igreja Católica encontrou eco na imprensa e nas Forças Armadas Brasileiras. Os militares, segundo Motta (2002, p. 36), “[...] foram o grupo social mais receptivo às propostas de mobilização contra o comunismo, em defesa da pátria e da nação”. A oposição aos comunistas no Brasil ganharia ainda mais força com a fundação, em 7 de outubro de 1932, da Ação Integralista Brasileira (AIB), partido político de extrema direita inspirado no fascismo italiano. Por outro lado, em março de 1935 foi organizada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), de oposição ao integralismo e sob a liderança de Luís Carlos Prestes, antigo chefe do Tenentismo. Colocada na ilegalidade pelo governo de Getúlio Vargas poucos meses após a sua

---

<sup>268</sup> Papa Pio XI. Carta Encíclica Divinis Redemptoris. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/pius-xi/it/encyclicals/index.html>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

fundação, a ANL iniciou a organização de um movimento armado com o objetivo de derrubar o governo.

Deflagrada em novembro de 1935, a frustrada revolta comunista ficaria conhecida como “Intentona Comunista” e acabou sendo usada para fortalecer o sentimento militar de que o comunismo também ameaçava a existência da pátria. O levante de novembro foi mitificado e tornou-se um marco na luta contra o comunismo, sendo elemento importante para “[...] solidificar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo” (MOTTA, 2002, p. 76).

Partindo do pressuposto de que o comunismo era a encarnação do “mal”, criou-se um imaginário próprio com o objetivo de negativá-lo, no qual inúmeras metáforas eram utilizadas para representar os comunistas, ao ponto de vinculá-los ao demônio, a animais traiçoeiros, a doenças “[...] e temas correlatos como peste, praga, bacilo, veneno, vírus, câncer etc” (MOTTA, 2002, p. 53). Os comunistas seriam ainda, um adversário da família e da moral por apoiarem o “[...] divórcio, a libertação da mulher, educação sexual e aborto [...]” (MOTTA, 2002, p. 66).

Essas características, divulgadas maciçamente na imprensa durante anos, potencializaram a repulsa aos comunistas e aqueles que porventura fossem julgados como seus aliados, como foi o caso do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e de políticos como Leonel Brizola e João Goulart, além de organizações como o Grupo dos Onze e todo o campo político identificado com as esquerdas, mesmo que não fossem de fato comunistas. A sociedade conservadora, abastecida pela intensa campanha anticomunista, repudiava diariamente as supostas práticas dos comunistas, criando assim um clima radical de disputa política, que se acentuou durante o governo de João Goulart, exatamente no período em que a disputa ideológica entre Capitalismo (EUA) x Comunismo (URSS) estava no auge:

Mobilizações anticomunistas faziam parte do repertório do Estado e de grupos de direita desde o início do século, mas, entre 1961–1964, elas alcançaram picos elevados, graças à combinação de fatores internos (incremento nas reivindicações e protestos sociais) e externos (Guerra Fria, revoluções no Terceiro Mundo). Na derrubada de Goulart, em 1964, as representações anticomunistas tiveram um papel-chave [...] (MOTTA, 2014, p. 08).

Como mencionado, a onda contrária ao comunismo se intensificou com o acirramento da Guerra Fria. Era raro encontrar neutralidade naquele momento e o fato de Cuba, após sua revolução em 1959, ter se posicionado ao lado da União Soviética,

acabou dando força para que a direita brasileira acusasse as esquerdas de lutarem pela instalação de um regime similar ao cubano no Brasil, o que causou preocupação no governo dos Estados Unidos, que por não aceitar “[...] ‘outra Cuba’ na América Latina tornou a região uma espécie de palco secundário da Guerra Fria” (FICO, 2014, p. 29). O “palco secundário” corresponde justamente ao período do governo de João Goulart (1961-1964), momento marcado pelo auge da associação de toda esquerda brasileira como sendo comunista, já que não se levava em conta as diversas correntes políticas no interior da própria esquerda. Nesse contexto, todo campo das esquerdas ou qualquer discurso progressista, seja simpático ou não ao comunismo, era identificado com essa ideologia. Tal estratégia era um dos frutos da poderosa campanha anticomunista:

A aplicação indiscriminada da expressão comunista aos indivíduos pertencentes aos diversos matizes da esquerda, praticada de maneira mais frequente pelos anticomunistas conservadores e reacionários, tinha como objetivo desacreditar todo e qualquer processo de mudança social. Denunciando à sociedade como comunistas embaçados a todos os esquerdistas, alcançava-se o efeito de lançar desconfiança sobre as propostas reformadoras. Amedrontada pelas sinistras representações do comunismo divulgadas e cristalizadas ao longo do tempo, parte da população tendia a encarar com reserva o discurso “progressista” (MOTTA, 2002, p. 164).

Em Muniz Freire também ocorria o mesmo em relação ao anticomunismo: ele era crescente, principalmente após a vitória do PTB local nas eleições de 1962. Segundo Motta (2002, p. 130), das eleições disputadas no período 1945-1964, as de 1962 “[...] foram marcadas pela mais intensa mobilização anticomunista”.

Como aponta Renato Viana Soares, membro do Grupo dos Onze local, o anticomunismo em Muniz Freire não era diferente daquilo que se divulgava em todo o país, ou seja, aos comunistas e possíveis simpatizantes só restava adjetivos negativos. O comunista era tratado como um ser perigoso:

Lembro-me de uma comadre de minha mãe, dessas pessoas ingênuas da “roça” que, depois de me conhecer, disse: “O Renato nem parece comunista, é gente tão boa”. A imagem de comunista que passaram para ela era de um ser violento, ateu, criminoso. O preconceito, quando espalhado por autoridades, ou respaldado por confissões de fé, enraíza de tal maneira na mente das pessoas que é capaz de levar a matar. É o fundamentalismo. Chegavam a fazer cartazes com as fotos de jovens de esquerda acusando-os de destruir as famílias, atentar contra o país. Tudo porque pensavam diferente.<sup>269</sup>

---

<sup>269</sup> SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador. Via e-mail: 23 set. 2013.

Em 1963, o ex-integralista e agora vereador João Martins,<sup>270</sup> eleito pelo PSD, pediu “votos de louvores” da Câmara Municipal de Muniz Freire a revista *Ação Democrática*, famosa por sua atuação contra o comunismo:

Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Muniz Freie. João Martins, Vereador eleito pelo PSD, abaixo assinado, requer a V. Excia., que, depois de submetido e aprovado por esta Casa, seja enviado um ofício à redação da Revista “Ação Democrática”, dando a nossa irrestrita solidariedade e apresentando votos de louvores pela brilhante campanha que vem desenvolvendo contra as iniciativas comunistas em nosso tão querido Brasil.<sup>271</sup>

A citada revista, de circulação mensal, era parte do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e tinha como objetivo combater a disseminação do comunismo no Brasil. A revista focava no caráter internacional do comunismo ao afirmar que os comunistas brasileiros eram submissos a União Soviética e, portanto, “[...] deveriam ser chamados de ‘traicionistas’, ao contrário de nacionalistas” (MOTTA, 2002, p. 32). Para a revista *Ação Democrática*, o comunismo era o principal inimigo a ser combatido:

Praticamente todo o conteúdo da revista se dedicava a atacar o comunismo, seja no plano externo, seja no interno. Ela trazia, principalmente, matérias apontando a “infiltração” no Brasil (sindicatos, UNE) e denúncias sobre as ações soviéticas no mundo. A intenção do grupo era chamar a atenção das classes dominantes brasileiras para o “perigo”, convencê-las da necessidade de se organizar para enfrentar um inimigo que estaria se tornando cada vez mais ameaçador (MOTTA, 2006, p. 133-134).

O anticomunismo em Muniz Freire cresce em 1964. Com o golpe consolidado, a Câmara Municipal de Muniz Freire se apressou e na sessão ordinária de 6 de abril de 1964 aprovou um manifesto de apoio ao movimento que depôs João Goulart. O manifesto é uma espécie de reprodução da campanha anticomunista divulgada nacionalmente, ou seja, para os vereadores de Muniz Freire, o golpe também se justificava pelo fato de livrar o país dos “comunistas”.

Os vereadores conclamaram os líderes militares a adotar medidas enérgicas contra os “elementos comunistas” que estavam conspirando contra o regime democrático. Com o manifesto, reforça-se o entendimento sobre o caráter civil-militar

---

<sup>270</sup> Integralista nos anos 30 e ferrenho anticomunista, João Martins também era genro do já citado coronel Lino Ribeiro de Assis, apesar de ter casado com a sua filha somente após a morte do coronel. Por causa desse vínculo, o vereador João Martins era tio por afinidade de sete membros do Grupo dos Onze.

<sup>271</sup> Câmara Municipal de Muniz Freire. Ata da 7ª Sessão Ordinária realizada em 5 de junho de 1963.

do golpe, já que os vereadores locais apontam a importância não só dos militares, mas também dos civis, no caso os “ilustres” governadores de Estado que participaram da derrubada do governo:

Manifesto da Câmara Municipal: A Câmara Municipal de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e, tendo em vista os recentes acontecimentos ocorrido na nação brasileira que redundaram com o afastamento do Presidente João Belchior Marques Goulart, resolve apresentar o seguinte manifesto: 1º Ouvindo o plenário a Câmara Municipal, fica registrado moção de solidariedade aos briosos militares e aos ilustres governadores de Estados membros da Federação que, na defesa da constituição, atuaram no sentido de extirpar do poder público os elementos nitidamente com tendência comunistas, cujos elementos nocivos só traziam intranquilidade, perturbando a paz da família brasileira, aniquilando o princípio de autoridade e desagregando as Forças Armadas com o propósito de se perpetuarem no poder. 2ª A moção de solidariedade referida no item precedente será encaminhada aos atuais Ministros da Guerra, Marinha, e Aeronáutica e a todos os Senhores Governadores Solidários com o movimento de retorno à legalidade constitucional. 3ª A Câmara Municipal de Muniz Freire, ainda, aprova mensagem aos responsáveis dirigentes que promoveram o afastamento dos comunistas do poder público, que adotem providências enérgicas no sentido de expurgar de uma vez por todas, todos esses elementos comprovadamente comunista que conspiram contra o regime democrático no Brasil.<sup>272</sup>

O manifesto foi aprovado pelos vereadores José de Lima (UDN), João Martins (PSD), José Gomes da Silva (PSD), Waldemar Antônio Sgrâncio (PTB), Anestor Machado de Ávila (PTB), Aladim José de Souza (PTB) e José Gomes (PTB). O vereador Remy Luiz Alves (PSD) faltou à sessão e outro, Walfredo Ribeiro Soares, então líder da bancada do PTB, se posicionou contra, sendo o mesmo aprovado por sete votos favoráveis e um contrário.

A aprovação gerou discussão no plenário. O vereador Waldemar Antônio Sgrâncio (PTB) elogiou o manifesto e atacou o vereador Walfredo Ribeiro Soares, seu colega de partido. Para Waldemar, os “comunistas” deveriam ser “degolados”:

O Vereador Waldemar pediu a palavra e esclareceu que tinha assinado o manifesto e defendia a brilhante atitude do Sr. Presidente (da Câmara Municipal), de ter entrado defendendo a democracia e a família brasileira, que estes comunistas covardes e bandidos precisavam ser degolados, e disse ao V. Walfredo que ele foi contra o manifesto e que achava ainda que quem cala consente, e que este ainda continua acompanhando estes safados como Leonel Brizola e João Goulart, porque tem ideias comunistas.<sup>273</sup>

O vereador Walfredo Ribeiro Soares (PTB) pediu a palavra e negou ser comunista, afirmando ainda que votou contra o manifesto “[...] por uma questão

<sup>272</sup> Câmara Municipal de Muniz Freire. Ata da 3ª Sessão Ordinária realizada em 6 de abril de 1964.

<sup>273</sup> Ibid.

particular de ser do PTB, e amigo do Jango”.<sup>274</sup> O vereador João Martins (PSD) também apoiou o manifesto afirmando que votar favorável ao mesmo “[...] era defender a constituição e a família brasileira e que no Brasil há comunistas e que o Brizola é um deles.”<sup>275</sup>

O Poder Executivo local também foi chamado a se manifestar a respeito do golpe. Ao ser questionado por ofício pela Câmara Municipal, sobre qual seria a sua posição perante os novos acontecimentos, o prefeito Antônio Ferreira Sobrinho, do PTB, enviou a sua posição a Câmara, sendo lida na sessão do dia 20 de abril de 1964. Apesar de não defender o presidente João Goulart e chamar os militares golpistas de “bravos militares”, o prefeito foi mais moderado se comparado com o manifesto aprovado pela Câmara. Da mesma forma que os vereadores, o chefe do Executivo também citou o comunismo como um dos argumentos para a queda de Jango:

Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal. Tenho a grata satisfação de responder o seu ofício nº 2/64 datado de 8/4/64, referente a minha posição face aos últimos acontecimentos políticos e que culminaram com a revolução vencida pelos bravos militares de nossas Forças Armadas. Pelo que tenho observado, a revolução tem rumo certo e o seu principal objetivo é: 1º Expurgar o comunismo dos nossos meios. 2º Manter a democracia a qualquer preço. 3º Punir os dilapidadores dos cofres públicos. Honro-me em vos afirmar que estive, estou e estarei sempre solidário e ao lado das forças que pugnam por estes princípios e direito que é o marco da civilização brasileira. No que se refere o primeiro item ou seja, expurgar os comunistas. Não me consta existência dos mesmos neste município, sendo que no último pleito, todos os eleitos aos diversos cargos eletivos municipais, inclusive os suplentes, são reconhecidamente homens democráticos. No que se refere ao segundo item, ou seja, manter a Democracia. Devo esclarecer que sou pela manutenção a qualquer preço, para que se possa manter a paz a que tanto é almejado por todos nós Brasileiros. No que se refere ao terceiro item, ou seja, Dilapidação dos Cofres Públicos. Devo esclarecer que franquio a quem de direito vistoriarem os livros desta Municipalidade para que sejam apurados as possíveis irregularidades porventura existentes.<sup>276</sup>

Na sessão seguinte, 15 dias depois da leitura da posição do prefeito, com o país já sendo governado pelo marechal Castelo Branco, o vereador Walfredo Ribeiro Soares, ainda na condição de líder do PTB, mudaria de posição ao pedir para constar em ata um voto de solidariedade da bancada do PTB ao primeiro presidente do novo regime.<sup>277</sup> Destaca-se que o único político com mandato a não se pronunciar oficialmente após o golpe foi o vice-prefeito Romulo de Araujo, também do PTB, e um dos integrantes do Grupo dos Onze do município.

<sup>274</sup> Câmara Municipal de Muniz Freire. Ata da 3ª Sessão Ordinária realizada em 6 de abril de 1964.

<sup>275</sup> Ibid.

<sup>276</sup> Câmara Municipal de Muniz Freire. Ata da 4ª Sessão Ordinária realizada em 20 de abril de 1964.

<sup>277</sup> Idem. Ata da 5ª Sessão Ordinária realizada em 5 de maio de 1964.

Constata-se então que, dos oito vereadores que se posicionaram a favor dos militares, cinco eram do PTB, mostrando que os vereadores locais e o prefeito petebista, influenciados pelo discurso anticomunista e pela “revolução”, optaram por não seguir o próprio partido e declararam apoio a quem havia tomado o poder, ou seja, foram pragmáticos. As diferenças entre partidos e seus militantes no âmbito nacional, estadual e municipal era comum, já que o PTB, considerado um partido de esquerda no plano nacional, também se aliava com setores da direita e defendia ideias conservadoras. O PTB, assim como qualquer outro partido ou grupo político não pode ser reduzido a uma só posição:

Não só camponeses comportam-se de forma diferente de burgueses mas “há aristocratas e aristocratas”. Ou seja, não só é preciso atentar para as diferentes visões de mundo dos grandes grupos sociais mas é preciso tomar cuidado com a tendência de homogeneizar, arbitrariamente, comportamentos dentro desses grupos (VELHO, 1999, p. 22).

Nesse sentido, vale destacar que, sobre o PTB capixaba “[...] pelo menos a sua parcela hegemônica, possuía um perfil bastante fisiológico e conservador, bem diferente da agremiação em âmbito nacional” (OLIVEIRA, 2014, p. 86). O que se vê, com o desenrolar dos acontecimentos pós-golpe de 1964, é que o PTB local também possuía características similares ao descrito por Oliveira (2014) sobre o PTB em âmbito estadual.

A expressão “bravos militares”, usada pelo prefeito e “briosos militares”, empregada no manifesto dos vereadores reeditam o que os meios de comunicação favoráveis ao golpe divulgavam. Na edição de 2 de abril de 1964, o editorial do jornal *O Globo* defendeu o movimento que derrubou o presidente Goulart, sendo que um trecho da opinião do periódico parece ser uma das fontes inspiradoras do manifesto do prefeito e dos vereadores de Muniz Freire:

SALVOS DA COMUNIZAÇÃO que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo.<sup>278</sup>

Verifica-se, portanto, que o golpe se justificava para os políticos de Muniz Freire devido ao “perigo comunista” e a perseguição a estes “elementos” estava

---

<sup>278</sup> Ressurge a democracia! *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 2 abr. 1964.

aprovada nos dizeres dos políticos locais. De fato, como aponta Motta (2002, p. 271), “[...] não há dúvida de que o anticomunismo se constituiu no argumento central do golpe.”

Ao aplaudir a perseguição contra os comunistas ligando-os a adjetivos negativos, os políticos de Muniz Freire reproduziam as diversas teorias que eram divulgadas no país e também criavam as suas próprias, sempre associando os comunistas a conteúdo negativo e perigoso. O horror ao comunismo alcançava assim, os vereadores do PTB e até o prefeito, também eleito pelo PTB, partido que teve milhares de militantes perseguidos após o golpe.

Por fim, vale contextualizar que, mesmo alguns políticos do município de Muniz Freire se exaltando na defesa do golpe e na perseguição contra os “comunistas”, o apoio a derrubada do presidente João Goulart não os coloca automaticamente como favoráveis ao regime opressor que se instalou no país em seguida, ainda que os manifestos de apoio aos militares tenham sido divulgados dias após os primeiros casos de mortes e torturas praticados pela violenta repressão do novo regime.

### 3.3 Da denúncia a Ação Penal nº 1581/64: Grupo dos Onze de Muniz Freire é condenado pela Justiça Militar

Mesmo ainda em estágio inicial de formação, o Grupo dos Onze de Muniz Freire já era visto como adversário por setores do PSD e da UDN do município. A disputa política no município contribuiu para inflamar a rivalidade, uma vez que a crescente força do PTB local, no qual militavam alguns dos membros do Grupo dos Onze, incomodava a elite que comandou a política muniz-freirenses até as eleições de 1962. Ressalte-se que, até mesmo dentro do PTB municipal havia divergência em relação Grupo dos Onze, basta observar que os próprios vereadores petebistas apoiaram efusivamente o golpe e se colocaram como adversários do governo Jango, que era do PTB. O próprio líder do Grupo dos Onze, Jonatas Ribeiro Soares, é um crítico dos petebistas locais:

Eu queria ser filiado a um partido só do Brizola. No PTB daqui eu nunca entrei. Eu não acreditava em alguns membros do partido. A maioria que estava lá nunca foi PTB de verdade e apenas aproveitava do partido pra ganhar a eleição. Eram eleitos e depois fugiam. Quem era Brizola de verdade

continuou Brizola mesmo depois do golpe, mesmo depois de apanhar. PTB de coração era o pessoal que seguia o Grupo dos Onze.<sup>279</sup>

Como abordado, o PTB local não era homogêneo, ainda que a maioria dos seus filiados fosse oriunda de setores populares. A mudança de rumo do partido se acentuou a partir dos anos 1960, após a saída de Demerval Ribeiro Soares, um dos seus fundadores e próximo do pensamento de João Goulart e Leonel Brizola. Consequentemente, algumas lideranças conservadoras e anticomunistas ocuparam espaços dentro do partido, como ficou claro no comportamento dos vereadores e prefeito petebista no agravamento da crise política em 1964.

Diante do clima agitado da política local após o golpe, a denúncia que levou o Grupo dos Onze de Muniz Freire a ser investigado não tardou em chegar. Como já assinalado, o prefeito e o vice-prefeito eram do PTB, sendo que o vice-prefeito Romulo de Araujo também era membro do Grupo dos Onze. A autoria da denúncia contra o grupo levanta polêmica e diversas versões entre os envolvidos, com alguns dos membros acusando o então presidente da Câmara Municipal José de Lima (UDN), e este negando veementemente a autoria.<sup>280</sup>

O membro Renato Viana Soares afirma que a denúncia partiu de José de Lima em aliança com o promotor público Déo Schneider.<sup>281</sup> O líder do grupo, Jonatas Ribeiro Soares, em entrevista ao jornal *A Gazeta* em março de 1983, segue na mesma linha:

Foi uma denúncia assinada pelo presidente da Câmara Municipal na época, José de Lima [...]. Ele queria ser o prefeito. Como o vice-prefeito Rômulo de Araújo participava do grupo, ele achava que o prefeito também estava

---

<sup>279</sup> SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Muniz Freire, 16 set. 2016.

<sup>280</sup> José de Lima, natural de Cataguases - MG, exerceu em Muniz Freire a função de Auxiliar Veterinário, cargo subordinado à Secretaria de Agricultura do Estado do Espírito Santo. Foi eleito vereador pela UDN em 1958 e 1962, e pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) em 1966. Novamente pela ARENA, candidatou-se a prefeito em 1970 e 1972, vencendo em 72. Em 1982 tentou retornar a prefeitura pela sublegenda do Partido Democrático Social (PDS), mas foi derrotado. Em 1988 foi candidato a vice-prefeito, sendo derrotado novamente. O Ministério da Justiça, por meio da Portaria Nº 177, de 5 de fevereiro de 2009, concedeu a diversos vereadores do país, entre eles José de Lima, a declaração de anistiado político por ter sido compelido por força de Ato Institucional a exercer gratuitamente seu mandato durante a ditadura militar. A declaração foi publicada no Diário Oficial da União em 10/02/2009.

<sup>281</sup> Déo Schneider atuou como Promotor de Justiça em Muniz Freire, de 13 de novembro de 1962 a 29 de dezembro de 1964. No município, também ocupou o cargo de Diretor do principal colégio local, o Ginásio Desembargador Celso Calmon. Déo foi assassinado no município de Lúna - ES, em 8 de maio de 1969.

envolvido. Se isso acontecesse, como presidente da Câmara, ele assumiria o mandato. Mas o prefeito não foi envolvido.<sup>282</sup>

Em outras duas entrevistas, em 1998<sup>283</sup> e 2016, Jonatas voltaria a citar José de Lima como autor da denúncia que o levou para o banco dos réus:

O José de Lima tinha vontade de ser prefeito, e achava que denunciando ele ganharia o cargo. Ele denunciou por motivos políticos. Ele achou que seria nomeado prefeito pelo governo militar, mas o governo militar não quis saber dele. Ele só foi prefeito depois, quando foi eleito.<sup>284</sup>

Os membros Carlinho, Nelson e Mauro, em entrevistas concedidas na década de 1990, da mesma forma citam o ex-presidente da Câmara como autor da denúncia.<sup>285</sup> Dos seis membros entrevistados após o ocorrido, apenas Mario nunca mencionou o nome de José de Lima.

Por sua vez, em entrevista via e-mail, José de Lima negou com convicção a responsabilidade pela denúncia:

Afirmo que não denunciei o “Grupo dos Onze” de Muniz Freire. [...] Eu era o Presidente da Câmara Municipal e fui convocado pelo Juiz (fui intimado, note bem!) como também devem ter sido as outras testemunhas. Você desacataria uma intimação judicial sendo também uma autoridade pública? Na vida ou você é homem ou não é. É a vida acontecendo e você tendo que enfrentar os acontecimentos que vão surgindo. Existe outro jeito? Acho que se eu não representasse nada na política local meu nome jamais estaria envolvido no caso. Em nenhum momento me ofereci para depor. Não tinha nenhuma razão para fazer isso como alegou um membro do grupo insinuando que eu teria interesse em ocupar a vaga do prefeito do PTB, caso ele fosse deposto do cargo. Fui o vereador mais votado por três mandatos consecutivos e sempre me identifiquei com o trabalho de vereador. [...] Meus detratores podem dizer o que quiserem de mim, mas nunca fui covarde nas minhas atitudes. Sempre fui um homem verdadeiro e com muita disposição para o trabalho, não perderia tempo para denunciar ninguém.<sup>286</sup>

Sobre quem então teria feito a denúncia, José de Lima alega que o responsável “foi um grupo político e não uma pessoa sozinha” e se considera “[...] o bode expiatório

<sup>282</sup> SOARES, Jonatas Ribeiro. “Jonathas, o preso político que Camata levou à posse”. Vitória: A Gazeta – Caderno Dois, p. 1, 16 mar. 1983.

<sup>283</sup> SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a alunos do curso de Magistério da Escola de 1º e 2º Graus Profª Lia Therezinha Merçon Rocha. Muniz Freire: 1998. Disponível em: Casa da Cultura de Muniz Freire.

<sup>284</sup> SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Muniz Freire, 16 set. 2016.

<sup>285</sup> As entrevistas com Carlinho, Nelson e Mauro, já citadas no presente trabalho, foram realizadas por alunos das Escolas “Lia Therezinha Merçon Rocha” e “Bráulio Franco” e estão arquivadas na Casa da Cultura de Muniz Freire.

<sup>286</sup> LIMA, José de. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Perguntas encaminhadas via e-mail ao filho do entrevistado, 7 nov. 2013.

porque era o Presidente da Câmara e um dos vereadores mais votados do município".<sup>287</sup>

A respeito da afirmação de ter sido o vereador mais votado em três oportunidades, José de Lima se equivocou. Infelizmente, os dados exatos da votação de cada vereador nos pleitos de 1958, 1962 e 1966 foram perdidos, mas, ao se observar as atas da Câmara Municipal, é possível constatar outros vereadores como sendo os mais votados nas eleições disputadas pelo citado vereador.

Tradicionalmente, assim que se iniciava uma nova legislatura na Câmara Municipal, cabia ao vereador mais votado assumir a presidência da mesa na primeira sessão do ano e direcionar os trabalhos para eleição do presidente e vice-presidente. Segundo as atas, assim foi feito em 1959, com o vereador Remy Luis Alves (PSD) dirigindo os trabalhos<sup>288</sup> e em 1963 com o vereador José Gomes da Silva (PSD).<sup>289</sup> Em ambas as legislaturas ficou registrado o nome desses vereadores como os mais votados, diferentemente do que ocorreu em 1967, quando tomavam posse os vereadores da 6ª legislatura e a ata cita o vereador Walfredo Ribeiro Soares como presidente dos trabalhos, mas sem mencionar quem de fato teria sido o mais votado.<sup>290</sup> Pode-se concluir que, em 1958 e 1962, José de Lima não foi o mais votado. No que se refere a eleição de 1966, permanece a dúvida.

No início de abril de 1964, todos os membros do Grupo dos Onze de Muniz Freire foram convocados a depor na Delegacia de Polícia da cidade. Fichas da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS-ES) informam que, no dia 6 de abril, o líder Jonatas foi o primeiro a prestar esclarecimentos na Delegacia local. Ângelo, Carlinho, Lino, Mario, Romulo e Nelson depuseram no dia seguinte e Mauro dois dias depois. Renato, Jair e Ilto também foram intimados, mas suas fichas não informam a data exata de seus primeiros depoimentos à polícia.<sup>291</sup> Após a primeira fase de depoimentos, no dia 14 de julho todos os membros foram indiciados. O processo transitou na 3ª Auditoria Militar, no Rio de Janeiro, sendo os réus

---

<sup>287</sup> LIMA, José de. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Perguntas encaminhadas via e-mail ao filho do entrevistado, 7 nov. 2013.

<sup>288</sup> Câmara Municipal de Muniz Freire. Ata da sessão preparatória da 4ª Legislatura realizada em 31 de janeiro de 1959.

<sup>289</sup> Idem. Ata da sessão preparatória da 5ª Legislatura realizada em 31 de janeiro de 1963.

<sup>290</sup> Idem. Ata da sessão preparatória da 6ª Legislatura realizada em 31 de janeiro de 1967.

<sup>291</sup> Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo DOPS, CAIXA 30. Série Investigações Criminais; Subsérie Crimes Políticos; Dossiê Grupo dos Onze.

defendidos por advogado indicado pela Justiça Militar, por não terem condições financeiras de contratar um defensor.<sup>292</sup>

Além das versões oriundas da oralidade, o Inquérito Policial Militar (IPM) contra o grupo contribui para trazer à tona outros pormenores do assunto.<sup>293</sup> No que se refere a denúncia, é revelador o ofício nº 27/64, de 9 de junho de 1964, enviado pelo presidente da Câmara José de Lima (UDN) ao presidente da Comissão de Segurança Nacional, no qual o citado vereador anexou o manifesto aprovado pela Câmara, além de exaltar o golpe e detalhar a formação do Grupo dos Onze em Muniz Freire:

Prezado Senhor: - Cumprindo os altos dispositivos institucionais, é de meu dever e com satisfação o faço, encaminhando a V. Excia., o anexo, contendo as manifestações de solidariedade e respeito, pelos representantes desta Câmara, aos íntegros e verdadeiros defensores da democracia em nosso País, nos últimos acontecimentos de 1º de abril, extirpando do poder, os corruptos traidores de nossa querida Pátria. Cumpre-me esclarecer a V. Excia., que o referido manifesto desta casa, com a exceção do voto do vereador WALFREDO RIBEIRO SOARES e que ficou registrado nos anais deste Legislativo, com modesta cooperação, devo esclarecer sem outro interesse, que da relação cadastrada pela delegacia local, referente ao chamado “GRUPO DOS ONZE”, figuram (6) seis membros da família do Vereador WALFREDO RIBEIRO SOARES, sendo ainda dois dos quais funcionários público. Na certeza de ter cumprido com o nosso dever democrático, servimo-nos da oportunidade, para apresentar a V. Excia., os protestos de nossa elevada estima e alta consideração pelo que subscrevemo-nos. Atenciosamente. Ass. JOSÉ DE LIMA - Presidente da Câmara Municipal.<sup>294</sup>

Nos meses de julho e dezembro de 1964 houve uma etapa de depoimentos, tanto dos membros do grupo, como das testemunhas. O 2º Tenente Juracy Antunes ficou encarregado pelo inquérito em Muniz Freire, e das sete testemunhas arroladas no processo, quatro eram vereadores, todos já mencionados: João Martins (PSD), ex-integralista e ferrenho anticomunista; José de Lima (UDN), presidente da Câmara; Waldemar Antônio Sgrâncio (PTB), o vereador que declarou que os “comunistas” precisavam ser degolados e Walfredo Ribeiro Soares, líder do PTB, e que votou contra o manifesto da Câmara em apoio ao golpe, além de ser tio dos membros Jair, Renato,

---

<sup>292</sup> Ressalte-se que os réus do Grupo dos Onze de Muniz Freire não indicaram testemunhas de defesa.

<sup>293</sup> A Ação Penal nº 1.581/64, referente ao Grupo dos Onze de Muniz Freire, faz parte do acervo do “projeto Brasil: Nunca Mais – BNM”, desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo na década de 1980, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns. O acervo está disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>.

<sup>294</sup> Ação Penal nº 1.581/64, folha 6.

Jonatas, Mario e Lino.<sup>295</sup> As demais testemunhas eram cidadãos comuns: Orlando Bazzarella, Sebastião Luiz da Rocha e Evangelista Sofiste de Aguiar.

José de Lima, considerado “testemunha informante”, confirmou no dia 16 de julho “a denúncia da folha 6”, ou seja, o conteúdo do ofício que enviara a Comissão de Segurança Nacional. Citou ainda o nome dos membros do grupo que eram parentes do vereador Walfredo e disse não saber se o referido era comunista.<sup>296</sup> Por sua vez, o vereador Walfredo, que tinha votado contra o manifesto da Câmara em defesa do golpe por “ser do PTB e amigo do Jango”, mudou a sua versão no depoimento de 20 de julho, agora alegando questões regimentais da Câmara para justificar o voto contrário aos militares. O referido vereador estava na condição de “indiciado e informante” e em seu depoimento disse ter nojo de Leonel Brizola:

Perguntado por que votou contra o manifesto em questão, respondeu que votou contra o ato do Presidente da Câmara que não podia, por força de Regimento Interno da Câmara, apresentar projetos; declarando ainda que se o mesmo projeto fosse apresentado por um seu colega qualquer partido político, ele votaria favorável. Prova é que na ata do dia vinte (20) de Abril do ano em curso, quando se achava reunida a Câmara desta Cidade, levantou-se e em nome da Bancada do PTB, hipotecou um voto de solidariedade ao Marechal Castelo Branco [...]. Perguntado se mantinha ou manteve correspondência com o Sr. João Goulart ou com o Sr. Brizola. Respondeu que apenas uma vez passou um telegrama ao Sr. João Goulart pedindo a volta do SAPS para esta Cidade, uma vez que esta repartição já existira há algum tempo nesta cidade, sendo depois extinta, mas que, do Sr. Leonel Brizola, tem até nojo, prova é que deixou de assinar uma lista a que corria nesta cidade a fim de obter assinaturas para a formação do chamado Grupo dos Onze.<sup>297</sup>

Jonatas, líder do grupo, destaca a discordância com o tio e vereador Walfredo e nega que o mesmo tenha sido convidado a participar do Grupo dos Onze:

Era irmão de papai, mas como político era fraquíssimo. Era contra nós e contra o Brizola. Ele chegou a dizer que tinha negado um convite para participar do Grupo dos Onze, aí eu falei pra ele: “Você vai me desculpar, você é meu tio, mas você falou mentira, porque quem formou o grupo foi eu e eu nunca te procurei pra nada porque não acredito em você.” Aí ele ficou aborrecido comigo, disse que eu o ofendi e foi reclamar com papai. Ele ficou muito tempo chateado comigo, mas depois voltou às boas. Ele viu que eu falei a verdade.<sup>298</sup>

<sup>295</sup> Como referido anteriormente, Walfredo era irmão de Demerval Ribeiro Soares, o pai dos membros Jair e Jonatas e avô de Renato; e também irmão de Lourival Ribeiro Soares, pai dos membros Mario e Lino.

<sup>296</sup> Ação Penal nº 1.581/64, folha 12.

<sup>297</sup> Ação Penal nº 1.581/64, folha 20.

<sup>298</sup> SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Muniz Freire, 16 set. 2016.

No que cabe aos outros vereadores arrolados como testemunhas, em comum, todos confirmaram a existência do Grupo dos Onze e não souberam informar se o referido grupo teria realizado alguma atividade subversiva no município. No depoimento do vereador Waldemar Antônio Sgrâncio (PTB), ocorrido no dia 16 de julho e quase todo ilegível, é possível apenas identificar que o vereador disse ter sido informado que o membro Renato Viana Soares “praticou atos de sabotagem”, aparentemente no dia 1º de abril de 1964, em Vitória.<sup>299</sup> Outro vereador, João Martins (PSD), casado com uma tia de sete membros do grupo, disse no dia 18 que não saberia informar se o vereador Walfredo e o líder Jonatas eram comunistas. Frisou novamente ser anticomunista e que “[...] não duvidava das tendências esquerdistas do Sr. Brizola e que estas poderiam levar a nação à desgraça.”<sup>300</sup>

No que tange aos membros, com exceção de um, os demais admitiram em depoimento a participação no Grupo dos Onze e reafirmaram a proximidade com o pensamento de Leonel Brizola e João Goulart, além de contestar a associação ao comunismo e negar que o grupo tenha se reunido.<sup>301</sup> Jonatas admitiu ser o líder do grupo e admirador de Leonel Brizola. Refutou que tenha recebido ordem de alguma liderança política e que somente enviou para Brizola uma correspondência com o nome dos componentes do Grupo dos Onze, recebendo como resposta uma carta de Brizola solicitando que “[...] fosse conseguido uma outra turma de cinquenta elementos, para assinatura de um jornal intitulado ‘Panfleto’, mas quando esta chegou em suas mãos, não podia fazer mais nada, em virtude do desencadeamento da revolução.”<sup>302</sup>

O membro Jair Ribeiro Soares disse desconhecer a finalidade do Grupo dos Onze, “[...] pois pensava ser, para eleitores do Sr. Leonel Brizola, caso este viesse a ser candidato a Presidência da República.” Declarou também que não sabia de reuniões do grupo, “[...] pois o seu trabalho o mantém quase sempre fora da cidade, viajando constantemente.”<sup>303</sup> Carlinho também cita o grupo como um reforço numa possível candidatura à presidência de Brizola e que seu único ato como membro foi assinar a “[...] relação apresentada pelo seu cunhado.”<sup>304</sup> O depoimento de Romulo,

---

<sup>299</sup> Ação Penal nº 1.581/64, folha 13.

<sup>300</sup> Ibid., folha 15.

<sup>301</sup> Apenas os depoimentos de Jonatas e Ilto estão perfeitamente legíveis. Os testemunhos dos outros nove estão desgastados, com alguns praticamente ilegíveis na sua maior parte.

<sup>302</sup> Ação Penal nº 1.581/64, folha 21.

<sup>303</sup> Ibid., folha 25.

<sup>304</sup> Ibid., folha 24.

vice-prefeito à época, também está bastante deteriorado e praticamente incompreensível. Partes legíveis dão conta de que o então vice-prefeito afirmou não ser comunista e que sempre ouvira os discursos de Brizola pelo rádio.<sup>305</sup> Mario e Renato também realçaram a não simpatia pelo comunismo, mas por motivos distintos. Renato, que ingressaria no Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1965, respondeu ironicamente ao dizer que o Partido Comunista não funcionava naquele momento no Brasil, “[...] e como tal, não pode ser simpatizante daquilo que não existe.”<sup>306</sup> Mario reforçou a sua fé cristã, como membro da Igreja Batista, e por isso “[...] não poderia nunca adotar este regime.”<sup>307</sup>

O membro Lino também afirmou ser anticomunista, mas não escondeu o seu apreço por Brizola:

Respondeu que sempre gostou de ler jornais, a fim de estar a par da situação política do País e como esses mesmos jornais falavam muito dos senhores Juscelino, Carlos Lacerda, Brizola e João Goulart, achou que o pronunciamento do Sr. Brizola, eram os que mais se aproximavam da realidade, pois o mesmo sempre reivindicava direitos para os pobres, com a suas propaladas reformas. [...] achou que fazendo parte do Grupo dos Onze, o qual era apelo do Sr. Leonel Brizola, estivesse cooperando assim para ajudar aquele ex-deputado, no engrandecimento do Brasil [...]. Respondeu que é anticomunista. Achando mesmo que a Democracia seria o ideal para todos os povos.<sup>308</sup>

Mauro Rodrigues de Oliveira afirmou acreditar nas palavras de Brizola, “[...] quando este pregava as suas reformas, que era para o bem dos lavradores, e sendo ele o depoente, homem do campo, pensou que estas reformas viria beneficiá-lo, assim como toda a lavoura do Brasil [...]”.<sup>309</sup> Da mesma forma que Mauro, Ilto Vieira também citou no depoimento a sua ligação com o campo e o apoio as reformas, um dos pilares da luta de Brizola:

Quanto a finalidade, responde, que ouvindo sempre comentários a respeito do que o Sr. Leonel Brizola andava propagando sobre reformas agrárias etc., e sendo ele homem do campo, achou que pertencendo ao citado Grupo viria fortalecer ao futuro eleitorado daquele ex-deputado, em uma possível candidatura a Presidência da República. Perguntado se tinha conhecimento das segundas intenções daquele parlamentar. Respondeu que apenas apreciava suas pregações que davam a entender serem para o bem do homem do campo, enfim para o bem do Brasil. [...] Perguntado se pretendia tirar alguma vantagem, como pertencente ao mencionado Grupo. Respondeu

---

<sup>305</sup> Ação Penal nº 1.581/64, folha 23.

<sup>306</sup> Ibid., folha 26.

<sup>307</sup> Ibid., folha 27.

<sup>308</sup> Ibid., folha 22.

<sup>309</sup> Ibid., folha 30.

que a única vantagem almejada, seria para que todo o país vivesse dias melhores, com as propaladas reformas do Senhor Leonel Brizola.<sup>310</sup>

O mais velho do grupo, o ferreiro italiano Ângelo Cizotto, já aos 65 anos, disse que “[...] soube que os tais Grupos organizados em todas as cidades do Brasil, são para defender as reformas de base e também a democracia”. Perguntado se teria obtido vantagem pessoal por pertencer ao grupo, afirmou que “[...] nunca pensou em vantagem para si, mas sim para o seu Partido, que é o Partido Trabalhista Brasileiro.”<sup>311</sup>

O desgaste de alguns trechos impede a leitura completa, mas é possível compreender que o membro Nelson Bolzan deixa claro para seus interrogadores que assinou a lista do Grupo dos Onze sem saber corretamente do que se tratava:

[...] Perguntado se sabe informar onde eram feitas as reuniões do mencionado grupo e que assuntos tratavam. Respondeu que nunca tomou conhecimento de qualquer reunião do Grupo, pois só tomou conhecimento de que fazia parte do mencionado Grupo, quando foi chamado a depor na Delegacia de Polícia desta cidade, isto é, depois da Revolução de 31 de Março. [...] que a única coisa que fez foi por a sua assinatura na referida relação. [...] Perguntado se era simpatizante do regime comunista. Respondeu que sempre pensou que é preferível a morte, a termos dentro da nossa pátria, tal regime. Perguntado se é simpatizante do Sr. Leonel Brizola ou do Sr. João Goulart. Respondeu que não, prova é que nunca votou em nenhum dos dois.<sup>312</sup>

Décadas depois, em entrevista realizada em 1998, Nelson manteve a versão ao dizer que “Tudo começou quando Jonas passou recolhendo umas assinaturas, a folha estava em branco, assinei sem saber o que era [...]”.<sup>313</sup> Por sua vez, Jonatas rechaça a possibilidade de Nelson ter assinado a lista sem saber do que se tratava:

Isso é mentira dele. Ele vinha assistir o Brizola aqui comigo. Ele tinha medo de ser preso de novo, um medo danado de morrer. Eu falava pra ele: “você não é homem não rapaz, eu não enxergo e vou com o Brizola até o fim. Não tem ninguém que me muda. Enquanto ele existir eu sou companheiro dele”.<sup>314</sup>

No dia 18 de dezembro de 1964, outras três testemunhas prestaram depoimento. Sobre os membros serem comunistas ou terem ideias extremistas,

<sup>310</sup> Ação Penal nº 1.581/64, folha 31.

<sup>311</sup> Ibid., folha 29.

<sup>312</sup> Ibid., folha 28.

<sup>313</sup> BOLZAN, Nelson. Entrevista concedida a alunos do curso de Magistério da Escola de 1º e 2º Graus Profª Lia Therezinha Merçon Rocha. Muniz Freire: 1998. Disponível em: Casa da Cultura de Muniz Freire.

<sup>314</sup> SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Muniz Freire, 16 set. 2016.

Orlando Bazzarella, comerciante, de 42 anos, esclareceu que “[...] nunca ouviu qualquer deles dizer-se comunista, mas, que apenas elogiavam as atitudes dos Sr. Leonel Brizola e João Goulart.”<sup>315</sup> Evangelista Sofiste de Aguiar, comerciante, 33 anos, afirmou “[...] que sempre ouviu da boca de terceiros, ser o Sr. Renato Viana Soares, adepto fervoroso do comunismo.”<sup>316</sup>

Sebastião Luiz da Rocha, 61 anos, Presidente da Associação Rural de Muniz Freire, disse que não saberia informar se o vereador Walfredo votou contra o manifesto de solidariedade da Câmara Municipal em relação ao golpe, mas que ouviu comentário “[...] de que grande parte da população desta cidade achava-se mal satisfeita com a denúncia formulada pelo Presidente da Câmara contra o vereador Walfredo, na maioria, parente do vereador e correligionário do mesmo.” Sebastião respondeu ainda que os membros do grupo continuavam pregando as ideias de Leonel Brizola e João Goulart. Quando perguntado se tinha conhecimento de atos praticados pelo grupo que ameace a segurança nacional, não poupou os membros Mauro e Renato:

“[...] respondeu que ouviu o Sr. Mauro Rodrigues de Oliveira pregar que o Regime Comunista é a única maneira de endireitar este País. Ouviu ainda dizer que o Sr. Renato Viana Soares, também componente do citado Grupo, foi expulso do cargo de Professor do Ginásio Desembargador Celso Calmon, pelo motivo de andar pregando o comunismo dentro daquele Estabelecimento de Ensino.”<sup>317</sup>

De fato, a demissão de Renato, mencionada pela testemunha, ocorreu em fins de 1963 e também foi objeto de interesse da investigação. Em janeiro de 1965, ao responder ofício do juiz Jacob Goldemberg, da 3ª Auditoria Militar, Déo Schneider, promotor de Justiça e diretor do Ginásio “Desembargador Celso Calmon” explicou que solicitara a demissão de Renato em novembro de 1963, devido ao comportamento disciplinar do professor, segundo Déo, adverso as “diretrizes que me competiam adotar”. O diretor ainda classificou Renato como “[...] um moço revoltado, tendo dado mostras de que instigava os alunos à revolta contra o nosso modo de proceder, talvez com o propósito de se engrandecer, pois, era e é reconhecidamente o ex-professor, um jovem inteligente.”<sup>318</sup>

---

<sup>315</sup> Ação Penal nº 1.581/64, folha 50.

<sup>316</sup> Ibid., folha 48.

<sup>317</sup> Ibid., folha 49.

<sup>318</sup> Ibid., folha 86.

Segundo Renato, sua demissão pelo diretor Déo, a quem se refere como autoritário, conservador e defensor de Carlos Lacerda, não se deu de forma amena:

No segundo semestre, dei uma aula na disciplina Ciências sobre o evolucionismo de Darwin. No dia seguinte, o promotor público, Déo Schneider, também diretor do colégio, me demitiu aos gritos: “Quem não sabe que o homem foi criado por Deus no jardim do Éden! Isso é comunismo dizer que o homem veio do macaco”. Minha demissão motivou greve de estudantes e reacendeu as divergências da família Soares com os coronéis da política local – agora agravado com a ampliação da acusação de comunista. E o pior – meu salário no colégio estava atrasado há dez meses.<sup>319</sup>

O líder Jonatas também não é simpático a figura de Déo Schneider: “Era um inimigo ferrenho contra nós. Ele foi uma das pessoas que ajudaram a nos denunciar, mas ele não assinou. Ele não gostava do Grupo dos Onze. O Dr. Déo discutiu muito comigo, ele tinha uma vontade terrível de me ver preso.”<sup>320</sup>

Mesmo envolvido em polêmicas, o promotor Déo, acusado de ter influenciado na denúncia contra o grupo, tinha prestígio e foi agraciado, por indicação do vereador Aladim José de Souza (PTB), com o título de “Cidadão Honorário Munizfreirense”, por meio da Lei municipal Nº 126/64, publicada em 29 de dezembro de 1964. Por ironia, a lei foi sancionada pelo vice-prefeito Romulo de Araujo (PTB), membro do Grupo dos Onze e prefeito em exercício, devido a licença do titular Antônio Ferreira Sobrinho. Na solenidade de entrega do título, ocorrida meses depois na Câmara Municipal, o ainda prefeito em exercício Romulo de Araujo não se pronunciou, sendo representado por Arione Vasconcelos Ribeiro, Juiz de Direito da Comarca de Muniz Freire.<sup>321</sup>

Voltando ao inquérito, o 2º Tenente Juracy Antunes, encarregado do IPM em Muniz Freire, elaborou relatório bastante crítico sobre cada membro do Grupo dos Onze, em especial contra os membros Jonatas e Renato:

[...] Jonatas Ribeiro Soares, elemento corrupto, mediante várias justificativas, organizou o denominado “Grupo dos Onze” nesta cidade; [...] verifica-se que dentre os componentes do mencionado grupo, destaca-se o Senhor Renato Viana Soares, como elemento declaradamente subversivo, estudante da Faculdade de Filosofia de Vitória-ES, filiado a UNE, com manias de “Líder” em todo o meio onde se encontra, e grande admirador da política anterior a Revolução do dia 31 de Março do corrente ano. Destaca-se ainda o Senhor Romulo de Araujo - Vice Prefeito Municipal desta Cidade, grande admirador dos Senhores Leonel Brizola e João Goulart, e ainda do Senhor Fidel Castro, esta admiração não só provinha das pregações desses Senhores, como

<sup>319</sup> SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Via e-mail, 23 set. 2013.

<sup>320</sup> SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Muniz Freire, 19 jan. 2016.

<sup>321</sup> Câmara Municipal de Muniz Freire. Ata da 2ª Sessão Extraordinária realizada em 07 de setembro de 1965.

também por pertencerem os Senhores Leonel Brizola e João Goulart, ao PTB, pois o mesmo é Petebista ardoroso; verifica-se ainda que os Senhores Lino Ribeiro Soares, Mario Ribeiro Soares, Ilton Vieira, Mauro Rodrigues de Oliveira, Jair Ribeiro Soares, são também ardorosamente simpatizantes não só do PTB, como dos políticos que pertenciam a esse Partido Político, antes da Revolução, nesse caso também está incluído o Senhor Angelo Cizzoto; verifica-se também, que os Senhores Nelson Bolzan e Carlinho José de Arêas, apesar de serem adeptos do Partido Trabalhista Brasileiro, tomaram parte no citado Grupo, por insistência do Senhor Jonatas Ribeiro Soares.<sup>322</sup>

Como referido acima, o encarregado do inquérito descreve de forma diferente o envolvimento de cada membro no Grupo dos Onze e no apoio as ideias de Brizola e João Goulart. Dois membros foram poupados: o membro Nelson, que no seu depoimento afirmou ter assinado a lista do grupo sem saber do que se tratava, e Carlinho, cunhado do líder Jonatas, que minimizou sua participação ao dizer que seu único ato como membro foi assinar a lista de formação do grupo.

Destaca-se que, no relatório apresentado, não há menção a qualquer tipo de crime cometido pelos membros, apenas o reforço da simpatia dos mesmos pelos políticos derrotados pelo golpe em 1964, como Leonel Brizola, João Goulart e até Fidel Castro, líder da Revolução Cubana de 1959. Outro ponto a ser salientado é que as testemunhas, ao deporem em 1964, apesar de confirmarem a existência do grupo, também não souberam informar se os membros praticaram alguma ilegalidade.

Mesmo com a participação minimizada no grupo, Carlinho e Nelson foram denunciados junto a outros sete companheiros: Jonatas, Jair, Romulo, Renato, Ângelo, Ilto e Mauro. Outros dois membros, Mario e Lino, apontados no IPM como ardorosos simpatizantes do PTB e dos políticos que pertenciam ao partido, foram excluídos do inquérito sem qualquer justificativa.

Na medida em que as investigações avançavam, o caso acabou suscitando interesse da imprensa. A denúncia contra o Grupo dos Onze de Muniz Freire, recebida pelo Juiz Jacob Goldemberg em 19 de fevereiro de 1965, tornou-se notícia fora do Espírito Santo. Jornais importantes do Rio de Janeiro como *Correio da Manhã*,<sup>323</sup> *Tribuna da Imprensa*,<sup>324</sup> *Diário Carioca*<sup>325</sup> e *Última Hora*<sup>326</sup> deram destaque ao ocorrido. O também carioca *Jornal do Brasil*, um dos mais influentes do país, igualmente repercutiu o caso:

---

<sup>322</sup> Ação Penal nº 1.581/64, folha 34.

<sup>323</sup> Grupo dos Onze. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 19 fev. 1965.

<sup>324</sup> Grupo dos 11. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 5, 19. fev. 1965.

<sup>325</sup> Peculato. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 9, 23 fev. 1965.

<sup>326</sup> Grupo de Onze. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 2, 19 fev. 1965.

O Promotor da 3ª Auditoria de Guerra, Sr. Benjamin Sabat, denunciou por crime de subversão e como incursos na Lei de Segurança Nacional os civis Jônatas Ribeiro Soares, Renato Viana Soares, Jair Ribeiro Soares, Rômulo de Araújo, Carlinhos José de Areias, Hilton Vieira, Ângelo Cizzoto, Mauro Rodrigues de Oliveira e Nelson Balzan. Segundo a denúncia, que será apreciada pelo Juiz-Auditor Jacob Goldemberg, os “acusados constituíram-se, no Município de Muniz Freire, Espírito Santo, no chamado Grupo dos 11 que, subordinado ao ex-Deputado Leonel Brizola, era do tipo militar e se destinava a atividades revolucionárias”.<sup>327</sup>

A referida notícia não menciona o nome dos irmãos Mario Ribeiro Soares e Lino Ribeiro Soares. Os dois, como relatado, foram excluídos do inquérito e a causa da retirada permanece desconhecida até para os envolvidos. Lino faleceu em 1967, sem deixar nenhum tipo de declaração e Mario afirma não saber porque ele e o irmão foram removidos do processo: “[...] desconheço quem nos protegeu. Disseram que eu dei dinheiro para sair fora e eu nem tinha dinheiro para dar. Só tinha dinheiro para criar os meus filhos” (SOARES, 2016, p. 34). O caso soa ainda mais estranho se levarmos em conta o relatório elaborado pelo tenente encarregado do inquérito em Muniz Freire. Pela lógica, segundo o relatório, seria normal a exclusão de Carlinho e Nelson, já que o tenente informou que os mesmos só participaram do grupo por insistência do líder Jonatas. Por sua vez, Lino e Mario foram chamados de ardorosos simpatizantes do PTB e dos políticos que pertenciam ao partido antes da queda de João Goulart, a mesma classificação recebida pelos outros membros mantidos no inquérito. Por coincidência, os irmãos eram os únicos do grupo empregados como servidores públicos estaduais.<sup>328</sup> Mario complementa dizendo que, após o golpe, o juiz local lhe ordenou que levasse um ofício a sede do Tribunal de Justiça, em Vitória, onde foi repreendido pelo Corregedor-Geral por fazer parte do Grupo dos Onze. Em seguida, o Presidente do TJ-ES pegou “[...] o ofício, examinou e disse assim: ‘volta pra trás e diga ao juiz que você só perderá o cargo no cartório se for processado e tiver mais de dois anos de prisão’. Aí voltei para Muniz Freire e o juiz não me perturbou mais” (SOARES, 2016, p. 35). Finalmente, o vereador Walfredo Ribeiro Soares, outro que havia sido indiciado, também teve o seu caso arquivado.<sup>329</sup>

---

<sup>327</sup> Civis denunciados. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 15. 19 fev. 1965.

<sup>328</sup> Mario exercia o cargo de Contador, Partidor, Distribuidor e Depositário Público da Comarca de Muniz Freire e Lino era funcionário do Posto de Saúde local.

<sup>329</sup> O Ministério da Justiça, por meio da Portaria Nº 3123, de 29 de setembro 2009, concedeu a diversos vereadores do país, entre eles Walfredo Ribeiro Soares, a declaração de anistiado político por ter sido compelido por força de Ato Institucional a exercer gratuitamente seu mandato durante a ditadura militar. A declaração foi publicada no Diário Oficial da União em 01/10/2009.

Instaurado em julho de 1964, o IPM contra o grupo ainda atravessaria todo o ano de 1965, agora acusando os nove membros como incursores nas sanções penais do Art. 24 da Lei Nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953:

Art. 24. Constituírem ou manterem os partidos, associações em geral, ou, mesmo, o particular, milícias ou organizações de tipo militar de qualquer natureza ou forma armadas ou não, com ou sem fardamento, caracterizadas pela finalidade combativa e pela subordinação hierárquica. Pena: - reclusão de 1 a 3 anos aos cabeças, e da metade para os demais agentes, além da perda, em favor da União do material usado.<sup>330</sup>

Com a etapa de Muniz Freire finalizada, a partir de 1965 o caso passaria a tramitar diretamente na 3ª Auditoria, da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro. No dia 16 de março, sete dos nove membros, todos sem advogado, apresentaram-se perante o Conselho Permanente de Justiça da 3ª Auditoria, na cidade do Rio de Janeiro, para serem qualificados.<sup>331</sup> Com exceção de Jair e Renato, que não compareceram, os demais responderam as mesmas perguntas: nome, se saber ler e escrever, se tem advogado, filiação, idade, estado civil, profissão, nacionalidade, naturalidade e residência.<sup>332</sup> No dia 6 de abril, o Juiz Jacob Goldemberg, responsável pelo inquérito, recebeu as folhas de antecedentes criminais dos nove membros, oriunda da Chefatura de Polícia do Espírito Santo, atestando que todos tinham a ficha integralmente limpa.

Ainda no mês de abril, Renato e seu pai Jair foram novamente convocados a comparecer na 3ª Auditoria. Apenas Renato foi ao Rio no dia 30 abril, ocasião em que também foi qualificado.<sup>333</sup> Intimado novamente, o membro Jair, que no período residia em Cachoeiro de Itapemirim, enviou carta declarando-se impossibilitado a comparecer em juízo, por estar desempregado e com o “[...] encargo de sustentar mulher e quatro filhos, sendo que um desses está enfermo há seis meses.”<sup>334</sup> A valer, Jair não apresentou-se perante o juiz, sendo considerado no dia 10 de junho como “réu revél”.<sup>335</sup>

Em meio a fase de qualificação dos réus no Rio de Janeiro, o clima continuava conflituoso na Câmara Municipal de Muniz Freire. Os vereadores Walfredo Ribeiro Soares (PTB) e José de Lima (UDN) travaram intenso debate sobre o Grupo dos Onze

<sup>330</sup> Também conhecida como Lei de Segurança Nacional, a Lei Nº 1.802 define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L1802.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1802.htm)>. Acesso em: 10 dez. 2016.

<sup>331</sup> Precatória. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 7, 23 fev. 1965.

<sup>332</sup> Ação Penal nº 1.581/64. Auto de Qualificação, folhas 107-113.

<sup>333</sup> Ibid., folha 150.

<sup>334</sup> Ibid., folha 160.

<sup>335</sup> Ibid., folha 162.

na sessão realizada em 5 de junho de 1965. Na discussão, José de Lima afirmou que estava sendo caluniado na cidade, inclusive por meio de cartas anônimas. Disse que estava triste por Muniz Freire “cair no ambiente que caiu” e que “talvez tenha gente querendo desorientar as famílias” do município. Em resposta, o vereador Walfredo o acusou de ter denunciado o Grupo dos Onze, afirmando que “[...] ninguém paga sem ter culpa. Haja visto que no grupo dos onze, tinha uns da minha família, V. Excia., deu parte e assinou.” Walfredo disse que não desejava a ninguém o “amargo” que passou perante as autoridades e que sua família não era comunista. Na réplica, José de Lima negou que tenha feito uma denúncia, mas uma “comunicação quase obrigatória”. Segundo o vereador, essa comunicação, já citada no início deste subcapítulo (ofício 27/64), só foi enviada a Comissão de Segurança “quando esta já tinha inquérito feito pelo delegado de polícia”. Afirmando ter recebido ameaças de “três pessoas do grupo dos onze”, mas sem citá-los nominalmente, José de Lima tentou esclarecer o assunto repetindo que fez uma comunicação e não uma denúncia:

Quero que o vereador Walfredo e o grupo dos onze saiba que o que fiz foi uma comunicação. Porque o Presidente da Comissão disse a mim, que se eu não fizesse tal comunicação, eu estava sendo cúmplice. Sou olhado por tanto tempo por estas pessoas que eu nunca disse ser comunista. Nunca disse que o nobre vereador fosse comunista. Quando fui chamado pelo Tenente do Exército me perguntou se a família Ribeiro fosse comunista, eu respondi que não sabia. Se tiver algum documento escrito por mim que o vereador é comunista, eu rasgo o meu diploma de vereador. Eu nunca quis como Presidente prejudicar nenhum vereador. [...] Se o Presidente da Câmara for chamado perante uma Comissão, ele terá que esclarecer. [...] Eu estou esclarecendo ao vereador e ao público, que foi uma comunicação e não denúncia e foi quase obrigatória. Eu tive que dar relatório todinho da ata.<sup>336</sup>

O desentendimento sobre “comunicação ou denúncia” foi encerrada de forma sucinta pelo vereador Walfredo: “comunicar é o mesmo que denunciar”. Ainda no mês de junho de 1965, as mesmas testemunhas prestariam novos depoimentos no Fórum de Muniz Freire. O segundo depoimento de Sebastião Luiz da Rocha, Orlando Bazzarella, Evangelista Sofiste de Aguiar e dos vereadores José de Lima, Walfredo Ribeiro Soares e João Martins foram realizados no dia 21 de junho.<sup>337</sup>

Todos os seis depoentes confirmaram integralmente o teor do primeiro depoimento. Disseram novamente não saber se os membros praticaram algum ato ilegal ou qualquer outra atividade subversiva. Se no primeiro depoimento João Martins

---

<sup>336</sup> Câmara Municipal de Muniz Freire. Ata da 7ª Sessão Ordinária realizada no dia 5 de junho de 1965.

<sup>337</sup> O vereador Waldemar Antônio Sgrâncio (PTB), que depôs em 1964, não foi convocado para a nova fase de depoimentos.

disse não saber se o sobrinho Jonatas era comunista, dessa vez tentou amenizar a participação do líder do Grupo dos Onze, dizendo que o mesmo estava iludido “[...] pois, jamais percebeu estar o referido acusado envolvido em atividades subversivas, sendo o mesmo católico praticante, tendo duas irmãs que fazem parte da Associação Religiosa conhecida por ‘filhas de Maria’.”<sup>338</sup> Para Jonatas, o tio por afinidade era um dos principais adversários do grupo:

Era casado com minha tia. Ele era contra o Grupo dos Onze e dizia que nós éramos comunistas. Ele pegava muito no pé do Lino, só chamava o Lino de comunista. O João Martins foi integralista, mas com integralismo ele não arrumou nada porque aqui aquilo não cresceu de jeito nenhum. Em Muniz Freire o integralismo não teve força. Nem o Plínio Salgado tinha voz aqui.<sup>339</sup>

José de Lima e Walfredo foram bem concisos em suas declarações. Walfredo não soube informar qualquer ação realizada pelo grupo.<sup>340</sup> A defesa dos membros pediu a suspeição de José de Lima, fundamentada na inimizade do informante com o líder Jonatas. O juiz rejeitou o pedido pelo fato da testemunha também estar na condição de informante. No mais, José de Lima disse desconhecer se o grupo havia realizado alguma atividade.<sup>341</sup>

Evangelista Sofiste de Aguiar disse novamente que desconhecia se algum membro era comunista, e “[...] que soube pelo próprio Tenente Juracy Antunes que o Sr. Renato Viana Soares é adepto fervoroso do Comunismo.”<sup>342</sup> Sebastião Luiz da Rocha também foi contestado pela defesa, que arguiu a sua suspeição alegando que o mesmo era inimigo dos membros Jonatas e Mauro, tendo o juiz deferido o pedido, mas sem dispensá-lo do depoimento. Sebastião disse outra vez que ouviu o membro Mauro defender o comunismo e que Renato fora demitido do Ginásio por pregar ideias comunistas. Por fim, defendeu o membro Romulo de Araujo, dizendo que o mesmo foi candidato a vice-prefeito pelas Associações Religiosas e que ocupava o cargo de tesoureiro da Santa Casa Jesus Maria José, pertencente a Igreja Católica. Por esse motivo, acreditava que Romulo não era comunista.<sup>343</sup>

Orlando Bazzarella trouxe uma informação sobre o padre Bazzarella, que era tio do depoente, ao afirmar que o vigário solicitou que nas eleições de 1962 “[...] não

---

<sup>338</sup> Ação Penal nº 1.581/64, folha 183.

<sup>339</sup> SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Muniz Freire, 16 set. 2016.

<sup>340</sup> Ação Penal nº 1.581/64, folha 187.

<sup>341</sup> Ibid., folha 188.

<sup>342</sup> Ibid., folha 184.

<sup>343</sup> Ibid., folha 185.

se votasse em petebistas, dadas as suas ligações com os comunistas”. O padre porém, segundo o sobrinho, pode ter votado em Romulo de Araujo para vice-prefeito, pois “[...] apontava o nome do denunciado Romulo de Araujo, então candidato a Vice-Prefeito deste Município, por julgar não ser o mesmo comunista e muito embora outro candidato a Vice-Prefeito fosse elemento da Congregação Mariana desta cidade.” Orlando Bazzarella concluiu dizendo que Romulo de Araujo não era comunista.<sup>344</sup> A campanha contrária ao PTB era fruto da propaganda anticomunista produzida no contexto da Guerra Fria, período em que a “[...] Igreja Católica empenhou-se em derrotar os comunistas e seus aliados nos pleitos eleitorais, notadamente nas campanhas decorridas entre 1945 e 1964” (MOTTA, 2002, p. 28).

Em agosto de 1965, ocorre novo interrogatório dos membros no Rio de Janeiro. Interessante observar que, neste mês, o membro Romulo de Araujo, mesmo sendo investigado, permanecia como prefeito de Muniz Freire em virtude da licença do titular e chegou a conceder entrevista ao jornal local *O Munizfreireense*, na qual citou o caráter interino do seu mandato:

Os principais problemas de Muniz Freire são: Educação, Assistência Médica, Energia Elétrica e Estradas. [...] Todo administrador deve ter sua meta, mas como em toda regra há exceções, talvez o meu caso seja uma delas, por ser eu, um administrador eventual. Nesta situação, procuraremos administrar o Município baseando-nos sempre em velhos sonhos de nossa gente, dando preferência aos casos mais urgentes.<sup>345</sup>

Nessa nova etapa de depoimentos no Rio de Janeiro, ocorrida no dia 31 de agosto, apenas Renato, Ilto, Carlinho e Romulo compareceram na 3ª Auditoria. Os membros Nelson, Ângelo e Mauro justificaram a ausência com um atestado de pobreza. O líder Jonatas alegou motivo de saúde para não comparecer e enviou atestado médico afirmando que sua visão estava reduzida a praticamente zero.<sup>346</sup> Nos depoimentos, Carlinho, Romulo e Ilto declararam não se opor a nenhuma testemunha do processo e Renato disse ser inimigo de Sebastião Luiz da Rocha, o depoente que havia dito que Renato fora demitido do Ginásio local por pregar ideias comunistas.<sup>347</sup> Ressalte-se que, segundo os próprios membros do Grupo dos Onze, em todos os depoimentos, seja no Rio de Janeiro ou em Muniz Freire, todos foram bem tratados.

<sup>344</sup> Ação Penal nº 1.581/64, folha 186.

<sup>345</sup> A Reportagem do Mês. **O Munizfreireense**, Muniz Freire, p. 5, ago. 1965.

<sup>346</sup> Vale reforçar que, por estar praticamente cego, o próprio processo registra que o líder Jonatas não tinha condições de assinar a folha dos depoimentos, tendo assinado em seu lugar o cidadão João Alves da Silva, porteiro dos Auditórios do Fórum de Muniz Freire.

<sup>347</sup> Ação Penal nº 1.581/64, folhas 199-207.

Portanto, ainda que tenham ocorrido sob forte tensão, os interrogatórios dos membros do Grupo dos Onze de Muniz Freire, diferente de inúmeros outros do período, não foram movidos a tortura.

O caso continuaria repercutindo na imprensa carioca, sendo o interrogatório noticiado nos jornais *Última Hora*<sup>348</sup> e *Jornal do Commercio*.<sup>349</sup> O *Correio da Manhã* também informou que o advogado de ofício, Renato Dardeau de Albuquerque, nomeado pelo juiz do caso para defender os réus, havia questionado a competência da Justiça Militar para processar e julgar civis.<sup>350</sup>

O pedido do advogado se baseava numa decisão do Supremo Tribunal Federal, de 5 de agosto de 1965, reconhecendo que cabia a Justiça Comum o julgamento dos civis que formaram o Grupo dos Onze.<sup>351</sup> O defensor alegou ainda que o grupo de Muniz Freire “[...] não se enquadra aos grupos de combate e era dirigido por um homem cego sem a finalidade de transformar o regime, organizado tão somente para pleitear a cessão de terreno para lavoura [...]”.<sup>352</sup>

A promotoria deu parecer contrário, solicitando que o caso permanecesse na esfera militar. Por fim, no dia 10 de setembro, o Conselho Permanente de Justiça da 3ª Auditoria, por maioria de votos (3x1), declarou à Justiça Militar incompetente para apreciar o caso do Grupo dos Onze de Muniz Freire e encaminhou o processo ao Juiz de Direito da Comarca do município. Na decisão, o auditor do Conselho de Segurança fundamentou o seu voto dizendo que o Grupo dos Onze estava em organização, “[...] e se compunham de pessoas recrutadas mediante propaganda radiofônica, ainda sem instruções de trabalho.” Afirmou também que a finalidade do grupo era a “[...] luta política para a tomada do poder por ação dentro dos partidos políticos, e por isto, sem finalidade miliciana contra as instituições militares ou a segurança externa do país.” Por isso, considerava o auditor, o processo contra os membros do grupo estava fora da competência da Justiça Militar.<sup>353</sup>

Todo o imbróglio sobre a jurisdição referente ao Grupo dos Onze, que se arrastou por meses, acabou tornando-se inútil, já que uma nova reviravolta aconteceria com a publicação, no dia 27 de outubro de 1965, do Ato Institucional Nº 2

---

<sup>348</sup> Grupos de Onze. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 2, 30 ago. 1965.

<sup>349</sup> Grupo dos Onze. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 8, 1º set. 1965.

<sup>350</sup> Reuniões. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 1º set. 1965.

<sup>351</sup> STF: Grupo dos Onze é com Justiça Civil. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 7, 13 ago. 1965.

<sup>352</sup> Ação Penal nº 1.581/64, folha 208.

<sup>353</sup> *Ibid.*, folhas 218-221.

que, entre outras medidas, outorgou à Justiça Militar o processo e o julgamento dos crimes previstos na Lei de Segurança Nacional. Como resultado, a jurisdição sobre o Grupo dos Onze, que se pensava ser definitiva, foi mudada com o AI-2 e o caso voltou a esfera da Justiça Militar.

Com a jurisdição resolvida, o caso seria concluído. No dia 5 de janeiro de 1966, o Ministério Público Militar pediu a condenação de todos os membros do Grupo dos Onze de Muniz Freire, afirmando que a denúncia estava inteiramente provada e que os membros confessaram suas atividades, assim como as testemunhas confirmaram em seus depoimentos as atividades dos acusados. Cinco dias depois, a defesa, representada nesse momento pelo advogado Abraham Obadia, 1º Substituto de Advogado de Ofício, pediu a absolvição dos membros sustentando que o grupo tinha a finalidade política de eleger Leonel Brizola presidente da República, e apenas por esse motivo os acusados formaram o grupo em Muniz Freire, sem, no entanto, praticar qualquer ato contra a Constituição Brasileira.<sup>354</sup>

Apresentada as alegações da acusação e da defesa, os membros foram novamente intimados a apresentar-se na 3ª Auditoria, no Rio de Janeiro, no dia 28 de janeiro de 1966, dessa vez para serem julgados. Como não compareceram devido as dificuldades financeiras e por problemas de saúde, como no caso do líder Jonatas, que já se encontrava praticamente cego, todos os membros foram considerados réus revéis. Acrescente-se também a dificuldade de locomoção de Muniz Freire, um município com estradas precárias, para a cidade do Rio de Janeiro, distante aproximadamente 480 km.

Assim como nas outras etapas do processo, o julgamento também foi objeto de interesse da imprensa. No domingo, 23 de janeiro de 1966, o *Correio da Manhã* deu amplo destaque ao caso com a manchete “Justiça Militar vai julgar nove civis”.<sup>355</sup> No dia do julgamento, o mesmo jornal voltou a abordar o assunto, inclusive citando o nome dos integrantes do Conselho da 3ª Auditoria que iriam julgar o caso.<sup>356</sup>

No julgamento, ocorrido em 28 de janeiro de 1966 à revelia, ou seja, sem a presença dos réus, a acusação, representada pelo promotor Walter Wigderowitz pediu a condenação com base no já mencionado Art. 24 da Lei nº 1.802/53, declarando que os Grupos dos Onze são “[...] uma milícia organizada pelo ex-deputado Leonel Brizola

---

<sup>354</sup> Ação Penal nº 1.581/64, folhas 241-242.

<sup>355</sup> Justiça Militar vai julgar nove civis. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 23 jan. 1966.

<sup>356</sup> Grupo dos 11. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 28 jan. 1966.

e constituída regionalmente por cidadãos, como no caso dos autos, pelos réus, no Município de Muniz Freire.” Para a acusação, a infração penal estava na simples constituição do grupo, não havendo necessidade de provar qualquer atividade realizada pelos membros. Por sua vez, o advogado de defesa, Abraham Obadia, nomeado pela própria Justiça Militar, frisou que o fundador do Grupo dos Onze era o ex-deputado Leonel Brizola e não os réus de Muniz Freire, negando assim que os acusados tivessem constituído um Grupo dos Onze, tendo apenas assinado uma lista sem ter promovido qualquer ação concreta.

Finalizada as considerações, o Conselho de Justiça concluiu que os réus eram adeptos das ideias políticas de Leonel Brizola, que assinaram a lista do Grupo dos Onze através do também réu Jonatas Ribeiro Soares e que o Grupo dos Onze era um exército paralelo organizado por Brizola, sendo o grupo de Muniz Freire formado pelos nove réus denunciados e pelos dois indiciados não denunciados. Consideraram ainda que todo o exposto nos autos se enquadrava “[...] perfeitamente dentro das exigências do Art. 24 da Lei de Segurança Nacional.” Esse entendimento acerca do Art. 24 não foi unânime dentro do Conselho de Justiça, uma vez que surgiu a voz dissonante do juiz auditor José Garcia de Freitas:

[...] que declarou não estar constituído o Grupo de Onze de Muniz Freire e nem a prova era bastante quanto à formação dos Grupos de Onze de Leonel Brizola, organização esquematizada e em implantação no País, porém ainda em arcabouço, portanto apenas sujeita à medidas preventivas de extinção dela e cassações de direitos políticos de seus filiados. Que não há material apreendido no Grupo de Onze de Muniz Freire, e o documento junto aos autos, é uma cópia do esquema do ex-deputado Leonel Brizola e apreendido por autoridades do Estado da Guanabara. Que os réus não registraram atividades subversivas outras e nem antecedentes criminais.

Mesmo com os argumentos contrários do juiz auditor e da própria descrição da sentença afirmando que os réus não praticaram nenhum ato como membros do grupo e nem possuíam antecedentes criminais, os demais juízes condenaram os nove membros do Grupo dos Onze de Muniz Freire no dia 28 de janeiro de 1966, sendo o líder do grupo a um ano de prisão e os demais membros a pena de seis meses:

O Conselho Permanente de Justiça da 3ª Auditoria da 1ª Região Militar, por tudo isto e mais o que consta dos autos, por maioria de votos de seus juízes, resolveu julgar procedente a denúncia de fls. 2, dos autos, oferecida pelo Dr. Promotor, por reconhecer que os réus civis Jonathas Ribeiro Soares, Renato Viana Soares, Jair Ribeiro Soares, Rômulo de Araujo, Carlhos José de Arêas, Ilton Vieira, Angelo Cizzoto, Mauro Rodrigues de Oliveira e Nelson Bolzan, já qualificados anteriormente, sob a orientação e solicitação do primeiro, constituíram um Grupo de Onze pessoas para fins de combate às

instituições do País e suas Forças Armadas, portanto para fins contra a Segurança Nacional, assim praticaram a infração do Art. 24 da Lei nº 1.802/53, e por isto, os condena, como condenado tem à Jonathas Ribeiro Soares, como cabeça, a um (1) ano de reclusão, e aos outros, Renato Vianna Soares, Jair Ribeiro Soares, Rômulo de Araujo, Carlinhos José de Arêas, Ilton Vieira, Angelo Cizzoto, Mauro Rodrigues e Nelson Bolzan, a cada um, a seis (6) meses de reclusão, como participantes, penas estas fixadas no mínimo legal, à vista das circunstâncias e de seus bons antecedentes. Determina também, sejam as penas convertidas em prisões a serem cumpridas em estabelecimento carcerário civil, e mais, depois de transitada esta sentença em julgado, seja o processo remetido ao Ministério Público Militar para apreciar a situação dos dois indiciados Mário Ribeiro Soares e Lino Ribeiro Soares, não denunciados. Sejam lançados os nomes dos réus no rol dos culpados e expedidos os mandados de prisões, na forma da lei.

O Conselho de Justiça da 3ª Auditoria da 1ª Região Militar, que condenou os membros do Grupo dos Onze de Muniz Freire, foi presidido pelo Major Hugo Martins e formado pelos juízes José Garcia de Freitas (Auditor – voto vencido), Expedito de Souza Pereira (Capitão Juiz), Expedito Hermes Rêgo Miranda (Capitão Juiz) e Lino Antônio Alves (Capitão Juiz). A sentença menciona ainda uma possível nova apreciação do caso dos irmãos Mario Ribeiro Soares e Lino Ribeiro Soares, que foram excluídos do processo. Não se sabe se houve nova investigação, já que os dois nunca mais foram procurados pelas autoridades para responder sobre o assunto. Novamente, após a leitura da sentença, o juiz auditor José Garcia de Freitas, que votou pela absolvição, reafirmou o seu entendimento de que a lista de onze nomes ainda não tinha formação e finalidade definidas, como já haviam dito as testemunhas e os próprios réus. Por esse motivo, segundo o auditor, “[...] não se pode falar em milícias ou organizações de tipo militar, vedadas pela Lei, segundo o Art. 24 da Lei de Segurança Nacional.” Por fim, de acordo com o seu pensamento, bastaria como pena aos membros do Grupo dos Onze a cassação dos seus direitos políticos.<sup>357</sup> Na prática, nenhum argumento foi suficiente para derrubar o entendimento de que apenas a constituição do grupo era suficiente para condená-lo.

A imprensa do Rio de Janeiro, que acompanhou o processo desde o oferecimento da denúncia, também noticiou o resultado do julgamento:

O Conselho Permanente de Justiça da 3ª Auditoria de Guerra da 1ª Região Militar condenou ontem, por maioria de votos, a um ano de prisão o chefe do grupo de onze da localidade de Muniz Freire, Espírito Santo, e oito membros do grupo a seis meses de prisão cada um. Os outros dois componentes não foram denunciados. Os nove condenados foram acusados de manterem “atividades subversivas de cunho político revolucionário, sob o comando do ex-Deputado Leonel Brizola”, sendo todos julgados à revelia, porque, por falta

---

<sup>357</sup> Ação Penal nº 1.581/64. Sentença: folhas 265-271.

de recursos, não puderam contratar advogados nem fazer a viagem para assistir ao julgamento, segundo informou o STM.<sup>358</sup>

O *Correio da Manhã* deu ênfase aos argumentos da defesa e da acusação. Segundo o periódico, o promotor Walter Wigderowitz declarou que os réus “[...] estavam incursos no artigo 24 da Lei de Segurança Nacional, por terem constituído em Muniz Freire um grupo dos 11, caracterizado pela subordinação hierárquica do tipo militar e obedecendo ao comando supremo do ex-deputado Leonel Brizola.” O jornal destacou ainda, uma indagação do advogado de defesa, Abraham Obadia, questionando o Conselho de Justiça: “Porque punir os pequenos que apenas seguiam, pacificamente, as idéias políticas do ex-parlamentar Leonel Brizola?”<sup>359</sup> Além dos citados, os jornais *Tribuna da Imprensa*<sup>360</sup> e *Jornal do Commercio*<sup>361</sup> também noticiaram a condenação.

Sobre o resultado do julgamento, vale frisar: em todo o processo ficou demonstrado, como a própria sentença informa, que não havia nenhuma prova de que o Grupo dos Onze tivesse realizado alguma ação concreta ou qualquer ato ilegal no município de Muniz Freire. Se houve algo, foram apenas reuniões informais de pessoas que comungavam das mesmas ideias, sendo estas realizadas no período anterior ao golpe de 1964, período no qual também foi criado o grupo, aliás, um grupo concebido via rádio para todo país, não sendo crime, portanto, participar do mesmo. O “crime”, nesse caso, foi assinar uma lista e enviá-la ao deputado Leonel Brizola, um dos principais inimigos do regime golpista. No imaginário dos membros, como se observa nos diversos depoimentos já mencionados, não constava a luta revolucionária e nem o ataque a democracia. Não havia a finalidade de combate, a não ser, dentro do campo político, reforçando a liderança de Leonel Brizola, a quem os membros viam como a solução para os diversos problemas do país. De forma geral, tratou-se, portanto, de uma adesão personalista, atraída pelo discurso popular de Brizola em prol das reformas de base.

O papel da Câmara Municipal de Muniz Freire: de fato, ao organizar espontaneamente um manifesto de apoio ao golpe de 1964, o presidente da Câmara e os demais vereadores ganharam um protagonismo que talvez não teriam, caso

---

<sup>358</sup> Justiça Militar condena civis que formaram grupo dos onze em Muniz Freire. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 29 jan. 1966.

<sup>359</sup> Militares condenam 9 civis do Grupo dos 11. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 10, 29 jan. 1966.

<sup>360</sup> Auditoria condena 9 à revelia. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 4, 29 e 30 jan. 1966.

<sup>361</sup> Condenados nove integrantes de “Grupo dos Onze”. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 8, 29 jan. 1966.

tivessem seguido normalmente com as atividades do legislativo após a derrubada de João Goulart. Soma-se a isso, o voto contrário do vereador Walfredo Ribeiro Soares ao manifesto, o que chamou atenção dos militares responsáveis pelo inquérito referente ao Grupo dos Onze, uma vez que Walfredo era tio de cinco membros do grupo. A importância dos vereadores no processo contra o grupo pode ser medida ao constatar que, das sete testemunhas convocadas, quatro eram vereadores. Sem a existência do manifesto e dos conflitos entre os vereadores José de Lima e Walfredo Ribeiro Soares, dificilmente a Câmara Municipal teria um papel de destaque em todo o processo contra o Grupo dos Onze.

Constata-se que, no afã de demonstrar apreço ao golpe, o presidente da Câmara de Muniz Freire e os vereadores que o seguiram acabaram contribuindo para acirrar os ânimos e, indiretamente, forneceram dados, com o seu polêmico manifesto, para as investigações contra os membros do Grupo dos Onze. Sem conjecturar sobre quais seriam as verdadeiras intenções do presidente José de Lima ao propor o manifesto e “comunicar” o mesmo as autoridades, é evidente que tinha o objetivo de atingir os seus adversários na política local, ainda que o mesmo não pudesse imaginar quais consequências estariam por vir contra o Grupo dos Onze.

Por fim, vale salientar que os nove membros condenados silenciaram sobre os outros grupos que ainda estavam sendo formados no município, o que evitou novas perseguições. O anonimato desses grupos, segundo o líder Jonatas, se deu logo após o golpe, quando decidiu rasgar as folhas de outros três grupos ainda em formação.<sup>362</sup>

#### 3.4 Pós-prisão: a trajetória dos membros do Grupo dos Onze de Muniz Freire

A repercussão sobre o Grupo dos Onze local não ficaria restrita aos jornais impressos do Rio de Janeiro, já que os membros do grupo descobririam a própria condenação por outro meio de comunicação: o rádio. Os que residiam em Muniz Freire, logo que souberam da notícia, apresentaram-se voluntariamente à Delegacia de Polícia, exceto Jair e Renato, que moravam fora. Segundo o líder Jonatas, com a notícia da prisão, houve quem ficasse satisfeito em Muniz Freire: “Os adversários fizeram festa. Ficaram felizes da vida. As pessoas diziam pra eu chamar o Brizola pra me soltar, porque ele era o culpado. Mas eu dizia que eu fiz tudo porque quis. O Brizola

---

<sup>362</sup> SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Muniz Freire, 16 set. 2016.

não me obrigou a nada.”<sup>363</sup> O membro Mario, que escapou da sentença quando foi excluído do processo, é outro a afirmar que os “[...] contrários se sentiram satisfeitos pela prisão” (SOARES, 2016, p. 34).

No Rio de Janeiro, o advogado de defesa, Abraham Obadia, entrou com recurso no Superior Tribunal Militar (STM) solicitando a revisão da sentença. Antes, teve um encontro com o membro Renato:

Logo que eu soube da condenação, fui ao Rio de Janeiro. Como não me conheciam, olhei o processo e conversei com o advogado que nos defendeu, como se fosse um parente do Jonatas. Ele disse: “só poderei recorrer depois que todos estiverem presos. Mas você contate esse Renato, que é estudante. Deve ser o responsável por tudo, é ele que os militares querem pegar”. Voltei a Muniz Freire para recolher as procurações, fizemos o recurso, só julgado quase no final do cumprimento da pena. E, evidentemente, foi rejeitado.<sup>364</sup>

Na prática, como afirma Renato, pouco adiantou a tentativa de apelação da sentença, uma vez que o STM manteve a condenação em 8 de julho de 1966, apesar dos ministros Octávio Murgel de Resende, Orlando Moutinho Ribeiro de Costa e Pery Constant Bevilacqua votarem pela absolvição.<sup>365</sup> Chama atenção o argumento do ministro-general Pery Bevilacqua, militar de atuação destacada no período, que votou a favor dos membros alegando “[...] inexistência de crime a punir, uma vez que não tinha o grupo de onze por eles integrado a finalidade combativa característica essencial da figura do delito do art. 24 da Lei 1802/53.” No caso do membro Jair, a decisão final só foi proferida em 16 de dezembro de 1966, sendo o seu recurso igualmente rejeitado por maioria de votos, quando já havia cumprido a pena. No veredito sobre o recurso de Jair novamente houve discordância, quando os mesmos três ministros já mencionados votaram mais uma vez pela absolvição.<sup>366</sup>

Nos primeiros dias após a condenação, Jonatas, Mauro, Ilto, Carlinho, Ângelo, Romulo e Nelson ficaram presos na Delegacia de Muniz Freire. O membro Renato ficou detido no quartel do Corpo de Bombeiros, na capital Vitória, e Jair, que no

<sup>363</sup> SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Muniz Freire, 16 set. 2016.

<sup>364</sup> SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Via e-mail, 23 set. 2013.

<sup>365</sup> Ação Penal nº 1.581/64, folhas 338-340. Além dos três citados, assinaram ainda a confirmação da sentença em 8 de julho de 1966, os seguintes ministros do STM: Almirante-de-Esquadra Diogo Borges Fortes (Presidente), Almirante-de-Esquadra José Santos Saldanha da Gama (Relator para o acórdão), General Floriano de Lima Brayner, João Romeiro Neto, General Olympio Mourão Filho, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Armando Perdigão, Almirante-de-Esquadra Waldemar de Figueiredo Costa, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Gabriel Grün Moss, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Francisco de Assis Correia de Mello, General Octacílio Terra Ururahy, Waldemar Torres da Costa e Eraldo Gueiros Leite (Procurador-geral).

<sup>366</sup> Ibid., folhas 351-352. Na confirmação da sentença de Jair em 16 de dezembro de 1966, também consta a assinatura do ministro Alcides Vieira Carneiro.

período era motorista da Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim, optou por permanecer no trabalho até a chegada do mandado de prisão. Finalmente, denunciado junto à Prefeitura, Jair acabou demitido sem qualquer justificativa em abril de 1966. De volta a Muniz Freire, ficou encarcerado junto com os demais companheiros.

Como o recurso só seria julgado tardiamente e por fim rejeitado, todos cumpriram integralmente a pena. A detenção dos membros em Muniz Freire divide-se em dois momentos: nos primeiros 13 dias ficaram presos na Delegacia local. Depois, por determinação do juiz da Comarca, Arione Vasconcelos Ribeiro, todos foram transferidos para as dependências do Fórum local. Neste segundo momento, os membros contaram com a complacência do juiz Arione, que permitiu a eles condições dignas na prisão. Diferente de inúmeros outros casos do período, os presos políticos de Muniz Freire foram respeitados durante o cumprimento da pena. Segundo Jonatas, o juiz chegou a consentir situações curiosas:

O juiz de Muniz Freire era o dr. Arione Vasconcelos Ribeiro e nos tratou muito bem. Inclusive, levava até a própria esposa para nos visitar. Ele também fazia vista grossa para os casados que fugiam do fórum de madrugada e voltavam antes do dia amanhecer para passar umas horas com as esposas. Ele não só deixava que eu visitasse a minha namorada em Piaçu (distrito de Muniz Freire), como até emprestava o carro para me levar.<sup>367</sup>

Carlinho confirma a versão de Jonatas: “[...] nós tínhamos a chave da cela e a noite saíamos, o juiz Arione Vasconcelos Ribeiro não fazia nada para intervir nas fugas”.<sup>368</sup> Mauro descreve que nos primeiros dias todos ficavam na cela improvisada no Fórum, mas depois “[...] íamos em casa, na rua, e até em outras cidades com a permissão do juiz, ficávamos mais livres do que preso. Somente Nelson Bolzan que obedecia rigidamente”.<sup>369</sup>

Para Renato, o juiz Arione era um democrata e por isso permitia “[...] o que se permite ao preso político, que é ele ter uma prisão especial”.<sup>370</sup> Diferente dos demais, Renato, então estudante da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), cumpriu a pena no quartel do Corpo de Bombeiros, em Vitória, onde também foi respeitado.

<sup>367</sup> Jonathas, o preso político que Camata levou à posse. **A Gazeta - Caderno Dois**, Vitória, p. 1, 16 mar. 1983.

<sup>368</sup> ARÉAS, Carlinho José de. Entrevista concedida a alunos da Escola de 1º Grau Bráulio Franco. Muniz Freire: 1998. Disponível em: acervo da Casa da Cultura de Muniz Freire.

<sup>369</sup> OLIVEIRA, Mauro Rodrigues. Entrevista concedida a alunos do curso de Magistério da Escola de 1º e 2º Graus Profª Lia Therezinha Merçon Rocha. Muniz Freire: 1998. Disponível em: acervo da Casa da Cultura de Muniz Freire.

<sup>370</sup> SOARES, Renato Viana. Homenagem ao Grupo dos Onze de Muniz Freire. Casa da Cultura de Muniz Freire: 28 abr. 2012.

Os professores da UFES compreenderam a sua situação, e, com exceção de uma, todos o consideravam presente nas aulas e recebiam seus trabalhos:

Duas irmãs de caridade, Élide e Antonietinha, iam à prisão e me levavam os temas dos trabalhos. Eu tinha muito tempo para estudar e datilografar numa velha máquina de escrever Remington, emprestada pelo Dr. Aldemar. Assim, no semestre em que estive preso tirei ótimas notas. Só a professora de Psicologia me reprovou por falta, apesar de minha média ser 9,0. Ela se justificou afirmando que se me passasse estando preso poderia prejudicar seu marido, o advogado Berredo de Menezes, um dos líderes do MDB no Estado. Até hoje, quando ela se encontra comigo, pede desculpas.<sup>371</sup>

Como abordado anteriormente, nos anos 1960 a campanha anticomunista estava bastante solidificada, inclusive nos pequenos municípios, onde a Igreja Católica, que potencializava muitas das ações contra o comunismo, era predominante. Se no período em que estiveram presos os membros do Grupo dos Onze de Muniz Freire foram bem tratados, na saída da prisão encontraram uma realidade adversa.

De fato, a trajetória dos membros do grupo se encontraria com inúmeras restrições nos anos seguintes. Assim como ocorreu nacionalmente, o Grupo dos Onze local passou a carregar o estigma de “comunista”. Criado pelos gregos para se referir a sinais corporais que indicavam algo atípico ou desonroso em uma pessoa, o termo estigma é melhor compreendido a partir da seguinte definição:

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso (GOFFMAN, 1998, p. 6).

Ser considerado comunista, naquele momento, mesmo não o sendo na prática, era carregar um dos piores estigmas e sofrer com forte preconceito. Para uma pessoa até então considerada “normal”, bastava, neste caso, possuir o estigma de comunista para ser recebida de forma diferente na relação social, o que acabava “[...] destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus” (GOFFMAN, 1998, p. 7).

A partir da saída da prisão, como veremos adiante, os membros do Grupo dos Onze de Muniz Freire tornaram-se uma espécie de “desviantes locais”, ou seja, um sujeito “anormal”, aquele que segue caminho oposto ao da orientação acompanhada pela maioria. Seguindo esse entendimento, os que estariam de acordo com uma estrutura estabelecida eram considerados “normais”. Na prática, quando esse

---

<sup>371</sup> SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Via e-mail, 23 set. 2013.

“desvio”, (no caso aqui estudado, ser associado ao comunismo e condenado a prisão), quebra as normas seguidas pela maioria, isso acaba representando uma ameaça para a sociedade e sua ordem estabelecida, estimulando a partir daí um confronto:

A noção básica é que não existem desviantes em si mesmos, mas sim uma relação entre atores (indivíduos, grupos) que acusam outros atores de estarem consciente ou inconscientemente quebrando, com seu comportamento, limites e valores de determinada situação sociocultural. Trata-se, portanto, de um confronto entre acusadores e acusados (VELHO, 1999, p. 23).

Após o cumprimento da pena, a aversão da sociedade local em relação ao grupo ganharia força, mesmo os membros, pelo menos no período, pouco conhecendo os ideais defendidos pelo comunismo. As consequências dessa ligação, seja dos membros ou de seus familiares próximos, vão desde a discriminação, passando por humilhações, até a perda de emprego. Com exceção de três membros solteiros, os demais tinham família e com a prisão a maioria teve dificuldade até para suprir as necessidades básicas dos familiares.

A base dessa aversão era oriunda do conservadorismo que imperava na sociedade da época, como recorda o membro Renato, que também descreve os conflitos com o padre José Bazzarella, figura de destaque no município de Muniz Freire:

Eu descendia da linhagem de oposição, mais popular até no esporte – éramos do Comercial Sport Club. Além disso, meu avô Demerval era combatido por ser protestante. O outro avô, materno, João Viana, era kardecista, odiado pela oligarquia, porque era Coletor de Impostos e insistia em cobrar os fazendeiros. O padre também não gostava dele, porque comemorava o carnaval. O meu pai, Jair, também brigou com o padre Bazzarella. Foi excomungado. Ou seja, eu tinha tudo para não ser aceito pela oligarquia. O que amenizava era o catolicismo militante de minha avó Risoleta e de minhas tias, principalmente a professora Enoe, líder da Pia União das Filhas de Maria. Ela chegou a fazer um acordo com o padre para que eu fizesse a primeira comunhão, não aos 7, como era hábito, mas aos 13 anos, de terno creme – não podia o branco porque já era “pecador”. Mesmo assim, eu continuava a frequentar a escola dominical dos batistas, levado por meu avô. Portanto, com essa “herança” familiar, liderando greves de estudantes em Castelo e sendo demitido do ginásio acusado de ter “afirmado” que o homem “descendia do macaco”, a síntese era óbvia: “é comunista!”.<sup>372</sup>

O membro Nelson Bolzan aponta os problemas causados pela sua prisão e as dificuldades em retornar ao convívio social por ser considerado “comunista”, o que trouxe inúmeros transtornos para sua família:

---

<sup>372</sup> SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Via e-mail, 23 set. 2013.

Eu tinha 8 filhos pequenos, e nesta época, minha mulher ficou doente, então foi um sofrimento muito grande, quase não tinham o que comer. [...] Me chamavam de comunista e a minha família também era chamada de comunista. [...] Ninguém queria me dar serviço, tive que ir em Vitória no Ministério do Trabalho, então consegui emprego na construção de estradas, onde depois de um tempo fui atropelado por uma basculante e fiquei muito doente. Durante três anos fiquei de cama.<sup>373</sup>

Percebe-se, portanto, que o estigma de comunista acabou passando até para os descendentes dos membros, ou seja, os problemas enfrentados pelos integrantes do grupo estenderam-se para as pessoas do seu círculo íntimo. Goffman (1998) dá a esses indivíduos também atingidos o nome de “pessoa informada”:

Um segundo tipo de pessoa “informada” é o indivíduo que se relaciona com um indivíduo estigmatizado através da estrutura social - uma relação que leva a sociedade mais ampla a considerar ambos como uma só pessoa. Assim, a mulher fiel do paciente mental, a filha do ex-presidiário, o pai do aleijado, o amigo do cego, a família do carrasco, todos estão obrigados a compartilhar um pouco o descrédito do estigmatizado com o qual eles se relacionam (GOFFMAN, 1998, p. 28).

Prosseguindo nas consequências, como citado, o membro Jair Ribeiro Soares era motorista da Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim - ES e foi demitido. A viúva de Jair, ao pleitear a anistia política “post mortem” do marido, afirmou que, após cumprir a pena, o cônjuge tentou, sem sucesso, retornar ao emprego na prefeitura. Desempregado, só regressou ao mercado de trabalho em 3 de novembro de 1967, um ano após ter cumprido sua pena:

Este fato trouxe sérios prejuízos, tanto morais quanto financeiros para nossa família, composta de pai, mãe e quatro filhos. Fui separada de meu marido, como também meus filhos, deixando todas as obrigações financeiras e de educação dos filhos a meu cargo como esposa, e tive que abraçar a condição de costureira para prover o sustento da família.<sup>374</sup>

Carlinho deixou a esposa com quatro filhos pequenos, tendo sido ajudado pelo sogro.<sup>375</sup> O lavrador Ilto Vieira, pai de seis filhos, vivia da colheita na localidade de “Mata do Barão”, zona rural de Muniz Freire. Sua prisão trouxe prejuízos econômicos e sua família contraiu dívidas enquanto esteve preso. Para quitá-las, Ilto vendeu sua propriedade rural, mudando-se em seguida para o Rio de Janeiro, onde virou

<sup>373</sup> BOLZAN, Nelson. Entrevista concedida a alunos do Curso de Magistério da Escola de 1º e 2º Graus Profª Lia Therezinha Merçon Rocha. Muniz Freire: 1998. Disponível em: acervo da Casa da Cultura de Muniz Freire.

<sup>374</sup> SOARES, Maria de Lourdes Viana. Requerimento de Anistia nº: 2003.01.15319, referente a Jair Ribeiro Soares.

<sup>375</sup> ARÊAS, Carlinho José de. Entrevista concedida a alunos da Escola de 1º Grau Bráulio Franco. Muniz Freire: 1998. Disponível em: acervo da Casa da Cultura de Muniz Freire.

operário.<sup>376</sup> O líder Jonatas, que trabalhava como vendedor ambulante, diz que, após a prisão, “[...] não tinha mais ninguém para negociar. O pessoal falava que eu era comunista e que o dinheiro que eu tinha era dinheiro do Brizola. Eu nunca recebi um tostão do Brizola. Ele nunca me ofereceu e nem pediu dinheiro”.<sup>377</sup> Em outra entrevista, Jonatas detalhou os conflitos gerados após a prisão:

As pessoas tinham um preconceito terrível. Para eles nós éramos tudo comunistas. Chamavam-nos de antipatriotas e comunistas. Eu falava: “quem defendia as reformas de base como nós defendíamos, não pode ser antipatriota. Antipatriota é todos aqueles que ficaram contra as reformas”. Teve muita gente que chegou a falar que nós tínhamos que ser morto porque nós defendíamos o Brizola.<sup>378</sup>

O termo “antipatriota” citado por Jonatas é uma extensão do já mencionado “traicionista”, outra expressão divulgada nacionalmente para caracterizar os comunistas como traidores da pátria.

No segundo semestre de 1965, o membro Renato, após ser aprovado num concurso entre alunos da Faculdade de Filosofia da UFES, passou a trabalhar como coordenador pedagógico estadual da CNEG (Campanha Nacional de Educandários Gratuitos). Seu período no cargo seria abreviado com a condenação no processo do Grupo dos Onze, quando foi demitido num encontro com o futuro governador do Espírito Santo, Christiano Dias Lopes Filho:

Eu já estava trabalhando há uns três meses, ainda sem nenhum salário, quando o Grupo de Onze foi condenado. O médico Aldemar Neves me aconselhou a ir conversar com o Christiano, que estava em sua casa em Guarapari. Afinal, como um dos membros do Comando Revolucionário poderia, pelo menos, me arranjar um advogado. Ele me recebeu muito bem, mas quando ouviu a história, mudou a expressão, tornou-se grosseiro: “Renato, eu não sabia que você era comunista, brizolista. Eu vou ser escolhido governador do Estado pelo Comando Revolucionário e não posso me envolver com isso. A partir de agora você está demitido por justa causa da CNEG. Pode ir”. Nunca me pagou um centavo do que devia.<sup>379</sup>

Ainda nas consequências, o membro Nelson Bolzan, que é citado por Mauro como o único que “obedecia rigidamente” e não saía da prisão, é o que transparece ter mais mágoa com o ocorrido, aliás, é o único membro que se refere a Brizola de forma negativa, mesmo décadas após a prisão. Sobre Brizola, em entrevista

<sup>376</sup> VIEIRA, Maria Anunciada. Requerimento de Anistia nº: 2009.01.63514, referente a Ilto Vieira.

<sup>377</sup> SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Muniz Freire, 16 set. 2016.

<sup>378</sup> SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Muniz Freire, 19 jan. 2016.

<sup>379</sup> SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Via e-mail, 23 set. 2013.

concedida em 1998, Bolzan afirmou categoricamente que “foi por culpa dele que aconteceu tudo conosco, foi ele quem armou tudo.”<sup>380</sup> Vale ressaltar que, como já citado, Nelson Bolzan disse reiteradas vezes ter assinado a lista do grupo sem saber do que se tratava. De fato, diferente dos seus colegas de grupo, Bolzan nunca descreveu Brizola de forma positiva, sendo também o único a culpá-lo pelo acontecido.

Décadas depois do ocorrido, perguntados sobre a relação com o comunismo, os membros repetem o mesmo discurso que emitiram quando se defenderam no processo, ou seja, negam veementemente que eram partidários desta ideologia. O que se vê de forma clara, é que a maioria dos membros nutriam uma grande simpatia em relação a Leonel Brizola, sem nunca terem expressado em entrevistas ou em outras atividades, qualquer conhecimento do que realmente é o comunismo. O membro Mario vai nesse sentido ao dizer que “[...] nós éramos entusiasmados com o Brizola e não tinha nada de comunismo” (SOARES, 2016, p. 35). Renato, o membro mais jovem e o único do grupo a realmente ter contato com obras de cunho comunista, é categórico ao afirmar que os demais membros não conheciam o básico do comunismo: “Eles poderiam conhecer a imensa mentira que se divulgava contra o comunismo, que visava instalar o medo na população e o ódio contra os comunistas”.<sup>381</sup> No seu próprio caso, também afirma que não era comunista quando formaram o Grupo dos Onze, e que se “[...] interessava pelas propostas socialistas, mas parava por aí. Nunca havia tomado contato com o Partido Comunista.”<sup>382</sup> O líder Jonatas é outro a expressar certeza quanto a possível ligação com o comunismo: “Nós nunca fomos comunistas. Nós não conhecíamos o regime comunista e até hoje me chamam de comunista. A mídia queria um meio para derrotar o Brizola e ela usou esse de chamá-lo de comunista.”<sup>383</sup>

Se para os membros que ficaram em Muniz Freire as consequências foram bastante negativas, as dificuldades encontradas pelo membro Renato, que posteriormente mergulhou na luta contra a ditadura militar, não ficou restrita a demissão do cargo de coordenador pedagógico estadual. Morando em Vitória e a

---

<sup>380</sup> BOLZAN, Nelson. Entrevista concedida a alunos do curso de Magistério da Escola de 1º e 2º Graus Profª Lia Therezinha Merçon Rocha. Muniz Freire: 1998. Disponível em: Casa da Cultura de Muniz Freire.

<sup>381</sup> SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Via e-mail, 23 set. 2013.

<sup>382</sup> Ibid.

<sup>383</sup> SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Muniz Freire, 16 set. 2016.

partir de 1965 militando no Partido Comunista Brasileiro (PCB), Renato se envolvia em manifestações de rua e nas disputas dos centros acadêmicos, além de atuar na imprensa estudantil. Em 1967, prestes a se formar na UFES, foi escolhido orador da sua turma. O discurso na formatura, que por orientação nacional interna dos comunistas, era usado para fazer atos de protestos, teve grande repercussão no Estado e até na mídia nacional:

O orador da turma de formandos da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, estudante Renato Viana Soares, criticou violentamente o sistema de ensino no Brasil, durante o ato realizado no Colégio do Carmo, e uma edição mimeografada do discurso, distribuída pelo Centro Acadêmico, já foi esgotada.<sup>384</sup>

Como estratégia para driblar uma possível tentativa de recolher o discurso após a formatura, os estudantes distribuíram cópias entre os presentes para que dali saísse ao menos um exemplar. Uma cópia do discurso chegaria até ao governador do Estado, Christiano Dias Lopes Filho, com quem Renato teve problemas na ocasião em que foi demitido da CNEG. Levado por um amigo a um encontro com o governador, recebeu uma proposta para retirar publicamente todas as críticas com a garantia de ser contratado como professor do Estado. Segundo Renato, ao recusar a proposta do governador, o mesmo se limitou a um “[...] passar bem, me estendendo a mão, que ficou no ar”.<sup>385</sup>

As dificuldades encontradas no Espírito Santo fizeram Renato mudar para a cidade de São Paulo, onde fixou residência a partir de 1968. Na capital paulista passou a trabalhar como jornalista, após ser aprovado numa seleção da Editora Abril e integrar a primeira redação da revista *Veja*. De São Paulo foi para Brasília trabalhar na revista *Realidade*, no Senado Federal. Com o Ato Institucional Nº 5, voltou a São Paulo, passando a atuar no jornal *Folha da Tarde*.

Na capital paulista, sua militância política também foi reprimida pela ditadura, tendo sido preso diversas vezes, o que ocasionou a sua demissão. Depois das prisões e desempregado, tinha que assinar um livro de presença toda segunda-feira na sede do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-SP). Numa dessas ocasiões, quando saía da delegacia para fazer uma entrevista com o presidente do Sindicato das Indústrias Têxteis, foi contido e levado até o delegado, que imaginando um

---

<sup>384</sup> Discurso incisivo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 7, 19 dez. 1967.

<sup>385</sup> SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Via e-mail, 23 set. 2013.

possível encontro clandestino o manteve detido na solitária até desfazer o “mal-entendido”:

Era um cubículozinho, de 1,5m por 1m, uma porta compacta na frente, uma luz no teto de piso, e nada mais, e chão de cimento. Você entra ali e depois de um tempo você não sabe se é dia se é noite, aquela luz fica acesa o tempo todo. Uma meia hora depois, a janelinha da porta abriu e jogaram um pedaço de papel higiênico lá dentro. Passado mais um tempo a portinha abriu de novo e caiu um livro de Eça de Queiroz, “A Cidade e as Serras”, que estava faltando o primeiro capítulo. Eu li aquele livro várias vezes, o papel higiênico eu tive que economizar porque a gente já sabia bem como que era aquilo. Um dia um cara chegou dizendo: ‘Renato muda a roupa, você vai subir’ e eu já tinha passado aí uns dez dias. E eu subi, aí antes de entrar na sala do chefe ele disse: ‘passa lá pela salinha da confissão’. Cheguei lá, que era o local de tortura deles, eles mandaram tirar a roupa, tirei a roupa e eles pegaram e rasgaram as bainhas da calça pra ver se eu estava levando alguma informação para fora. Aí me deram a roupa novamente e me levaram à sala do delegado. Quando cheguei estava a minha esposa na sala, ele olhou e falou assim: ‘é esse aí?’ Ela falou: ‘é, sim senhor’. ‘Então pode levar, porque eu botei ele lá e eu nem sei porque, eu já tinha esquecido dele e se você não viesse ele ia ficar mais tempo’. Era isso que a vida da gente valia.<sup>386</sup>

Em outra ocasião, foi detido em casa, pela equipe do delegado Sérgio Fleury.<sup>387</sup> Operado do nariz, para a correção do desvio do septo nasal, Renato foi impedido de levar os medicamentos necessários para a recuperação: “[...] meu nariz sangrava. No quarto dia me levaram ao hospital para trocar o curativo, acompanhado de dois carros, com seis homens armados com metralhadoras. E a recomendação: ‘Se falar alguma coisa, leva bala’”.<sup>388</sup>

Demitido pelo *Grupo Folha* por abandono de serviço, quando o próprio jornal havia noticiado a sua prisão, Renato retornou à revista *Veja*, sofrendo ainda mais duas prisões. Em seguida, informado de que seu nome havia sido incluído pela repressão numa lista para morrer, partiu com esposa e filha para o exílio na Europa, onde ficou por quase oito anos trabalhando como jornalista e atuando como militante político, retornando ao Brasil somente em dezembro de 1979, após a anistia.

<sup>386</sup> SOARES, Renato Viana. Depoimento à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim-CEMVOB e a Comissão da Verdade da UFES. Vitória: 24 nov. 2014.

<sup>387</sup> Sérgio Fernando Paranhos Fleury foi um dos mais conhecidos delegados da Polícia Civil do Estado de São Paulo, tendo servido no Departamento de Ordem Política e Social do estado (DOPS/SP) durante a ditadura militar. É considerado um símbolo da violenta repressão contra os opositores do regime, sendo apontado no relatório final da Comissão Nacional da Verdade como um dos responsáveis por crimes cometidos durante a ditadura. Para saber mais, ver: SOUZA, Percival de. **Autópsia do medo: Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury**. Rio de Janeiro: Globo, 2000; MEDEIROS, Rogério; NETTO, Marcelo. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

<sup>388</sup> SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Via e-mail, 23 set. 2013.

De volta ao Espírito Santo, foi monitorado pelo DOPS-ES, que no dossiê elaborado a seu respeito,<sup>389</sup> registrou sua chegada ao Brasil anexando uma matéria do jornal *A Gazeta* repercutindo o retorno ao Estado.<sup>390</sup> O regresso a arena política foi rápido. Após militar no Partido Comunista Brasileiro (PCB) por mais de 20 anos, no Brasil e no exílio, Renato deixou o partido e ajudou a fundar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) do Espírito Santo.

Faltava ainda a volta a Muniz Freire. O retorno do membro mais “famoso” do Grupo dos Onze a sua cidade natal foi coberto de tensão. No início da década de 1980, quando a liberdade política começava a ser vislumbrada no país, o anticomunismo local novamente se manifestou contra Renato Viana Soares, que foi impedido de lançar um livro de sua autoria na principal festa do município:

Quando voltei do exílio, escrevi e publiquei um livro de poemas – Sentido da volta. Na minha ingenuidade, queria lançá-lo na festa de Muniz Freire. Afinal, a ditadura tinha acabado e o meu retorno ao Espírito Santo gerou páginas nos jornais e entrevistas no rádio e na televisão. Mas o prefeito da época proibiu que o lançamento do livro constasse no convite da festa e também que o serviço de auto-falantes sequer mencionasse o fato. Ainda recebi um recado para não insistir, pois o delegado de polícia já havia sido alertado. Desafiei: fui para o meio da praça, sob aquelas árvores centenárias do jardim, com uma mesinha e algumas cadeiras, mais um pequeno grupo de amigos e parentes, falei e assinei dedicatórias nos livros. Penso que essa atitude era um reflexo já mitigado do que sentiam por nós. Outro exemplo: a Prefeitura tem um título honorífico, acho que se chama “Munizfreirenses ausentes Nº 1”. Soube que, à minha revelia, quiseram me atribuir essa honra. Foi vetada sob o pretexto de que eu seria comunista.<sup>391</sup>

O livro a qual Renato se refere, “Sentido da volta”, foi dedicado à Muniz Freire e publicado em julho de 1982.<sup>392</sup> A data da publicação coincide com a festa de emancipação política do município, que é realizada na última semana do mês de julho. De 31 de janeiro de 1977 a 31 de janeiro de 1983, o município foi dirigido pelo prefeito Geraldo Favoreto (ARENA), também conhecido como “Bia”.<sup>393</sup> Em entrevista, o ex-prefeito negou que seu governo tenha proibido o lançamento do livro de Renato, a quem se refere como amigo:

<sup>389</sup> Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo DOPS. Caixa 40. Série Investigações; Sub-série Dossiês Pessoais; Dossiê Renato Viana Soares, nº 146.

<sup>390</sup> Jornalista volta do Espírito Santo após oito anos de exílio. *A Gazeta*, Vitória, n.p, 22 dez. 1979.

<sup>391</sup> SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Via e-mail, 23 set. 2013.

<sup>392</sup> SOARES, Renato Viana. **Sentido da volta**. Vitória: Papiros Artes Gráficas Ltda, 1982.

<sup>393</sup> Nascido em Muniz Freire, Geraldo Favoreto exerceu, por décadas, a atividade de comerciante. Na política local, foi eleito vereador em 1970 e prefeito em 1976, ambos pela ARENA. Pelo Partido Progressista (PP), candidatou-se a prefeito em 2004 e a vereador em 2008, sendo derrotado nas duas tentativas.

Ele era bem de esquerda. Era muito inteligente. Mas essa história é uma novidade pra mim. Ele é meu amigo. Ele deve saber quem fez isso. Ele sabe que isso não partiu de mim. Sinceramente, de maneira nenhuma isso partiu de mim. Eu admiro o Renato, ele e o irmão dele Ronaldo. Eu indiquei o Ronaldo, que é irmão do Renato, para receber o título de Muniz-freirense Ausente. Fizeram fofoca com ele. Acho que não houve isso não. Pra mim isso aí é uma surpresa muito grande. Tem algo errado aí.<sup>394</sup>

Residindo em Vitória, ainda em 1982, Renato estreou em disputas eleitorais ao candidatar-se a deputado estadual pelo PMDB. Recebeu 4.265 votos, quantidade insuficiente para ser eleito.<sup>395</sup> De saída do PMDB, em 1985 foi um dos refundadores do Partido Socialista Brasileiro (PSB) no Espírito Santo, pelo qual, em aliança com o Partido dos Trabalhadores (PT), concorreu ao Senado no pleito de 15 de novembro de 1986, sendo novamente derrotado ao obter 60.744 votos.<sup>396</sup>

No mesmo período, no que se refere a realidade de Muniz Freire, nota-se ainda dificuldades dos membros do Grupo dos Onze e de seus familiares em ocupar espaços na política local após todo o desgaste provocado pela condenação do grupo. Não se pode afirmar com certeza que houve ação articulada para alijar do poder local as pessoas ligadas ao Grupo dos Onze, mas observando-se os dados eleitorais após o golpe, ver-se-á que a influência das famílias ligadas ao grupo caiu consideravelmente. Senão vejamos: a família “Ribeiro de Assis/Ribeiro Soares”, da qual a maioria dos membros fazia parte, ocupava cargos importantes no município desde o final do século XIX, quando Joaquim Ribeiro Soares presidiu o governo municipal (equivalente a prefeito), passando por cargos de vereança na primeira república e culminando com Lino Ribeiro de Assis no cargo de prefeito em 1922. Na única eleição do período 1930-45, Demerval Ribeiro Soares foi um dos vereadores eleitos. No período democrático de 1945-1964, das cinco eleições realizadas, a família teria vereadores eleitos em quatro e um vice-prefeito eleito no único pleito direto para o cargo realizado no município. Já no período pós-golpe de 1964, a participação da família na política local diminuiria consideravelmente. Das cinco eleições municipais realizadas no período da ditadura militar, a família só conseguiria emplacar um vereador com a reeleição de Walfredo Ribeiro Soares (ARENA) em 1966.

---

<sup>394</sup> FAVORETO, Geraldo. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Muniz Freire, 16 dez. 2016.

<sup>395</sup> Eleições 1982. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Disponível em:< <http://www.tres.jus.br>>. Acesso em 11 jan. 2017.

<sup>396</sup> Eleições 1986. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Disponível em:< <http://www.tres.jus.br>>. Acesso em 11 jan. 2017.

Para os membros do grupo, o fator “disputa política” sempre esteve ligado a repressão contra a eles e a família. Renato amplia o leque de motivos ao dizer que, além da disputa política, “[...] o medo da ditadura, a permanente campanha de difamação, e o puxa-saquismo dos poderosos, para exercer o mando em Muniz Freire, completaram a obra.”<sup>397</sup> Mario também menciona a política e ainda cita a mídia que “[...] falava que o Grupo dos Onze era formado por pessoas com tendências comunistas e o povo acreditava” (SOARES, 2016, p. 35). Carlinho também cita a “politicagem” como um dos motivos das perseguições.<sup>398</sup>

Portanto, com elementos de destaque na política local durante décadas, a família “Ribeiro de Assis/Ribeiro Soares”, da qual sete membros do Grupo dos Onze eram originários, ficou de 1971 a 1988 sem eleger um representante, ou seja, 17 anos sem produzir um político com mandato no município, sequência só interrompida na eleição de 15 de novembro de 1988, com a vitória de Dalton Gonçalves Soares (PTB), o terceiro mais votado para o cargo de vereador.<sup>399</sup>

A eleição de 1988 merece destaque por ter contado com três candidatos a vereador oriundos da família: o já citado Dalton, João Francisco Neto Soares (PTB)<sup>400</sup> e Jonatas Ribeiro Soares, o ex-líder do Grupo dos Onze, que entrou na disputa pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), agremiação fundada por Leonel Brizola quando voltou do exílio.

A participação de Jonatas no pleito ficaria marcada por uma nova onda anticomunista na cidade. Mesmo com a ditadura militar já encerrada, os contrários a sua candidatura recuperaram o tema do comunismo com o objetivo de desgastar novamente a sua imagem. Segundo Jonatas, os ataques a sua candidatura eram focados não só na sua suposta ligação com o comunismo, algo que permanecia forte no imaginário social, mas também na sua deficiência visual:

Quando me candidatei a vereador fui chamado de comunista e cego. A campanha dos meus adversários era essa. Um cego que não pode fazer nada para os outros e ainda é comunista. Eles diziam: “Vocês vão votar num comunista pra fazer o partido crescer aqui?”. O PDT ia crescer. Se eu tivesse condição eu ia colocar o pessoal do PDT. Eu tive 117 votos. Fui bem votado

<sup>397</sup> SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Via e-mail, 23 set. 2013.

<sup>398</sup> ARÊAS, Carlinho José de. Entrevista concedida a alunos da Escola de 1º Grau Bráulio Franco. Muniz Freire: 1998. Disponível em: acervo da Casa da Cultura de Muniz Freire.

<sup>399</sup> Dalton Gonçalves Soares é bisneto de Lino e Joaquim, os citados primeiros políticos da família e sobrinho de Mario e Lino, os dois membros do Grupo dos Onze que não foram condenados. Foi eleito vereador com 333 votos, segundo dados do TRE-ES.

<sup>400</sup> João Francisco Neto Soares é bisneto de Joaquim Ribeiro Soares, prefeito do município no final do século XIX. Obteve 112 votos, mas não foi eleito.

porque na época tinha pouco eleitor. Tem gente que fala que eu passei de 200 votos, mas que os votos sumiram na secretaria do juiz. Teve muita fraude pra eu não ser eleito. Eles não gostavam de mim. Eles tinham medo.<sup>401</sup>

Quanto a possíveis fraudes, como assinalado por Jonatas, nunca houve nenhum tipo de acusação formal contra o resultado do pleito e todos os 13 vereadores eleitos cumpriram normalmente o seu mandato. O número correto da sua votação, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES), não foi 117 e sim 100 votos, ficando em 28º lugar entre os 53 candidatos votados, num universo de 9.684 eleitores.<sup>402</sup>

Dois anos depois, o membro Renato, que desde o retorno do exílio residia em Vitória, candidatou-se novamente a senador na eleição de 3 de outubro de 1990. Dessa vez ficou em segundo lugar, com 149.326 votos, perdendo para Élcio Álvares (PFL), que obteve 290.487 votos. Chama atenção o desempenho obtido por Renato em Muniz Freire, ao conquistar apenas 951 votos (10,80%) na sua terra natal, sendo derrotado por Élcio, que alcançou a expressiva marca de 2.422 votos (27,32%). Neste pleito, Renato venceu somente nos municípios de Anchieta, Mantenópolis e Apiacá.<sup>403</sup> Ainda em 1990, além da candidatura, Renato também fez parte da coordenação da campanha de Albuíno Azeredo (PDT), eleito governador do Estado. No governo Albuíno, ocupou o cargo de secretário de Estado do Trabalho e Assistência Social, sendo ainda titular da pasta da Justiça e Cidadania.

Passados quatro anos, nova candidatura frustrada pelo PSB, agora ao cargo de deputado federal em 3 de outubro de 1994. Em Muniz Freire sua campanha foi ainda mais minguada ao conquistar apenas 78 votos.<sup>404</sup> Não há como afirmar categoricamente que os resultados negativos de Renato em Muniz Freire tenham ligação com o caso do Grupo dos Onze ou a sua proximidade com o comunismo, mas, tratando-se de uma cidade conservadora e que mantém no seu imaginário o “medo do comunismo”, não seria de se estranhar que a aversão as suas candidaturas no município tenham componentes anticomunistas.<sup>405</sup>

---

<sup>401</sup> SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Muniz Freire, 19 jan. 2016.

<sup>402</sup> Atas de apuração de 1988. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.tre-es.jus.br>>. Acesso em 11 jan. 2017.

<sup>403</sup> Eleições 1990. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.tre-es.jus.br>>. Acesso em 11 jan. 2017.

<sup>404</sup> No total, Renato obteve 6.507 votos. Dados extraídos de: Eleições 1994. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.tre-es.jus.br>>. Acesso em 11 jan. 2017.

<sup>405</sup> Em número totais, Renato é o cidadão nascido em Muniz Freire que mais recebeu votos em toda a história do município, embora nunca tenha sido eleito. Senão vejamos: o político muniz-freirense mais vitorioso é Attilio Vivacqua, eleito em duas oportunidades para o Senado. Em 1945, Attilio conquistou 60.319 votos e na eleição de 1954 aumentou sua votação para 93.395 votos, em ambas sendo o

No que se refere aos demais membros, a atividade político-partidária foi tímida. O membro Mario Ribeiro Soares fez parte do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na década de 1970, mas sem se envolver profundamente no partido ou candidatar-se. Na prática, nenhum membro exerceu influência significativa na política local ou foi eleito para algum cargo. Dos quatro remanescentes, Renato Viana Soares segue filiado ao PSB, Carlinho José de Arêas pertence aos quadros do PTB e o líder Jonatas Ribeiro Soares permanece no PDT, partido fundado por Leonel Brizola: “Eu sou filiado ao PDT. Não participo mais porque estou com 85 anos e ninguém vai dar valor pra mim, mas eu sou filiado ao PDT e não vou tirar meu nome de lá nunca. Só o dia que eu morrer.”<sup>406</sup>

A anistia política chegaria apenas no século XXI. A partir de 2006, o Estado Brasileiro, por meio da Comissão de Anistia declarou Renato, Romulo, Jair, Mauro, Jonatas, Carlinho, Nelson e Ilto anistiados políticos, com direito a reparação econômica, baseado na Lei Nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Dos condenados à prisão, somente Ângelo Cizotto ainda não foi anistiado.

**Tabela 13** - Membros do Grupo dos Onze de Muniz Freire declarados como anistiados políticos:

<b>Membros anistiados</b>	<b>Data da anistia</b>
Renato Viana Soares	18/05/2006
Romulo de Araujo (“post mortem”)	01/06/2006
Jair Ribeiro Soares (“post mortem”)	07/06/2006
Mauro Rodrigues de Oliveira	07/06/2006
Jonatas Ribeiro Soares	13/09/2006
Carlinho José de Arêas	25/09/2006
Nelson Bolzan (“post mortem”)	21/08/2009
Ilto Vieira (“post mortem”)	15/03/2010

**Fonte:** tabela criada a partir dos dados divulgados pelo Portal da Transparência do Governo Federal. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

Em 28 de abril de 2012, como mencionado na parte introdutória do presente trabalho, finalmente seria escrito um capítulo com status positivo sobre a trajetória do Grupo dos Onze de Muniz Freire, ainda que ao mesmo tempo voltasse à tona a ligação dos membros a características negativas, novamente associadas ao comunismo.

---

senador mais votado. Como abordado, Renato também concorreu ao Senado duas vezes, evidentemente num período com muito mais eleitores do que na época de Attilio Vivacqua. Desconsiderando esse fato, com seus 60.744 votos conquistados em 1986 e 149.326 votos na eleição de 1990, em números totais Renato é o cidadão de Muniz Freire que mais recebeu votos em disputas eleitorais no Estado do Espírito Santo.

<sup>406</sup> SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Muniz Freire, 16 set. 2016.

A ideia de homenagear o Grupo dos Onze de Muniz Freire encontrou oposição direta de dois cidadãos que presenciaram os acontecimentos contra o grupo após o golpe de Estado em 1964. A frase “Eles são um bando de comunistas beneficiados”, com a qual iniciamos a dissertação ainda encontra eco na sociedade muniz-freireense. Os cidadãos contrários a homenagem promovida pela Prefeitura de Muniz Freire ao Grupo dos Onze em 28 de abril de 2012 ainda garantem que os onze integrantes eram sim comunistas e, por isso, se posicionaram contra a homenagem oferecida pelo poder público. Essas duas pessoas, que preferimos não identificar, não são leigas no assunto, pois faziam parte da realidade local no período em que o grupo foi constituído, investigado e condenado. Entre os motivos para a rejeição permanente contra o grupo, está o anticomunismo, a oposição ao nome de Leonel Brizola, a declaração de anistia dos membros e a reparação econômica que obtiveram, daí a origem da palavra “beneficiados”.

Proporcionada pelo Departamento de Cultura, Desporto e Turismo da Prefeitura Municipal de Muniz Freire, a homenagem realizada para o “bando de comunistas beneficiados” ou para os membros do “movimento revolucionário em favor da democracia”, na visão do citado departamento, surpreendeu até mesmo os próprios homenageados e seus familiares, que lotaram o auditório da Casa da Cultura local, incluindo os quatro remanescentes: Carlinho, Jonatas, Mario e Renato.

O evento contou com a participação da centenária Lira Muniz-freireense, principal banda da cidade, seguido de coquetel nas dependências da Casa da Cultura. Cada membro remanescente e representantes dos já falecidos receberam uma placa com os seguintes dizeres: “Ao membro do G-11 de Muniz Freire/ES – Nossa homenagem por ter participado deste movimento revolucionário em favor da democracia de nosso País”.

Se a Prefeitura Municipal, por meio do seu Departamento de Cultura, idealizou e promoveu a homenagem, a Câmara Municipal de Muniz Freire manteve-se distante. O evento contou com a presença do então prefeito, Ezanilton Delson de Oliveira (PSB), do vice-prefeito Adroaldo Júnior Soares (PMDB), além de secretários municipais e outros componentes do Executivo municipal. Por sua vez, o Legislativo local, que está intimamente ligado a trajetória do Grupo dos Onze, não enviou representantes e ignorou a solenidade. Dos quatro membros do grupo presentes no evento, Jonatas e Renato discursaram emocionados e agradecidos pela homenagem recebida.

Vale lembrar que, meses antes da realização do evento, a Casa da Cultura de Muniz Freire, por meio da iniciativa da sua diretora Ercília Maria Pastore, criou duas galerias em suas dependências, sendo uma em homenagem aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial que nasceram no município e outra dedicada ao Grupo dos Onze de Muniz Freire, com exposição de fotos e documentos relacionados aos membros do grupo.

Observa-se então que parte da sociedade de Muniz Freire ainda atribui ao Grupo dos Onze o estigma de comunista. Todo preconceito sofrido pelos membros do grupo com a ligação ao comunismo, mesmo sem nunca terem sido comunistas, reforça a ideia de que eles são os “desviantes” na sociedade local, já que transgrediram o comportamento “normal” da sociedade conservadora ao apoiarem as forças de esquerda, que eram frequentemente ligadas ao comunismo, numa sociedade que em sua maioria claramente apoiou o golpe de 1964 e o regime subsequente. Como abordado, os membros do Grupo dos Onze de Muniz Freire foram discriminados e passaram por diversas situações constrangedoras durante a ditadura militar e até depois que o regime foi extinto. As teorias anticomunistas tiveram grande aceitação no município, sendo que a própria sociedade local fortaleceu essas teorias, criando também as suas próprias versões. Sobre a relação de “normais” e “estigmatizados” vale novamente recorrer ao trabalho de Goffman:

As atitudes que nós, normais, temos com uma pessoa com um estigma, e os atos que empreendemos em relação a ela são bem conhecidos na medida em que são as respostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhorar. Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: Construimos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original (GOFFMAN, 1998, p. 8).

O último capítulo da trajetória dos membros aconteceu recentemente e também foi positivo. O membro Jair Ribeiro Soares, demitido da Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim em 1966 por conta da condenação no processo do Grupo dos Onze, recebeu outra homenagem, agora em âmbito estadual com a promulgação da Lei Nº 10.331/2015, em 8 de janeiro de 2015, que denomina de “Rodovia Jair Ribeiro Soares

os trechos das Rodovias ES-379 e ES-165, compreendidos entre os Municípios de Castelo e Iúna, passando pelo Município de Muniz Freire”.<sup>407</sup>

Como representado no fim deste trabalho (Anexo L), no dia 25 de julho de 2015, com o apoio da Prefeitura Municipal de Muniz Freire, foi realizada a solenidade do descerramento de placa com o nome de Jair Ribeiro Soares às margens da rodovia ES-379, estrada que liga os municípios de Castelo, Muniz Freire e Iúna.

---

<sup>407</sup> A citada lei é de autoria do deputado estadual Gildevan Fernandes (PMDB).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Eu não mudaria nada, continuaria do mesmo jeito que fui e sou. Não me arrependo de nada, a única coisa que me arrependo é que não pude triunfar. Eu perdi. Sempre tive esse defeito na vista, não enxergava, e por isso não pude fazer uma coisa melhor para ajudar o Brizola. Minha tristeza foi essa. Tive que fugir sem poder fazer nada por ele. Embora uma pessoa só não faça muito, mas coragem para fazer eu tinha. Isso nunca faltou. Se tivesse condições eu iria mais longe.”*

**Jonatas Ribeiro Soares – 16 de setembro de 2016<sup>408</sup>**

Como afirma o fundador do Grupo dos Onze de Muniz Freire, o sonho dos militantes brizolistas de verem as ideias de seu ícone triunfarem não se realizou. A esperada resistência ao golpe de 1964 não veio, o que contribuiu para que o novo regime se consolidasse rapidamente e perpetrasse perseguições nos mais longínquos rincões do país, inclusive na pequena cidade do interior do Espírito Santo. Aos vencidos, restaram as consequências de ter apoiado um governo que, embora tivesse defeitos e contradições, era legítimo.

O longo processo sobre o Grupo dos Onze de Muniz Freire envolve diversas particularidades e alguns pontos de interrogação, mas algo que procuramos demonstrar no presente trabalho, parece claro: o único e imperdoável “crime” cometido pelos membros do grupo, se é que se pode considerá-lo de fato como um delito, foi o de assinar um papel e enviá-lo ao então deputado Leonel Brizola com o objetivo de integrar o grupo criado pelo líder gaúcho. Consequentemente, o simples ato de formar um grupo resultou em pesadelo após a brusca mudança de regime, uma vez que a nova ordem rapidamente transformou em criminosos e perigosos comunistas os membros de um grupo incipiente criado via rádio e no período democrático.

Só com muito desconhecimento da realidade local e do perfil dos indivíduos envolvidos em sua organização, é possível acreditar que o Grupo dos Onze de Muniz Freire estava se preparando para combater as instituições do país e suas Forças Armadas, como fez a acusação na Auditoria Militar e a maioria dos juízes aceitaram para condenar o grupo. O líder Jonatas era deficiente visual severo na época (depois

---

<sup>408</sup> SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Muniz Freire, 16 set. 2016.

ficou cego). Renato, o membro mais jovem, tem Certificado de Reservista Classe C por ter visão monocular, ou seja, nem servia para as Forças Armadas. Ângelo Cizotto já estava com 65 anos, idade avançada para os padrões da época, quando a expectativa de vida no Brasil em 1960 era de apenas 48 anos.<sup>409</sup> Mauro, Romulo, Jair e Nelson tinham passado dos 40 anos, com os últimos três já tendo mais de um filho. Ilto tinha seis filhos e morava na zona rural. Nelson e Carlinho, segundo relatório do próprio processo, entraram no grupo mais por insistência do líder Jonatas do que visando combater algo. Diante disso, continua válido o questionamento nos autos proferido por Abraham Obadia, advogado de defesa dos réus: “Por que punir os pequenos que apenas seguiam, pacificamente, as ideias políticas do ex-parlamentar Leonel Brizola?”<sup>410</sup>

Assim como em Muniz Freire, no restante do país os membros do Grupo dos Onze eram, em grande parte dos casos, apenas admiradores de Leonel Brizola e defensores de sua candidatura à presidência. Não havia naquele momento, como tentou-se provar, um caráter combativo e de luta revolucionária, o que ficou claro com a eclosão do golpe, quando nenhum grupo estava realmente organizado para a resistência. Mesmo assim, ser considerado aliado de Brizola, um dos principais inimigos do novo regime, já era motivo para ser chamado pejorativamente de comunista e até de terrorista, sendo ainda perseguido, processado e condenado. Em outras regiões do país, os membros dos demais grupos experimentaríamos consequências ainda piores: detenções ilegais, torturas e até mortes por seguirem os ideais de Brizola e se oporem a ditadura militar.

Instalada em 16 de maio de 2012, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada por meio da Lei 12.528/2011, apurou casos de violações de direitos humanos cometidos por agentes do Estado, entre 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, período que inclui a ditadura militar (1964-1985). Finalmente, em relatório divulgado no dia 10 de dezembro de 2014, a CNV apresentou uma relação com 377 nomes de autores de graves violações dos direitos humanos, bem como listou 434 pessoas mortas ou desaparecidas no período investigado. Desse número, quatro mortos constam como membros do Grupo dos Onze: Leopoldo Chiapetti, morto em 21 de maio de 1965, em Erechim (RS); Darcy José dos Santos Mariante, em 8 de abril

---

<sup>409</sup> A expectativa de vida dos brasileiros passou de 48 para 73,4 anos, segundo dados do Censo 2010 do IBGE.

<sup>410</sup> Militares condenam 9 civis do Grupo dos 11. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 10, 29 jan. 1966.

de 1966, em Porto Alegre (RS); Silvano Soares dos Santos, em 25 de junho de 1970, na cidade de Humaitá (RS) e Carlos Antunes da Silva, morto no dia 16 de janeiro de 1970, em Belo Horizonte (MG). Soma-se a esse número, um desaparecido: Zelmo Bosa, que desapareceu no Rio Grande do Sul por volta de 1976.<sup>411</sup>

Em outro trabalho sobre o tema, o “Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964”, menciona-se mais dois mortos do período, que tiveram participação no grupo criado por Leonel Brizola: Helber José Gomes Goulart, morto em São Paulo (SP) no dia 16 de julho de 1973 e José Mendes de Sá Roriz, em 17 de fevereiro de 1973, no Rio de Janeiro (RJ).<sup>412</sup>

Vale frisar que essas feridas do período ainda ecoam na sociedade brasileira e já foram expostas de inúmeras formas. Agora, com o reforço do relatório final da Comissão Nacional da Verdade e de outras Comissões da Verdade formadas no país, é indispensável que se revise a legislação que permite que os autores de graves violações dos direitos humanos sigam impunes. É necessário, portanto, observar e cumprir as 29 recomendações elaboradas pela CNV, com o intuito de prevenir novos casos de violações e aprofundar o Estado democrático de direito. Entre as 29, surge como prioridade o cumprimento da recomendação nº 2, que defende a responsabilidade jurídica dos agentes públicos que violaram os direitos humanos no período, já que a Lei Nº 6.683 (Lei da Anistia), aprovada em 1979, permanece impedindo que estes agentes sejam responsabilizados por seus atos.<sup>413</sup> Desta forma, nos unimos ao alto-comissário para direitos humanos da ONU (Organização das Nações Unidas), Zeid Ra'ad Al Hussein, ao defender que os crimes contra a humanidade, citados pela CNV, não podem ficar impunes.<sup>414</sup> Afinal, seguindo o entendimento do relatório:

[...] a extensão da anistia a agentes públicos que deram causa a detenções ilegais e arbitrárias, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres é incompatível com o direito brasileiro e a ordem jurídica internacional, pois tais ilícitos, dadas a escala e a sistematicidade com

---

<sup>411</sup> Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

<sup>412</sup> Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Comissão responsável Maria do Amparo Almeida Araújo et al. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

<sup>413</sup> Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm)>. Acesso em: 25 jan. 2017.

<sup>414</sup> Crimes não podem ficar impunes, diz ONU sobre a Comissão da Verdade. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560536-crimes-nao-podem-ficar-impunes-diz-onu-sobre-a-comissao-da-verdade.shtml>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

que foram cometidos, constituem crimes contra a humanidade, imprescritíveis e não passíveis de anistia.<sup>415</sup>

A impunidade continua prejudicando o país, ao mesmo tempo em que cala milhares de gritos que permanecem no imenso vazio, como a frase proferida por Nelson Bolzan, membro condenado do Grupo dos Onze de Muniz Freire e um dos mais afetados do grupo pelos acontecimentos gerados a partir do golpe de 1964: “O que tenho a dizer é o seguinte: foi uma injustiça tudo que passamos”.<sup>416</sup>

Outras consequências ainda permanecem no imaginário popular. No município de Muniz Freire, como em outras partes do país, ainda sobrevive a associação “Grupo dos Onze e comunismo”, resultante de uma construção de décadas difícil de ser superada. A disputa política, o conservadorismo da sociedade e a poderosa propaganda anticomunista estabelecida no Brasil são alguns dos mecanismos que contribuem para que essa vinculação permaneça, mesmo passados mais de 50 anos do ocorrido. A campanha difamatória contra os comunistas, fortalecida com a Guerra Fria, também se fez presente na pequena cidade do sul do Espírito Santo. Em Muniz Freire, associar o comunismo com aspectos negativos também era frequente e os maiores prejudicados com essa ligação nem seguidores da ideologia comunista eram naquele momento.

Atualmente, os quatro remanescentes do Grupo dos Onze de Muniz Freire já não participam ativamente da política e suas famílias novamente não estão representadas no Executivo e no Legislativo local. Sem sentimentos de revanchismo e orgulhosos de suas trajetórias, ainda permanece em suas memórias as lembranças de uma luta política pacífica, mas que foi derrotada por um golpe que mergulhou o país numa assustadora ditadura.<sup>417</sup>

---

<sup>415</sup> Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. Parte V. Conclusões e recomendações, p. 965. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br>>. Acesso em: 25 dez. 2017.

<sup>416</sup> BOLZAN, Nelson. Entrevista concedida a alunos do Curso de Magistério da Escola de 1º e 2º Graus Profª Lia Therezinha Merçon Rocha. Muniz Freire: 1998. Disponível em: acervo da Casa da Cultura de Muniz Freire.

<sup>417</sup> Renato é jornalista, pesquisador e escritor. Mestre em Administração de Sistemas Educacionais e Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Atuou ainda como professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Atualmente vive em Maceió (AL), onde sua esposa Tereza é vereadora. O líder do grupo, Jonatas, casou-se e teve quatro filhos com Lizete Vasconcelos, a então namorada que o juiz de Muniz Freire permitia que ele visitasse quando estava preso. Aos 86 anos, vive com a mulher e ainda fala com entusiasmo de Leonel Brizola e do Grupo dos Onze. Carlinho continua casado com Carlota, irmã de Jonatas. Comerciante de destaque em Muniz Freire, atualmente está aposentado. Mario, aos 90 anos, assim como Jonatas, permanece brizolista e

Por fim, cabe salientar que a presente dissertação, que versa sobre um tema pouco explorado por pesquisadores, seja em termos locais ou nacionais, teve o propósito de preencher uma lacuna, não esgotando, portanto, o assunto, uma vez que no Espírito Santo e em outras regiões do país, ainda há muito a ser pesquisado e descoberto sobre o grupo idealizado por Leonel Brizola e seus seguidores.

---

interessado no noticiário político do país. Constituiu família em Muniz Freire ao lado da esposa Eny, e no fim dos anos 1980 aposentou-se como servidor da Justiça do Espírito Santo.

## REFERÊNCIAS

ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na Era Vargas: elites políticas e reformismo autoritário (1930-1937)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. **A guerrilha esquecida: memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a ditadura militar no Brasil**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória, 2014.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BALDISSERA, Marli Almeida. **Onde estão os Grupos de Onze?: Os Comandos Nacionalistas na Região Alto Uruguai – RS. Passo Fundo**. UPF, 2003. Dissertação (Mestrado).

BANDEIRA, Moniz. **A presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

\_\_\_\_\_. **Brizola e o Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. **O governo de João Goulart: as lutas sociais no Brasil de 1961 a 1964**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BAZZARELLA, Carlos Brahim. **A História de Muniz Freire**. Muniz Freire: [s.n.], 2003.

BOTTOMORE Tom. (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRAGA, Kenny et al. (Coord.). **João Goulart: perfil, discursos e depoimentos (1919-2013)**. 2.ed.ampl. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014. 256 p. (Série Perfis Parlamentares; n. 6).

\_\_\_\_\_. **Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos (1922-2004)**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2004. 626 p.: il. – (Perfis Parlamentares).

\_\_\_\_\_. **Leonel Brizola: perfil, discursos e depoimentos (1922-2004)**. 2. ed.. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014. 628 p. (Série Perfis Parlamentares; n. 8).

CZAJKA, Rodrigo. **Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e repressão no Brasil (1958-1968)**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s. n.], 2009.

D' ARAUJO, Maria Celina (Org.). **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. (Série perfis parlamentares; n. 62).

\_\_\_\_\_. **Sindicatos, carisma e poder:** o PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

\_\_\_\_\_.; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org.). **Visões do golpe:** 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

DELGADO, Lucilia de Almeida Alves. **História oral:** memória tempo e identidades. Belo Horizonte - MG. Autentica, 2006.

DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado:** ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A Marcha da Vitória: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade na capital do Espírito Santo (1964). In: FAGUNDES, Pedro Ernesto et. Al. (Org.). **O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964 – 1985)**. Vitória: GM Editora, 2014.

FAVORETO FILHO, Agenor. **Muniz Freire:** Terra de gente que faz história. Muniz Freire: [s.n.], 2011.

FERREIRA, Jorge. **A estratégia do confronto:** a Frente de Mobilização Popular. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.181-212 – 2004.

\_\_\_\_\_. **Esquerdas no Panfleto.** A crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular. Porto Alegre, v.16, n.29, p.81-124. Anos 90. 2009.

\_\_\_\_\_.; GOMES, Angela de Castro. **Jango:** as múltiplas faces. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

\_\_\_\_\_. **João Goulart:** uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Org.). **Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil; v.2).

\_\_\_\_\_. Nacionalismo, democracia e reformas: As ideias políticas de Leonel Brizola (1961-1964). In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **A razão indignada:** Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

\_\_\_\_\_.;GOMES, Angela de Castro. **1964:** O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_. **O Imaginário Trabalhista:** Getulismo, PTB e Cultura Política Popular 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. **Panfleto:** as esquerdas e o "jornal do homem da rua". *Varia Historia*: Belo Horizonte, v.26, n.44, p.619-638. Jul/dez. 2010

FICO, Carlos. **Além do golpe:** versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. **Como eles agiam.** Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **História do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. **O golpe de 64:** momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina C. **Democracia ou reformas:** alternativas democráticas à crise política 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LEITE FILHO, Francisco das Chagas. **El Caudillo:** Leonel Brizola, um perfil biográfico. Porto Alegre: Aquariana, 2008.

GARBELOTTO, Armando. **Tropas & Tropeiros:** o transporte a lombo de burros em Conceição do Castelo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

GOMES, Angela Castro. **A invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil; v.2).

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas:** das ilusões perdidas à luta armada. Rio de Janeiro: Ática, 1987.

GURGEL, Antonio de Pádua. **O menino da ilha:** história de um líder popular. Vitória: Contexto Jornalís & Assessoria Ltda, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

LANGGUTH, A.J. **A face oculta do terror.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LAZZARO, Agostino; XIBLE, Bella Melotti. **Nella Terra Dei Padroni:** Os Italianos em Muniz Freire, 1889-1930. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

MERÇON, José Waldir. **A saga de John: um americano no Espírito Santo**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1992.

MORAES, Dênis de. **A esquerda e o Golpe de 64**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MORAES, Ormando. **Por serras e vales do Espírito Santo: a epopéia das tropas e dos tropeiros**. Vitória: [s.n.], 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anti-comunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

\_\_\_\_\_. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. **O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião**. Tempo, Niterói, v. 20, p. 1-21, 2014.

\_\_\_\_\_. Ruptura e continuidade na Ditadura Brasileira: A influência da Cultura Política. In: ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.

LIRA NETO. **Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1980.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2013.

\_\_\_\_\_. A crise, o Golpe de 64 e seus rebatimentos no estado do Espírito Santo. In: FAGUNDES, Pedro Ernesto et. Al. (Org.). **O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964 – 1985)**. Vitória: GM Editora, 2014.

PACHECO, Renato da Costa. Alguns aspectos da história e do folclore do E. Santo. In: **Torta Capixaba**. Vitória: Âncora, 1962.

PEREIRA, Valter Pires; MARVILLA, Miguel (Org.). **Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 1964, no Espírito Santo**. Vitória: Flor&Cultura, 2005.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, José Augusto. **Cartilhas Trabalhistas**. Rio de Janeiro: Nitpress, 2011

ROCHA, GILDA. **Imigração estrangeira no Espírito Santo (1847-1896)**. Vitória: [s.n.], 2000.

ROCHA, Levy. **De Vasco Coutinho aos Contemporâneos**. Vitória: [s.n.], 1977.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, p. 463-488, 2002.

SCHILLING, Paulo. **Como se coloca a direita no poder**. I - Os protagonistas. São Paulo: Global Editora, 1979.

SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **21 anos de Regime Militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOARES, Herbert. **90: A caminhada de Mario Ribeiro Soares**. Rio de Janeiro: Ar Editora, 2016.

\_\_\_\_\_. **“Comunistas e Subversivos?”**: Um estudo sobre a manutenção do preconceito ao Grupo dos Onze em Muniz Freire - ES. 2013. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso em História - Centro Universitário São Camilo, Cachoeiro de Itapemirim.

SOARES, Renato Viana. **Sentido da volta**. Vitória: Papiros Artes Gráficas Ltda, 1982.

SOARES, Stael de Assis. **Sal e Luz: O reflexo do pioneirismo Batista no Estado do Espírito Santo**. Vitória: Florêncio, 1996.

SOUZA, Herbert José De. **No fio da navalha**. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

SZATKOSKI, Elenice. **Os Grupos dos Onze: política, poder e repressão na Região do Médio Alto Uruguai – RS 1947/1968**. UPF, 2003. Dissertação (Mestrado).

TALLON, Miguel Depes. **Spiritu Sanctis Memorialia Coronelensis**. Vitória: IHGES, 1999.

TAVARES, Flávio. **1961: o golpe derrotado.** Luzes e sombras do Movimento da Legalidade. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

TAVARES, Tânia dos Santos. **Grupo de Onze: a esquerda brizolista (1963-1964).** UERJ, 2013. Dissertação de Mestrado.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. v. 24, n. 47, p. 14 – 28, jul.2004.

VELHO, Gilberto. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social. In: VELHO, Gilberto (Org.). **Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

### **Arquivos pesquisados**

Acervo da Casa da Cultura de Muniz Freire: jornais, atas, fotos, imagens, processos de anistia dos membros do Grupo dos Onze de Muniz Freire e outros documentos diversos.

Acervo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Acervo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Acervo do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES).

Acervo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo DOPS, CAIXA 30. Série Investigações Criminais; Subsérie Crimes Políticos; Dossiê Grupo dos Onze.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo DOPS. Caixa 40. Série Investigações; Sub-série Dossiês Pessoais; Dossiê Renato Viana Soares, nº 146.

Atas da Câmara Municipal de Muniz Freire. Anos: 1922-1924, 1947-1967.

BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira (depoimento, 2003). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010, 93p

Beneficiados da Lei 10.559/2002. Disponível em:<<http://www.portaltransparencia.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em:<<http://bd.camara.leg.br/bd>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

Blog do Mário Magalhães. Do arquivo secreto do Dops: por rádio, Brizola alertou sobre o golpe em 64. Disponível em:<<http://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2015/03/30/do-arquivo-secreto-do-dops-por-radio-brizola-alertou-sobre-o-golpe-em-64/>>.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014.

Brasil: Nunca Mais Digital. Sumário do BNM 500. Ação Penal nº 1581/64. Disponível em:<<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/500/500.html>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

Decreto-lei nº 7.474, de 18 de abril de 1945. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7474-18-abril-1945-452115-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Comissão responsável Maria do Amparo Almeida Araújo et al. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

Hemeroteca Digital Brasileira: Diário da Manhã (ES), O Estado do Espírito Santo (ES), O Cachoeirano (ES), Diário de Notícias (RJ), Comercio do Espirito Santo (ES), Gazeta de Notícias (RJ), Jornal do Brasil (RJ), Diário Carioca (RJ), A Manhã (RJ), A Noite (RJ), Revista da Semana (RJ), Correio da Manhã (RJ), Diário de Notícias (RS), Última Hora (PR), O Cruzeiro (RJ), Tribuna da Imprensa (RJ).

Jornais diversos: A Gazeta (ES), disponível no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. O Jornal Baptista (RJ), O Estado de São Paulo (SP), Folha de São Paulo (SP) e O Globo (RJ), disponíveis nos respectivos sites dos jornais.

Lei Nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10559.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm)>. Acesso em: 22 set. 2015.

Lei Nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L1802.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1802.htm)>. Acesso em: 22 set. 2015.

Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm)>. Acesso em: 25 jan. 2017.

Manifesto do Grupo de Onze Companheiros. In: Panfleto. O jornal do homem da rua. Rio de Janeiro, n. 1, 17 de fevereiro de 1964, p. 14-15. Disponível em:<<http://brasilrepublicano.com.br/>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

SOARES, Renato Viana. Homenagem ao Grupo dos Onze de Muniz Freire. Casa da Cultura de Muniz Freire: 28 abr. 2012.

## Entrevistas

ARÊAS, Carlinho José de. Entrevista concedida a alunos da Escola de 1º Grau Bráulio Franco, Muniz Freire, 1998. Disponível em: acervo da Casa da Cultura de Muniz Freire.

BOLZAN, Nelson. Entrevista concedida a alunos do Curso de Magistério da Escola de 1º e 2º Graus Profª Lia Therezinha Merçon Rocha, Muniz Freire, 1998. Disponível em: acervo da Casa da Cultura de Muniz Freire.

FAVORETO, Geraldo. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Muniz Freire, 16 dez. 2016.

LIMA, José de. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Perguntas encaminhadas via e-mail ao filho do entrevistado, 7 nov. 2013.

OLIVEIRA, Mauro Rodrigues. Entrevista concedida a alunos do curso de Magistério da Escola de 1º e 2º Graus Profª Lia Therezinha Merçon Rocha, Muniz Freire, 1998. Disponível em: acervo da Casa da Cultura de Muniz Freire.

SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Muniz Freire, 19 jan. 2016.

SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Muniz Freire, 16 set. 2016.

SOARES, Jonatas Ribeiro. Entrevista concedida a alunos do curso de Magistério da Escola de 1º e 2º Graus Profª Lia Therezinha Merçon Rocha, Muniz Freire, 1998. Disponível em: Casa da Cultura de Muniz Freire.

SOARES, Jonatas Ribeiro. Jonathas, o preso político que Camata levou à posse, A Gazeta, Vitória, 16 mar. 1983.

SOARES, Mario Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Muniz Freire, 18 ago. 2013.

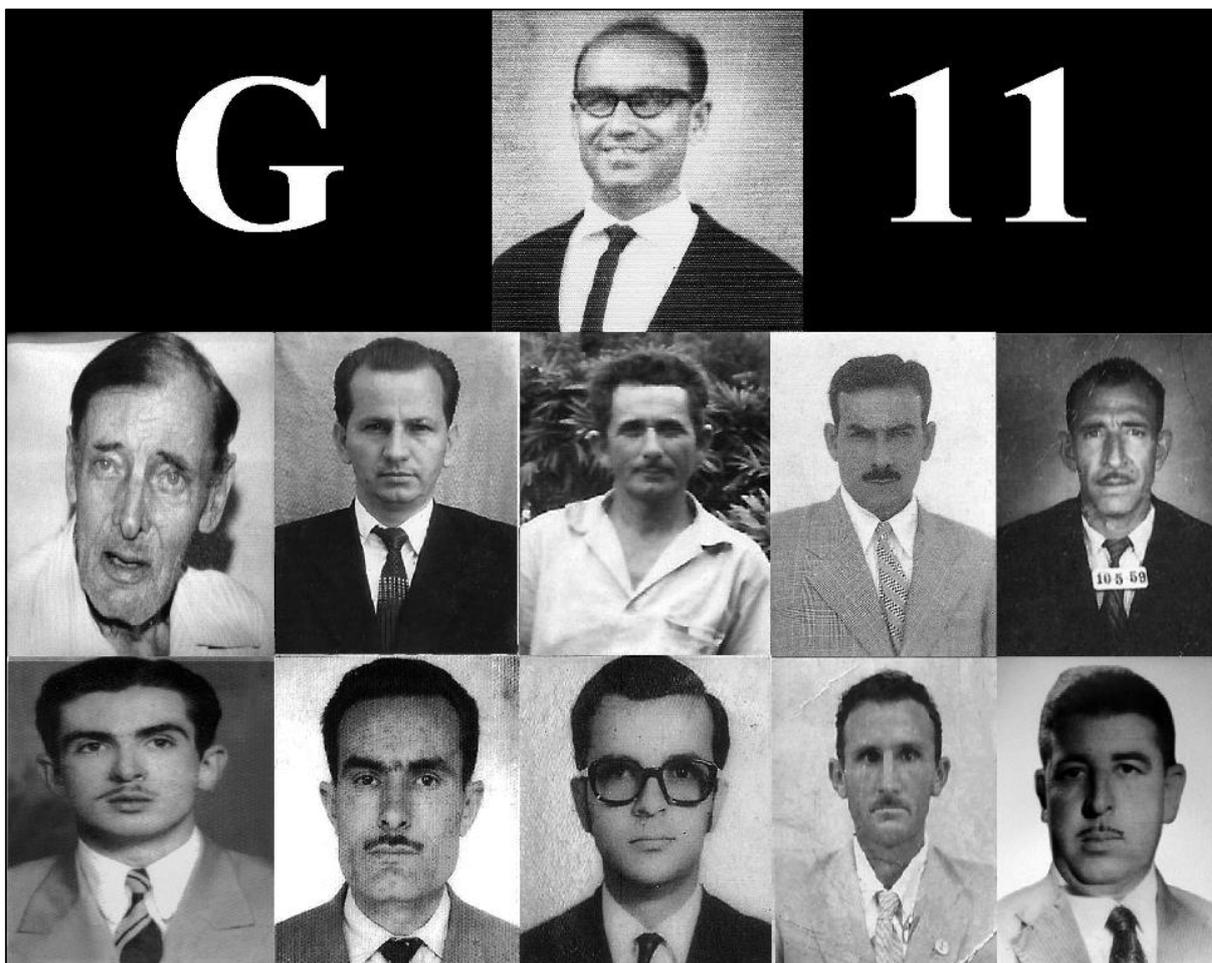
SOARES, Mario Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Muniz Freire, 31 mar. 2016.

SOARES, Renato Viana. Depoimento à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim- CEMVOB e a Comissão da Verdade da UFES, Vitória, 24 nov. 2014.

SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, Via e-mail, 23 set. 2013.

## APÊNDICE

## APÊNDICE A – Membros do Grupo dos Onze de Muniz Freire.



De cima para baixo, os membros do Grupo dos Onze de Muniz Freire: Jonatas Ribeiro Soares, Ângelo Cizotto, Carlinho José de Arêas, Ilto Vieira, Jair Ribeiro Soares, Mauro Rodrigues de Oliveira, Lino Ribeiro Soares, Mario Ribeiro Soares, Renato Viana Soares, Nelson Bolzan e Romulo de Araujo. Fonte: acervo de Herbert Soares Caçador.

## ANEXOS

### ANEXO A – Município de Muniz Freire no início do século XX.



Fonte: acervo de Ercília Pastore.

**ANEXO B – Centro de Muniz Freire – século XXI.**

Vista parcial do centro de Muniz Freire, em 29 de setembro de 2016. Fonte: acervo de Andressa Garbelotto Faccim.

**ANEXO C – Muniz Freire, julho de 1960: comemoração do “Dia do Município”.**



Evento contou com a presença do governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (terceiro da direita para esquerda) ao lado de autoridades locais. Ao fundo, uma faixa de apoio as candidaturas do Marechal Henrique Teixeira Lott e João Goulart. Fonte: acervo da Casa da Cultura de Muniz Freire.

## ANEXO D – Carteira estudantil de Renato Viana Soares em 1964.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES	
RENATO VIANA SOARES	
Nome	14/8/44
Data nascimento	N.º cart.ident.
Faculdade de Filosofia	
Escola	289
Pedagogia/1ª	
Curso/Série	N.º da matrícula
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES DO ESPÍRITO SANTO	
	1964
	Presidente
	Prof. J. Leão Nunes
	DA
	Presidente do DA

Fonte: acervo da Casa da Cultura de Muniz Freire.

ANEXO E – Grupo dos Onze de Muniz Freire na imprensa.

**CORREIO DA MANHÃ, Sábado, 29 de Janeiro de 1966**

# MILITARES CONDENAM 9 CIVIS DO GRUPO DOS 11

Os nove civis da localidade de Muniz Freire, no Espírito Santo, acusados de atividades subversivas por terem constituído um grupo dos 11, foram julgados à revelia e condenados, ontem, por maioria de votos do Conselho Permanente de Justiça da 3a. Auditoria da 1a. Região Militar, a penas que variam de seis meses a um ano de reclusão.

O advogado de ofício Abraham Obadia justificou a ausência dos réus, afirmando que eles não possuíam recursos para pagar as passagens, e durante a defesa declarou que "nos autos não ficou provado qualquer ato atentatório à segurança nacional". Pediu a absolvição e indagou: "Por que punir os pequenos que apenas segulam, pacificamente, as idéias políticas do ex-parlamentar Leonel Brizola?"

O julgamento teve início às 15 horas com a presença, apenas, do Conselho Especial de Justiça, do promotor e do advogado de ofício. O promotor Walter Wigderowitz declarou que "os civis Jonathas Ribeiro Soares, Renato Viana Soares, Jair Ribeiro Soares, Rômulo de Araújo, Carlinho José de Arêas, Nilton Vieira, Angelo Sizzoto, Mauro Rodrigues de Oliveira e Nelson Bozan estavam incursos no artigo 24 da Lei de Segurança Nacional, por terem constituído em Muniz Freire um grupo dos 11, caracterizado pela subordinação hierárquica do tipo militar e obedecendo ao comando supremo do ex-deputado Leonel Brizola."

O advogado Abraham Obadia declarou que "nos autos não

ficou provado qualquer ato atentatório à segurança interna ou externa do país, e que não houve reuniões de caráter subversivo, também não foram encontrados em poder dos acusados qualquer material subversivo". Após pedir a absolvição dos réus lembrou que o responsável pelo grupo dos 11 em todo Brasil, sr. Leonel Brizola, encontra-se em liberdade enquanto humildes cidadãos do interior estão sendo condenados.

## DECISAO

O conselho de Justiça, após a argumentação da defesa, reuniu-se secretamente, durante duas horas, proferindo depois a sentença que condenou por maioria de votos a um ano de reclusão o civil Jonathas Ribeiro e os demais réus a seis meses de prisão. O conselho decidiu, ainda devolver o processo ao Ministério Público Militar para apreclar a situação dos indiciados Mário Ribeiro Soares e Lino Ribeiro Soares, que haviam sido excluídos da denúncia e cujos nomes figuram no relatório do encarregado do IPM.

O Conselho de Justiça, que condenou os nove civis, foi presidido pelo major Hugo Martins e formado pelos juizes: auditor José Garcia de Freitas, capitães Expedito de Souza Freire, Lino Antônio Alves e Expedito Hermes Rêgo Miranda.

O capitão-tenente Jaime César Garim Guimarães prestou depoimento, ontem, como testemunha de defesa do capitão-de-fragata Hebert Araújo Lemos, perante o Conselho de

Instrução do Superior Tribunal Militar, presidido pelo ministro Orlando Ribeiro da Costa. No mesmo processo estão indiciados, o ex-vice-almirante Cândido Aragão, o capitão-tenente Grácio de Aguiar, 1.º tenente Antônio Arinos Marques da Silva e os engenheiros Rui de Freitas Guimarães e Masaki Mori acusados de desvio de verbas do Corpo de Fuzileiros Navais e responsabilizados, ainda, pelo desaparecimento de objetos de uso doméstico da residência do oficial comandante daquela corporação. O ministro Ribeiro da Costa marcou o próximo dia 28 para prosseguimento da formação de culpa, quando prestará depoimento como testemunha de defesa o capitão-de-corveta Paulo Roberto de Matos Reis.

O advogado Adalberto Teixeira Fernandes, denunciado na Lei de Segurança Nacional, juntamente com o paraplégico Paulo César de Azevedo e com o vendedor-ambulante Juarez Sena, sob a acusação de se ter manifestado na Cinelândia no dia 27 de outubro de 1965 contra o Ato Institucional n.º 2, encaminhou, ontem, à 3a. Auditoria da 1a. Região Militar, requerimento arrolando os estudantes Gilson Soares Leão, Rômulo da Costa Moraes e Kátia Lúcia de Oliveira, como testemunhas de defesa. Alega o advogado que Kátia Lúcia foi ferida naquele dia, com estilhaços de granada de gás lacrimogêneo atirada pela polícia, quando dissolvia uma passeata de estudantes em frente à Central do Brasil.

Jornal Correio da Manhã noticia a condenação de nove membros do Grupo dos Onze de Muniz Freire. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, p. 10, 29 jan. 1966. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

## ANEXO F – Condenação do Grupo dos Onze de Muniz Freire.

( 5 )

*Op. 269*

*Muniz*

  
 PODER JUDICIÁRIO  
 JUSTIÇA MILITAR  
 3ª AUDITORIA 1ª RM.

O Conselho Permanente de Justiça da 3ª Auditoria da 1ª Região Militar, por tudo isto e mais o que consta dos autos, por maioria de votos de seus juizes, resolveu julgar procedente a denúncia de fls. 2, dos autos, oferecida pelo Dr. Promotor, por reconhecer que os reus civis Jonathas - Ribeiro Soares, Renato Vianna Soares, Jair Ribeiro Soares, Rômulo de Araujo, Carlinhos José de Arêas, Ilton Vieira, Angelo Cizzoto, Mauro Rodrigues de Oliveira e Nelson Bolzan, já qualificados anteriormente, sob a orientação e sollicitação do primeiro, constituíram um Grupo de Onze pessoas para fins de combate às instituições do País e suas Forças Armadas, portanto para fins contra a Segurança Nacional, assim praticaram a infração do Art. 24 da Lei nº 1.802/53, e por isto, os condena, como condenado tem à Jonathas Ribeiro Soares, como cabeça, a um (1) ano de reclusão, e aos outros, Renato Vianna Soares, Jair Ribeiro Soares, Rômulo de Araujo, Carlinhos José de Arêas, Ilton Vieira, Angelo-Cizzoto, Mauro Rodrigues e Nelson Bolzan, a cada um, a seis (6) meses de reclusão, como participantes, penas estas fixadas no mínimo legal, à vista das circunstâncias e de seus bons antecedentes. Determina também, sejam as penas - convertidas em prisões a serem cumpridas em estabelecimento carcerário civil, e mais, depois de transitada esta sentença em julgado, sêja o processo remetido ao Ministério Público Militar para apreciar a situação dos dois indiciados Mário Ribeiro Soares e Lino Ribeiro Soares, não denunciados.

Sejam lançados os nomes dos reus no rol dos culpados e expedidos os mandados de prisões, na forma da lei.

Parte da sentença condenatória do Grupo dos Onze de Muniz Freire. Ação Penal nº 1.581/64, folha 269. Fonte: projeto "Brasil: Nunca Mais - BNM".

**ANEXO G – Renato Viana Soares em evento partidário.**



**Renato discursa ao lado de Miguel Arraes no 4º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 1993. Fonte: acervo da Casa da Cultura de Muniz Freire.**

**ANEXO H – Declaração de anistia “post mortem” de Nelson Bolzan.**

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na sessão realizada no dia 14 de dezembro de 2005, e o Despacho do Presidente datado de 10 de junho de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.15328, resolve:

Nº 2.786 - Declarar NELSON BOLZAN filho de FRANCISCA MARTINS DE OLIVEIRA, anistiado político "post mortem", conceder aos dependentes econômicos, se houver, a reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos, equivalente nesta data a R\$ 27.900,00 (vinte e sete mil e novecentos reais), ante a ausência de dependentes, a reparação ora concedida, transfere-se aos sucessores, se existir, nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

**Fonte: Governo Federal - Portal da Transparência.**

**ANEXO I – Os membros remanescentes do Grupo dos Onze de Muniz Freire.**

Foto tirada na homenagem promovida pela Prefeitura de Muniz Freire em 28 de abril de 2012. Da esquerda para direita: Carlinho José de Arêas, Jonatas Ribeiro Soares, Renato Viana Soares e Mario Ribeiro Soares. Fonte: Casa da Cultura de Muniz Freire.

**ANEXO J – Jonatas Ribeiro Soares, o fundador do Grupo dos Onze de Muniz Freire.**

Fonte: acervo de Dara Garcia Lúcio.

**ANEXO L – Rodovia Jair Ribeiro Soares.**

**25/07/2015: solenidade do descerramento de placa com o nome de Jair Ribeiro Soares, membro do Grupo dos Onze de Muniz Freire, na rodovia ES-379, estrada que liga os municípios de Castelo, Muniz Freire e Iúna. Fonte: acervo de Andressa Garbelotto Faccim.**